

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42

**Ministério da Justiça**

**Segurança Pública**



**17ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
CONASP**

**14 e 15 de junho de 2012**

**Local:  
Ministério da Justiça  
Salão Negro  
Térreo**

Brasília, DF

**Transcrição feita por meio da  
Estenotipia Computadorizada Presencial**

*ipsis verbis*

43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91

## INDICE

**14/06/2012 – manhã .....Pag. 3**

**14/06/2012 – tarde: .....Pag. 43**

**15/05/2012 – manhã: .....Pag. 79**

**15/06/2012 – tarde: .....Pag. 132**

92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101

**O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Bem-vindos a todos e a todas. Antes das sugestões de pauta, eu queria registrar com muita alegria o lançamento do livro **Cidade Viva – Um longo caminho** de um conselheiro nosso, Everardo de Aguiar Lopes, uma salva de palma para o nosso companheiro, parabéns, receba o nosso apoio. Nós vamos colocar as sugestões de pauta para aprovação. Vamos pedir à nossa secretária executiva, doutora Suelen, que nos ajude nesse processo de aprovação de pauta.

102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125

**A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública)** - Bom-dia a todos e a todas. Essa pauta foi a que recebemos como proposta de todos os conselheiros, ela foi discutida na reunião da mesa diretora dia 25 de maio. Nós buscamos fazer uma pauta a mais enxuta possível para que possamos discutir, de fato, todos os itens que hoje vão constar na pauta. Então, a idéia foi pelo menos um tema por período porque sabemos que o debate demora um pouco para Conseguirmos vencer toda a pauta. O primeiro ponto aprovação da ata da 16ª Reunião Ordinária; segundo ponto a discussão sobre a recomendação resultante da audiência pública do sistema prisional, que nós tivemos ontem; terceiro ponto a validação do cronograma da 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública; quarto ponto as eleições do Conasp/2012; quinto ponto apresentação de sistema de participação popular, que foi uma solicitação da Presidência da República para que eles tivessem um espaço no conselho, eles estão com um sistema sendo criados de participação popular e querem passar por todos os conselhos para que deem opinião sobre o assunto; aprovação de nota de pesar à polícia de Goiás referente ao acidente ocorrido com o helicóptero; informes dos conselheiros; informes da secretaria executiva; encaminhamentos para a próxima reunião. Essas foram as pautas que a mesa diretora achou prudente colocar para o dia de hoje. As outras pautas sugeridas que acabaram ficando para outro momento porque acreditamos que não seria possível vencê-las todas no dia de hoje são: aposentaria por atividade de risco, aposentadoria especial para policiais; devolutiva do Plano de Enfrentamento à Violência, redução de homicídios; regulamentação do Artigo 144, § 7º da Constituição Federal. Alguém tem alguma discussão?

126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135

**O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Bom-dia a todos e todas. Eu queria fazer uma sugestão. Parece-me que nossa preocupação com relação à questão de quórum permanece. Continuamos com alguns problemas de presença de nossos conselheiros. E como é comum no segundo dia ter sempre mais problemas do que no primeiro e como o quórum já não é muito folgado e temos temas importantes aqui a serem encaminhados por conta de prazos e tempo, eu queria sugerir que, após a aprovação da ata, que o ponto seguinte fosse o quarto, eleições do Conasp. É uma serie de deliberações que tem de ser tomadas e poderíamos aproveitar que existe quórum para fazer a discussão agora na parte da manhã.

136  
137  
138  
139  
140

**O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** - Bom-dia a todos. Na nossa última reunião, eu apresentei um requerimento, e não participei no segundo dia porque tive que retornar, e a informação que recebi da nossa secretária executiva é que não havia sido votada a questão da informação a ser feita à Secretaria de Segurança Pública aqui do DF. Então, eu

141 gostaria que fosse incluído esse requerimento uma vez que não foi votado e no dia  
142 que discutimos não havia quórum.

143

144 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
145 **Sindapef)** - Bom-dia. Eu quero antes de iniciar, saudar os servidores penitenciários  
146 que estão presentes hoje prestigiando as atividades do Conasp, estão desde ontem  
147 aqui, vieram de fora. E quero tentar garantir aqui a manutenção do item dois, logo  
148 após a aprovação da ata, para que realmente discutamos as recomendações sob  
149 pena de deixá-las fora de foco haja vista que tivemos ontem uma audiência pública e  
150 ainda estamos no calor do debate. Então, eu entendo como prejudicial protelar essa  
151 pauta de recomendação e fiz como me foi solicitado, trouxe aqui uma proposta de  
152 recomendação bem tranquila para que tenhamos condições de aprová-la sem muita  
153 dificuldade.

154

155 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
156 **Municipais de Segurança Pública - Sr. presidente,** pela ordem. Eu quero seguir na  
157 linha do conselheiro Tião, eu acho que a pauta do 3 até ao 4 é uma pauta importante,  
158 o José Neves tem razão, teve uma audiência pública e precisa ter uma deliberação  
159 porque senão fica sem sentido a audiência publica. E as duas pautas relacionadas ao  
160 cronograma da 2ª Conseg, das eleições e tem prazo também para isso acontecer.  
161 Nós não podemos não garantir em todas as nossas reuniões ordinárias esses dois  
162 temas que, no meu entendimento, tinham que ser permanentes. Agora, do sexto ao  
163 oitavo, com todo respeito, não é pauta. Informe dos conselheiros, informes da  
164 secretaria executiva, aprovação de uma nota de pesar, leia a nota de pesar e nós  
165 aprovamos. Então, eu acho, com todo respeito, que a pauta está fraca depois do item  
166 4, e a minha sugestão é de manter a pauta do 1 até 4, não sei qual é o tempo da  
167 apresentação do sistema, isso pode ser um informe, ou se for mais demorado  
168 discutimos. E eu queria incluir na pauta, não sei quem fez a sugestão, a  
169 aposentadoria para atividade de risco, aposentadoria especial para policiais. Esse  
170 debate está colocado na sociedade, no Congresso Nacional, tem um projeto de lei  
171 tramitando e acho que o conselho, e falo aqui com tranquilidade porque não sou  
172 policial, mas é um tema que tem a ver com nosso conselho, se vai rediscutir a  
173 aposentaria especial de policiais civis, militares ou federais é pauta política para o  
174 conselho se manifestar. E concordo com a avaliação de dar prioridade para hoje para  
175 a questão das eleições e do cronograma da Conseg.

176

177 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
178 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Bom, são dois pontos que eu  
179 quero trazer. O primeiro é até uma sugestão para o companheiro Neves. Se formos  
180 discutir a recomendação aqui no plenário ela não vai sair. A gente vai discutir amanhã  
181 e tarde, eu acho mais interessante que essa Câmara Técnica construísse e nos  
182 trouxesse já uma base para aprovarmos uma recomendação. Nós não vamos  
183 Conseguir, já passamos por isso outras vezes. Já construíram ontem? Então, é  
184 diferente porque era uma preocupação minha e do Almir. Outro ponto é o seguinte: as  
185 demais pautas sugeridas, tem a devolutiva do Plano de Enfrentamento da Violência,  
186 que é o plano de redução de homicídios. Foi feita aqui no Salão Negro uma vez uma  
187 prévia apresentação, aliás, uma justificativa que não poderiam apresentar o Plano de  
188 Redução de Homicídios, que é o Plano de Enfrentamento da Violência, e que trariam  
189 depois porque teria ido para a Casa Civil, isso foi sugerido na reunião da mesa

190 diretora. Ontem, escutando a Voz do Brasil, escutei inclusive uma declaração da  
191 doutora Regina, e outra pessoa daqui que não sei quem é, de que o Plano já está  
192 quase pronto e que já vai ser lançado este mês com um projeto piloto no estado de  
193 Alagoas, que é o estado que tem maior índice de homicídios e tal. Então, é só para  
194 reforçar porque estava aqui como demais pautas sugeridas, que não deu para entrar  
195 na pauta ordinária, mas que nós precisamos da apresentação desse plano aqui. Nós  
196 já havíamos cobrado, falaram que estava em construção, que iria para a Casa Civil,  
197 depois voltaria e apresentaria no conselho, ele já vai ser lançado, já tem um projeto  
198 piloto em Alagoas e até hoje não passou pelo conselho. Se houver oportunidade de  
199 fazermos uma readequação, um encaixe aqui na nossa pauta que a devolutiva no  
200 Plano de Enfrentamento à Violência entre na ordem, por favor.

201  
202 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
203 **Federais – FENAPRF)** - Bom-dia a todos. Eu quero informar, Almir, que às 16 horas o  
204 segmento dos trabalhadores terá que se retirar porque temos uma audiência com o  
205 ministro da Justiça e justificar porque foi marcada para hoje às 16 horas. Nós estamos  
206 construindo uma mobilização nacional pela valorização dos policiais rodoviários, pelos  
207 policiais e trabalhadores de segurança pública, envolvendo todas as entidades  
208 representadas no Conasp e outras entidades também que representam os  
209 trabalhadores na segurança pública em âmbito nacional. E construímos, já temos  
210 alguns itens de pauta comum de reivindicação que entendemos estão sendo  
211 esquecidos por este Governo. E outras conquistas que estão sendo atacadas. Uma  
212 delas é a aposentadoria por atividade de risco. E nós então marcamos para fazer uma  
213 mobilização, uma panfletagem durante o Rio+20, na próxima semana, no dia 20 de  
214 junho. Isso causou uma preocupação no governo e ele já tomou algumas iniciativas  
215 com relação a esse movimento. Nós queremos informar que é um movimento  
216 pacífico, ordeiro. Nós vamos para lá para mostrar à sociedade, e até para a  
217 comunidade internacional, que o país que vai sediar grandes eventos precisa cuidar  
218 da segurança pública, não só para esses grandes eventos, mas no dia a dia. Nós  
219 estamos sendo esquecidos e os trabalhadores não estão tendo aquela valorização. E  
220 essa aposentaria por atividade de risco é diretriz aprovada na 1ª Conseg, a sexta  
221 diretriz mais votada. Então, por isso que eu queria justificar a nossa saída às 16 horas  
222 para essa audiência com o ministro. E também reforçar a proposta do conselheiro  
223 Benedito Mariano que esse tema entre na pauta desta reunião. Obrigado.

224  
225 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Nós vamos ter que  
226 colocar na pauta também a interrupção da nossa reunião porque saindo o segmento  
227 em respeito também, é regimental, então, não tem como...

228  
229 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
230 - Bom-dia a todos. Eu queria fazer algumas ponderações em relação à questão da  
231 nossa pauta concordando que temos de cumpri-la, tirando essa questão dos informes  
232 aqui abaixo, essa questão da 2ª Conseg e também das eleições do Conasp. E queria  
233 colocar uma questão que esta semana foi para a lista em relação à própria  
234 legitimidade do conselho, alguns conselheiros falando de certa insatisfação,  
235 demonstrando alguns fatos que já estamos há algum tempo conversando aqui e que  
236 pela reunião passada e essa, esse esvaziamento que já foi falado aqui antes de mim,  
237 alguma coisa está acontecendo. Eu acho que deveríamos pautar, de algum modo,  
238 essa conversa, não para ficarmos aqui horas debatendo sobre o mesmo ponto, mas

239 pensando que estamos no segundo ano do nosso mandato, temos uma agenda a  
240 cumprir, que foi proposta, fomos eleitos, então, de alguma maneira, esse  
241 esvaziamento está acontecendo, e não é um problema só do Conasp, o Ministério da  
242 Justiça está com grandes questões aí, então, eu acho que deveríamos pautar que  
243 naquele levantamento que foi feito das instituições que foram eleitas aquelas que, de  
244 fato, não estão vindo, que pudéssemos substituí-los para não ouvirmos em cada  
245 reunião aqui essa questão do esvaziamento. Eu queria que fosse pautado, o  
246 Agadeilton mandou um e-mail, depois outros conselheiros responderam, dialogaram  
247 com aquele e-mail, e nós não podemos fazer cara de paisagem em relação a isso.  
248 Temos de alguma maneira pautar isso e ver aqui instituição por instituição o porquê  
249 de não estarem aqui, que se pronuncie, e que temos de trazer todo mundo para as  
250 reuniões, para cumprirmos nosso mandato conforme foi proposto desde o início.  
251 Então, a minha sugestão é que pautamos essa discussão e tire o encaminhamento de  
252 como vamos cobrar essas presenças aqui. Caso contrário vamos ficar toda reunião  
253 esperando para dar quórum. Isso é ridículo, nós que estamos aqui, como nos  
254 sentimos! Eu queria reforçar a questão do Plano de Enfrentamento da Violência que  
255 vai ser lançado que pudéssemos pautar de hoje para amanhã alguma explicação, já  
256 que estamos aqui neste prédio do Ministério da Justiça, que alguém viesse aqui falar  
257 conosco sobre esse assunto, eu queria incluir na pauta prioritária e que  
258 começássemos logo a fazer essa pauta para cumprirmos o máximo que pudermos já  
259 que vamos ter que interromper às 16 horas, porque a Câmara de Mobilização se  
260 reuniu, fez uma proposta de calendários, não é nada complicado, então, vamos  
261 aprovar o que tem que ser aprovado, de maneira objetiva. Eu queria colocar esses  
262 dois pontos para olharmos para isso.

263  
264 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** -Eu só  
265 queria sugerir que para elaboração desse texto da recomendação alguém se  
266 colocasse à disposição para se juntar a mim e a Neves porque a nossa Câmara  
267 Técnica só tem nós dois e o Marcos, e o Rossini. Se alguém se interessar também  
268 pelo tema e quiser, vamos marcar um momento para fazermos a elaboração do texto.  
269 Eu queria também reforçar a questão que a Eliane colocou da falta de quórum no  
270 Conasp. Acho que é importante discutirmos.

271  
272 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças  
273 Militares Estaduais. ANASPRA)** -É uma questão de ordem. Bom-dia a todos e a  
274 todas. Eu acho que o Neves já apresentou um texto; já o recebemos por e-mail; há já  
275 uma construção. Então, acho que ele poderia ser trazido à plenária e se acharmos  
276 que ele não está a contento, aí, sim, que se forme uma comissão, porque fizeram isso  
277 ontem, nós não podemos, com meus respeitos, sequer ver o texto produzido e discuti-  
278 lo minimamente? Então, se sentir que isso está problemático, que vai demandar, aí,  
279 sim, passa para uma comissão até para aproveitar o trabalho que já foi feito, findou os  
280 trabalhos de ontem e eles continuaram. Então, eu acho que tem que garantir no  
281 mínimo a apresentação do texto já proposto.

282  
283 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às  
284 Organizações Populares – GAJOP)** - Bom-dia a todos e todas. Não estive na  
285 reunião passada, prazer em revê-los. Bom, em relação a esta pauta, eu confirmo,  
286 parece-me bastante razoável as ponderações em termos até da importância dos  
287 quatro primeiros itens, sobretudo reforçada pela fala de Eliana, que faz considerações

288 a respeito da enorme importância que tem a questão da 2ª Conseg, inclusive  
289 recuperando lugar do Plano de Redução de Homicídios, que temos de dar um lugar.  
290 Apenas, ou se eu não entendi bem, me parece também que tem um lugar e uma  
291 importância e ainda hoje e amanhã a questão da apresentação do sistema  
292 participação popular que nos parece, enquanto representação da sociedade civil, que  
293 tem importância enorme. Por quê? Porque este Conasp diz respeito à filosofia da  
294 democracia participativa a quem a toda grande nova proposta de governo, aliás, de  
295 doutrina de estado que hoje se anuncia, de forma que apresentar esses temas é  
296 importante a nós todos porque ele diz, quer dizer, o sistema é a resposta  
297 governamental a todos os pleitos que a sociedade civil vem fazendo em termos de  
298 sua sustentabilidade política. Ele é a culminância de propostas diversas a que a  
299 sociedade civil tem se colocado politicamente em relação às políticas públicas nos  
300 últimos anos. É uma forma também de se ver quem somos nós em sociedade civil,  
301 quais são os nossos pleitos que não são restritos a políticas públicas específicas, mas  
302 eles trazem uma contribuição a toda uma proposta de validação de uma gestão  
303 democrática.

304  
305 **O Sr. Agadeilton Menezes (APCF – Perícia Oficial)** - Muito bom-dia a todos os  
306 conselheiros e conselheiras. Inicialmente me congratular com a manifestação do  
307 conselheiro Benedito Mariano e da conselheira Eliana sobre os 2 itens de pauta  
308 apresentados, a questão da aposentaria especial dos policiais - acho que é um tema  
309 realmente relevante e importante que precisa ser discutido, e também a pertinente  
310 manifestação da conselheira Eliana quando ela chamou a atenção de forma muito  
311 precisa sobre o esvaziamento do conselho. Esse esvaziamento, na minha visão, já  
312 iniciei uma manifestação no nosso grupo de discussão, ele está pautado em 3 pontos  
313 específicos, o primeiro é a própria ausência contumaz da presidente do conselho ou  
314 da presidência do conselho, isso, de certa forma, desvaloriza o conselho. Depois em  
315 relação à incapacidade de gerar resultados sobre as manifestações do conselho. Nós  
316 temos aqui produzido manifestações, pareceres, recomendações, moções, mas isso  
317 não ganha eco em política pública e sequer em ato de natureza administrativa dos  
318 órgãos das instituições de segurança pública. Então, é chegado o momento deste  
319 conselho começar a discutir que mecanismos ele pode adotar para que alguma coisa  
320 que ele produza tenha eco nessas instâncias governamentais. Porque se tivermos  
321 que de nos reunir a cada dois meses só para nos congratular e debater os problemas,  
322 os dilemas de segurança pública, na minha visão, nós não vamos contribuir para a  
323 sociedade. E eu tenho, particularmente, esta preocupação: o que nós vamos  
324 Conseguir fazer de concreto para melhorar o quadro da segurança pública? Digo,  
325 para finalizar, precisamente, à única recomendação que este conselho produziu  
326 direcionada ao Ministério da Justiça que foi a recomendação sobre a questão da  
327 perícia oficial que tinha um item que mandava que o ministério criasse um grupo de  
328 trabalho para debater a questão da perícia. Até hoje, foram produzidos ofícios para a  
329 Secretaria de Segurança Pública e para o ministério, mas nem um resultado concreto  
330 ocorreu. Então, se o próprio ministério não é capaz de seguir uma recomendação do  
331 conselho ou dar qualquer justificativa sobre isso, como é que as outras instâncias  
332 governamentais da segurança pública vão se sentir, de certa forma, não obrigação de  
333 fazer alguma coisa! Então, este conselho precisa debater isso. O pedido de pauta da  
334 conselheira Eliana é muito pertinente. O esvaziamento, conselheira Eliana, não é só  
335 em relação ao desprestígio pela ausência de conselheiros, ele é também em relação  
336 ao desprestígio pela falta de efetividade deste conselho. Então, é importante que se

337 encontre um espaço nesta pauta para que possamos debater essas duas questões  
338 que, para mim, são de muita relevância para que este conselho não morra porque ele  
339 está na UTI. Muito obrigado.

340  
341 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** Foram várias sugestões  
342 de pauta, seria bom colocar cada item para aprovação, e se foi contemplado o que  
343 todos sugeriram.

344  
345 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu queria fazer o seguinte  
346 encaminhamento à mesa. É o seguinte: houve uma série de propostas de mudança  
347 de pauta, inversão, mudança, inclusão. Então, a primeira votação é se mudamos ou  
348 não a pauta original. Em mudando a pauta original, eu como fui o primeiro a falar,  
349 sugeri a inversão de pauta colocando o ponto quatro no lugar do ponto dois. E aí  
350 houve uma série de outras pautas. Para facilitar, eu queria propor o seguinte:  
351 normalmente temos aqui a pauta e a distribuição da pauta, os horários da manhã,  
352 tarde, primeiro dia e segundo dia. Bom, eu queria propor que hoje na parte da manhã,  
353 depois da leitura da ata, que é uma coisa rápida, discutiríamos ponto 2 – eleições.  
354 Ponto 3 – validação da Conseg. Ponto 4 – recomendação. Ponto 5 – aposentadoria  
355 dos policiais. Amanhã, a pedido da Eliana que virou um pedido do plenário, pedimos  
356 que o governo apresente a questão do Plano de Redução de Homicídios na parte da  
357 manhã e em seguida o Sistema de Participação Popular. Seria essa a minha proposta  
358 de pauta.

359  
360 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
361 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Tem um ponto que tem de ser  
362 colocado, quer dizer, o esvaziamento do Conasp.

363  
364 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Então, eu coloco como ponto 3  
365 para amanhã.

366  
367 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
368 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Ok. Então, eu tenho três  
369 questões de ordem para a mesa, para a presidência que podem ser respondidas  
370 posteriormente. O decreto anterior do Conasp submetia as nossas decisões à  
371 homologação do ministro. O decreto atual não faz isso. E as questões de submissão  
372 do Conasp estão previstas apenas no Regimento Interno que foi aprovado sob égide  
373 do decreto anterior. Eu quero saber qual é a posição da presidência sobre essa  
374 questão. A minha posição é que prevalece o decreto. O decreto é uma norma superior  
375 em relação ao regimento interno, então as nossas decisões não estão submetidas à  
376 homologação do ministro. Isso significa que uma vez aprovado aqui tem que ser  
377 publicado imediatamente. É importante que converse com a presidência para saber  
378 isso. A segunda questão de ordem diz respeito ao seguinte: hoje, qual é o número das  
379 resoluções que estamos aprovando, recomendação qual é o número, qual foi a última  
380 que foi aprovada, a resolução qual foi a última aprovada. E também das que foram  
381 aprovadas, quais não foram publicadas, porque o portal não está atualizado, houve  
382 decisões aqui que ainda não passaram pelo crivo do ministro da Justiça e essas não  
383 aparecem e são dessas que estou falando. Tomamos a decisão aqui e estão por aí  
384 flutuando. Eu quero saber o seguinte: tem alguma dessas que estão flutuando e se  
385 tiver quais são elas? E outra questão de ordem que está um pouco implicada com a



386 discussão da Conseg, se já houve a decisão do Ministério da Justiça e da Presidência  
387 da República que a Conseg vai ser convocada? Porque eu não tenho certeza disso.

388  
389 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Falou, ele falou sim.

390  
391 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
392 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Tem algum documento oficial  
393 sobre isso?

394  
395 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Registrado, está tudo  
396 registrado. Vamos dar resposta Marcos Costa.

397  
398 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
399 **Federais – Fenaprf)** - Eu queria esclarecer que, na verdade, a minha proposta,  
400 originalmente proposta do Mariano, não é incluir novo item de pauta, o item já está  
401 aqui como pauta sugerida. Então, compreendo que é item de pauta. O que eu gostaria  
402 é que como nós vamos deixar para amanhã a recomendação resultante da audiência  
403 pública do sistema criminal, mas de qualquer forma a nossa proposta é que essa  
404 aposentaria seja discutida logo depois aqui da aprovação da ata, porque à tarde nós  
405 vamos falar com o ministro sobre esse tema. E porque também há mais de um ano  
406 nós tentamos incluir essa questão na pauta. O segmento dos trabalhadores sai para a  
407 conversa com o ministro à tarde já com uma recomendação do Conasp acerca desse  
408 tema.

409  
410 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Temos que ter um jeito  
411 para aprovar, são tantas sugestões!

412  
413 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
414 **Municipais de Segurança Pública)** - É uma alteração da pauta. Hoje discutir a  
415 aprovação ata, eleições, validação e cronograma da Conseg, recomendação do  
416 sistema prisional e aposentadoria dos policiais. Independente da ordem, essa é pauta  
417 de hoje. É a sugestão.

418  
419 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - O primeiro ponto é se a  
420 gente altera ou não a pauta. Aprovar isso. Então, vamos colocar em regime de  
421 aprovação.

422  
423 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
424 **Sindapef)** - Eu vou apresentar então sob o risco de ser desprestigiado, colocar uma  
425 proposta de que concordo com a sugestão do conselheiro Tião, mas acho que agora,  
426 às 10h10min, colocar eleições do Conasp ou o cronograma da Conseg acaba sendo  
427 injusto a nós e até, de certa forma, desproporcional, pois esse é um tema que,  
428 certamente, interessa a todos. E nós não vamos Conseguir garantir tempo hoje e nem  
429 amanhã para resolver essa questão. Eu gostaria de pedir a solidariedade dos  
430 conselheiros para que pudessem nos prestigiar com essa recomendação da mesma  
431 forma que foi prestigiada a recomendação de outros conselheiros que tiveram suas  
432 recomendações logo após a discussão da audiência. E quando se pede aqui para  
433 alterar a pauta é querer jogar para a vala as outras que se acham menos prioritárias.  
434 E a credibilidade do Conasp está também, eu confirmo isso com o companheiro

435 Agadeilton, na sociedade, nos trabalhadores perceberem que suas pautas, que estão  
436 dentro do Conasp, comecem a caminhar. Então, eu entendo que discutir  
437 recomendação no momento posterior a esse da aprovação da pauta ou logo após  
438 aprovação da ata, eu acho que é não prestigiar a possibilidade de termos uma  
439 recomendação da audiência de ontem sendo aprovada. Então, eu gostaria muito de  
440 solicitar aos colegas que tenham essa compreensão de dar esse prestígio para a  
441 gente da mesma forma que foi dada a outros colegas que também tiveram suas  
442 recomendações aprovadas logo após a discussão de ontem.

443  
444 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
445 **Brasil – Amebrasil)** - Eu queria, presidente, somente agregar algumas considerações  
446 bem sucintas a respeito da pauta que nós precisamos efetivamente definir para poder  
447 encaminhar o trato da questão que nós estamos patinando, perdendo tempo. E cada  
448 vez me parece mais difícil tratar de qualquer um dos temas que os senhores resolvam  
449 pautar. Preocupo-me que quando os senhores resolvem pautar já não haja tempo  
450 para tratar do assunto. O segundo aspecto que me parece de fundamental  
451 importância é que o conselheiro Neves fez uma observação de todo precedente.  
452 Houve uma audiência pública, preliminar à reunião do conselho, o objetivo era  
453 justamente realizá-la para instrumentalizar e facilitar eventual deliberação do  
454 conselho. Houve uma convocação popular. E houve procedimentos anteriores  
455 adotados por este Conasp que deveríamos estar já consolidados para nós não  
456 estarmos aqui de novo discutindo as mesmas coisas. E um desses procedimentos  
457 era, e nisso o conselheiro Neves tem razão, dar prioridade ao tema que foi objeto da  
458 audiência porque senão por que a audiência ontem? Então, eu concordo com o ajuste  
459 de pauta, ela eventualmente é necessária, mas que se preserve sim a priorização em  
460 respeito à audiência pública que foi realizada e aquilo que o Conasp,  
461 sistematicamente, tem feito em ocasiões anteriores. O documento, foi informado há  
462 pouco pelo conselheiro Márcio, pelo Héder, está pronto, está disponível para  
463 trabalhar. Então, que se mantenham os 5 temas, mas que se respeite a prioridade da  
464 audiência do sistema prisional. Não mexendo no restante, conforme proposta que foi  
465 feita pelo conselheiro Tião, mas mantendo como item 2, imediatamente após a  
466 aprovação da ata, o tema relacionado ao sistema prisional e assim darmos sequência  
467 aos trabalhos e evoluirmos um pouquinho. É essa a proposição.

468  
469  
470 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
471 **Civis – Cobracol):**

472  
473 Eu concordo. Já me sinto contemplado em parte pela fala do conselheiro Sá Ribas. A  
474 gente não vai decidir nada aqui agora se não resolvermos logo. Temos que ser mais  
475 práticos, eu acho. Temos que deliberar logo. Eu entendo que tem que ter prioridade,  
476 senhor presidente, a proposta do companheiro José Neves porque ontem fizemos  
477 uma audiência pública. Então, eu creio que se for repassado o documento para cada  
478 um e a gente ler enquanto vai se formatando aqui a pauta e as deliberações, eu acho  
479 muito mais fácil a gente aprovar isso. Se o Senasp fornecer uma cópia para cada um  
480 de nós que estamos aqui para deliberar, eu acho que ficaria mais fácil, logo em  
481 seguida todo mundo lê um pouquinho, daqui a pouco já teremos juízo. Essa é a  
482 proposta. E depois coloca lá, é uma folha A4. Então, vamos logo dar vazão a essa  
483 demanda, companheiros!

484

485 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

486

487 Bom, os conselheiros tiveram a palavra, chegou a hora de irmos para decisão. Eu só  
488 queria dizer ao Neves que não seria nenhum desprestígio qualquer decisão dos  
489 conselheiros se não fosse mudada a pauta. Vou dar só um registro: a questão da  
490 perícia levou 2 anos mudando de pauta porque não tínhamos ainda uma formação  
491 para fazê-la. Não era desprestígio. Era falta de condição de qualificação. Pode ser  
492 que neste momento não é questão de desprestígio, é falta de qualificação para não  
493 entendermos a questão como um desprestígio. Vamos seguir?

494

495 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

496

497 Para facilitar, enquanto se imprime a proposta, a gente já aprova a ata.

498

499 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

500

501 A primeira decisão que temos é se vamos alterar a pauta proposta ou não. Quem  
502 aprova a alteração? **Aprovada.** Com a possibilidade de alteração vamos incluir os  
503 itens que poderão ser aprovados, e a ordem, nessa alteração.

504

505 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores  
506 Municipais de Segurança Pública):**

507

508 Eu sugiro a proposta do Tião. A sugestão é trocar, se o Tião concordar, no item 2 ficar  
509 a recomendação do sistema prisional e o 3 as eleições e segue validação e  
510 aposentadoria dos policiais para hoje. Essa é a pauta de hoje!

511

512 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

513

514 Há consenso nisso?

515

516 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores  
517 Municipais de Segurança Pública):**

518

519 O Conseg se discute amanhã. Eliana, amanhã teria redução dos homicídios, sistema  
520 de participação popular, esvaziamento do Conasp e as eleições.

521

522 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

523

524 Mariano, dialogando com você abertamente, eu concordo com a tua proposta, não  
525 tem nenhum problema de fazermos logo a leitura da recomendação, mas só queria  
526 fazer outra inversão em função de uma questão prática. Os policiais terão uma  
527 audiência com o ministro hoje e vão ter que discutir esse tema que está colocado aí  
528 da questão aposentaria. Eu colocaria que depois da leitura e aprovação da  
529 recomendação, imediatamente, é uma coisa rápida, a gente discute a questão da  
530 aposentaria e entra nas eleições.

531

532 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):**

533

534 Olha, eu vou repetir o que estava falando. A nossa Câmara Técnica não se reuniu  
535 para pensar o texto de recomendação. O Neves fez um texto relacionado com a  
536 questão dos trabalhadores, e o fez sozinho. Então, nós não nos reunimos. Então, nós  
537 vamos ter uma audiência pública que tratou amplamente do sistema prisional e vamos  
538 ter uma recomendação sobre os trabalhadores apenas. Por isso, solicitamos que a  
539 recomendação seja para tarde pelo menos para que possamos elaborar outro texto  
540 relacionado a temas mais amplos na questão prisional.

541

542 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
543 **Organizações Populares – GAJOP):**

544

545 Bom, o que eu gostaria de dizer é primeiro uma questão de lógica e outra uma  
546 questão ordem. Do ponto de vista da lógica, eu queria dizer o seguinte: nós elegemos  
547 prioridade a questão do cronograma da 2ª Conseg, vamos discutir eleições do Conasp  
548 e vamos tratar do sistema de participação no outro dia, aliás, quase na hora das  
549 despedidas do expediente da manhã. Então, essas questões estão afeitas, elas dizem  
550 respeito a certa lógica da abordagem da questão. A outra coisa, trazer o sistema de  
551 participação popular é uma grande oportunidade para discussão, colocar na pauta  
552 deste conselho as questões da sociedade civil. Nós temos vindo até aqui durante  
553 quase dois anos e discutimos todas as propostas colocadas pelos senhores agentes  
554 da segurança pública, seja enquanto trabalhador, seja enquanto gestor. É uma  
555 oportunidade. Talvez seja pela primeira vez. Daí porque eu pediria que ela fosse  
556 colocada numa outra posição que nos permitisse fazer os nexos necessários com isso  
557 que se está discutindo que já foi considerado como prioritário. Tenho dito.

558

559 **O Sr. Augusto Rossini:**

560

561 Eu vou ler um requerimento que eu fiz: “Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho  
562 Nacional de Segurança Pública. O conselheiro Augusto Rossini, no uso de suas  
563 atribuições, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar a impugnação da  
564 proposta...” isso é uma questão de ordem que estou levantando na forma de um  
565 requerimento, que acho conveniente inclusive para constar dos anais ..”de  
566 recomendação formulada pelo conselheiro José Neves, com toda vênia, por vício de  
567 origem e por não retratar o teor de todos os temas discutidos por ocasião da audiência  
568 pública de 13 de junho. Data vênia, proposta reducionista, portanto, trata apenas de  
569 tema relacionado a questão de categorias profissionais. Ademais a Câmara Técnica  
570 não foi instada a debater previamente as questões propostas, não sendo razoável que  
571 o encaminhamento de e-mail suprima tal fase” Eu me segurei para não discutir o  
572 mérito dessa proposta que, inclusive tem vício de origem constitucional por conta do  
573 trato, por exemplo, a criação de uma comissão interna para proposta de emenda  
574 constitucional quando nós sabemos que emenda constitucional sequer é iniciativa do  
575 Executivo, só pode ser pelo Legislativo. De forma que a minha proposta é, com toda  
576 vênia, já que nesse teor dessa proposta de recomendação que sugere a criação de  
577 um grupo técnico, que nós, desculpe José, não debatamos hoje a questão, que seja  
578 retirada da pauta a questão da audiência pública, a Câmara Técnica se reúna durante  
579 o mês de junho ou julho para preparar um documento pleno para aprovação aqui  
580 deste plenário. Eu, como diretor-geral do Depem, vou custear, se assim entender o  
581 Conasp, as passagens e as diárias dessa comissão porque é do interesse do Depem

582 que nós nos aprofundemos como as questões das ouvidorias, como a questão do  
583 plano de carreira, como a questão da qualificação profissional porque os 6  
584 debatedores de ontem lá não trataram somente da questão das categorias  
585 profissionais, que nós respeitamos muito, o José Neves visitou o Depem e sabe que  
586 nós estamos preocupados com a questão da qualificação do profissional. Agora trazer  
587 para esta plenária em alguns minutos ou poucas horas o que foi debatido lá dentro,  
588 ontem, por 6 palestrantes, e o que nós podemos agregar para que venha como uma  
589 recomendação consistente de forma que o próprio Ministério da Justiça adie essas  
590 recomendações que se pautem inclusive no Plano Diretor do Depem. A proposta é  
591 esta: que nós não debatamos, que a Câmara Técnica discuta previamente isso e que  
592 se coloque em outro momento o debate.

593  
594 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
595 **Sindapef):**

596  
597 Bom. Primeiro eu quero dizer da minha felicidade do Depem fazer essas  
598 manifestações porque eu acho realmente que o Depem tem que se inserir nessas  
599 discussões e ajudar a pautar o Ministério da Justiça pela necessidade da  
600 regulamentação constitucional da concessão dos agentes penitenciários. Eu quero  
601 dizer também que quando colocamos ali foi uma proposta de recomendação. Não sou  
602 advogado, não tenho o teor jurídico para aferir. A questão é que acho importante a  
603 urgência dessa matéria, mas dado agora o interesse manifestado aqui do  
604 Departamento Penitenciário que vai ser um grande aliado nesse intento, eu acato  
605 dizendo que as Câmaras Técnicas se reuniram, sim, para debater esse tema e foram  
606 todos das Câmaras Técnicas instados a apresentar suas sugestões para confeccionar  
607 um modelo de recomendação. Se não o fizeram é preciso verificar a particularidade  
608 de cada um. O que eu apresento aqui é uma proposta de recomendação, que já estou  
609 retirando por conta dessa manifestação, que visa dar conta, não de interesse apenas  
610 classista, mas do interesse que foi debatido no referendun popular com a participação  
611 da sociedade civil, trabalhadores e gestores que foi a grande Conferência Nacional de  
612 Segurança Pública.

613  
614 **O Sr. Augusto Eduardo de Souza Rossini (Ministério da Justiça) -** Eu, embora  
615 faça parte dessa Câmara Técnica, não fui convidado a dela participar dos debates.  
616 Portanto, eu gostaria que a Câmara Técnica, num determinado momento aqui de  
617 interrupção dos trabalhos, já saísse com uma pauta prévia agora, junho ou julho, para  
618 iniciar a discussão. Quem decide é a mesa. Não tem aparte numa questão de ordem,  
619 pelo que me recordo. Mas é essa a proposta.

620  
621 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -** Eu acho  
622 que já há um consenso.

623  
624 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
625 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO):**

626  
627 Rossini, o Depem convida a Câmara Técnica para uma reunião, é isso? Ele é parte,  
628 mas, veja bem, quando o Rossini diz que está convidando, o Depem está assumindo  
629 os custos disso independentemente daqui. Então, há um convite do Depem para uma  
630 reunião com a Câmara Técnica do Conasp. E aí é só firmar a data, não é isso?

631

632 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -**

633 Confirmado. Acho que há um consenso esse assunto, a gente pode seguir e até uma  
634 facilitação para aprovação da pauta. Vamos à aprovação da ata da 16ª Reunião  
635 Ordinária. Já tira a recomendação? Depois disso, a aposentadoria dos policiais.

636 **Aprovado por consenso.**

637

638 **Não Identificado**

639 Suelen, nós conversamos ontem, até para contribuir com esse debate, ontem nós  
640 tiramos um compromisso do presidente do CNPCP que ele também receberia a  
641 Câmara Técnica deste conselho para debater na próxima reunião do conselho. Eu  
642 gostaria que aferisse e aprovasse isso, porque tem a questão de custos e talvez o  
643 Conasp tivesse que bancar essas viagens. É só para registrar este convite.

644

645 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -** Faz uma  
646 agenda só. Aprovação da 16ª Reunião Ordinária, vamos lá!

647

648 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
649 **Municipais de Segurança Pública) -** Temos que olhar o que está sendo apresentado  
650 porque senão daqui a pouco vem mais umas dez questões. Nós dividimos, pegando a  
651 sugestão do Tião, pauta de hoje e pauta de amanhã. Sugestão de pauta de hoje – aí  
652 ver quem tem proposta diferente: 1 – aprovação da ata; 2 – aposentadoria dos  
653 policiais; 3 – Eleição; recomendação do sistema prisional saiu, não está mais na  
654 pauta, 4 – Validação do cronograma da Conseg; 5 – Sistema de Participação Popular  
655 proposta pela companheira do Gajob. Isso seria a pauta de hoje. Pauta de amanhã: 1  
656 – Plano de Redução dos Homicídios; tira o item 7 que estaria hoje, 2 – Esvaziamento  
657 do Conasp; 3 – Informes. Essa é a sugestão.

658

659 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -** Há  
660 consenso? A questão da apresentação da presidência é só verificar se eles podem, se  
661 não puder mudaremos. Aprovação nesta Pauta? Nenhum dissenso? **Aprovada.**  
662 Vamos dar seguimento. Aprovação da ata da 16ª Reunião. **Aprovada por consenso,**  
663 **unânime.** Próximo item, ponto 2 – Aposentaria. O conselheiro Gandra vai fazer  
664 apresentação em 3 minutos.

665

666 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
667 **Civis – COBRAPOL) -** Bom, pessoal, não é novidade para nenhum conselheiro aqui  
668 do Conasp, até porque esse tema foi motivo de debate em todo país pela sociedade  
669 civil, por nós trabalhadores, pelos gestores, enfim, nós não trazemos aos senhores  
670 nenhuma novidade. Trata-se da concessão da aposentaria especial, não é nem  
671 concessão porque já existe uma regulamentação por meio da Lei Complementar nº 51  
672 de 1985. Ocorre que no dia 31, último dia do governo do saudoso Lula, o Ministério da  
673 Previdência, na calada da noite, encaminhou um projeto, 11 horas da noite, para o  
674 Congresso Nacional com a mensagem do presidente Lula tratando dessa questão que  
675 já estava regulamentada. E só o fizeram porque o STF foi instado por várias  
676 entidades, inclusive pela nossa e outros policiais com mandato de injunção, e outra  
677 pela então governadora do Distrito Federal, Abadia, que também por meio de um  
678 processo no STF, a ministra Carmen Lúcia batendo o martelo definitivamente, disse  
679 que a Lei Complementar nº 51 de 1985 havia sido recepcionada pela Carta de 88,

680 pela Emenda 20, pela 41 e pela 47. De maneira que não necessita se mexer em  
681 aposentadoria especial do policial porque essa matéria já é pacífica nos tribunais  
682 superiores e na nossa corte suprema. Porém, algum maldito que não quer o bem da  
683 sociedade e, portanto, não quer o bem dos policiais, algum técnico resolveu dizer:  
684 “Olha, presidente, o Presidente da República é exclusivo para propor qualquer medida  
685 relacionada à aposentação dos servidores da Nação”. E como já está regulamentado  
686 por essa lei, o presidente pode, sim, fazer uma regulamentação. Então, volto a dizer,  
687 na calada da noite, foi então aquele bendito PLP 554, com égide e com argumento  
688 falacioso de que aquele projeto foi para aquela Casa Legislativa com intuito de  
689 regulamentar e conceder a aposentação diferenciada para os operadores da  
690 segurança pública, com exceção dos militares que já estão garantidos por lei. Então,  
691 esse só se trata de polícias judiciárias estaduais, no Distrito Federal e da União a  
692 Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Feito isso, com a mudança de governo,  
693 várias gestões foram feitas e estão sendo feitas até hoje, motivo pelo qual várias  
694 entidades se juntaram, e vamos lançar no dia 20, senão na Rio+20, mas em alguma  
695 parte do país, 15 entidades que vão tratar dessa reivindicação e também da carreira  
696 policial como uma das mazelas da segurança pública que nós elencamos. Pois bem,  
697 pessoal, no ano passado, foi debatido esse tema aqui, as mesmas preocupações nós  
698 trouxemos, eu acho que eu também trouxe, eu fui um dos que trouxe à baila esse  
699 tema para este pleno. E o Marcos ficou encarregado de elaborar uma proposta a ser  
700 apresentada aqui e ele se debruçou nesse tema. Mas, não houve oportunidade, nem  
701 sequer de fazer qualquer discussão neste pleno a respeito desse tão simples ao  
702 nosso entender, mas, ao mesmo tempo, cheio de pegadinhas que está deixando a  
703 categoria dos operadores da segurança pública um tanto preocupados porque somos  
704 tratados de forma desigual, enquanto outros são tratados de forma igual, com mais  
705 justiça. Então, se já existe a Lei Complementar 51, a gente quer sim que a presidente  
706 da República faça uma revisão, mas a revisão tão somente para incluir os agentes  
707 penitenciários, que também não possuem esse direito porque, senhores, sabe o que  
708 aconteceu com a demanda desse PLP 554? Abriu-se um leque de profissões públicas  
709 que também querem fazer parte desse benefício que é desde 1985 concedido aos  
710 policiais. Médicos estão pedindo; é um direito de eles reivindicarem. Não estou  
711 questionando, não entro nesse mérito. Oficiais de Justiça estão dizendo que também  
712 têm risco de vida quando vão fazer notificações. Muitas outras categorias, como os  
713 auditores fiscais, por exemplo, também estão requerendo esse direito. E o que vai  
714 acontecer? Cria um imbróglio muito grande para a administração pública. Ora, a  
715 própria administração pública está trazendo para si, está criando para si esses  
716 calcanhares de Aquiles. A Constituição diz o seguinte: só quem tem direito à  
717 aposentação diferenciada, artigo da Emenda 47, são as atividades de risco contínuo,  
718 no caso os operadores da segurança pública. Alguns que possuem risco, como até os  
719 Correios, porque os Correios também querem fazer parte disso, eles querem porque  
720 quando vão entregar as correspondências e os cachorros podem morder etc. Então,  
721 todos correm risco. Se for nessa linha, todos terão direito a essa aposentação  
722 diferenciada. Isso é golpe, é oportunismo e nós não podemos permitir. Mas, não  
723 fomos nós que causamos isso, diga-se de passagem. Já falamos isso para o ministro  
724 da Justiça que nos disse que apoia. O Ministério da Justiça já tem parecer favorável  
725 só que encontra resistência no Governo Federal em alguns ministérios. Então, é  
726 necessário que nós, agora, aqui, chegou o momento deste conselho se manifestar  
727 definitivamente. E aí nós pedimos para que os senhores conselheiros façam justiça  
728 com esses operadores da segurança que são desvalorizados pela maioria dos

729 governo estaduais e de uma vez por toda a gente comece a cumprir uma  
730 determinação da 1ª Conseg. Aí, sim, nós vamos dizer: “A população brasileira foi  
731 atendida”. Essa é a participação popular e os trabalhadores tão somente estão  
732 trazendo essa reivindicação. Ela não é corporativa, senhor presidente, de maneira  
733 nenhuma é corporativa porque não só vai beneficiar os trabalhadores da segurança  
734 pública. Isso vai dar segurança para a categoria desempenhar a atividade de risco  
735 quando combate a criminalidade e no seu cotidiano que executa todas as polícias.  
736 Então, eu encerro clamando a todos que façam justiça agora e recomendemos ao  
737 Ministério da Justiça e, conseqüentemente, ao governo da nossa presidente Dilma  
738 que não passe de hoje e que ela ainda hoje possa dizer ao Congresso porque o  
739 governo detém a maioria naquela Casa e uma decisão do governo o presidente do  
740 Legislativo cumpre. É só dizer: “Retire esse projeto” que o governo não vai ter mais  
741 problema nenhum com o imbróglio causado por alguém que ninguém sabe quem foi.  
742 Muito obrigado.

743  
744 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
745 **Federais – Fenaprf)** - O que eu queria dizer é que esse reconhecimento de atividade  
746 de risco dos policiais, já existe esse reconhecimento inclusive pelo ministro da Justiça  
747 em reunião com ele em 30 de maio. Ele disse: “Olha, se policial não é atividade de  
748 risco, o que mais é?” Partindo daquele princípio que igualdade é tratar os desiguais de  
749 forma desigual, essa aposentadoria especial dos policiais iguala à aposentaria comum  
750 que é estendida aos demais servidores. O policial morre mais cedo depois que  
751 aposenta, apesar de contribuir quase com o mesmo tempo. Uma pesquisa da Fiocruz  
752 da doutora Maria Cecília Minayo, pesquisa desenvolvida para a Senasp com os  
753 policiais do Rio de Janeiro mostra que, além das doenças adquiridas na profissão, a  
754 mortalidade do policial é maior do que da população do Rio de Janeiro, cidade que  
755 tem alto índice de homicídios, e uma série de doenças adquiridas no exercício da  
756 profissão, ela vai provar isso numa pesquisa para o Conasp. Em uma das suas  
757 citações, ela diz: “A sociedade brasileira não se importa com os policiais, isso é  
758 histórico. Será que nós ao não nos importamos com os policiais, não aumentamos o  
759 potencial de violência da sociedade brasileira?”, citação da doutora Maria Cecília de  
760 Souza Minayo. Esse Projeto de Lei 554, enviado pelo governo, dois ministros, o então  
761 ministro José Barroso Pimentel, do Ministério da Previdência Social e Paulo Bernardo,  
762 na época no Ministério do Planejamento, eles assinaram uma mensagem ao  
763 presidente, encaminhando essa proposta dizendo assim: “Até a presente data, tal  
764 norma não foi editada e a referida aposentadoria não pode ser concedida aos  
765 servidores que trabalham nessas condições”. Ou seja, quem assina ou quem  
766 preparou essa mensagem, induzindo o presidente a um erro de que os policiais não  
767 tinham nada que regulamentar, ou que o Estado não poderia conceder essa  
768 aposentação porque não havia norma que regulamentasse. Mas, na mesma  
769 mensagem vem a contradição quando eles dizem: “São válidas as aposentadorias  
770 concedidas até a entrada em vigor desta lei complementar com base na Lei  
771 Complementar 51 de 20 de dezembro de 1985”, estão dizendo que não existe e eles  
772 já estão revogando uma lei que dá essa condição, inclusive de paridade, de  
773 integralidade, e permitem que essa regra continue sendo válida para aquelas  
774 aposentarias concedidas até o vigor do Projeto 554. Nós temos também já decisões  
775 do Supremo Tribunal Federal garantindo que a Lei Complementar 51 de 1985 foi  
776 recepcionada pela Constituição de 88, a lei é válida. E o Tribunal de Contas da União  
777 já reconheceu também a validade desta lei, inclusive com efeito sobre integralidade e



778 paridade, ou seja, o Projeto de Lei 554 está retirando direitos dos trabalhadores da  
779 segurança pública com relação à aposentaria com o discurso de que está  
780 regulamentando uma matéria que não carece de regulamentação. Por isso que  
781 estamos mobilizando os trabalhadores com assento no Conasp e outras categorias.  
782 Nós já sinalizamos que estamos criando um movimento nacional e com uma  
783 manifestação já durante a Rio+20. E outros eventos internacionais que teremos para  
784 mostrarmos essa insatisfação porque, infelizmente, a gente se ressentiu disso. Essa  
785 matéria é muito pungente, ela traz essa aflição aos trabalhadores da segurança  
786 pública. Então, eu vou resumir por aqui. Muito obrigado pela paciência.

787

788 **O Sr. Kléber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**  
789 **Brasil – ADEPOL)** - Bom-dia a todos os conselheiros. Eu inicio a minha fala  
790 chamando a atenção para esse tema e ressaltando que a questão da aposentadoria  
791 por atividade de risco é o tema mais caro aos trabalhadores de segurança pública  
792 deste país. A relevância e a seriedade são enormes com relação a esse tema. O  
793 Artigo 40, § 4º da Constituição Federal diz que é vedado o estabelecimento de  
794 critérios e requisitos diferenciados de aposentadoria para a categoria de servidores  
795 públicos, salvo aqueles que desempenham atividades de risco. Eu acho que não  
796 preciso discorrer aqui sobre a natureza de risco permanente da atividade policial e  
797 também daqueles que exercem atividade de custódia de presos. Nós hoje  
798 concedemos aposentaria com base na Lei Complementar 51 de 85 que, de acordo  
799 com a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal, foi recepcionada pela nossa  
800 Constituição, e também o pleno do Tribunal de Contas da União já encarou essa  
801 matéria e entendeu que devem ser convalidadas todas as aposentadorias concedidas  
802 com base na Lei Complementar 51 de 85 também sob fundamento de que teria sido  
803 recepcionada pela Constituição. Como disse o conselheiro Gandra, no apagar das  
804 luzes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi encaminhado ao  
805 Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar, assinado à época pelo então  
806 ministro Paulo Bernardo, sobre a justificativa de que era necessário regulamentar o  
807 parágrafo 4º do Artigo 40, como se não houvesse já uma lei em pleno vigor  
808 disciplinando a aposentadoria, não a aposentadoria especial, mas aposentadoria  
809 diferenciada em razão da atividade de risco permanente dos policiais. Então, a gente  
810 observa que houve um vício de justificativa no encaminhamento desse projeto de lei  
811 que veio trazer insegurança jurídica para os policiais. Eu também acho que é  
812 desnecessário a gente discorrer mais largamente sobre a questão da atividade de  
813 risco e o quanto que as categorias de trabalhadores da área de segurança pública são  
814 sacrificadas neste país. Nós enfrentamos batalhas diárias. E o único alento dos  
815 profissionais de segurança pública é saber que eles vão se aposentar e Conseguir  
816 desfrutar de certo grau de dignidade quando aposentarem. Apesar inclusive da  
817 desvalorização salarial desses profissionais. O que nós gostaríamos de trazer para  
818 este Conasp é a nossa preocupação com essa burla ao mandamento constitucional  
819 traduzido no PLP 554 de 2010 que hoje se encontra apensado a outro Projeto de Lei  
820 Complementar, esse sim que confere mais dignidade aos policiais, que é o 330 de  
821 2006, eles tramitam apensados hoje e estão na Cetasp – Comissão de Trabalho,  
822 Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Nós ainda não temos  
823 uma posição definitiva do governo. Mas, nos causa espécie que um governo  
824 trabalhista queira, além de não conferir mais garantias e prestígio a esse segmento  
825 tão sacrificado que são os trabalhadores públicos, que ainda queira praticar um  
826 verdadeiro *bullying* contra os policiais deste país retirando o pouco que eles têm.

827 Então, eu gostaria de chamar a atenção do Conasp para esse tema. Acho que ele tem  
828 que ser debatido aqui e ao final contando com a sensibilidade dos conselheiros que a  
829 gente aprovasse ou uma recomendação ou um parecer sobre a matéria para que o  
830 governo se manifeste definitivamente, e nossa expectativa é que seja no sentido de  
831 cumprir a Constituição Federal, dar validade àquele preceito do Artigo 40, § 4º da  
832 Constituição Federal.

833

834 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC) -**  
835 Bom-dia a todos. Sou presidente do Sindicato dos Peritos de Mato Grosso e aqui no  
836 conselho representando a Associação Brasileira de Criminalística, a entidade que  
837 congrega os peritos criminais. E venho aqui, neste momento, manifestar a  
838 preocupação com esse tema com relação á aposentaria especial. Venho aqui apoiar,  
839 ser solidário e trabalhar junto para que possamos implementar essa lei, porque nós da  
840 perícia estamos em situação pior ainda. Porque alguns estados, inclusive o meu, onde  
841 estamos fora da estrutura da Polícia Civil, nem a Lei 051 nós podemos aproveitar,  
842 entramos na vala comum dos servidores públicos, sendo que nosso trabalho está ali  
843 no dia a dia em local de crime, fazendo trabalho muitas vezes insalubre também, não  
844 só perigoso, e temos essa dificuldade. Hoje os servidores da pericia aposentando com  
845 35 anos de serviços ou chegando à idade exigida por lei. Então é oportuno discutir. Eu  
846 fui presidente da Associação Brasileira de Criminalística e debatemos esse assunto  
847 no Congresso Nacional e vi ali que não tinha vontade do governo. Agora é o momento  
848 de provocarmos para que isso saia do Poder Executivo a mensagem com o objetivo  
849 de aprovar esse projeto, senão vai ficar anos e anos ali sendo debatido. E, por último,  
850 é a oportunidade também aqui no Conasp de trabalhar esse assunto porque foi uma  
851 das diretrizes mais aprovadas na 1ª Conseg. Nós estamos partindo para a segunda,  
852 elaborando, discutindo a 2ª Conseg. Com certeza esse tema vai ser novamente  
853 discutido na 2ª Conseg. E para que possamos levar resultado da 1ª Conseg, acho que  
854 esse item é um dos que temos de abraçar para que seja aprovado e que possamos  
855 levar resultado da 1ª Conseg. Então, é oportuno aos conselheiros, nós pedimos esse  
856 apoio, e como foi dito aqui, não é só questão dos trabalhadores, mas é uma questão  
857 também que envolve a sociedade a questão da aposentaria especial por uma questão  
858 de humanidade, uma questão de respeito a esses servidores que estão ali no dia a  
859 dia, no trabalho árduo, difícil e perigoso. Então, eu volto aqui a dizer a importância  
860 desse projeto, a importância que a perícia seja também valorizada nessa discussão,  
861 haja vista que em vários estados a perícia está fora da estrutura da Polícia Civil. Mas  
862 são operadores da segurança pública e têm essa necessidade igual aos demais  
863 servidores desta pasta. Obrigado.

864

865

866 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais) -** Eu gostaria  
867 também de pedir ao conselho que nessa recomendação não esqueçam as guardas  
868 municipais. Elas estão inseridas no capítulo da segurança pública, § 8º do Artigo 144,  
869 constam também na Lei 10.826 no Estatuto do Desarmamento, com previsão de porte  
870 funcional de arma de fogo, tanto em serviço 24 horas, quanto o próprio porte  
871 particular. Lembro que no grupo de trabalho para instituição do marco regulatório das  
872 guardas municipais, o texto apresentado constam as guardas municipais como  
873 atividade de risco. O próprio Projeto de Lei 1332 do deputado Arnaldo Faria de Sá,  
874 cujo relator é o deputado Franciscini constam também as guardas municipais como  
875 atividade de risco. Projeto de Lei 554 também com seus substitutivos constam

876 também as guardas municipais como atividade de risco. Então, eu peço a este  
877 conselho que na recomendação da aposentaria especial não se esqueçam das  
878 guardas municipais, pois elas prestam serviços de segurança pública armados, a  
879 maioria, trabalhando, não só nos bens e serviços e instalações, mas também  
880 ajudando na segurança das pessoas. Então, que não se esqueçam de incluir na  
881 aposentadoria especial as guardas; somos hoje no Brasil cerca de 780 guardas  
882 municipais, somamos mais de 80 mil servidores no quadro das guardas municipais de  
883 todo Brasil. Obrigado.

884

885 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
886 **Municipais de Segurança Pública)** - Eu sugeri que esse tema fosse discutido  
887 amanhã, primeiro que evidentemente diz respeito muito mais aos policiais, aos  
888 agentes da segurança, mas é um tema que diz respeito à sociedade toda. Acho  
889 fundamental, aproveitando o Kléber e outros aqui, de nós já, no final desse debate,  
890 logo no início da tarde, nós trouxemos aqui uma recomendação deste conselho  
891 colocando para o Ministério da Justiça e para o Governo Federal a preocupação do  
892 Conasp de que se amplie para outros setores relacionados direto ou indiretamente à  
893 segurança pública a aposentaria diferenciada, eu acho melhor o termo diferenciada,  
894 especial parece que é uma mordomia, e não é, é o risco, é diferenciada em razão do  
895 risco. E aí eu concordo de incluir os agentes penitenciários, outras áreas da Polícia  
896 Civil e as guardas municipais que passaram, como Joel disse, duas semanas na  
897 Comissão de Segurança um projeto do marco regulatório das guardas, está indo para  
898 a Comissão de Justiça, e Guarda Municipal uniformizada na rua também é do setor de  
899 segurança pública, mesmo complementar, e corre risco. Nas ações do PCC em São  
900 Paulo que vitimou dezenas de agentes de segurança pública quatro guardas  
901 municipais também foram mortos por ações do crime organizado. De modo que esse  
902 debate sobre a aposentadoria diferenciada por risco de vida para os setores de  
903 segurança pública incluindo os agentes penitenciários e as guardas civis que fazem  
904 ação complementar devem ser encaradas, no meu entendimento, com uma posição  
905 consensual deste conselho, não é uma demanda só dos trabalhadores, nem só dos  
906 gestores, é um apelo para que essa seja uma recomendação consensual e que nós  
907 trabalhamos isso onde nós temos direto ou indiretamente influência para chegar ao  
908 governo e ao Congresso Nacional. Eu acho que essa é uma das posições  
909 fundamentais que o Conselho Nacional de Segurança Pública pode tomar. Se está em  
910 risco diminuir garantias dos trabalhadores de segurança pública, o Conasp não pode  
911 se omitir. E aí o Conasp são trabalhadores, gestores de sociedade cível e não só as  
912 categorias que respondem pelos profissionais. É isso, presidente.

913

914 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
915 **Brasil – Amebrasil)** - Eu queria somente registrar, especialmente da manifestação do  
916 conselheiro Gandra, que, de fato, os militares estaduais que são partícipes  
917 fundamentais do sistema de segurança pública consideravam que tinham sua  
918 situação do ponto de vista de aposentação, para usar a terminologia que estamos  
919 utilizando aqui, no nosso caso é passagem para a reserva remunerada porque nós  
920 ficamos sujeitos a outras implicações legais, até o advento da reforma, diferentemente  
921 também das outras categorias profissionais, e nós achávamos, Gandra, que nós  
922 tínhamos, senhores conselheiros, uma situação consolidada sob esses aspectos que  
923 estamos aqui hoje tratando. Com o advento da Emenda Constitucional nº 18, que é de  
924 1998, e que assegurava efetivamente uma condição diferenciada para não usar

925 também o termo que o conselheiro Mariano observou muito bem, pode ter outra  
926 conotação em termos de eventual privilégio ou coisa que o valha. Mas, aí, Gandra,  
927 essa Emenda 18 acabou funcionando também às avessas porque ela remeteu para  
928 competência dos governos estaduais a definição sobre os direitos, garantias,  
929 prerrogativas etc, dos integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros  
930 militares de todo país. De forma que, sabem vocês muito bem, as coisas mudam de  
931 governo para governo, de conjuntura política de uma para outra, e nós estamos  
932 também sujeitos a governos que eventualmente se dispõem a fazer isso que o  
933 governo federal está se dispondo a fazer com os senhores integrantes das outras  
934 categorias de operadores da segurança pública até tentando tirar-lhes direitos que a  
935 Lei Complementar 51 de 85 já lhes assegurava. E aí nós temos hoje uma situação  
936 inusitada, senhores conselheiros, no país, porque temos instituições militares  
937 estaduais, PM e Bombeiro, numa situação relativamente boa sob esse aspecto do  
938 direito previdenciário, como é o caso, felizmente da instituição a qual eu pertenço, a  
939 Polícia Militar do estado do Paraná, mas temos também instituições militares  
940 estaduais que estão em péssima situação sob essa ótica porque ficaram sob a tutela  
941 de determinados governos estaduais que agiram da mesma forma que o governo  
942 federal hoje pretende agir com relação a outros segmentos do serviço público. Então,  
943 eu queria registrar, Gandra, que a despeito dessa pretensa garantia que a Emenda  
944 Constitucional 18 de 98 que está lá esculpida na Constituição da República assegurou  
945 a nós militares estaduais brasileiros, infelizmente ela também está sob ameaça, em  
946 função de postura similar de determinados governos estaduais. De forma que estejam  
947 certos, os companheiros de todos os outros segmentos, que nós somos solidários ao  
948 esforço, ao trabalho e ao empreendimento que vocês estão fazendo na busca de que,  
949 efetivamente, se reconheça aos operadores da segurança pública em função do risco  
950 contínuo que corre esse direito que não tem a dimensão de maneira alguma de  
951 privilégio, mas sim, de diferenciado, exatamente em função dos riscos que também  
952 são diferenciados para o exercício da nossa função. De maneira que eu disse ao  
953 Marcos e reafirmo, vou estar lá com os senhores, embora a instituição e eu nessa  
954 conjuntura não tenhamos essa dificuldade felizmente. Mas, amanhã isso poderá  
955 ocorrer, e se nós não nos unirmos e não trabalharmos com objetividade por aquilo que  
956 é justo e de direito para com o segmento de operadores de segurança pública  
957 poderemos ter problemas futuros muito maiores em curto espaço de tempo.

958  
959 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
960 **Federais – Fenaprf)** - Obrigado, Sá Ribas pelo aparte. E é justamente por isso que  
961 nós estamos conclamando todas as entidades porque aquelas que hoje tem esse  
962 direito garantido, a partir da aprovação desse PL 154, facilmente os governos  
963 estaduais podem replicar esse modelo, menos aqueles que têm modelo pior do que  
964 esse. Porque o que é ruim, infelizmente de governo para governo tem mais facilidade  
965 de permanecer, o que é conquista, o que é direito, o que é avanço, isso facilmente é  
966 substituído por outro modelo, outro plano. E o que queremos deixar para o conselho é  
967 que é um tema pungente e mobilizante de todas as categorias policiais. E dizer que  
968 estamos neste momento pedindo que seja resguardado um direito já adquirido para as  
969 categorias policiais, embora a gente reconheça também esse direito para as guardas  
970 municipais, para os agentes penitenciários. Mas, primeiro, nós precisamos garantir o  
971 que já existe.

972

973 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
974 **Brasil – Amebrasil)** - Eu só quero reafirmar que a necessidade dessa união e desse  
975 trabalho integrado é evidente porque, infelizmente, determinados governos nos olham  
976 não como servidores, um segmento que cumpre uma função essencial do Estado.  
977 Quando se trata do direito previdenciário, senhores, nós somos olhados também  
978 como se fossemos números e não pessoas porque direito previdenciário, condições  
979 de aposentação etc, representam dinheiro. Por isso, a implementação de regimes de  
980 capitalização que são sim necessários, por isso que deixou de lado regimes de  
981 partição simples no contexto do direito previdenciário brasileiro, por isso os governos  
982 estão empenhados, ainda que tivesse o direito já consolidado, reduzir os custos pela  
983 forma como eventualmente eles nos olham, não como pessoas, não como cidadão,  
984 mas como números a onerar eventualmente o orçamento do Estado. Concluído,  
985 presidente, obrigado.

986  
987 **O Sr. José Lopes Rott (Polícia Rodoviária Federal)** - Bom-dia a todos. É um fala  
988 rápida, apenas para registrar a posição institucional da Polícia Rodoviária Federal que  
989 já é de conhecimento da federação, mas acho pertinente trazê-la ao conhecimento de  
990 todos os conselheiros, que é no mesmo sentido do que foi defendido por todos os  
991 senhores, isso foi formalizado ao senhor ministro de Estado da Justiça e o senhor  
992 ministro também tem se manifestado, inclusive junto ao Congresso Nacional no  
993 mesmo sentido. Então, registrar aos senhores que a instituição também é uma aliada  
994 nessa luta porque entendemos que além de direito dos servidores, essas regras não  
995 deixam de ser, de outro modo, uma ferramenta de gestão. Não dá para imaginar como  
996 nós que fazemos policiamento ostensivo vamos ter um policial já com idade avançada  
997 na estrada sob uma condição que requer a possibilidade de pronta resposta. Então,  
998 visualizando a matéria pelo lado da gestão administrativa de uma instituição policial  
999 também seria problemático mudanças nas regras de aposentadoria que elevassem o  
1000 tempo de permanência do servidor policial na atividade.

1001  
1002 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
1003 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Bom-dia a todos e a todas. Sargento Héder,  
1004 representando a Anaspra. Como bem disse o conselheiro Sá Ribas, vale a pena  
1005 ressaltar e acrescer que quando disse que aos militares basta editar uma lei  
1006 específica que altere o modo de regime e nós também seremos contemplados com a  
1007 perda ou com a troca, com a forma com que se dá a nossa reforma e a transferência  
1008 para a reserva. Vale ressaltar que o estado do Espírito Santo, por exemplo, já passou  
1009 de 30 anos para 35 anos para os policiais militares e bombeiros militares daquele  
1010 estado. E foi lei específica. Rio Grande do Sul tentou implementar da mesma sorte e  
1011 não passou. Então, essa questão de dizer que os militares estão contemplados em lei  
1012 especial, vota-se uma lei e diz que é especial resolve-se o problema. E eu não me  
1013 iludo, eu não me engano de que se, eventualmente, aprovado este PLP 554, os  
1014 governos estaduais obviamente balizarão por eles e a partir daí seus estados  
1015 promoverão as alterações necessárias como forma de restrição da aposentaria dos  
1016 policiais e bombeiros militares dos respectivos estados. Conversando com o  
1017 conselheiro Marcos Dias, a Anaspra hipoteca de corpo, alma e vontade na luta pela  
1018 manutenção e defesa dos direitos da aposentadoria dos profissionais da segurança  
1019 pública, independentemente se, neste momento, somos nós os praças ou os policiais  
1020 e bombeiros militares dos estados as vítimas desse saco de maldade do governo  
1021 federal contra os profissionais de segurança pública. Contem conosco, com a nossa

1022 mobilização, e, principalmente, na luta pelos interesses e na defesa de uma melhor  
1023 qualidade de vida dos profissionais de segurança pública. Obrigado.

1024

1025 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
1026 **Sindapef)** - Primeiro agradecer ao conselheiro Kléber e ao conselheiro Mariano por  
1027 terem se lembrado da categoria dos servidores penitenciários no âmbito dessa  
1028 discussão. O que quero dizer aqui, e já é redundante, de que é necessário que essa  
1029 categoria seja vista. Hoje a gente costuma dizer que o agente penitenciário se  
1030 aposenta para morrer quando a maioria deles morre mesmo antes de se aposentar.  
1031 Outro dia fizemos um desafio dizendo aos conselheiros, numa reunião de mesa  
1032 diretora, de que ninguém conhece um agente penitenciário de 60 anos. Ou pelo  
1033 menos com 60 anos sem algum mal que afeta a sua saúde. Nesse sentido, eu quero  
1034 dizer que nós também engrossamos a fileira desse grande movimento pela retirada do  
1035 PLP 554 por uma aposentaria que garanta de fato direitos penitenciários. A minha  
1036 única ressalva nesse sentido é a retirada pura e simplesmente do PLP 554 porque a  
1037 categoria de agentes penitenciários foi contemplada nesse PLP e ela não se  
1038 apresenta aqui na Lei Complementar nº 51, a exemplo dos guardas municipais e  
1039 também dos peritos. Quero dizer com isso que nós apoiamos todo movimento que vá  
1040 nessa direção de superar o PLP, mas alertamos que a pura retirada do PLP não  
1041 resolve o problema da categoria dos agentes penitenciários.

1042

1043 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** - Eu gostaria de  
1044 manifestar apoio ao que nós estamos aqui discutindo e gostaria de lembrar que esses  
1045 mesmos argumentos que são hoje utilizados para discussão acerca do risco enquanto  
1046 atravessamento de uma aposentadoria especial também devam ser utilizados na  
1047 necessidade de atuação efetiva de equipe de saúde no interior das atividades policiais  
1048 e demais operadores segurança pública. Digo isso porque a psicologia tem um  
1049 acúmulo na relação que se faz estresse policial, manifestações patologias  
1050 psicossomáticas e com morbidade. No entanto, são estudos que são restritos apenas  
1051 a três estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão. São os únicos  
1052 estados que têm o quadro de oficiais psicólogos no interior em especial das  
1053 instituições policiais militares. Então, gostaria apenas de afirmar isso. E, no momento  
1054 oportuno, esses mesmos argumentos também nos sirvam para cobrar atuação efetiva  
1055 dos profissionais de saúde em especial aqui à atuação profissional do psicólogo  
1056 porque entendemos que pesquisas nesse campo servem como argumento e para  
1057 reforçar que o que nós estamos colocando aqui em relação a riscos pode ser operado  
1058 conceitualmente e a operação conceitual de risco tem tudo a ver com a questão de  
1059 estresse. Obrigado.

1060

1061 **O Sr. Pfeifer (Federação Nacional dos Profissionais de Papiloscopia)** - Meu nome  
1062 é Pfeifer, sou representante da Federação Nacional dos Profissionais de Papiloscopia  
1063 e queria fazer coro com todos os conselheiros aqui no sentido de que nós precisamos  
1064 realmente de apoiar essa aposentadoria diferenciada para o segmento dos  
1065 operadores de direito que sofre e que exerce uma atividade de risco permanente. E  
1066 sofre muito com relação ao estresse, ameaças à família que fica bastante exposta  
1067 também, ao risco real quando estão na atividade policial e na atividade de segurança  
1068 pública. Então, acredito que esse movimento que foi criado - Movimento Nacional de  
1069 Valorização dos Policiais e dos Profissionais de Segurança Pública vá contribuir para  
1070 que possamos realmente manter essa conquista que foi alcançada com muita luta. E

1071 acredito que este conselho tem que se manifestar com relação à retirada do PLP 554  
1072 e que faça as devidas alterações na Lei Complementar 51 porque acredito seja um  
1073 caminho mais curto e talvez mais fácil de obtermos o resultado desejado. Eu acredito  
1074 que a conscientização e a manifestação deste conselho vão ser importantes para  
1075 manutenção dessas conquistas.

1076  
1077 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu queria fazer uma proposta de  
1078 encaminhamento para partirmos para o próximo ponto. Primeiro eu acho que há  
1079 consenso aqui entre nós de apoio à retirada do projeto de lei que lá está no  
1080 Congresso. Essa posição política para nós é a mais importante neste momento.  
1081 Então, minha proposta é que a gente aprove essa posição política de retirada imediata  
1082 do projeto para que eles possam já conversar à tarde com o ministro, já com essa  
1083 posição, e eles vão preparar uma recomendação por escrito, considerando as falas  
1084 aqui, a ser depois apresentada ao pleno. Então, aprovamos politicamente a posição  
1085 de retirada imediata e depois eles apresentam uma recomendação mais detalhada  
1086 para aprovarmos aqui.

1087  
1088 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - O conselho aprova a  
1089 sugestão? O conselheiro Humberto gostaria de se manifestar?

1090  
1091 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos  
1092 Periciais do Brasil)** - A nossa fala é rápida. Apoiar, o conselheiro Tião foi muito feliz  
1093 nessa proposta. Eu só queria reforçar quando da recomendação que sejam incluídas  
1094 todas as categorias, todos os atores da segurança pública. Obrigado.

1095  
1096 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil)** - Bom-dia a todos os  
1097 conselheiros e conselheiras. Eu queria só manifestar e deixar bem explícita a opinião  
1098 da Rede Desarma Brasil porque são 70 organizações da sociedade civil e que, nesta  
1099 oportunidade, precisa deixar claro essa manifestação baseada especialmente na fala  
1100 anterior do Tião, da retirada do projeto e do nosso apoio em tudo que foi de  
1101 valorização para as categorias dos operadores de segurança pública. No entanto, é  
1102 necessário entender que essa melhoria precisa ser acompanhada de uma relação  
1103 estreita e baseada nos direitos humanos com a sociedade civil. Haja vista, de que  
1104 esse é um dos argumentos que as categorias têm para muitas vezes cometerem  
1105 alguns atos que são para todos nós caríssimos no que diz respeito à relação  
1106 sociedade civil, no que respeita à cidadania dos operadores de segurança pública.  
1107 Então, primeiro, acho que a proposta do Tião, da retirada, para nós é muito importante  
1108 para que se aprofunde o debate. A Rede Desarma Brasil é, sim, solidária a esse tema  
1109 e nos debates das categorias colocar explicitamente que essa valorização tem que  
1110 estar sempre vinculada ao pressuposto da relação das categorias no que diz respeito  
1111 aos direitos humanos com a cidadania brasileira. Isso é muito importante. A Rede  
1112 Desarma Brasil está aqui de pleno acordo com essa proposição. Obrigado.

1113  
1114 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Agora podemos seguir a  
1115 sugestão do nosso companheiro Tião para tirar uma posição política antes da  
1116 recomendação, que virá depois. Existe a sugestão de formar um grupo para compor  
1117 essa recomendação e trazer *a posteriori* para aprovação. Então, a posição política,  
1118 quer repetir Tião?

1119

1120 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** –É a retirada imediata do projeto que  
1121 foi encaminhado pelo Governo que hoje tramita na Câmara dos Deputados.

1122  
1123 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Em regime de votação?  
1124 Aqueles que aprovam façam o sinal de aprovação. **Unanimidade.**

1125  
1126 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1127 **Segurança Pública)** - O número? Se for recomendação será a número 3. Depende  
1128 de qual for a decisão.

1129  
1130 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - O Marcos chamou a  
1131 atenção para isso. É uma recomendação só com esse ponto. Está consenso uma  
1132 recomendação só com esse ponto? É uma recomendação, Marcos, obrigado. **É a**  
1133 **Recomendação nº 13, aprovada por unanimidade.**

1134  
1135 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1136 **Segurança Pública** - É bom lembrar que se for aprovada será a de número 13. Se ela  
1137 for a outra será a de número 14. A próxima a ser aprovada será a de número 13.

1138  
1139 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1140 **Periciais do Brasil)** - Presidente, um esclarecimento. Foi definido o destinatário da  
1141 recomendação? Eu tive que me afastar um pouco?

1142  
1143 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Nós podemos  
1144 encaminhar a todas as autoridades brasileiras. Não tem nenhum impedimento.

1145  
1146 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1147 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - É bom coloque o destinatário,  
1148 pelo menos um destinatário e outras autoridades. Mas tem que ter um destinatário. A  
1149 presidente da República e ao ministro da Justiça.

1150  
1151 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - A sugestão agora é  
1152 Ministro da Justiça, presidente da República e Congresso Nacional. É isso? Há  
1153 consenso?

1154  
1155 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1156 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Recomendar ao Congresso  
1157 não faz sentido. Uma recomendação para o ministro da Justiça é uma coisa porque é  
1158 um órgão do Executivo, aqui você tem um controle social. O controle social que nós  
1159 exercemos é em relação ao Poder Executivo. Não é em relação ao Congresso  
1160 Nacional. Então, fazer uma recomendação para o Congresso Nacional não faz  
1161 sentido. Agora recomendar ao Executivo podemos, porque o Executivo tem o poder  
1162 de tirar. É uma decisão do Executivo. Então, acho que o melhor caminho é uma  
1163 recomendação para o ministro da Justiça e este comunicar à Presidência da  
1164 República para que seja retirado.

1165  
1166 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**  
1167 **Brasil – ADEPOL)** - A título de sugestão, as pastas do Governo Federal que têm  
1168 debatido o assunto são: Ministério da Previdência, Ministério da Justiça e Casa Civil.



1169 Então, eu faço uma sugestão de que seja encaminhada a essas pastas e a presidente  
1170 da República, porque o projeto é de iniciativa do Executivo. Então, quem tem o poder  
1171 de retirar é a presidenta Dilma.

1172  
1173 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Marcos: concorda com o  
1174 ministro da Justiça para irmos para a aprovação?

1175  
1176 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários  
1177 Federais – Fenaprf)** - Agradeço ao Marcos Costa pela preocupação porque tem que  
1178 ter mesmo essa formalidade para que nossos atos sejam legais. Mas, como o Tião  
1179 disse, o que nós precisamos para a reunião do ministro hoje à tarde é a manifestação  
1180 política. Então, nós vamos chegar lá dizendo: “Olha, o Conselho Nacional de  
1181 Segurança Pública, as entidades que estão lá representadas, todos apoiam  
1182 unanimemente, a retirada do projeto de lei. Nós estamos agora trabalhando no texto  
1183 da recomendação e os encaminhamentos”. Porque até mesmo no Ministério da  
1184 Justiça já reconhece o direito à aposentadoria especial. O problema é a gente  
1185 convencer Casa Civil, Planejamento e Previdência Social. Mas, neste momento, este  
1186 número da recomendação não precisa. É só essa sinalização aqui.

1187  
1188 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Eu só pondero com  
1189 nosso companheiro Marcos que a gente levar só uma palavra sem ser uma  
1190 recomendação ficaria uma coisa sem muita consistência.

1191  
1192 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários  
1193 Federais – Fenaprf)** - Não. Para a nossa conversa com o ministro hoje à tarde não. O  
1194 que já manifestado aqui, já foi aprovado é suficiente.

1195  
1196 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –  
1197 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Então, entre os atos que  
1198 podem ser decididos pela plenária é a decisão colegiada que é o genérico. Então,  
1199 pode ser decisão colegiada. Se isso atende é uma coisa. Se for melhor a  
1200 recomendação é outra.

1201  
1202 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Vamos acordar aqui. A  
1203 posição política já foi tomada, nós decidimos unanimemente. Ele quer apenas  
1204 comunicar ao ministro que o plenário, politicamente, tomou uma decisão e que estará  
1205 produzindo uma resolução. Estamos consenso nisso? **Aprovado – recomendação  
1206 posterior.** Não precisamos escrever nada. Ele mesmo vai dizer lá na audiência?

1207  
1208 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –  
1209 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Almir, é o seguinte: entre os  
1210 atos do regimento tem a decisão colegiada. Que é a mais genérica de todos, e que,  
1211 aparentemente, o Marcos disse que atende. Então, isso que foi decidido foi uma  
1212 decisão colegiada, só precisa dizer qual é o número dessa decisão colegiada. Que  
1213 vocês digam depois.

1214  
1215 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Então, ao invés de ser  
1216 uma palavra vai ser uma decisão colegiada número um do Conasp. Consenso?

1217 **Aprovado.** Então, o ministro recebe um documento. Estamos atendidos? Tem que  
1218 fazer o texto do documento.

1219  
1220 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1221 **Segurança Pública)** - Temos que deixar muito claro para que todos os conselheiros  
1222 entendam a posição colegiada deste plano, assim, é escrever, é construir os  
1223 considerandos, tudo direitinho. Essa questão técnica precisa ser discutida aqui.

1224  
1225 **O Sr. Nilton Edegar Pfeifer (Federação dos Profissionais de Papiloscopia e**  
1226 **Identificação – Fenappi)** - Presidente, não sei se é possível, como vai ter essa  
1227 reunião com o ministro hoje à tarde, se esse documento pudesse já estar  
1228 disponibilizado.

1229  
1230 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Foi decidido isso agora.

1231  
1232 **O Sr. Nilton Edegar Pfeifer (Federação dos Profissionais de Papiloscopia e**  
1233 **Identificação – Fenappi)** -E acho importante dizer que decisão colegiada é que foi  
1234 por unanimidade, não é isso? Tudo bem, estou contemplado.

1235  
1236 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Sugestão de redação.

1237  
1238 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1239 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Então, assim, decisão  
1240 colegiada em vez de recomendação, Decisão Colegiada número 1. No texto lá  
1241 embaixo: o Conasp por unanimidade em decisão colegiada entendeu que o Poder  
1242 Executivo deve retirar o PLP 554/2010 e anexos, de autoria do próprio Governo  
1243 Federal, e que trata da aposentaria diferenciada...

1244  
1245 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Marcos:  
1246 vamos aproveitar sua competência, nós precisamos justificar nossa decisão. Dois  
1247 considerandos apenas, vamos pensar nisso!

1248  
1249 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1250 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1251 **PM/CBM)** - Olha, não vai deixar de analisar porque não tinha os considerandos. A  
1252 decisão política colegiada é essa. Se for para ter um considerando é para dizer que o  
1253 Artigo 40 da Constituição Federal, no Parágrafo 4º, já estabelece aposentadoria  
1254 diferenciada por risco de vida. Esse é o único considerando.

1255  
1256 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Pois é. Se  
1257 não tiver considerando, a pessoa vai questionar: por que vai retirar? Vamos ajudar a  
1258 fazer os considerandos!

1259  
1260 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1261 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1262 **PM/CBM)** - Considerando que o Artigo 40 de Constituição Federal, no Parágrafo 4º já  
1263 estabelece aposentadoria diferenciada por risco de vida, o Conasp...

1264

1265 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Kléber:  
1266 veja aí porque parece que parte aqui da categoria não está...

1267  
1268 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1269 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1270 **PM/CBM)** - O Gandra estava lembrando aqui que no segundo considerando é uma  
1271 diretriz, pode ser até o primeiro considerando, aprovada na 1ª Conseg. Esses dois  
1272 considerandos matam.

1273  
1274 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1275 **Civis – Cobracol)** - Eu vou colar o que o conselheiro ali me passou. Ele nos disse  
1276 que seria melhor também nós colocarmos, porque senão vamos ter que encher aí de  
1277 considerandos. Na recomendação podemos colocar que será emitida uma nota  
1278 técnica para respaldá-la. A Câmara Técnica pode elaborar. Ao invés de ser outra  
1279 recomendação, a gente traz e aprova aqui os considerados. A gente faz aqui uma  
1280 comissão rápida e depois a gente aprova, está certo?

1281  
1282 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Está. A  
1283 Câmara Técnica está aqui, pode se juntar para ver o documento e trazer aqui. Já foi  
1284 aprovado o documento. E a diretriz da 1ª Conseg . Vamos passar para o segundo  
1285 ponto. Gandra: constrói lá. Vamos logo para o segundo ponto. Estamos entrando no  
1286 terceiro ponto de pauta: eleições. A Presidência da República está aguardando o  
1287 horário para que eles venham para cá.

1288  
1289 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1290 **Segurança Pública)** - Nós aprovamos na pauta que seria hoje. Eles estão com um  
1291 problema, vocês sabem, eles estão com a Rio+20 a duzentos por hora. Eles falaram  
1292 que estavam programados para virem para cá amanhã à tarde, seria até melhor para  
1293 eles se pudessem vir hoje, amanhã os trabalhos começam mais pesados, e eles  
1294 preferiram o horário de duas horas da tarde. Eles viriam, apresentavam as sugestões  
1295 e nós tentaríamos vencer a questão do processo eleitoral agora no período da manhã.

1296  
1297 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1298 **Periciais do Brasil)** - Então, presidente, encerraríamos mais cedo, não entraríamos  
1299 em outro ponto de pauta. A gente termina mais cedo para que pudéssemos retornar  
1300 mais cedo, tendo em vista que às 16 horas será suspensa a nossa reunião. Então,  
1301 tem que começar, impreterivelmente, às 14 horas apenas com esse ponto de pauta.

1302  
1303 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1304 **Segurança Pública)** - Vamos tentar vencer a questão do processo eleitoral agora?

1305  
1306 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Vamos. O  
1307 processo eleitoral só tem dois ou três pontos que precisamos definir, o restante é um  
1308 processo natural. Não tem muita coisa.

1309  
1310 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1311 **Segurança Pública)** - Nós tivemos a reunião da Comissão Eleitoral no dia 28 de  
1312 maio.

1313

1314 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -**  
1315 **Conselheiro Humberto, vamos dando sequência. Às 2 horas, é consenso? Então,**  
1316 **vamos dar continuidade aqui agora.**

1317  
1318 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) -** Desde que a gente consiga vencer  
1319 **os pontos.**

1320  
1321 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil) -** Eu acho  
1322 **que vamos colocar os pontos principais e o restante é um processo administrativo.**

1323  
1324 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1325 **Segurança Pública) -** Então, a reunião da Comissão Eleitoral foi realizada no dia 28  
1326 **na sala da Secretaria Executiva. Os membros estiveram presentes, o Eraldo, os 4**  
1327 **membros que são gestores pelo fato de quem participa da Comissão Eleitoral não**  
1328 **pode concorrer no processo eleitoral e como os gestores são indicados, os quatro**  
1329 **membros são gestores. Nós nos baseamos no edital passado. Achemos que foi um**  
1330 **edital que teve um resultado bom e que Conseguiu atender os anseios do Conasp.**  
1331 **Vamos dar uma lida rápida. Vou colocar os pontos mais críticos que a Comissão**  
1332 **Eleitoral levantou e quem tiver algum tipo de ponderação para fazer sobre algum**  
1333 **ponto já pede para marcar aqui algum destaque porque já vamos resolvendo. O que**  
1334  **você acha, Mariano? O Mariano é o coordenador da Comissão Eleitoral. Você quer**  
1335 **apresentar, Mariano? Então, eu vou fazer a leitura do edital.**

1336  
1337 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1338 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Eu irei provocar uma  
1339 **discussão que talvez seja complicada e demorada. Quer dizer, o edital, no geral, nós**  
1340 **vamos aproveitá-lo quase todo, eu creio. Mas, eu vou suscitar um debate que talvez**  
1341 **demore um tempo. Eu acho que temos que ver a questão da sociedade civil, a**  
1342 **distribuição das vagas, a temática que determina a vinda para cá é uma temática**  
1343 **preponderante em segurança pública? Como é que faz isso? Apesar de ser pontual,**  
1344 **pequenas coisas, mas é um tema que provavelmente vai ter um debate. Podemos até**  
1345 **avançar, mas é no coração da eleição. Por exemplo, uma proposta para reservar**  
1346 **vagas para o setor acadêmico, talvez para os conselhos profissionais, porque hoje**  
1347 **tem seis vagas para entidades e seis vagas para redes. Então, corre o risco de**  
1348 **nenhum dos conselhos profissionais como a OAB ou a área da saúde estar aqui**  
1349 **presente e tudo mais. Já nos trabalhadores têm, por exemplo, a categoria dos policiais**  
1350 **rodoviários federais que não tem eleição. Vão ser sempre os policiais rodoviários**  
1351 **federais que vão estar aqui. Eu só estou indicando que esse tema talvez demore um**  
1352 **pouco mais. A gente pode avançar e deixá-los para depois.**

1353  
1354 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1355 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1356 **PM/CBM) -** O texto não tem muita novidade, foi da eleição passada. A minha  
1357 **sugestão é que se faça uma leitura. Todos têm cópia e está na tela. E quando**  
1358 **entrarmos na questão do item que poderá levar a debates, como o Marcos disse, nós**  
1359 **vamos colocando destaques, porque senão a gente não avança.**

1360  
1361 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1362 **Segurança Pública) -** Então, vamos lá. Apresentação. “O Conselho Nacional de

1363 Segurança Pública – CONASP – com base o Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de  
1364 2010, convoca as entidades de trabalhadores da área de segurança pública e as  
1365 entidades, fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil na área de  
1366 segurança pública para o processo eleitoral para o exercício de mandato no CONASP,  
1367 composição do biênio 2013-2014, que se realizará conforme as cláusulas deste edital,  
1368 cujos critérios e regras foram definidos na Plenária da 17ª Reunião Ordinária do  
1369 Conselho Nacional de Segurança Pública, realizada nos dias 14 e 15 de junho de  
1370 2012. **Objetivos:** 1.1. Este edital tem por objetivo regular o processo eleitoral das  
1371 entidades de trabalhadores da área de segurança pública bem como das entidades,  
1372 fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil na área de segurança pública,  
1373 para composição do Conselho Nacional de Segurança Pública, na forma do art. 4º,  
1374 § 2º, do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010; 1.2. O calendário eleitoral  
1375 está estabelecido no Anexo I deste edital. **2. Responsabilidades.** 2.1. A Comissão  
1376 Eleitoral será composta preferencialmente por: I - gestores, que não sejam oriundos  
1377 dos segmentos dos trabalhadores em segurança pública e que não participarão do  
1378 pleito, ou; II - representantes das entidades, fóruns, redes e movimentos sociais da  
1379 sociedade civil que não participarão do pleito. 2.1.1. A Comissão Eleitoral, conforme  
1380 decisão da plenária do CONASP definida na Plenária da 17ª Reunião Ordinária do  
1381 Conselho Nacional de Segurança Pública, realizada nos dias 14 e 15 de junho de  
1382 2012 em Brasília-DF, com o fim de coordenar os trabalhos da presente eleição, é  
1383 composta por quatro membros, sendo um deles coordenador e todos com assento no  
1384 Conselho Nacional de Segurança Pública:...” como nós tivemos quatro membros  
1385 indicados, nós achamos por bem deixar os quatro titulares e o Benedito Mariano  
1386 coordenando os trabalhos. Por isso, que ficamos com um coordenador. Na verdade,  
1387 foi o seguinte. Nós tivemos quatro pessoas indicadas. Das quatro, temos três que já  
1388 estão em Brasília, facilita muito as nossas conversas, as nossas reuniões,  
1389 principalmente, quando for o fato de ter que impugnar, aquela semana mais crítica. E  
1390 teremos um coordenador que é o Benedito Mariano.

1391  
1392 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1393 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1394 **PM/CBM) -** Você tem razão, Marcos, quatro dá empate. Eu participei da Comissão  
1395 Eleitoral de 2 anos atrás. Nós tivemos 6 demandas e todas foram aprovadas por  
1396 consenso. Se, eventualmente, tiver divergência dois conselheiros votam a favor e dois  
1397 contra e que o coordenador faça o voto minerva, aí ficaria o quinto voto. Essa é a ideia  
1398 para não ter suplente e entender que os quatro membros têm a mesma função.

1399  
1400 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1401 **Segurança Pública) -** Como nós tivemos os quatro indicados aqui no plenário, ficou  
1402 uma coisa assim, quais dos quatro vão colocar para suplente? Porque aí teria que ser  
1403 só um suplente. Então, como a gente não quis, e foi conversado isso lá, acho que é  
1404 até importante, Marcos, colocar aqui? Então, vou colocar aqui já porque a gente  
1405 pontua. “Critérios de desempate...”

1406  
1407 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1408 **Brasil) -** Retomando então, só para fazer o posicionamento. A preocupação do  
1409 conselheiro Mariano para hipótese de empate, efetivamente, é coerente. Eu queria só  
1410 confirmar, ou pelo menos consolidar uma informação com relação aos procedimentos  
1411 na ocasião anterior. Eu me lembro que a Comissão Eleitoral naquela ocasião ficou, no

1412 caso dos gestores, uma representação no CNCG, que inclusive o coronel Mello que  
1413 ficou na época compondo a Comissão Eleitoral, bem dentro dessa postura. Então, eu  
1414 pergunto, não houve a cogitação do CNCG porque que houvesse a participação de  
1415 um representante de CNCG como houve na ocasião anterior, nós teríamos uma  
1416 Comissão de cinco membros e já facilitaríamos de antemão essa perspectiva de haver  
1417 empate e ter necessidade de voto minerva. Além de assegurar, de imediato, a fluidez  
1418 dos trabalhos, sem trazer ônus de qualquer natureza para a presidência da comissão.  
1419

1420 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1421 **Segurança Pública)** - A comissão eleitoral foi decidida na reunião anterior. Nós  
1422 pedimos a quem tivesse interesse em participar que se prontificasse. Todas as  
1423 pessoas que se prontificaram participaram. O CNCG hoje está sem representante  
1424 porque mudou a gestão, nós já solicitamos uma nova representação e ainda não  
1425 indicaram. Então, quem se prontificou em participar está na comissão eleitoral. Por  
1426 isso que ficaram quatro membros.  
1427

1428 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1429 **Brasil)** - Então, com essa resposta, Suelen, que foi a minha primeira indagação se  
1430 não tinha havido a disposição do CNCG para participar do processo, já respondeu, já  
1431 me considero satisfeito. Obrigado.  
1432

1433 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1434 **Segurança Pública)** - Vamos! "...2.2. Compete à Comissão Eleitoral: I - coordenar  
1435 todas as atividades relativas ao processo eleitoral disciplinado por este edital; II -  
1436 decidir os recursos e impugnações sobre o processo eleitoral; III - enviar o resultado  
1437 da eleição para homologação; IV - analisar e decidir sobre o deferimento ou  
1438 indeferimento dos pedidos de inscrição no processo eleitoral, na forma deste edital; e  
1439 V - coordenar a assembleia eleitoral, na forma deste edital. 2.3. A Comissão Eleitoral  
1440 poderá solicitar, sem ônus para o Ministério da Justiça, a presença de convidados  
1441 externos para acompanhar o processo eleitoral, os quais serão escolhidos por critérios  
1442 técnicos e não terão poderes para intervir no pleito e nas decisões da Comissão  
1443 Eleitoral. 2.4. Compete à Secretaria Executiva do CONASP: I - oferecer suporte  
1444 técnico, operacional e administrativo à Comissão Eleitoral; II - atender os interessados  
1445 em participar do processo eleitoral; e III - prover os meios necessários para a  
1446 realização das atividades das instâncias definidas neste subitem, nos limites  
1447 orçamentários previstos. 2.5. O Conselho Nacional de Segurança Pública, em sua  
1448 Composição Plenária ou Grupos Temáticos, não responde pelas decisões referentes  
1449 a este processo eleitoral, ficando delegadas todas as prerrogativas decisórias à  
1450 Comissão Eleitoral, na forma deste edital, conforme decisão da plenária do CONASP  
1451 na 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública, realizada nos  
1452 dias 14 e 15 de junho de 2012 em Brasília-DF, exceto nos casos previstos no subitem  
1453 2.10...". Acho que é melhor a gente ir colocando os destaques.  
1454

1455 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1456 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Acho que não está muito boa  
1457 a redação dizer que o Conasp não responde porque a comissão é o Conasp. A  
1458 mensagem aí é que o Conasp transferiu ou delegou as atribuições decisórias para a  
1459 comissão, e que cabe recurso. Tem uma parte que cabe recurso para o Conasp.  
1460 Então, dizer que o Conasp não responde é um negócio...eu acho também, está

1461 repetido em vários dispositivos “Aprovadas”, o edital já é aprovado, então não precisa  
1462 repetir porque estamos aprovando o edital.

1463  
1464 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1465 **Segurança Pública)** - Ok. Interessante. Mais alguma sugestão? “...2.6. Os membros  
1466 da Comissão Eleitoral e das entidades que possuem representação no Conselho  
1467 Nacional de Segurança Pública estão impedidos de participar de qualquer atividade  
1468 do processo eleitoral como candidatos ou eleitores, desde o momento em que sejam  
1469 designados, ainda que posteriormente haja renúncia, desistência ou exclusão por  
1470 qualquer motivo. 2.7. Compete ao Ministro da Justiça homologar o resultado das  
1471 eleições...”

1472  
1473 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1474 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Está repetido também. Mas,  
1475 essa redação está meio estranha também porque as entidades podem participar, quer  
1476 dizer, quem está aqui pode concorrer.

1477  
1478 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1479 **Segurança Pública)** - Mas, não aqui está falando só da Comissão Eleitoral.

1480  
1481 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1482 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Não, está aqui: os membros  
1483 da Comissão Eleitoral e das entidades que possuem representação.

1484  
1485 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - É assim aí,  
1486 Marcos, tem que ser retirado das entidades. Os gestores não participam do processo  
1487 eleitoral. Tem que ter um dispositivo para garantir.

1488  
1489 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1490 **Segurança Pública)** - Acho que eles estão querendo dizer o seguinte: que os  
1491 membros, na verdade, são do Conselho Nacional de Segurança Pública das  
1492 entidades que possuem...estão impedidos de participar das atividades do processo  
1493 eleitoral como candidato ou desde o momento que sejam designados, assim  
1494 posteriormente. Isso já não aconteceu porque nós não temos dentro da comissão  
1495 eleitoral ninguém indicado que não seja gestor, todos eles são gestores. E acho que  
1496 isso aqui está um pouco repetitivo porque já fala lá atrás na Comissão Eleitoral....

1497  
1498 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1499 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Na verdade, o que salva aqui  
1500 no sentido é dizer o seguinte: quem é da comissão não pode participar do processo  
1501 eleitoral, qualquer ato que não seja da comissão, dar apoio, fazer declarações, coisas  
1502 assim.

1503  
1504 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1505 **Brasil – AmeBrasil)** - A preocupação do conselheiro Marcos Costa tem procedência  
1506 porque na forma que está redigida, de fato, inviabilizaria a participação de todos que  
1507 estão aqui na prática e todas as entidades que aqui estão representadas no processo  
1508 eleitoral. Então, quanto a isso não há dúvida nenhuma. Mas, eu quero crer, só a título  
1509 de sugestão a simples supressão da expressão e *das entidades*, tira isso, o texto

1510 ficaria assim: *os membros da Comissão Eleitoral que possuem representação*, só os  
1511 membros da Comissão Eleitoral, só eles. Se, eventualmente, alguns dos membros da  
1512 Comissão Eleitoral tiverem aqui representação dentro do Conasp, ele está impedido  
1513 de participar do processo eleitoral como um todo, só ele, só os membros. Então, a  
1514 sugestão é só suprimir a expressão *e das entidades*. Pronto. Aí ela fica restrita só aos  
1515 membros da comissão.

1516  
1517 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1518 **Segurança Pública)** - Então, ficará assim: *os membros da Comissão Eleitoral que*  
1519 *possuem representação no Conselho Nacional de Segurança Pública...* Está ok?  
1520 “Compete ao Ministro da Justiça...”, está ok? “2.6. Os recursos ou pedidos de  
1521 impugnação em face de decisões tomadas no processo eleitoral serão endereçados à  
1522 Comissão Eleitoral, nos prazos estabelecidos por este edital, devendo ser  
1523 encaminhados ao endereço eletrônico [Conasp@mj.gov.br](mailto:Conasp@mj.gov.br). 2.8.1. Caso ocorra algum  
1524 problema de ordem técnica em seu envio eletrônico, os recursos e pedidos de  
1525 impugnação a que se refere o subitem 2.8 poderão ser fisicamente protocolados na  
1526 Secretaria Executiva do CONASP, para posterior encaminhamento à Comissão  
1527 Eleitoral, desde que isto ocorra dentro dos prazos estabelecidos por este edital. 2.8.2.  
1528 Admitir-se-á a interposição de recurso ou pedido de impugnação, por meio de  
1529 procurador legalmente constituído e com poderes específicos. 2.9. O prazo para  
1530 manifestação da Comissão Eleitoral é de 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia  
1531 em que o recurso ou pedido de impugnação foi enviado, nos termos do subitem 2.8  
1532 deste edital. 2.10. Somente serão admissíveis recursos ou pedidos de impugnação  
1533 dirigidos ao Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública, quando isto for  
1534 expressamente requerido pelo recorrente e no caso de não haver unanimidade na  
1535 decisão proferida pelos membros titulares da Comissão Eleitoral, que decidirá.

1536  
1537 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1538 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Ao invés de ser ao  
1539 presidente, na realidade é ao plenário do Conasp. Quer dizer, sai da comissão e vai  
1540 para o plenário.

1541  
1542 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1543 **Segurança Pública)** - O problema é nosso calendário de reuniões com o nosso  
1544 calendário que a gente fez...

1545  
1546 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1547 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Então, talvez a gente coloca  
1548 *a mesa diretora ao invés do presidente?*

1549  
1550 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1551 **Segurança Pública)** - Está ok? Estou pensando aqui como operacionalizar isso.

1552  
1553 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1554 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - É só o recurso. Mas a  
1555 votação da mesa diretora pode ser virtual, pode ser qualquer coisa.

1556



1557 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
1558 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Mas esse caso de recurso à presidência é quando  
1559 não há unanimidade.

1560  
1561 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1562 **Segurança Pública)** - É isso aí. Vamos lá. “2.11. Os documentos pertinentes ao  
1563 referido edital somente poderão ser enviados via correio eletrônico, ao seguinte  
1564 endereço: [Conasp@mj.gov.br](mailto:Conasp@mj.gov.br).

1565  
1566 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1567 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Sobre esse endereço, como  
1568 esse endereço é o geral, talvez fosse o caso criar um endereço *Eleições no Conasp*.

1569  
1570 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1571 **Segurança Pública)** - A gente até pensou em fazer isso. Até pedi para verificar, não  
1572 obtive resposta. Mas, a gente ficou com um...

1573  
1574 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1575 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - É até melhor porque vocês  
1576 recebem muita coisa no Conasp.

1577  
1578 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1579 **Segurança Pública)** - Nós até pensamos mesmo, vamos ter que monitorá-lo muito  
1580 bem. Todos os segundos para poder não perder nada. Tem um item que fala assim  
1581 quando a pessoa manda a gente tem tantas para responder que recebeu.

1582  
1583 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1584 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Mas aí ficaria assim: *Eleições*  
1585 – *Conasp*. Uma coisa simples. Eu creio que é fácil criar, não é?

1586  
1587 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1588 **Segurança Pública)** - Nós temos algumas restrições para criar, mas eu vou  
1589 conversar. “2.11.1. Caso ocorra algum problema de ordem técnica em seu envio  
1590 eletrônico, os documentos a que se refere o subitem 2.11 poderão ser fisicamente  
1591 protocolados na Secretaria Executiva do CONASP, para posterior encaminhamento à  
1592 Comissão Eleitoral, desde que isto ocorra dentro dos prazos estabelecidos por este  
1593 edital. 2.12. Caso não seja emitida a confirmação de recebimento via correio  
1594 eletrônico em até 24 (vinte e quatro) horas, deverá ser realizado o reenvio e, em caso  
1595 de persistir a ausência de respostas por mais 24 (vinte e quatro) horas, o interessado  
1596 deverá contatar a Secretaria Executiva do CONASP através do telefone (61) 2025-  
1597 9569, para confirmar o recebimento.2.13. Os membros da Comissão Eleitoral,  
1598 oriundos do segmento dos trabalhadores, mesmo na qualidade de gestores, serão  
1599 declarados impedidos de apreciar o recurso ou pedido de impugnação formulado por  
1600 entidade do segmento dos trabalhadores, ocasião em que haverá a substituição por  
1601 um dos membros suplentes da Comissão Eleitoral, de segmento diverso...” Isso temos  
1602 que retirar porque não temos membros suplentes. “2.14. Os membros da Comissão  
1603 Eleitoral, oriundos do segmento da sociedade civil, mesmo na qualidade de gestores,  
1604 serão declarados impedidos de apreciar o recurso ou pedido de impugnação  
1605 formulado por entidade, fórum, rede e movimento social da sociedade civil, ocasião

1606 em que haverá a substituição por um dos suplentes da Comissão Eleitoral, de  
1607 segmento diverso...” A mesma questão. “**3. Critérios de participação e vagas.** 3.1.  
1608 Para os efeitos do art. 3º do Decreto nº 6.950, de 2009...” isso aqui está errado, é  
1609 7.413, isso daqui não foi alterado, a gente substituiu “...serão consideradas entidades  
1610 de trabalhadores da área de segurança pública aquelas que, cumulativamente: I -  
1611 tenham personalidade jurídica própria e estejam regularmente constituídas e  
1612 registradas há no mínimo 02 (dois) anos, contados da data de publicação deste  
1613 edital;...””. Acho que aqui, Marcos, entra na parte que você já falou que são os critérios.  
1614 Então, eu vou ler os critérios e a gente pode discutir.

1615  
1616 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1617 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Nessa questão do suplente  
1618 porque hoje nós temos só Mariano e João Francisco que não são vinculados a  
1619 segmentos. Isso significaria que os peritos, Silvio e Eraldo, não votariam nos recursos  
1620 dos trabalhadores. Ficariam só Mariano e João Francisco. Porque a regra era a  
1621 seguinte: nos recursos anteriores, no edital anterior, quando havia um recurso no  
1622 segmento dos trabalhadores, você chamava um suplente da sociedade civil para  
1623 analisar e não o titular. Tem que resolver.

1624  
1625 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1626 **Segurança Pública)** - Mas, aí no caso, por exemplo, só para entender, por exemplo,  
1627 se for sobre a Polícia Civil, sobre o segmento...

1628  
1629 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1630 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1631 **PM/CBM)** - O Marcos tem razão. Na primeira comissão, se tem um recurso da  
1632 sociedade civil quem analisa são os trabalhadores, se tem um recurso dos  
1633 trabalhadores quem analisa é a sociedade civil porque tinha essa composição na 1ª  
1634 Conseg.

1635  
1636 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Nesse caso, está  
1637 sugerindo a composição dos dois para poderem estar juntos nessa construção.

1638  
1639 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**  
1640 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**  
1641 **PM/CBM)** - Eu acho que no caso de uma situação dessa, vota os dois que não têm  
1642 vínculo. Porque a composição de quatro e não de cinco, é o que a Suelen disse, foi o  
1643 que propuseram na gestão anterior. O ideal não era ter quatro, era ter cinco. Eu acho  
1644 que aí no limite votam os dois e quando for esse caso, analisam os dois que não têm  
1645 vínculo com o segmento.

1646  
1647 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1648 **Brasil)** - Eu queria sugerir para darmos encaminhamento mais rápido, porque o que  
1649 está em questão para mim aqui não é necessariamente o impedimento de A, B, C ou  
1650 D especificamente. É só o critério genérico para assegurar a imparcialidade na  
1651 apreciação dos eventuais recursos. E eu acho que nós podemos fazer isso, em  
1652 havendo a supressão desses dois itens que já estão definidos puro e simplesmente  
1653 substituir esses dois pelo seguinte texto: *o membro da Comissão Eleitoral será*  
1654 *impedido de analisar o recurso ou pedido de impugnação formulado pelo segmento do*

1655 *qual é oriundo*. Pronto. Se aplicará com objetividade somente quando acontecer isso.  
1656 Veio da Polícia Civil eventualmente, o conselheiro da Polícia Civil não fará análise.  
1657 Será outro dos três conselheiros, só isso. Eu acho que cumpre o princípio. A redação  
1658 seria então substituindo 2.13 e o 2.14 pelo seguinte texto: *o membro da Comissão*  
1659 *Eleitoral será impedido de analisar o recurso ou pedido de impugnação formulado pelo*  
1660 *segmento do qual é oriundo*. Só isso.

1661

1662 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1663 **Segurança Pública)** – Ok. Vamos lá. Aí seria suprimido esses dois. “**Critérios de**  
1664 **participação e vagas**. 3.1. Para os efeitos do art. 743 de 2010, são consideradas  
1665 entidades de trabalhadores da área de segurança pública aquelas que,  
1666 cumulativamente: I - tenham personalidade jurídica própria e estejam regularmente  
1667 constituídas e registradas há no mínimo 02 (dois) anos, contados da data de  
1668 publicação deste edital; II – prevejam, em seus objetivos estatutários, a defesa dos  
1669 interesses dos trabalhadores da segurança pública em geral ou de uma mesma classe  
1670 específica, na forma do subitem 3.4; III - possuam representatividade da classe em  
1671 âmbito nacional, desempenhando atividades em pelo menos cinco unidades da  
1672 federação ou três macrorregiões; e IV - não tenham finalidade lucrativa.”. Esse é dos  
1673 trabalhadores da área. Vamos para a sociedade civil. “3.3. Para os efeitos do art. 3º  
1674 ...” também está errado aqui “serão considerados entidades da sociedade civil na área  
1675 de segurança pública aquelas que, cumulativamente: I – tenham personalidade  
1676 jurídica própria e estejam regularmente constituídas e registradas há no mínimo 02  
1677 (dois) anos, contados da data de publicação deste edital; II – prevejam, em seus  
1678 objetivos estatutários a promoção da segurança pública, dos direitos humanos, da  
1679 cultura de paz, ou ainda a prevenção da violência ou da criminalidade; III - possuam  
1680 atividades reconhecidas com impacto nacional ou internacional, comprovadas  
1681 mediante pesquisas na área da segurança pública, ou premiações, ações,  
1682 participação em instâncias de âmbito nacional ou internacional, ou ainda mediante a  
1683 apresentação de 03 (três) cartas de entidades ou redes nacionais que atestem a  
1684 aptidão da entidade na área da segurança pública; e IV - não tenham finalidade  
1685 lucrativa. 3.3. Para os efeitos do art. 3º do Decreto nº 6.950, de 2009, são  
1686 considerados fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil na área de  
1687 segurança pública aqueles que, cumulativamente: I - estejam constituídas há no  
1688 mínimo 02 (dois) anos, contados da data de publicação deste edital; II - apresentem  
1689 Carta de Indicação subscrita por, pelo menos, 03 (três) entidades com personalidade  
1690 jurídica e que fazem parte da rede, fórum ou movimento; III – prevejam, em seus  
1691 objetivos estatutários ou Carta de Princípios, a promoção da segurança pública, dos  
1692 direitos humanos, da cultura de paz, ou ainda a prevenção da violência ou da  
1693 criminalidade; IV - possuam atividades reconhecidas com impacto nacional ou  
1694 internacional, comprovadas mediante pesquisas na área da segurança pública, ou  
1695 premiações, ações, participação em instâncias de âmbito nacional ou internacional, ou  
1696 ainda mediante a apresentação de 03 (três) cartas de entidades e/ou redes nacionais  
1697 que atestem a aptidão do fórum, rede ou movimento social na área da segurança  
1698 pública; e V - não tenham finalidade lucrativa. 3.4. Para enquadramento no subitem  
1699 3.1, inciso II, são consideradas como classes apenas aquelas que se enquadrem nas  
1700 seguintes hipóteses, excluídas as demais I - oficiais policiais e bombeiros militares  
1701 estaduais ou distritais; II - praças policiais e bombeiros militares estaduais ou distritais;  
1702 III - delegados de Polícia Federal ou delegados de Polícia Civil estaduais ou distritais;  
1703 IV - agentes de Polícia Federal ou agentes de Polícia Civil estaduais ou distritais; V -

1704 integrantes das guardas municipais; VI - papiloscopistas estaduais, distritais ou  
1705 federais; VII - membros da Polícia Rodoviária Federal; VIII - peritos de natureza  
1706 criminal, estaduais, distritais ou federais; e IX - agentes penitenciários vinculados a  
1707 qualquer das entidades da federação.

1708  
1709 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1710 **Periciais do Brasil)** - É só o item 9 eu não entendi. Agentes penitenciários vinculados  
1711 a qualquer dos entes da Federação?

1712  
1713 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1714 **Segurança Pública)** - Sim, agentes penitenciários federais e estaduais. Hoje, por  
1715 exemplo, a cadeira é dos agentes penitenciários federais e o Neves é suplente.

1716  
1717 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1718 **Periciais do Brasil)** -  
1719 Sim, mas eu não entendo porque não entra com a mesma discriminação, agente  
1720 penitenciário estadual, distrital, federal?

1721  
1722 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1723 **Segurança Pública)** - Sim, pode ser também.

1724  
1725 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1726 **Periciais do Brasil)** - Faz igual aos demais. Só para padronizar.

1727  
1728 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1729 **Segurança Pública)** - Está ok. "3.5. É vedada a participação, no processo eleitoral..."

1730  
1731 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1732 **Periciais do Brasil)** - 3.4 está se referindo a agentes da Polícia Federal ou agentes  
1733 da Polícia Civil. Esses agentes compreende-se o quê? Somente agentes ou não?

1734  
1735 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1736 **Segurança Pública)** - São somente quem são considerados trabalhadores na área.

1737  
1738 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1739 **Civis – COBRAPOL)** - Vocês detalharam as funções. Se detalharam as funções, tem  
1740 função de fora.

1741  
1742 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
1743 **Municipais de Segurança Pública)** - Perdão, companheiro Gandra. Esse texto é  
1744 exatamente igual de dois anos atrás, não houve nenhuma alteração.

1745  
1746 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1747 **Civis – COBRAPOL)** - Pois é, mas estamos querendo corrigir o que estava errado.

1748  
1749 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
1750 **Municipais de Segurança Pública)** - O que estava errado, companheiro?

1751

1752 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
1753 **Civis – COBRAPOL)** - Isso aqui não que esteja errado, mas se separou duas classes.  
1754 Separou 4 classes da Polícia Civil. Ficou faltando a do escrivão de polícia. Agentes?  
1755 Eu não sei o que quer dizer a palavra agente. Se são todos da Polícia Civil porque na  
1756 maioria tem investigadores também. E os investigadores, só em São Paulo são 35 mil.  
1757 Então, ficariam de fora se alguém questionar ou se o agente é de uma maneira  
1758 genérica. Aí se for não tem problema.

1759  
1760 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1761 **Segurança Pública)** - Eu quero até colocar uma questão aqui para reflexão. Se nós  
1762 recebermos, por exemplo, a inscrição para participar como candidato no processo  
1763 eleitoral numa de uma instituição nacional de escrivães de polícia, como é que vamos  
1764 proceder? Nós vamos entender que são agentes? É só mais um jogo aqui diante do  
1765 que ele falou para discussão. Nós vamos aceitar porque é uma entidade de escrivães  
1766 ou eles entram como agente?

1767  
1768 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
1769 **Municipais de Segurança Pública)** - Eu acho que entra investigadores de polícia,  
1770 escrivães, estão todos dentro dos agentes de Polícia Civil estadual. Porque não dá  
1771 para colocar aqui todas as referências de carreira da Polícia Civil. Eu acho que só se  
1772 nós abrimos um parêntese e citar agentes da Polícia Civil, entendendo-se todas as  
1773 carreiras previstas.

1774  
1775 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
1776 **Federais – Fenaprf)** - Se eu pudesse contribuir, mas eu acho que ao invés de criar  
1777 um rol de nomes, pode-se colocar as carreiras que equivalem a agentes porque se  
1778 nós falarmos não delegados, aí já inclui peritos. Então, aqueles equivalem a agentes,  
1779 todo mundo já reconhece.

1780  
1781 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1782 **Brasil – Amebrasil)** - A intenção era tentar resolver até para evitar o debate depois  
1783 para ganharmos tempo de novo. Eu quero crer que como isso na prática já foi na vez  
1784 anterior aprovado e resolveu-se o problema, não surgiu dificuldades com relação a  
1785 isso, por uma questão só de redação, talvez ali se colocasse da seguinte forma: *como*  
1786 *só os delegados ficaram especificados, no caso da Polícia Civil, Federal ou Distrital,*  
1787 *no outro item colocar demais integrantes das carreiras da Polícia Federal, Polícia Civil*  
1788 *e Polícia Distrital.* Aí toda e qualquer outra, desde que preencha os requisitos  
1789 estabelecidos lá atrás de uma entidade nacional etc, estão contempladas.

1790  
1791 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1792 **Segurança Pública)** - Então, coloca ali 10, ou seria na frente dos agentes?

1793  
1794 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1795 **Brasil – Amebrasil)** - Ao invés de agente porque está dando a conotação de que só  
1796 os agentes é que poderiam e não as outras carreiras existentes, colocar ali ao invés  
1797 de agente, o seguinte: *integrantes das demais carreiras da Polícia Federal, agentes*  
1798 *da Polícia Civil estadual ou distrital.*

1799

1800 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1801 **Segurança Pública)** - Está ok? Fica ali no item 4.

1802  
1803 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
1804 **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Então ficaria assim: demais  
1805 integrantes, *não previstos no item 3 do delegado, do papiloscopistas e os peritos.*

1806  
1807 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1808 **Periciais do Brasil)** - O que Marcos colocou é uma garantia excluir os que já estão  
1809 contemplados, os peritos criminais, os papiloscopistas e os delegados. O que ele falou  
1810 *integrando as demais carreiras*, está muito aberto, então os delegados poderiam  
1811 então concorrer aí.

1812  
1813 **Não identificado:** Eu acho que esse 3.5 já contempla, *é vedada a participação no*  
1814 *processo eleitoral de qualquer entidade...*

1815  
1816 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
1817 **Periciais do Brasil)** - Não, não, nos integrantes. O que o conselheiro Marcos Costa  
1818 está colocando é só uma garantia fechando os demais integrantes, ele fala *exceto os*  
1819 *que já estão contemplados como os peritos, delegados e papiloscopistas.* É só uma  
1820 sugestão.

1821  
1822 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1823 **Segurança Pública)** - A gente está nomeando e chegamos num item e colocou  
1824 assim: *e os demais integrantes.* Então, a gente nomeou todo mundo? Sim,  
1825 exatamente isso que temos que fazer. Vamos lá, gente! “3.5. É vedada a participação,  
1826 no processo eleitoral, de qualquer entidade, fórum, rede ou movimento social que se  
1827 enquadre em, ao menos, uma das situações a seguir: I - seja estatal ou esteja  
1828 submetida a regime de direito público, exceto conselhos profissionais; II - integre,  
1829 participe ou seja membro de entidade já inscrita no processo eleitoral, salvo no caso  
1830 de fóruns, redes e movimentos sociais; III - tenha sede fora do território nacional; IV -  
1831 tenha sido declarada inidônea ou possua dirigente condenado mediante sentença  
1832 transitada em julgado pela prática de crime, contravenção ou improbidade  
1833 administrativa, com pena que não tenha sido extinta por quaisquer causas legais; e V  
1834 - seja ligada à área de segurança privada. 3.5.1. Os segmentos eleitos que participem  
1835 de mais de um conselho nacional não poderão indicar o mesmo titular que já participe  
1836 desses conselhos, sob pena de invalidação do mandato”.

1837  
1838 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
1839 **Municipais de Segurança Pública)** - Esse foi para garantir que o sujeito não tenha a  
1840 participação da mesma pessoa em três, quatro conselhos. Depois, na prática, não  
1841 participa de nenhum.

1842  
1843 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1844 **Segurança Pública)** - “3.6. Para as categorias indicadas nos subitens 3.1, 3.2 e 3.3  
1845 são destinados os seguintes quantitativos de vagas de titular:

Segmento	Categoria	Vagas
Trabalhadores	Entidades de trabalhadores da área de segurança pública	09 vagas

Sociedade Civil	Entidades da sociedade civil na área de segurança pública	06 vagas
	Fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil na área de segurança pública	06 vagas

1846  
1847 3.7 Caso alguma das classes de trabalhadores não possua candidaturas habilitadas,  
1848 nos termos do subitem 3.1, será concedido o prazo de 05 dias, contados a partir da  
1849 data de encerramento das inscrições, para que entidades da referida classe solicitem  
1850 inscrição, desde que: I. atendam os requisitos dos incisos II e IV do subitem 3.1; II.  
1851 apresentem 05 cartas de reconhecimento, formalizadas por instrumento público, e  
1852 firmadas por entidades que comprovem possuir os requisitos do subitem 3.1, III.  
1853 observem as exigências do subitem 4.4, exceto os incisos II, III e VIII; 3.8. Somente  
1854 será permitido o rodízio de vagas, por meio do compartilhamento de cadeira entre  
1855 entidades, fóruns, redes e movimentos sociais, desde que os requerentes sejam do  
1856 mesmo segmento e categoria, e apresentem no ato da inscrição, o modo como se  
1857 dará o rodízio, formalizado por instrumento público: 3.8.1. O rodízio poderá acontecer  
1858 de duas formas: titularidades em reuniões alternadas ou em anos alternados.”. Então,  
1859 hoje são as duas formas que temos e nós colocamos das duas formas que temos  
1860 como as duas formas para o período seguinte. Então, temos entidades que participam  
1861 reunião sim, reunião não, elas revezam, e têm outras que um ano sim e outro não.  
1862 Revezem também. “**4. Inscrição no processo eleitoral** - 4.1. O pedido de inscrição  
1863 no processo eleitoral deve ser realizado por meio eletrônico, no período entre 27 de  
1864 junho a 27 de julho de 2012, na forma prevista no subitem 9.2.1”. A nossa ideia, nós  
1865 verificamos que o edital anterior, o período foi muito curto de inscrição. Então, nós  
1866 entendemos que colocando um mês de inscrição o pessoal já vai mandando, a gente  
1867 vai Conseguindo analisar com tempo também e tem calma para tudo. Nós fizemos um  
1868 cronograma, é o Anexo I, vamos apresentar como ficou”. “4.2. Não serão aceitos  
1869 pedidos de inscrição apresentados fora do prazo ou dos meios previstos no subitem  
1870 anterior. 4.3. A Secretaria Executiva do CONASP deverá confirmar o recebimento da  
1871 inscrição em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de envio da mensagem  
1872 eletrônica, na forma dos subitens 2.11; 4.4. O pedido de inscrição no processo  
1873 eleitoral deve ser acompanhado de cópia dos seguintes documentos, sob pena de  
1874 indeferimento, nos termos deste edital: I – formulário de inscrição, indicando o  
1875 segmento e a categoria em que pretende concorrer, nos termos dos subitens 3.1, 3.2,  
1876 3.3 e 3.4, e eventual opção pelo rodízio de cadeira, de acordo com o subitem 3.8; II -  
1877 declaração de existência e funcionamento, nos termos dos itens 3.1, inciso I, 3.2,  
1878 inciso I, e 3.3, inciso I; III - relatórios de atividades dos anos de 2010 e 2011; IV - ata  
1879 de posse da atual diretoria, no caso das entidades da sociedade civil e dos  
1880 trabalhadores; V - relação de, pelo menos, 03 (três) entidades e organizações que  
1881 integram o requerente, no caso de fóruns, redes e movimentos sociais, com Carta de  
1882 Indicação; VI - declaração do dirigente de que a entidade, organização, fórum, rede ou  
1883 movimento social cumpre os requisitos deste edital e não está enquadrado nas  
1884 vedações do subitem 3.5; VII - adesão à Carta de Princípios do CONASP, anexo a  
1885 este edital; VIII - comprovação do reconhecimento nacional ou internacional, conforme  
1886 definido nos subitens 3.2, inciso III, e 3.3, inciso IV, deste edital; IX - indicação de  
1887 representantes titular e suplente para a Assembleia Eleitoral prevista no subitem 7  
1888 deste edital. 4.5. É permitido às entidades, fóruns, redes e movimentos sociais, que  
1889 cumprem os requisitos definidos nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 deste edital, participarem do

1890 processo eleitoral apenas como eleitores, desde que indiquem essa opção  
1891 expressamente no formulário de inscrição. 4.6. A verificação de que a entidade, fórum,  
1892 rede ou movimento social prestou informação falsa, não atende mais aos requisitos  
1893 deste edital ou incorreu nas vedações do subitem 3.5 acarreta a invalidação da sua  
1894 inscrição em qualquer etapa deste processo eleitoral, garantido o direito de defesa  
1895 junto à Comissão Eleitoral. 4.7. A análise e decisão dos pedidos de inscrição e da  
1896 documentação enviada competem à Comissão Eleitoral, com apoio da Secretaria  
1897 Executiva do CONASP.4.7.1. Constatada a existência de falha sanável da  
1898 documentação, omissão ou imprecisão das informações, será expedido ao  
1899 interessado pedido de diligência, a ser respondido em no máximo 03 (três) dias úteis  
1900 após seu envio, sob pena de indeferimento do pedido de inscrição. 4.7.2. Não haverá  
1901 deferimento de inscrição condicionada. 4.8. A decisão da Comissão Eleitoral de  
1902 deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição será publicada no dia 05 de  
1903 julho de 2010, na forma prevista no subitem 10.1”. Gente, está errado isso aqui. É  
1904 porque o processo vai até o dia 27 de julho, então, o deferimento ou indeferimento vai  
1905 ser posterior, anota isso, por favor. “4.8.1. Da decisão de deferimento ou  
1906 indeferimento dos pedidos de inscrição cabe recurso ou pedido de impugnação  
1907 fundamentado à Comissão Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentada na  
1908 forma prevista no subitem 10.2.1. 4.8.2. Os recursos ou pedidos de impugnação à  
1909 decisão de deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição serão apreciados  
1910 pela Comissão Eleitoral. 4.8.3. Acatando eventual recurso ou pedido de impugnação,  
1911 a Comissão Eleitoral pode deferir ou indeferir pedido de inscrição. 4.8.4. A decisão da  
1912 Comissão Eleitoral será encaminhada ao requerente do recurso ou pedido de  
1913 impugnação por meio eletrônico, na forma do subitem 10.2.1. 4.9. A homologação das  
1914 inscrições, de modo definitivo, será divulgada no dia 1o de agosto de 2010, na forma  
1915 prevista no subitem 10.1. **5. Divulgação das candidaturas:** 5.1. Cabem às entidades,  
1916 fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil que se inscreverem no  
1917 processo eleitoral divulgar sua candidatura aos eleitores, de forma ética e respeitosa.  
1918 **6. Do Processo Eleitoral-** 6.1 A votação se dará por entidade devidamente  
1919 credenciada por meio da REDE INFOSEG, ou por participação na Assembléia  
1920 Eleitoral. **7. Da Assembléia Eleitoral -** 7.1. A assembleia eleitoral para escolha das  
1921 entidades, fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil que comporão o  
1922 CONASP ocorrerá no dia 31 de agosto de 2012, em local e horário a ser divulgado até  
1923 o dia 13 de agosto de 2012 na forma prevista no subitem 10.1. 7.1.1. O CONASP não  
1924 custeará quaisquer despesas dos eleitores ou eleitores e candidatos, representantes  
1925 das entidades, redes, fóruns e movimentos sociais, para participarem da assembleia  
1926 eleitoral. 7.2. A assembleia eleitoral ocorrerá na forma de plenária, coordenada pela  
1927 Comissão Eleitoral, com o apoio da Secretaria Executiva do CONASP. 7.2.1. A  
1928 assembleia eleitoral será de acesso restrito aos credenciados, conforme disposições  
1929 da Comissão Eleitoral. 7.2.2. Somente poderão exercer o direito de voto os  
1930 representantes das entidades, fóruns, redes e movimentos sociais indicados no  
1931 momento da inscrição e devidamente credenciados conforme especificações da  
1932 Comissão Eleitoral. 7.2.3. A ausência ou atraso do representante, a falta de  
1933 documento de identificação ou crachá acarreta a impossibilidade de exercício do  
1934 direito de voto. 7.2.4. Cabe à Comissão Eleitoral estabelecer as regras sobre  
1935 manifestações, respostas e representações, na forma do subitem 10.2.2, no caso de  
1936 descumprimento deste edital por qualquer dos participantes. 7.3. A escolha das  
1937 entidades, fóruns, redes e movimentos sociais ocorrerá por votação na assembleia  
1938 eleitoral. 7.3.1. Após o credenciamento, cabe à Comissão Eleitoral divulgar a lista de



1939 entidades, fóruns, redes e movimentos sociais presentes de cada segmento e  
1940 categoria previstos no subitem 3.6 como eleitores ou como eleitores e candidatos. 7.4.  
1941 A votação...” Esse aqui é um ponto que foi polêmico inclusive na Comissão Eleitoral.  
1942 Então, vamos passar, aqui a gente deixou igual estava o edital anterior, mas para que  
1943 a gente discutisse com o pleno. “... será exercida de forma secreta e direta pelos  
1944 representantes das entidades, fóruns, redes e movimentos sociais inscritos como  
1945 eleitores ou como candidatos eleitos, em cédula especial a qual apenas será permitido  
1946 o voto em candidatos de seu respectivo segmento, na forma do subitem 3.6. “.Por que  
1947 foi um dos pontos que nós tivemos polêmica? Porque nós tivemos alguns pedidos e  
1948 manifestação para que o voto fosse cruzado, assim como nós pedimos em nossa  
1949 conferência. Então, esse é um item que precisamos definir aqui: ou o voto vai ser no  
1950 próprio segmento e acabou ou serão dois votos, voto cruzado, um segmento vota no  
1951 outro e assim sucessivamente.

1952  
1953 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
1954 **Militares Estaduais – ANASPRA)** - Suelen, só para esclarecimentos, há outros  
1955 destaques, nós vamos fazer a leitura depois do almoço nós vamos retomar os  
1956 destaques, não é isso? Porque há outros destaques.

1957  
1958 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1959 **Segurança Pública)** - Então vamos. Eu vou pedir que quem tiver destaque ou alguma  
1960 sugestão já de texto, já deixar pronta também para tentarmos agilizar quando  
1961 voltarmos nesses destaques que já foram feitos.

1962  
1963 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
1964 **Brasil)** - Eu queria só uma questão de ordem só para a gente dar sequência aos  
1965 trabalhos e não atrapalhar muito. Como tem outros destaques e foram ficando para  
1966 trás, talvez de fato seja conveniente prosseguir a leitura e voltamos depois para não  
1967 perdermos tempo. Não sei se é necessário fazer as inscrições a partir do momento  
1968 que a pessoa tenha um destaque que queira já fazer a inscrição, ou esperamos tudo  
1969 para depois, inclusive as inscrições?

1970  
1971 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
1972 **Segurança Pública)** - Depois. Vamos lá! “7.4.1. A coordenação da votação e a  
1973 apuração devem ser realizadas pela Comissão Eleitoral, de forma pública e  
1974 transparente. 7.4.2. Serão consideradas escolhidas por votação as entidades, fóruns,  
1975 redes e movimentos sociais que obtiverem maioria de votos nos respectivos segmento  
1976 e categoria, ordenados conforme o subitem 8 deste edital até o limite de vagas, sem  
1977 exigência de número mínimo de votos. 7.5. O resultado provisório da eleição será  
1978 tornado público pela Comissão Eleitoral, na mesma assembleia eleitoral. 7.5.1. Do  
1979 resultado provisório da eleição cabe recurso ou pedido de impugnação fundamentado  
1980 à Comissão Eleitoral, no prazo de uma hora após a divulgação, apresentado na forma  
1981 do subitem 10.2.2. 7.5.2. Os pedidos de impugnação ao resultado provisório da  
1982 eleição serão conhecidos, apreciados e decididos pela Comissão Eleitoral. 7.5.3. A  
1983 comissão poderá solicitar, para subsidiar sua decisão, parecer técnico ao Ministério da  
1984 Justiça, de caráter não vinculativo. **8. Critérios de Desempate** - 8.1. Caso tenha  
1985 ocorrido empate após a votação na assembleia eleitoral, haverá nova votação,  
1986 somente para as vagas remanescentes, tendo como candidatos apenas os  
1987 concorrentes que empataram na assembleia eleitoral. 8.2. Antes da nova votação será

1988 aberto um momento para diálogo e acordo entre os representantes concorrentes,  
1989 dentro de seus respectivos segmentos. 8.3. Caso ocorra empate na segunda votação,  
1990 será aberta nova votação, e assim sucessivamente. **9. Homologação da eleição** -  
1991 9.1. A Comissão Eleitoral tornará público o resultado definitivo da eleição na forma do  
1992 subitem 10.1. 9.2. Da divulgação do resultado definitivo não cabe recurso ou pedido  
1993 de impugnação. 9.3. O resultado definitivo da eleição, com a lista de entidades,  
1994 fóruns, redes e movimentos sociais eleitos, será comunicado à Composição Plenária  
1995 do Conselho Nacional de Segurança Pública e enviado ao Ministro de Estado da  
1996 Justiça para homologação. **10. Comunicações** - 10.1. Todas as informações sobre o  
1997 processo eleitoral do CONASP serão divulgados ao público por meio do Portal do  
1998 CONASP - [www.Conasp.gov.br](http://www.Conasp.gov.br), sendo de responsabilidade exclusiva dos  
1999 interessados o acompanhamento das informações.10.2. Os requerimentos em geral  
2000 que forem encaminhados à Comissão Eleitoral devem ser remetidos ao endereço  
2001 eletrônico [Conasp@mj.gov.br](mailto:Conasp@mj.gov.br).10.2.1. Os pedidos de inscrição, pedidos de  
2002 impugnação e recursos devem ser enviados para o endereço eletrônico  
2003 [Conasp@mj.gov.br](mailto:Conasp@mj.gov.br), contendo os documentos necessários como arquivos anexos.  
2004 10.2.2. Os recursos e pedidos de impugnação referentes à assembleia eleitoral devem  
2005 ser apresentados pessoalmente à Comissão Eleitoral, durante a referida assembleia.  
2006 10.3. Caso ocorra algum problema de ordem técnica em seu envio eletrônico, os  
2007 requerimentos, pedidos de inscrição, recursos e pedidos de impugnação a que se  
2008 referem os subitens 10.2 e 10.2.1 poderão ser fisicamente protocolados na Secretaria  
2009 Executiva do CONASP, para posterior encaminhamento à Comissão Eleitoral, desde  
2010 que isto ocorra dentro dos prazos estabelecidos por este edital. **11. Disposições**  
2011 **gerais** 11.1. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral. 11.2. A  
2012 inscrição na presente eleição implica a aceitação tácita das normas deste edital e da  
2013 legislação pertinente. 11.3. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de  
2014 inscrição e participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a desclassificação  
2015 do eleitor ou candidato. 11.4. As opiniões e manifestações ocorridas durante o  
2016 processo eleitoral são de responsabilidade dos seus autores, não representando,  
2017 necessariamente, o posicionamento institucional do Conselho Nacional de Segurança  
2018 Pública.". Agora nós temos o calendário.

2019  
2020 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Eu acho dar uma  
2021 paradinha, fazer um apelo a todos.

2022  
2023 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2024 **Segurança Pública)** - Nós terminamos de fazer a leitura agora, tem um anexo, têm  
2025 várias pessoas que têm destaque. Quando nós voltarmos vai ter o pessoal da  
2026 Presidência da República para fazer apresentação. Como ela já vai estar aqui, acho  
2027 interessante nós voltarmos já com a apresentação dela, é no máximo uma hora, é  
2028 uma apresentação de um sistema, e aí na seqüência.

2029  
2030 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Nós aprovamos agora há pouco  
2031 que sairíamos para apresentação depois de fechado esse ponto. Isso nós aprovamos,  
2032 podemos mudar, não tem problema.

2033  
2034 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2035 **Segurança Pública)** - Foi o que eu falei, é uma sugestão, porque nós temos uma  
2036 pessoa convidada que estará aqui às 2 horas para fazer a apresentação. Então, eu

2037 preciso comunicá-la para que ela não precise nem se deslocar. É uma questão prática  
2038 para não ficar ruim para todos.

2039  
2040 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu quero sugerir então que ao  
2041 invés de apresentar às duas, faça às 3 horas para dar tempo de encerrarmos esse  
2042 ponto. É só destaque.

2043  
2044 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2045 **Segurança Pública)** - Então, nós retornaremos às duas horas e eu marco às 3 horas  
2046 com eles.

2047  
2048 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - É  
2049 consenso. Eu quero fazer só um apelo a todos aqui. Como estamos com questão de  
2050 quórum, duas horas a gente tem que estar aqui. Eu faço esse apelo a todos e todas.  
2051 Então, até às duas horas, se Deus quiser.

2052

14/06/2012

2053

Tarde

2054

2055

2056 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Pessoal, vamos iniciar:  
2057 Boa-tarde a todos e a todas, vamos dar continuidade, agora já considerando o  
2058 aprofundamento nos destaques, vamos lá? Bom, nós vamos dar início, continuar com  
2059 os destaques, já temos a confirmação que a nossa presidente virá para os trabalhos  
2060 da tarde, quando ela chegar, a gente a recebe e dá continuidade. A doutora continua  
2061 com o desenvolvimento dos trabalhos da aprovação dos destaques agora:

2062

2063 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2064 **Segurança Pública)** - Pessoal, tem o anexo 1 que é a continuação do que eu estava  
2065 lendo no período da manhã, e temos os outros anexos. Eu acho que agora a gente  
2066 precisa pelo menos dar uma olhada no anexo 1, que é onde tem todo o cronograma  
2067 estabelecido de como vão acontecer as eleições, com as datas previstas, depois  
2068 viremos para os destaques, pode ser? Então vamos lá: dia 25 de junho – a publicação  
2069 do edital; 27 de junho – início do prazo para as inscrições; 27 de julho – encerramento  
2070 do prazo para as inscrições; 30 de julho – divulgação da lista de pedidos de inscrições  
2071 recebidas; 3 de agosto – divulgação da decisão de deferimento ou indeferimento das  
2072 inscrições; 6 de agosto – início do prazo para impugnações e recursos; 9 de agosto –  
2073 encerramento do prazo para impugnações; 13 de agosto – divulgação da decisão dos  
2074 recursos do local e horário da plenária de eleições; 20 de agosto – divulgação da  
2075 homologação e das inscrições; de 21 a 24 de agosto – credenciamento das  
2076 instituições votantes via Infoseg; 31 de agosto – plenária da eleição, apresentação de  
2077 impugnação ao resultado, programação do resultado definitivo das eleições; 13 de  
2078 setembro – divulgação da homologação do resultado definitivo das eleições; 28 de  
2079 setembro – encerramento do prazo para indicação de representantes e dezembro –  
2080 posse do novo Conasp. Acho que podemos agora começar com os destaques?

2081

2082 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2083 **Segurança Pública):** Primeiro destaque, 7.1.1.

2084

2085 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu queria fazer o seguinte  
2086 encaminhamento à mesa: como normalmente demora, sabemos que é um processo  
2087 de discussão bastante, pode ser simples e pode ser demorado, então queria sugerir o  
2088 seguinte, que em cada destaque, fizéssemos a apresentação do destaque, a defesa  
2089 contra e a favor, e em seguida encaminha a votação, se tiver, mas com essa  
2090 dinâmica, apresenta o destaque, uma defesa contra, outra a favor, se houver, e  
2091 encaminha à votação imediatamente, senão vamos ficar aqui *ad eternum*..

2092  
2093 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – A sugestão de Tião  
2094 tem acolhida pela plenária, há consenso? **Aprovado por unanimidade.**

2095  
2096 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2097 **Segurança Pública)** - Vamos lá, 7.1.1 primeiro é o Héder.

2098  
2099 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
2100 **Militares Estaduais – ANASPRA)** – Boa-tarde a todos e a todas. A preocupação com  
2101 o 7.1.1, ele diz: “O Conasp não custeará quaisquer despesas dos eleitores ou  
2102 eleitoras e candidatos representantes das entidades, fóruns e movimentos sociais que  
2103 participarem da Assembléia Eleitoral”, e o nosso caso? Nós podemos estar aqui na  
2104 condição de conselheiros e de eleitores. A que isso se refere? Porque senão isso  
2105 inviabiliza a nossa vinda.

2106  
2107 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2108 **Segurança Pública)** - Na verdade, assim, até para explicar, porque esse é um item  
2109 que estava no anterior, para que ninguém seja beneficiado, para que as instituições  
2110 que estão aqui no Conasp hoje, não sejam beneficiadas num ato só elas tendo  
2111 custeado, então, seria uma maneira, que as instituições aqui teriam tudo pago pelo  
2112 governo para vir aqui concorrer, e quem não fosse, o justo é, ou pagamos a todo  
2113 mundo que for candidato, ou não pagamos para ninguém, e cada entidade se custeia  
2114 para estar aqui presente.

2115  
2116 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – O voto pode ser a  
2117 distância.

2118  
2119 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
2120 **Militares Estaduais – ANASPRA)** - Então o processo eleitoral não se confunde com  
2121 nenhuma reunião ordinária e nem extraordinária, porque a eleição passada, salvo  
2122 engano, foi considerada uma reunião extraordinária. Pega a ata, não foi não? É só  
2123 dúvida, se está pacificado, pronto, acabou. Foi a posse? Então, está tudo bem.

2124  
2125 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - É aí a idéia para não  
2126 favorecer um só. Com relação o destaque foi retirado. Próximo destaque, nesse ponto  
2127 aí o Sá Ribas.

2128  
2129 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
2130 **Brasil)** - Nesse caso aí mesmo também, 7.1.1 quer me parecer que é só um ajuste  
2131 aqui de redação, não altera em mérito de forma alguma porque depois à frente, no 7.4  
2132 nós vamos ali ver a menção idêntica à seguinte expressão “inscritos como eleitores ou  
2133 como candidatos e eleitores”, só que aqui no 7.4 é coerente o uso bem preciso, e até

2134 redundante da expressão, parece redundante, mas ali não, ali está correto, já que no  
2135 7.1 não é necessário esse desdobramento, então o que eu quero sugerir é só para o  
2136 texto ficar mais claro, mais nítido, a supressão aqui dessa repetição desnecessária,  
2137 eleitores ou eleitores e candidatos, nesse caso, como o objetivo é diferente, não é  
2138 caracterizar a distinção para quem é candidato e eleitor ao mesmo tempo, mas, sim,  
2139 só dizer que não paga para nenhum dos dois, seja eleitor ou seja candidato, então,  
2140 enquadre-se em qualquer categoria não haveria a cobertura de despesa, quero  
2141 sugerir portanto, só a supressão da primeira expressão “eleitores ou” tira isso, porque  
2142 o texto vai ficar correto e bem mais preciso.

2143  
2144 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Neste momento, nós  
2145 passamos a presidência do trabalho à nossa Presidente do Conasp.

2146  
2147 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2148 **Pública – presidente do Conselho)** – Boa-tarde a todos e todas, continuem na  
2149 discussão e eu estarei aqui acompanhando.

2150  
2151 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
2152 **Segurança Pública)** - O item 7.4 nós estamos com uma dúvida aqui, que o Sá Ribas  
2153 levantou a questão, então ele está assim: a votação será exercida de forma secreta e  
2154 direta pelos representantes das entidades, fóruns, redes e movimentos sociais,  
2155 inscritos como eleitores ou como candidatos e eleitores. Se ele está inscrito só como  
2156 eleitor ou só como candidato e eleitor? Sim, entendeu, Márcio? Sim, está certo,  
2157 próximo destaque.

2158  
2159 **O SR. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
2160 **Travestis e Transexuais)** – 3.5, Inciso 4, é porque os destaques não estão na ordem.  
2161 Aqui está falando da vedação para participação no processo eleitoral, e lá no Inciso 4  
2162 diz que tenha sido declarada inidônea ou possua dirigente condenado mediante  
2163 sentença transitada em julgado pela prática de crime, contravenção e improbidade  
2164 administrativa com pena de que não tenha sido extinta por qualquer causas legais,  
2165 mas aí vamos mais embaixo e vimos que só se aplica para entidade, fórum ou rede ou  
2166 movimento social, trabalhadores são entidades também, mas os indicados do  
2167 Executivo também podem passar, são indicados, mas são conselheiros e conselheiras  
2168 para todas as representações. E isso se repete, para acabarmos com tudo de uma  
2169 vez só, se repete no 4.6, a verificação de que a entidade, fórum ou rede ou movimento  
2170 social prestou informação falsa e não atende aos requisitos lá do 3.5. Então, são para  
2171 todas as representações e não só para as entidades trabalhadoras e para a sociedade  
2172 civil, essa é a proposta, que seja para todas as representações.

2173  
2174 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2175 **Pública – presidente do Conselho)** – Então, está fazendo votação um a um ou está  
2176 indo um a um e faz votação em bloco? A proposta é que incluamos todas as  
2177 categorias na mesma linha, é isso? Todo mundo no mesmo representante, qual é a  
2178 proposta que o Heder ia fazer? É a mesma Heder? Então, está bom.

2179  
2180 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
2181 **Municipais de Segurança Pública)** - Eu queria fazer um esclarecimento dos  
2182 destaques do Márcio, só para entender, pelo o que você disse, essa referência de

2183 critérios não é só para a sociedade civil, para as redes, e para os trabalhadores, mas  
2184 também para os gestores indicados, não há discordância com relação a isso, é que  
2185 esse edital é o edital de eleições, fundamentalmente o edital de eleições de  
2186 trabalhadores de sociedade civil, porque os demais não são eleitos, e esse é o edital  
2187 de eleições. Talvez, Márcio, não no edital, tivesse uma observação no final, geral, que  
2188 diz: essas regras relacionadas às eleições devem ser também observadas pelos  
2189 gestores, mas não incluir, porque é um edital específico de eleições.

2190  
2191 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2192 **Pública – presidente do Conselho) –** Eu, na minha opinião, o Mariano está correto,  
2193 está de acordo, Márcio? Vamos fazer o seguinte: Mariano, redija o dispositivo para  
2194 ficar nas considerações finais como observação geral. Podemos seguir, então?

2195  
2196 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
2197 **Brasil) -** Eu até acho ainda com relação a esse destaque mesmo, Mariano, eu até  
2198 acredito que não seja necessário fazer absolutamente nada, porque da forma como  
2199 está escrito, e a colocação aqui identidade é genérica, ela está abrangendo de certa  
2200 forma, e os gestores, as entidades e os gestores estão excluídos automaticamente,  
2201 porque o edital não se destina a eles, e esta menção expressa já existe lá atrás,  
2202 porque os gestores não participam do processo eleitoral. Então, eu entendo que da  
2203 forma como está escrito, Mariano, não precisa nem fazer a exceção, porque nós  
2204 vamos repetir a exceção. O edital só é aplicável às entidades dos trabalhadores do  
2205 segmento social, não a dos gestores, eles não são parte no processo.

2206  
2207 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2208 **Pública – presidente do Conselho) -** O que eu entendi do Mariano, coronel Sá  
2209 Ribas, e acho que, é que também temos os mesmos critérios para quando as  
2210 entidades forem indicar, para que não fuja muito dos critérios, e eu acho que é até  
2211 correto, porque tem pessoas que estão indicadas nas instituições às vezes, porque  
2212 elas perturbam tanto na instituição que mandam perturbar para cá, não contribuem,  
2213 não fazem nada. Desculpem a minha verdade, mas é essa. Então, que tenha algum  
2214 critério também para a pessoa vir aqui, porque às vezes tem alguém na instituição que  
2215 nem faz nada na área de segurança e mandam para cá. Então, tem que ter algum  
2216 critério para essa pessoa vir para cá também.

2217  
2218 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
2219 **Brasil) -** Ok, Regina, se for o caso, se isso ainda não existe no local adequado, acho  
2220 até que seria o caso de inserir, mas aí não seria obviamente aqui, porque aqui se trata  
2221 somente da vedação à participação no processo eleitoral. Não é a indicação ainda de  
2222 ninguém, é só dizer que não pode participar do processo eleitoral. Então, esse  
2223 cuidado, esse critério que me parece saudável sugerido, se ele não está ainda no  
2224 edital em um local topograficamente adequado, sou favorável a que se insira.

2225  
2226 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2227 **Pública – presidente do Conselho) -** Então está bom. Podemos passar? Próximo  
2228 destaque:

2229

2230 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Não tem mais nenhum  
2231 destaque. O destaque agora é na votação, tem algum destaque na votação? Então,  
2232 com a palavra a presidente.

2233  
2234 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - O destaque é no 7.4, é isso? Foi a  
2235 polêmica levantada na Câmara Técnica de que na eleição passada, diferentemente do  
2236 que fizemos na 1ª CONSEG, optamos por votação por segmento, ou seja, sociedade  
2237 civil vota em sociedade civil e trabalhadores votam em trabalhadores. Essa questão  
2238 voltou à tona agora com o novo edital, e não houve consenso na Câmara Técnica,  
2239 então voltou aqui para o nosso debate em plenário. A nossa proposta é que essa  
2240 votação siga a tradição do conselho, tanto realizada na conferência como acontece  
2241 cotidianamente nas nossas plenárias aqui no Conasp, ou seja, que a votação seja  
2242 cruzada, porque isso qualifica, legitima a presença de cada um de nós aqui. Nenhum  
2243 segmento vai perder cadeira, todos terão as suas representações, mas, na minha  
2244 opinião, tornamos mais plural e mais democrática a participação de cada um de nós  
2245 neste conselho.

2246  
2247 **André Luiz de Jesus Rodrigues (Instituto de Estudos de Religião – ISER)** - Eu  
2248 queria colocar a proposta contrária à proposta de alteração da redação, apresentar  
2249 algumas razões rápidas para essa posição, defendendo a proposta de que a redação  
2250 seja mantida, a meu ver, alterar essa redação implica também colocar de lado, desistir  
2251 ou afetar a própria composição do Conasp em termo da sua paridade, não porque o  
2252 número de cadeiras vai mudar, mas porque o processo de eleição para essas  
2253 cadeiras vai ser modificado. A própria ideia de representação implica que alguém  
2254 representa alguém. Eu, como representante da sociedade civil, e já que a composição  
2255 do Conasp é paritária entre esses setores, não posso querer representar o outro setor  
2256 que compõe esse Conselho, eu não posso querer representar os trabalhadores, e  
2257 vice-versa. Se eu sou eleito tanto pelo voto da sociedade civil quanto pelo voto do  
2258 trabalhador, na prática, eu sou representante tanto do trabalhador quanto da  
2259 sociedade civil. Isso quer dizer que já que a ideia é avançar e a coisa seguir para uma  
2260 posição mais plural, vamos dizer assim, para adotar esse princípio de que a votação é  
2261 cruzada, nós teríamos que abrir mão da composição paritária. Porque ela foi pensada  
2262 justamente para que houvesse um equilíbrio na relação de força aqui dentro desse  
2263 Conselho e para que as questões pudessem ser tocadas em pé de igualdade. Se o  
2264 resultado da eleição para a vaga, por exemplo, de trabalhador, ela não é produto da  
2265 articulação, da composição, da mobilização, da interlocução, da legitimidade e da  
2266 representatividade desses trabalhadores entre seus pares, mas ela é produto de outra  
2267 dinâmica que é totalmente diferente que é a dinâmica da sociedade civil por exemplo,  
2268 aquele lugar do representante dos trabalhadores, ele não quer dizer aquilo que está  
2269 escrito no papel. Esse representante seria representante não só dos trabalhadores,  
2270 mas também da sociedade civil. Isso que poderia conotar que aquele representante é  
2271 mais legítimo, ele tem mais legitimidade, na verdade representa um retrocesso,  
2272 porque ele está ocupando um lugar de representação no qual talvez ele não  
2273 represente integralmente aquele lugar, ou não represente a contento as pessoas que  
2274 esperam que ele represente. É claro que o mecanismo de representação é um  
2275 artifício, claro que todos aqui têm consciência de que não representam plenamente as  
2276 suas categorias ou a sua inserção nesse tema da segurança pública, mas é através  
2277 do artifício que tentamos exatamente equilibrar a correlação de forças, tornar um  
2278 espaço mais plural e democrático. Se desequilibramos essa relação, isso propicia, por

2279 exemplo, o risco de que uma das categorias que compõe este Conasp, ou a  
2280 sociedade civil ou o trabalhador, dependendo da sua correlação de força, dependendo  
2281 do seu nível de articulação e de mobilização, possa ser hegemônica em relação a  
2282 outra, e aí a pluralidade foi para o “beleleu”, e aí o debate igualitário, equilibrado,  
2283 também foi para o “beleleu”, porque aquele camarada que representaria ou o  
2284 trabalhador ou a sociedade civil, ele representa algo mais. Então, a posição que eu  
2285 quero defender é que se isso viger, de que a votação é cruzada, você tem que somar  
2286 as cadeiras, não é a proposta que eu estou colocando, eu só estou colocando o  
2287 dilema, você teria que somar as cadeiras de trabalhadores da sociedade civil e todo  
2288 mundo concorrer igualmente por aquelas cadeiras, porque a paridade existe, porque a  
2289 diferença da composição existe. Isso não quer dizer que eu esteja defendendo aqui  
2290 uma posição provinciana ou corporativista, pelo contrário, como eu já tentei colocar, a  
2291 paridade e o equilíbrio de forças é justamente o que propicia que eu tenha que me  
2292 mover da minha posição corporativa e provinciana para escutar a posição do outro no  
2293 dia a dia desse Conselho. Se alguém entra neste Conselho através de uma  
2294 composição de forças que não é aquela que se espera, vamos achar que estamos  
2295 operando em equilíbrio de forças entre trabalhadores, gestores e sociedade civil, mas,  
2296 na verdade, os pratos da balança vão estar desregulados. Isso que pode parecer uma  
2297 posição mais plural, a meu ver se tiver essa alteração, independente de como foi o  
2298 mecanismo da Conseg que teve inúmeras falhas de composição, apesar dos avanços,  
2299 bom, o ponto era esse, não vou mais entrar no mérito não, eu só queria mostrar que a  
2300 votação cruzada produz esse tipo de extorsão aqui.

2301  
2302 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2303 **Pública – presidente do Conselho)** - Bom, como foi tirado por regra, alguém para  
2304 defesa da votação cruzada.

2305  
2306 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
2307 **Militares Estaduais – ANASPPRA)** - Eu me candidato. Evidentemente que esse é um  
2308 tema que pode nos causar certo constrangimento por conta de algumas variáveis que  
2309 estão intrínsecas, por exemplo, a representação, independentemente, de voto cruzado  
2310 ou não, ela é assegurada à sociedade civil doze cadeiras, aos trabalhadores nove e  
2311 aos gestores nove. Então isso, se o voto será ou não cruzado, faz pouca diferença, o  
2312 que legitima e aí é o que temos de pensar, até para que se nós continuarmos com o  
2313 modelo que foi adotado, perfeito, mas que façamos a discussão porque naquele  
2314 momento, foi a primeira eleição, isso não foi suscitado. E está sendo agora, eu acho  
2315 que precisa neste instante é esse amadurecimento de entender se deve continuar o  
2316 modelo ou se deve alterá-lo. Porque a bem da realidade, e isso já foi dito por nós e é  
2317 muito conhecido, esse campo da segurança pública não permitia o diálogo entre  
2318 gestores, trabalhadores e sociedade civil. E para consecução da conferência, isso foi  
2319 necessário. Então, quando se pensou a construção da conferência, quando se pensou  
2320 a construção dos representantes para que viessem a Brasília, para que fizessem  
2321 parte, pensou exatamente nessa possibilidade de diálogo. Evidentemente, que eu  
2322 também tenho que compreender a sua fala, André, e muito positivada, você não tenha  
2323 dúvida, mas faz parte do processo também, porque, veja bem, eu vou falar da minha  
2324 categoria dos praças, eu estou numa posição, entre aspas até então, não sei se  
2325 surgirão outros candidatos ou não, numa posição cômoda em que pese você ter  
2326 justificado, que se você, não você, eu digo se houver o voto cruzado que estará  
2327 legitimando o outro a falar: “Não, na verdade, eu estou possibilitando uma construção



2328 mais madura, mais plural, inclusive de fazer a opção por uma outra entidade que  
2329 eventualmente não agrade a sociedade civil e que eu sou obrigado impor que entre só  
2330 os trabalhadores”. Amanhã aparece outra entidade de praças aí, muito mais  
2331 qualificada que a ANASPRA, mais qualificada do que o Heder, e em razão de Heder  
2332 ter contatos com o segmento dos trabalhadores e criar essa afinidade, me perpetua  
2333 aqui. Então com o voto cruzado, ele nos permitirá essa inclusive avaliação, aí sejamos  
2334 todos nós práticos, realistas de que se aquele conselheiro, aquela entidade deve ou  
2335 não permanecer, mas não só sob a luz da sua categoria, do seu segmento, mas à luz  
2336 de todos que compõem o conselho. Então, eu não posso garantir para mim, aí eu  
2337 estou falando de alguém que faz parte do processo da segurança pública que sequer  
2338 teve voz até ontem. Então isso há de ser pensado, eu não posso me perpetuar porque  
2339 hoje eu consegui laços de amizade e companheirismo em vários segmentos dos  
2340 trabalhadores e me garantir aqui enquanto única entidade. E se entra outra entidade e  
2341 ela não tem o reconhecimento, ela vai se candidatar simplesmente por candidatar. Eu  
2342 acho que nós precisamos, e aí fica evidente que não é tão fácil assim, eu entendo seu  
2343 posicionamento, ele é coerente sim, não posso desprezar os seus argumentos, mas  
2344 tem outro lado também, que é esse, e se pode ocorrer na sociedade civil, pode  
2345 ocorrer com a categoria dos trabalhadores também. Então, eu acho que a  
2346 manutenção desse sistema será mais um mandato que muito provavelmente  
2347 repercutirá em poucas mudanças. Podem mudar pessoas, porque as instituições  
2348 podem não, eu, por exemplo, a ANASPRA pode não me querer aqui mais ano que  
2349 vem. Mas, a ANASPRA estará, e a linha da ANASPRA doutrinária, ela terá sido  
2350 mudada? Eu acho que a gente precisa, talvez até como sugestão não apenas dois  
2351 debatedores, eu sugiro que abra para mais um ou dois. Porque é um tema que vai  
2352 inferir a partir daí...

2353  
2354 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** Mas já foi decidido, eu  
2355 acho que a gente não vai dar continuidade de terminar às 16 horas.

2356  
2357 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
2358 **Militares Estaduais – ANASPRA)** – Mas, Almir, tudo bem, eu acho que limitar o  
2359 tempo, eu acho que precisa, a gente observa nos olhares que é algo que incomoda,  
2360 então não adianta passar por cima sem aprofundar, e agora, se acha que tem  
2361 condições de votar, é sim ou não e pronto, tudo bem, eu só não me sinto legitimado  
2362 em que pese estar aqui na condição de trabalhador porque nós não conversamos isso  
2363 entre os trabalhadores, então eu não posso falar em nome de outras instituições, não  
2364 posso. Eu defendo porque eu tenho a convicção que o modelo adotado na  
2365 conferência deve ser posto por nós também, sob pena de nós mesmos invalidarmos o  
2366 processo. Essa é a defesa que eu faço, mas se mudarmos na Conferência vamos  
2367 fazer nos moldes do que seria aqui. Obrigado.

2368  
2369 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2370 **Pública – presidente do Conselho)** - Bom, eu acho que na realidade, sempre foi  
2371 desde a época da Conferência, quem participou da Conseg, que está aqui, sabe o  
2372 quanto isso foi discutido e foi difícil de chegarmos a conclusão, se era voto cruzado,  
2373 se não era, quem fez parte da primeira votação também, não só na época da  
2374 conferência, mas em todos os pontos, eu acho que é um tema delicado. Eu, como  
2375 cheguei depois, normalmente, quem chega depois, ainda quer sentar na frente e  
2376 ainda dirigir o trem, mas tudo bem, vamos lá. Eu só queria consultá-los o seguinte: foi

2377 criada uma norma de alguém que suscitaria um problema, ou apontaria, um faria a  
2378 defesa e outro o contraditório. Sendo este um tema polêmico, eu gostaria de consultar  
2379 se abrimos para mais uma defesa e para mais um contraditório, mas aí nós vamos  
2380 pactuar tempo, porque senão nós vamos ficar falando, falando. É só se tem alguma  
2381 coisa a acrescentar ou não naquilo que foi colocado. Então, combinaremos que cada  
2382 um teria dois minutos a mais agora para mais uma fala de cada lado. Pode ser assim,  
2383 por ser um tema polêmico? Os dois, Mariano...

2384  
2385 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) -** Ele é a favor ou contra?  
2386 Mariano...

2387  
2388 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2389 **Pública – presidente do Conselho) -** Sugestão de encaminhamento, então vamos lá!

2390  
2391 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) –**  
2392 Já que eu também acho que essa matéria é delicada e nós não tivemos a  
2393 oportunidade de sentar para conversar por segmento, poderíamos ter dez minutos por  
2394 segmento e voltava para cá, assim, com uma posição talvez mais bem consensuada.

2395  
2396 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
2397 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
2398 **Militares) -** Senhora Presidente, companheiros e companheiras conselheiros, eu acho  
2399 que o tema é polêmico, mas isso não quer dizer que eu não tenha esclarecimento  
2400 sobre o tema ou possibilidade de votar. E que não sei se mais dois debates vão  
2401 mudar a polêmica, e acho que essa não é uma questão de segmento, é do conselho,  
2402 eu como gestor, também quero opinar sobre essa questão do voto. Porque eu,  
2403 pessoalmente, estou falando por mim, estou convencido com o argumento que o  
2404 colega André fez e que o Heder fez e estou apto a votar. Então, o meu  
2405 encaminhamento à mesa é de que a questão seja: o plenário está apto para votar este  
2406 tema? Se tiver apto, vota!

2407  
2408 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2409 **Pública – presidente do Conselho) -** Então está bom, na realidade nós temos dois  
2410 momentos. Mas aí, então vamos lá! O plenário está apto a votar? Quem se sente  
2411 apto, levante a mão, por gentileza. Quatorze. Quem não está apto, levante a mão.  
2412 Bom, o plenário está apto a votar. Então, vamos lá! Agora, eu volto a pergunta, então  
2413 vamos lá! Não tem jeito, está apto a votar, vamos votar, não adianta mais nem  
2414 esclarecimento, se está apto é porque já está todo mundo esclarecido. Bom, quem é a  
2415 favor do voto cruzado, levante a mão por gentileza. Onze. Quem é contra o voto  
2416 cruzado, levante a mão, por gentileza. Sete. **Prevalece o voto cruzado.** Abstenção?  
2417 Três. Mais algum destaque? No texto lido, tem mais algum destaque? Podemos  
2418 passar para o próximo? O edital então está fechado? Ok. Qual é a pauta? Kleber?

2419  
2420 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**  
2421 **Brasil – ADEPOL) –** Nós já temos uma proposta de texto do que foi acordado pela  
2422 manhã da nota política sobre a aposentadoria dos trabalhadores que desempenham  
2423 atividade de risco. Já temos a proposta e mandamos para o email da Anita.

2424

2425 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2426 **Pública – presidente do Conselho)** - Está ok, então se o edital está fechado, nós  
2427 podemos passar para o próximo ponto de pauta.

2428  
2429 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** - Deixa só  
2430 eu explicar, no período da manhã foi feita uma leitura e no final da manhã, nós  
2431 decidimos o seguinte: não ia destacar nada e no período da tarde todo mundo voltaria  
2432 com seus destaques no papel e perguntaríamos quem tem destaque, levanta a mão,  
2433 fala onde é seu destaque, aí teria um favor e um contra se fosse o caso e já ia para a  
2434 votação. Nós decidimos assim e agora à tarde era a hora do senhor colocar, então,  
2435 apresenta o seu destaque.

2436  
2437 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
2438 **CNMP)** - Antes de começar a discutir o edital, eu falei que teria uma questão aqui que  
2439 é um pouco mais demorada, e tudo o mais e tal, antes da gente começar a ler o edital.  
2440 O destaque: então, em relação à sociedade civil, basicamente, nós temos hoje, seis  
2441 para redes, são seis vagas para redes e seis vagas para entidades, redes e  
2442 movimentos e tudo o mais. Eu acho assim, que talvez fosse importante repensarmos  
2443 essa distribuição na sociedade civil. E aí, sendo muito digamos assim, bem objetivo, a  
2444 minha proposta é que duas vagas sejam para a academia, grupos de pesquisas,  
2445 universidades que se dedicam a essa temática de segurança pública. Então, seriam  
2446 duas vagas destinadas a esse tipo de representatividade. Outras duas vagas, eu acho  
2447 que poderiam ser destinadas as entidades, os conselhos profissionais, quais  
2448 conselhos profissionais poderíamos pensar? Os da área de saúde, medicina,  
2449 psicologia, que aqui está, tem os conselhos de urbanismo, que você tem uma linha,  
2450 digamos do urbanismo, que se chama *crime prevention thought environmental design*  
2451 quer dizer, a prevenção de crimes por meio do desenho urbano, como isso repercute,  
2452 existe toda uma linha urbanística em torno disso. E ficaria então, dessa forma: duas  
2453 vagas para os conselhos profissionais, duas vagas para academia, quatro vagas para  
2454 entidades e quatro vagas para redes. E, ao lado disso, ainda tem a questão seguinte:  
2455 no caso da sociedade civil fala-se: entidades com atuação em segurança pública,  
2456 direitos Humanos, violência e cultura da paz, salvo engano, então a minha sugestão é  
2457 que assim: que os representantes tenham atividade preponderante na área de  
2458 segurança pública admitindo-se a participação de entidades de direitos humanos,  
2459 cultura da paz e que demonstrem também a atuar nessa área de segurança pública,  
2460 especificamente. É uma mudança, mas eu acho que é uma mudança importante.  
2461 Porque, vamos pegar o sistema de direitos humanos,, você tem o Conselho de Defesa  
2462 da Pessoa Humana, que já tem lá tem uma representação da questão de direitos  
2463 humanos na Secretaria Especial de Direitos Humanos. Esse é um Conasp de  
2464 segurança pública, então precisamos favorecer que venham para cá as entidades que  
2465 tenham como foco principal a questão da Segurança pública. Então, são duas  
2466 propostas que são propostas, que talvez por conta dessa questão da suspensão até  
2467 as quatro horas, não sei se dá para avançar ou se não dá. Mas eu acho muito  
2468 relevante nós pensarmos nisso.

2469  
2470 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2471 **Pública – presidente do Conselho)** - Bem, o debate já foram traçadas as regras.  
2472 Alguém, por favor, para a defesa e alguém para fazer o contraditório. Defesa, por  
2473 favor, Mariano.

2474  
2475 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
2476 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
2477 **Militares) -** Primeiro, eu acho que essa composição de nove trabalhadores e doze da  
2478 sociedade civil e aí dividindo seis vagas para entidades e seis para fórum, redes e  
2479 movimentos, é fruto de um processo de discussão da 1ª CONSEG. Isso aqui foi um  
2480 debate que envolveu vários setores para chegar nessa composição. Eu acho que os  
2481 problemas que nós podemos ter aqui de concepção, de estrutura, não passam por  
2482 essa polêmica. Eu acho que isso aqui é uma conquista do jeito que está. Eu, e aí com  
2483 todo o respeito ao conselheiro Marcos, eu diria o seguinte, se houvesse uma iniciativa  
2484 da própria sociedade civil, eu sou gestor, se o Marcos, que representa a sociedade  
2485 civil, a Eliana fala nós estamos na sociedade civil, pensando num outro formato e aí  
2486 traz para fazer o debate. Eu quero dizer que nessa questão, se fosse uma decisão  
2487 que não passasse diretamente por iniciativa da sociedade civil, eu votaria contra ou  
2488 me absteria porque a legitimidade para mudar esse processo que não foi de hoje, ele  
2489 foi construído com a criação da própria 1ª Conferência, tem que se ouvir da sociedade  
2490 civil, dos segmentos da sociedade civil que construíram. Permito, lógico.

2491  
2492 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
2493 **CNMP) -** Bem rápido, mas essa provocação é justamente para isso, é uma  
2494 provocação para que a própria sociedade civil daí que eu acho, eu até coloco como  
2495 uma questão para ser definida pelo plenário, não há lógica agora, neste momento,  
2496 não há lógica de votação, é de uma conversa com a sociedade civil, então não é  
2497 defesa e coisa não, é uma conversa. Daí que assim, isso é um tema extremamente  
2498 complicado com a sociedade civil. Eu proponho que seja votado para que possamos  
2499 abrir um debate.

2500  
2501 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
2502 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
2503 **Militares) -** Olha, se é uma conversa, não é destaque no texto. Eu sugiro que nós  
2504 mantemos também a defesa aqui, é manter o texto, e esse debate sobre essa  
2505 ampliação, eu tenho dúvida se duas vagas para a academia vão mudar de referência  
2506 esse Conselho. A academia pode ser convidada para dialogar conosco de outra  
2507 forma. Eu acho que a grande conquista deste Conselho é na composição a  
2508 sociedade civil ter maioria, seja através de entidade, seja através de rede e fórum.  
2509 Isso foi a grande novidade que a CONSEG, este Conselho trouxe, na composição, a  
2510 sociedade civil ter maioria dos gestores e ter a maioria dos trabalhadores. E por essa  
2511 maioria em determinados temas, ela consegue aglutinar trabalhadores ou gestores  
2512 para ter uma posição. De modo que, se não for da iniciativa, e não foi, Marco, eu acho  
2513 que é uma provocação, se não é, para nós é só uma questão, não é um destaque  
2514 para mudar o texto, se não é um destaque pra mudar o texto, a gente discute em  
2515 outro momento. Para mudança do texto, eu acho que sem a sociedade civil  
2516 representada aqui unanimemente, todos os representantes da sociedade civil estão a  
2517 favor de repensar a sua composição, eu sigo. Agora, se não é uma manifestação da  
2518 sociedade civil, eu não me sinto à vontade de fazer alteração.

2519  
2520 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2521 **Pública – presidente do Conselho) -** Alguém para fazer a defesa? Questão de  
2522 ordem, por gentileza.

2523  
2524 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
2525 **CNMP)** - Veja bem, antes de a começarmos a falar sobre edital, eu disse: eu vou  
2526 trazer esse tema e esse tema era complicado, antes de começarmos a primeira linha  
2527 do edital, daí que eu proponho a plenária, que esse tema seja debatido, que as  
2528 pessoas falem da sociedade civil, não, não concordo, está tudo bem, aí eu retiro, mas  
2529 tem que ter esse diálogo pelo menos.  
2530  
2531 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2532 **Pública – presidente do Conselho)** - Bom, vamos lá! Eu só digo o seguinte: foi tirada  
2533 uma regra, e eu não estava aqui, infelizmente, mas eu como não estava tenho que  
2534 acatar, foi tirado uma regra que todo destaque levantado aqui teria alguém para fazer  
2535 a defesa e alguém para fazer o contraditório. Depois votava. E nós vamos seguir a  
2536 regra porque foi votada por esse plenário. Então, questão de ordem, Conselheiro  
2537 Almir, alguma coisa?  
2538  
2539 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Não, era exatamente  
2540 isso. Mas pelo que eu vi, era o Mariano ele disse: eu vou defender, não foi defender,  
2541 foi o contrário da proposta do Marco. Teria que aparecer uma pessoa a favor da  
2542 proposta do Marco.  
2543  
2544 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2545 **Pública – presidente do Conselho)** - Vamos lá, Eliana, vamos lá, nós vamos ouvir  
2546 todo mundo.  
2547  
2548 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
2549 - Pelo o que eu entendi o Marco não propôs um destaque, ele não propôs, ele propôs  
2550 antes de começarmos a fazer a leitura.  
2551  
2552 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2553 **Pública – presidente do Conselho)** - Desculpa, conselheira, eu perguntei se estava  
2554 encerrado o caso do edital. O conselheiro Marcos disse: "Eu fiz um destaque logo pela  
2555 manhã", então é destaque, é destaque.  
2556  
2557 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
2558 - Talvez ele tenha usado a palavra errada.  
2559  
2560 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2561 **Pública – presidente do Conselho)** - Agora se não é destaque, é bate-papo, não é  
2562 aqui, é na hora de informe ou é destaque e será votado, ou então, conselheiro, por  
2563 favor, retire e ponha num debate posterior, porque aí eu não estou entendendo o que  
2564 é.  
2565  
2566 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
2567 **CNMP)** - Veja bem, eu proponho à plenária, que a plenária em relação a relevância  
2568 desse tema decida agora reabrir o debate. Deixe-me terminar, estou propondo à  
2569 plenária, a plenária é essa daqui. Então, a decisão da plenária, eu proponho a  
2570 plenária, que ela reabra o debate desse tema, se a plenária entender que não é para  
2571 reabrir o debate, tudo bem.

2572

2573 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2574 **Pública – presidente do Conselho)** - Então, encaminhamento e vamos pôr à  
2575 votação, porque é o seguinte: isso aqui tem regra, todos os lugares colegiados têm  
2576 regra, a regra foi posta por este colegiado, se todo mundo, se já tínhamos terminado,  
2577 é destaque, não é destaque, é bate-papo, não sei o quê, nós temos uma pauta a  
2578 cumprir. Por favor, encaminhamento, e nós vamos à votação.

2579

2580 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) - O** encaminhamento da mesa é a  
2581 seguinte: compreendo perfeitamente que o companheiro Marcos fez uma provocação  
2582 à sociedade civil, até porque todos nós concordamos que quem vai definir isso é a  
2583 sociedade civil, então não é o plenário que vai decidir, é a sociedade civil. Se é a  
2584 sociedade civil, eu proponho um caminho da seguinte forma: que isso seja ponto de  
2585 discussão da sociedade civil, havendo um amadurecimento, uma proposição,  
2586 trazemos para uma outra plenária. Mas isso fica colocado para a sociedade civil.

2587

2588 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) -** Mas aí precisa fechar o  
2589 edital.

2590

2591 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) -** Mas isso não tem a ver com o  
2592 edital, não para esse processo agora, porque a sociedade civil, eu pelo menos não me  
2593 sinto em condições de decidir nada agora.

2594

2595 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2596 **Pública – presidente do Conselho)** - Então está bom, eu já entendi a votação, nós  
2597 vamos pra votação, se o plenário decidir que continua da forma que está, nós  
2598 podemos até marcar uma reunião posterior, discutirmos, aprofundarmos, se é assim  
2599 que a sociedade civil vai ficar, se não é, desde que a sociedade civil se manifeste  
2600 porque o interessado é a sociedade civil. Então, se esta plenária decidir que está  
2601 encerrado, que permanece este quadro, nós partimos para o segundo ponto porque a  
2602 presidência já está aí para fazer a nossa outra pauta. Por favor, os conselheiros estão  
2603 aptos a votar? Aqueles que estão aptos a votar, levante a mão, por favor. Aqueles que  
2604 não estão. Só um. Abstenção. Então, votação, permanece o quadro da forma que  
2605 está? Aqueles conselheiros que acham que permanece, por favor, levantem a mão.  
2606 Dezenove. **Aprovado.** Aqueles que são contrários a esse quadro, levantem a mão.  
2607 Abstenção. Prosseguimos, então com a outra pauta. Encerramos o edital.

2608

2609 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
2610 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Só para fazer um registro, para  
2611 não parecer que o silêncio da maneira que ficou tem qualquer tipo de omissão da  
2612 sociedade civil. Não, foi um diálogo oficial, estávamos todos presentes, só para não  
2613 parecer que ficamos calados, que somos omissos, só para registrar que nós  
2614 discutimos, conversamos sobre o tema, e eu acho que inclusive era isso que a Eliana  
2615 queria encaminhar.

2616

2617 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2618 **Pública – presidente do Conselho)** - Eliana, por favor, eu gostaria só de saber o  
2619 seguinte: Tem alguma coisa que a sociedade civil está se sentindo, dentro desse  
2620 edital, que precisa ser discutido a mais, ou está contemplado? Se for um debate para

2621 posterior, nós vamos fazer, não tem problema. Agora o que não dá é para passarmos,  
2622 vai e volta, vai e volta, porque senão nós não vamos...

2623

2624 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Está aprovado por  
2625 unanimidade a gente voltar novamente ao debate é brincar com a ideia, eu peço  
2626 sinceramente, sensatez a esse conselho, pelo amor de Deus.

2627

2628 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,  
2629 Travestis e Transexuais)** Todos os presentes com direito a voto, votaram a favor.

2630

2631 **O SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do  
2632 Brasil)** - Presidente, a senhora permite só um registro? Eu acho que foi até, essa  
2633 provocação foi até importante aqui para o conselho, para que os conselheiros possam  
2634 pensar um pouquinho o papel desse Conselho, de manhã a senhora não estava  
2635 presente, mas surgiu aqui uma discussão interessante que era sobre atuação, se nós  
2636 seríamos meros expectadores ou se nós iríamos participar de forma ativa nesse  
2637 processo de construção da paz, que é achar soluções para a segurança pública. E eu  
2638 acho que aí vem essa questão até dos membros realmente, eu acho que vale a pena  
2639 viu, presidente, colocar isso numa próxima oportunidade, porque as pessoas que, de  
2640 certa forma, participam aqui, elas precisam conhecer essa área, a segurança pública,  
2641 ela é muito complexa. Eu entendi a preocupação aqui do Marcos quando falou da  
2642 questão da sociedade civil estar representada, mas por pessoas que, de certa forma,  
2643 tenham ligação com a área, ou que tenham trabalhado com a área, que entenda um  
2644 pouquinho pra que a gente possa realmente avançar.

2645

2646 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança  
2647 Pública – presidente do Conselho)** - É, o edital garante isso, e quando foi da  
2648 primeira eleição, quem foi da comissão, que fez toda a aprovação daqueles que iriam  
2649 concorrer, nós tivemos que inclusive, a sociedade civil teve que trazer as redes, e tudo  
2650 o mais, trabalhos demonstrados na área da segurança pública, isso é garantido.  
2651 Ninguém está aqui, sem saber o que está fazendo, coronel, desculpe, mas eu acho  
2652 que, aliás, tem gente aqui que tem uma história na segurança pública, todos que aqui  
2653 estão, tem história na segurança pública, dá para apontar um por um aqueles que não  
2654 trabalham diretamente, mas toda a sociedade civil que aqui está, e eu estou nessa  
2655 área há tempo, conheço todos de todos os lugares que nós debatemos segurança e  
2656 tudo o mais. Eu digo ao senhor, que ninguém da sociedade civil aqui está aqui de  
2657 graça.

2658

2659 **O SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do  
2660 Brasil)** - Está corretíssimo, presidente, e eu até penso que essa discussão foi  
2661 justamente para trazer isso à pauta, mas não só questão da escolha dos  
2662 conselheiros, mas o papel do Conselho, porque nós temos que começar a discutir  
2663 para que não aconteça por exemplo, como essa lista que está passando aqui, onde  
2664 nós vemos a maioria carimbado de ausente, que dizer, são pessoas que não estão  
2665 comprometidas com a atuação do Conselho. E talvez isso tenha sido reflexo da forma  
2666 como nós estamos atuando. Então, é só uma provocação aqui para discutirmos. Eu  
2667 entendi perfeitamente quando o conselheiro colocou aqui essa questão de abrir, por  
2668 exemplo, para estudiosos, área acadêmica, enfim. Mas eu entendi também o objetivo  
2669 de provocar discussão, qual o nosso papel aqui? Nós vamos ficar só observando ou

2670 nós vamos atuar? Quer dizer, essa atuação, como vai ser? Então, eu penso só que  
2671 essa discussão é interessante, ela tem que ser feita de forma clara e a gente ser mais  
2672 objetivo na hora das proposições e das discussões.

2673

2674 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2675 **Pública – presidente do Conselho)** - Obrigada, Conselheiro. Vamos lá? Quem vai  
2676 falar? Daniel? Quem vai fazer a apresentação?

2677

2678 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Até para  
2679 explicar, que tem um monte de carimbos de ausente, é porque essa lista de presença,  
2680 ela tem, Eumar, só para explicar, na lista de presença tem tanto titulares quanto  
2681 ausentes. Então, sempre vai ter a cada assinatura do titular, carimbamos o suplente  
2682 que está ausente. Porque se o titular está, o suplente não está. Então, esse monte,  
2683 sempre vai ter muitos carimbos de ausente, porque se tem trinta conselheiros, tem  
2684 trinta pessoas ausentes, porque nós colocamos o nome dos dois, caso ele venha, ele  
2685 pode assinar também. Que tem hoje aqui? Depende do momento, o conselho tem  
2686 trinta membros, com os convidados e as cadeiras compartilhadas chega a trinta e  
2687 seis.

2688

2689 **O Sr. Daniel Avelino (Diretor Adjunto de Participação Social da Presidência da**  
2690 **República)** – Boa-tarde a todas e todos, eu sou Daniel Avelino, atualmente Diretor  
2691 Adjunto de Participação Social na Presidência da República. Para mim, é uma  
2692 satisfação muito grande estar de volta aqui neste Conselho, onde eu tive a chance de  
2693 atuar e participar na época da Conferência Nacional de Segurança Pública, na época  
2694 da reestruturação, da reinstalação do Conasp, do primeiro processo de eleição da  
2695 sociedade civil. Para mim é uma alegria muito grande reencontrar rostos conhecidos,  
2696 o que mostra que há uma perseverança, há uma importância em ocupar esses  
2697 espaços e da mesma maneira é também uma felicidade muito grande encontrar novas  
2698 pessoas e novos rostos, porque é um sinal de renovação para além das pessoas  
2699 mantendo a institucionalidade deste Conselho. Por isso, que eu saúdo e parabenezo  
2700 todos vocês pelo trabalho que estão fazendo em primeiro lugar, não é fácil. A Diretoria  
2701 de Participação Social, que é ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República, é  
2702 hoje o órgão responsável pelo acompanhamento e também pelo apoio e  
2703 fortalecimento às instâncias de participação social, o que inclui as instâncias formais  
2704 de participação social, entre elas, as conferências, os conselhos nacionais, como é o  
2705 caso aqui do Conasp, fazemos um acompanhamento periódico, constante das  
2706 atividades desses conselhos. O tema que eu vim conversar com vocês hoje é sobre a  
2707 proposta de Política Nacional de Participação Social, algo que nós não temos hoje.  
2708 Nós temos várias políticas nacionais, vários planos nacionais que envolvem  
2709 participação social, em alguma medida, em algum grau, mas não temos diretrizes  
2710 gerais, orientações gerais sobre como deve ser essa participação social no governo  
2711 federal. O que é que resulta disso? Resulta que cada área, cada ministério, cada  
2712 plano, cada política, cada programa tem uma certa dose de liberdade e de diversidade  
2713 para estabelecer quais são esses instrumentos, quais são os limites, quais são os  
2714 desenhos institucionais que essa participação acontece. Isso é muito bom do ponto de  
2715 vista da diversidade, mas isso traz alguns problemas de articulação, para  
2716 conseguirmos, por exemplo, fazer com que essas instâncias de participação social  
2717 dialoguem entre si, que elas produzam resultados comuns, que elas compartilhem  
2718 informação, compartilhem decisões e possam produzir um panorama, um quadro



2719 geral de participação social no Brasil. Então, vamos a ela: a Presidência está  
2720 pensando, está discutindo, está planejando, como seria uma política nacional de  
2721 participação social, não existe nenhum texto definitivo, não existe nenhuma proposta  
2722 definitiva, e o que eu vou compartilhar aqui com vocês agora, se por acaso vocês  
2723 conseguirem enxergar, porque isso também vai ser difícil, vai ser um desafio, é o que  
2724 nós já discutimos até o momento. Onde nós já discutimos isso? Em alguns conselhos,  
2725 como nós estamos fazendo neste momento aqui no Conasp, já discutimos isso no  
2726 âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, que foi um dos fóruns criados no ano passado  
2727 pela presidenta Dilma envolvendo uma articulação interministerial, já discutimos isso  
2728 no Seminário Nacional de Participação Social que foi realizado em outubro do ano  
2729 passado e alguns de vocês estiveram lá presentes e já discutimos isso também em  
2730 alguns fóruns específicos da sociedade civil. Tudo para que possamos colocar em  
2731 debate e recolher informações sobre o que se pretende fazer. Bom, uma Política  
2732 Nacional de Participação Social não surge do nada, ela surge de algumas premissas  
2733 que nós consideramos como importantes como a Declaração Universal dos Direitos  
2734 Humanos que desde 1948 já estabelece como direito humano a participação nos  
2735 negócios públicos, tanto diretamente quanto por meio dos seus representantes eleitos,  
2736 a Constituição Federal de 1988 e, mais especificamente, a Carta Ibero-Americana de  
2737 Participação Cidadã de 2009. Bom, então, especificamente em relação à política  
2738 nacional de participação social, o que é que nós entendemos, dentro da política  
2739 nacional de participação social, o que é que nós entendemos que estaria contido e  
2740 qual seria a relação entre uma política nacional de participação social e um sistema  
2741 nacional de participação social. A política seria o elemento mais amplo, que define os  
2742 princípios, as diretrizes e o sistema seria a forma de gestão, a forma de  
2743 implementação desses princípios. Política Nacional para quem? No nosso modo de  
2744 ver, política nacional estabelecida pelo Governo Federal deveria ser voltada para o  
2745 próprio Governo Federal, administração direta e administração indireta. Isso significa  
2746 que estados e municípios estão fora? Não, necessariamente. A política nacional pode  
2747 alcançar estados e municípios assim como entidades, movimentos e organizações da  
2748 sociedade civil desde que eles façam expressamente uma adesão a essa política no  
2749 âmbito da sua autonomia e respeitando a sua autonomia. Essa política envolve uma  
2750 articulação no âmbito do Governo Federal, envolve uma articulação interfederativa,  
2751 envolvendo estados, Distrito Federal e municípios e envolve também, muito  
2752 importante, uma articulação com as outras políticas que já existem, para que ela não  
2753 se sobreponha, não tenha uma certa hierarquia, uma superioridade sobre aquilo que  
2754 já existe, mas que possa atuar como elemento de coordenação. Então, haveria alguns  
2755 objetivos gerais a nortear essa política. Eu não vou ler todos esses objetivos aqui,  
2756 porque seria muito extenso, cansaria muito, mas eu vou apontar apenas o primeiro  
2757 desses objetivos que todos eles estão contidos nesse. Esse daqui resume todos. O  
2758 objetivo de uma Política Nacional de Participação Social, por que discutir uma política  
2759 de participação social? Por que estabelecer uma política Nacional de Participação  
2760 Social? É porque entendemos que participação social é um direito humano, e é um  
2761 direito que não está garantido em todas as áreas, não está garantido em todos os  
2762 casos. O objetivo dessa política nacional, portanto, é garantir o atendimento do direito  
2763 humano à participação social. Então, a coordenação dessa Política Nacional de  
2764 Participação Social caberia, por força de lei, pelas atribuições que já existem hoje no  
2765 Governo Federal caberia à Secretaria-Geral da Presidência da República como  
2766 elemento de coordenação, mas caberia também a cada ministério dentro de sua  
2767 respectiva área de atuação. Os movimentos e organizações da sociedade civil

2768 também estariam contemplados nessa política nacional desde que fizessem  
2769 expressamente essa adesão e essa política deveria contemplar também instrumentos,  
2770 mecanismos, estratégias de fortalecimento dos movimentos sociais das organizações  
2771 da sociedade civil no seu âmbito de atuação. Bom, a política então seria esse grande  
2772 conjunto de princípios, esse grande conjunto de objetivos. Mas, como isso aconteceria  
2773 na prática? Para isso é preciso que a gente analise o que é o sistema nacional de  
2774 participação social. Constituído com base na política, ele seria um sistema público que  
2775 possibilitaria a gestão intersetorial e a articulação das políticas de participação social.  
2776 Mais especificamente, deveria necessariamente ser um sistema não hierarquizado,  
2777 flexível, aberto a mudanças e inovação, participativo, sustentável no sentido de  
2778 permanente e que trabalharia em rede com as iniciativas que já existem. As diretrizes  
2779 gerais desse sistema seriam a interdependência, interação, integração dos canais,  
2780 compartilhamento de objetivos comuns voltados para participação social como  
2781 instrumento de fortalecimento da democracia. Como esse sistema atuaria? Na  
2782 formulação, planejamento, implementação de políticas, programas e planos de  
2783 governo, o objetivo, portanto, é fazer com que a participação social tenha capilaridade,  
2784 que ela consiga alcançar todas as ações de governo, em outras palavras, que cada  
2785 programa de governo a ser estabelecido, a ser criado, a ser reformado, preveja  
2786 interfaces socioestatais, preveja mecanismos de participação social efetivos. E  
2787 também no acompanhamento, na pesquisa e no levantamento de informações sobre  
2788 esses elementos. Quais seriam os elementos do sistema? Não dá para gente tratar  
2789 com a lista fechada. Quais são as instâncias de participação social que nós temos  
2790 hoje? São muitas, são inúmeras, mas é importante que se o sistema tem que ser  
2791 flexível e aberto à inovação, essa lista não possa ser fechada. Então, dentro de uma  
2792 lista aberta, meramente exemplificativa, nós temos como elementos do sistema hoje,  
2793 alguns canais e instrumentos como os conselhos nacionais, as conferências  
2794 nacionais, os espaços interconselhos e interconferências, ouvidorias, fóruns de  
2795 gestores, o próprio Fórum de Direito e Cidadania, audiências e consultas públicas, é  
2796 disso que nós estamos falando. Além desses canais institucionalizados permanentes,  
2797 o que nós temos? Também algumas ações, algumas políticas que fortalecem a  
2798 participação social no âmbito governamental, entre elas as iniciativas de diálogo  
2799 sociais, diálogos com os movimentos, as pautas nacionais, a própria agenda  
2800 presidencial, a educação para cidadania ativa, participação social no ciclo  
2801 orçamentário, novas linguagens de participação, articulação federativa, prêmios, como  
2802 é o caso dos objetivos do desenvolvimento do milênio, ODM, Agenda Brasil, entre  
2803 várias outras iniciativas. O importante é que essa lista permaneça, portanto aberta, e  
2804 novos canais de participação possam ser criados e integrados. O sistema deve ter  
2805 necessariamente uma gestão participativa, se ele pretende estimular a participação  
2806 social ele deve fazer isso de dentro. Para a adesão a esse sistema é necessário não  
2807 apenas a concordância com os princípios, os objetivos da política nacional, mas é  
2808 preciso que os órgãos participantes tenham também uma prática efetiva de  
2809 participação social no seu respectivo âmbito de atuação. Obviamente, isso vai  
2810 requerer financiamento, e por isso é importante que esse financiamento tenha uma  
2811 gestão transparente, uma gestão pública também participativa, e para que essa  
2812 política e esse programa deem certo, é preciso atuar em todas as frentes possíveis.  
2813 Nós destacamos aqui três linhas de atuação que nós consideramos eixos, nós  
2814 consideramos centrais, primeiro uma dimensão intragovernamental, o Governo  
2815 Federal precisa arrumar sua própria casa, precisa dar o exemplo de participação  
2816 social, para os outros que vierem aderir a esse sistema. E aqui tem o conjunto de

2817 iniciativas que hoje já existem e que contribuem para o aumento da participação social  
2818 dentro do Governo Federal. Mas isso não basta, porque o governo federal não é igual  
2819 ao Estado brasileiro, por isso que a segunda dimensão também é importante, que é a  
2820 dimensão intergovernamental, ou seja, o governo federal também precisa agir como  
2821 indutor da participação social em estados e municípios. E só uma observação aqui em  
2822 relação a isso, aqui tem um conjunto de iniciativas que já existe e que dialogam com  
2823 os estados e municípios. Só uma observação em relação a isso, numa dimensão  
2824 intergovernamental, ela precisa acontecer necessariamente com uma dimensão  
2825 horizontalizada, não hierarquizada, o que significa dizer que o Governo Federal hoje,  
2826 pode atuar como indutor, como fomento à participação social nos estados e  
2827 municípios, mas nós temos também, por outro lado, hoje, iniciativas de participação  
2828 social que nasceram nos municípios, que nasceram nos governos estaduais e que  
2829 hoje são referências, são exemplos não apenas para o Governo Federal, mas também  
2830 em âmbito internacional. Hoje, o Brasil, internacionalmente, é referência em  
2831 democracia participativa, nós recebemos na Presidência da Republica cotidianamente  
2832 pesquisadores internacionais, estudantes internacionais, estrangeiros, querendo  
2833 estudar e conhecer o nosso sistema de participação social, isso se deve não apenas  
2834 às iniciativas federais, mas também aquelas que acontecem no âmbito local. Um  
2835 exemplo disso, o orçamento participativo, que é uma experiência que nasceu no  
2836 âmbito municipal, se espalhou para o âmbito estadual, e nós ainda não temos hoje um  
2837 correspondente à altura no Governo Federal. Resumindo, se pretendemos tratar de  
2838 participação social na dimensão intergovernamental, ela precisa ser uma via de mão  
2839 dupla, não apenas o Governo Federal fomentando essas práticas de participação  
2840 social nos estados e municípios, mas também disposto a aprender e a trazer para o  
2841 âmbito federal aquilo que já é desenvolvido e bem desenvolvido e bem sucedido nos  
2842 âmbitos locais. E uma terceira dimensão que também não pode ficar de fora, senão  
2843 comprometeria todo o funcionamento deste trabalho que é a dimensão  
2844 Estado/sociedade civil, ou seja, a dimensão extragovernamental, um sistema de  
2845 participação social ele garante canais de diálogos, ele faz com que se abram novas  
2846 formas de comunicação, mas ele não necessariamente ocupa essas formas. Quem  
2847 deve ocupar esses canais de diálogo formalizados, é a sociedade civil, sem a  
2848 participação dela todo esse esforço aqui vai por água abaixo. E já concluindo, para  
2849 que tudo isso aconteça, é preciso que tenhamos metas, um plano claro, um plano  
2850 nítido de ações daquilo que nós precisamos fazer para que aconteça. Esse aqui é o  
2851 nosso plano de ação para o desenvolvimento da Política nacional de Participação  
2852 Social, ele é provisório, ele não está definido, ele está em permanente revisão, em  
2853 constante revisão, e eu submeto aqui para vocês para o debate, para crítica. Esse  
2854 plano de ações desenvolvido no âmbito do Fórum Direito e Cidadania contempla sete  
2855 ações principais, por meio dessas sete ações nós achamos que conseguimos  
2856 alcançar um bom resultado em termo de desenvolvimento dessa política. Quais  
2857 seriam essas sete ações? O desenvolvimento do Fórum Governamental de  
2858 Participação Social, essa primeira meta já está cumprida, nós criamos desde abril, no  
2859 âmbito da Presidência da República um Fórum Governamental de Participação Social  
2860 que envolve representantes de todos os ministérios do Governo Federal, sem  
2861 exceção, cada Ministério indica quem são os agentes públicos responsáveis pelo  
2862 diálogo social na sua respectiva pasta, e todos esses foram reunidos em um fórum em  
2863 que discutimos e pretendemos continuar discutindo essas políticas, essas práticas de  
2864 participação social. Então, esse espaço já está constituído, precisamos agora ocupá-  
2865 lo e fazer com que dele surjam propostas de incremento da participação social. A

2866 segunda ação prevista seria fazer também o desenvolvimento de fóruns regionais de  
2867 participação social, envolvendo principalmente os gestores de nível estadual e de  
2868 nível municipal, contando com a adesão e com a participação deles, isso ainda está  
2869 em desenvolvimento, mas já está também bastante avançado, tentamos mapear nos  
2870 governos estaduais quem são os órgãos ou agentes responsáveis pelo diálogo social  
2871 para que possamos reunir nesses fóruns. Uma terceira ação, também para ampliar o  
2872 diálogo, reparem que essas duas iniciativas são predominantemente governamentais,  
2873 a terceira iniciativa seria o desenvolvimento de um portal da participação social, ou  
2874 seja, um canal de comunicação direto com a sociedade civil, sociedade civil essa  
2875 organizada ou não, o indivíduo atomizado, o indivíduo reunido em organizações ou  
2876 movimentos sociais, para que ele tenha uma interface direta com esses espaços de  
2877 discussão da política. Este portal também está em desenvolvimento e deve ser  
2878 apresentado ainda este ano. Quarto, uma agenda integrada da participação social,  
2879 significa em outras palavras, tentamos desenvolver, tentar encaminhar para um  
2880 calendário único de participação social, tentar reunir em uma mesma base de dados  
2881 todas as ações e todas as iniciativas de participação social que o governo federal  
2882 desenvolve. Qual é a importância de um calendário único de participação social? Qual  
2883 é a importância de um calendário único de participação social? Conseguirmos  
2884 identificar e evitar casos de sobreposição de ações e de repetição de ações para os  
2885 mesmos interlocutores, para o mesmo público. Hoje nós não temos garantia, por  
2886 exemplo, que audiências públicas, consultas públicas, reuniões de conselhos, etapas  
2887 de conferências nacionais vão acontecer num calendário planejado que permitam aos  
2888 membros da sociedade civil participar de todos eles. Hoje, é possível e até bastante  
2889 plausível que aconteçam sobreposição de ações, uma sobreposição de ações, por  
2890 exemplo, duas audiências públicas acontecendo na mesma data e no mesmo horário,  
2891 na prática significa uma restrição de acesso, porque você não vai conseguir fazer com  
2892 que o mesmo agente mobilizador esteja presente nos dois lugares ao mesmo tempo.  
2893 Tentar racionalizar a realização dos eventos de participação pelo menos no âmbito do  
2894 Governo Federal é uma iniciativa que achamos pode trazer ganhos de escala,  
2895 racionalizar a participação social e permitir um incremento no número e na diversidade  
2896 de agentes que participam desses diálogos. Então, além da agenda integrada, haveria  
2897 também planos de mobilização e participação social dos programas estratégicos do  
2898 Governo Federal. Isso também já está em andamento, já aconteceu para alguns  
2899 programas do Governo Federal e pretendemos que aconteça para outros. O que  
2900 significa um plano de mobilização e participação social? Significa que para cada  
2901 programa estratégico do Governo Federal, cada programa carro-chefe exista também  
2902 um plano de participação integrada àquele programa, ou seja, como a sociedade civil  
2903 vai interferir com aquele programa? Em que medida a sociedade civil vai ter poder de  
2904 decisão e poder de influência sobre aquele programa? Nós já desenvolvemos, alguns  
2905 de vocês participaram, um plano de participação social na agenda de enfrentamento à  
2906 violência contra jovens negros, o Conasp teve uma participação decisiva e bem  
2907 destacada nisso, estamos desenvolvendo agora um plano de participação social para  
2908 o programa de agroecologia, e outros que já estão também no forno, sendo  
2909 planejados, inclusive um plano de participação social para o programa Brasil sem  
2910 Miséria, que é um dos programas mais importantes hoje do Governo Federal e o que  
2911 pretendemos continuar atuando é neste sentido, que não criemos programas no  
2912 Governo Federal que não tenham associados a ele uma estratégia obviamente uma  
2913 estratégia específica, desenhada especificamente para aquele programa, uma  
2914 estratégia de participação social. Com base no fórum governamental de participação,

2915 nos fóruns regionais, nas próprias discussões levadas adiante no portal, nos debates  
2916 dos conselhos nacionais, nas recomendações das Conferências Nacionais,  
2917 pretendemos traçar recomendações gerais de aperfeiçoamento das instâncias de  
2918 participação, ou seja, diretrizes, orientações para o bom funcionamento dessas  
2919 instâncias. Não pretendemos criar normas impositivas, então não seria uma lei, uma  
2920 determinação, uma portaria ministerial de como deve funcionar um conselho, de como  
2921 deve ser uma conferência, porque acreditamos que isso tem muito a ver com a  
2922 especificidade de cada área e cada área sabe quais são as estratégias que melhor  
2923 funcionam para si. Mas algumas recomendações gerais nós podemos fazer e é isso  
2924 que a gente pretende fazer na forma de documentos orientadores e construídos de  
2925 maneira participativa. E uma ação que entendemos seria conclusiva, é depois de todo  
2926 esse caminho trilhado, depois de todo esse percurso feito, desafios enfrentados,  
2927 dificuldades identificadas, aliados trazidos a debate é que consigamos pensar num ato  
2928 normativo para a política nacional de participação social, então reparem que o  
2929 caminho que nós estamos fazendo aqui é o inverso do que costuma ser feito em  
2930 outros momentos, ou seja, nós pretendemos primeiro criar as condições para uma  
2931 política nacional de participação, condições institucionais, condições políticas,  
2932 condições estruturais para depois com base no sucesso ou não dessas condições,  
2933 nós conseguirmos reduzir tudo isso a um ato normativo, que pretendemos levar à  
2934 instância competente. Tem mais uma ação prevista aqui que é paralela, que é  
2935 concomitante a todas essas, é uma ação até meio óbvia, mas que precisa ser  
2936 desenvolvida que é permanecer fazendo o monitoramento das demandas  
2937 apresentadas ao Governo pela sociedade civil. Tem um departamento específico na  
2938 Secretaria-Geral que faz esse acompanhamento de pautas nacionais, nós colocamos  
2939 aqui só para mostrar que isso não será esquecido nem interrompido, de que as pautas  
2940 da sociedade civil apresentadas que tenham a ver com esse tema sejam também  
2941 constantemente monitoradas. Então, resumindo tudo, esse é o estado atual do  
2942 pensamento e das discussões sobre uma política nacional de participação social. O  
2943 Conasp se apropriar dessas discussões, participar dessas discussões e também  
2944 emitir criticamente a sua visão sobre isso, para nós é fundamental e é por esse motivo  
2945 que aqui eu encerro passando a palavra para vocês, que são quem entende do  
2946 assunto e fico à disposição para continuarmos conversando mais sobre isso. Regina,  
2947 obrigado.

2948  
2949 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2950 **Pública – presidente do Conselho)** - Obrigada, eu consulto algum conselheiro se  
2951 quer fazer alguma pergunta, algum comentário. Marcos Dias. Vamos fazer o  
2952 seguinte? Vamos mantendo levantado e a gente vai dando a voz daqui para lá e aí já  
2953 vai. Marcos Dias, por favor.

2954  
2955 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais**  
2956 **Rodoviários Federais)** - Eu queria cumprimentar o Daniel Avelino, dizer que é  
2957 sempre um prazer ter você aqui no Conasp, sabendo ainda mais que você participou  
2958 da construção desse Conselho, e é um torcedor vibrante do sucesso desse conselho.  
2959 Não tenho nenhum retoque a fazer a esse plano e já falei que os planos apresentados  
2960 pelo Governo são muito bem construídos, mas já fizemos essa observação também  
2961 que os planos na cabeça do gestor são uma maçã, desce um nível vira uma laranja e  
2962 no plano de execução muitas vezes já chega um limão, a gente tem que descascar e  
2963 fazer uma limonada. Coronel Sá Ribas parece que concorda comigo. E a minha

2964 pergunta é: Quais são as dificuldades na implementação desse plano e como o  
2965 Conasp pode contribuir para a implementação do plano, que papel você espera do  
2966 conselho, ajudando na execução desse plano?

2967

2968 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
2969 **Pública – presidente do Conselho)** - Você quer que faça um bloco e você responde  
2970 em bloco, é melhor? Está bom, então vamos lá, daqui para lá, conselheiro Geraldo, é  
2971 isso?

2972

2973 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bem, a  
2974 gente não tem dúvida de que essa ordem aqui de elaboração da proposta do plano é  
2975 perfeita. Eu me lembro quando no primeiro ano do governo Lula, começamos umas  
2976 reuniões com o Depen, eram duas vezes por ano, a Coordenação Nacional da  
2977 Pastoral ficava um dia, dois dias com o Depen discutindo a política nacional e as  
2978 questões nacionais no que diz respeito a questão da política da penitenciária. E nós  
2979 nos lembramos que, naquela época, tentávamos levar para essa reunião, por  
2980 exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos, que era Especial de Direitos Humanos e  
2981 não conseguíamos, porque o Depen não queria, queríamos levar o Ministério da  
2982 Saúde porque tinha relação e ficava difícil, fazíamos separado, depois de uns anos,  
2983 no segundo governo, isso começou a acontecer, aí já fazíamos reunião, já partilhava.  
2984 Então, vimos que houve realmente um crescimento, uma interatividade, que hoje  
2985 vemos muito mais claro que o governo já faz isso, têm os fóruns interconselho etc.  
2986 Então, é claro que isso teve um avanço que agora vamos dizer assim culmina com um  
2987 plano, aliás, eu digo que num governo popular de oito anos, e agora vai mais dois, dez  
2988 anos, nós ficamos com uma sociedade satisfeita com o governo, mas uma sociedade  
2989 desmobilizada, meio apática, em termo de voluntariado porque isso se funda  
2990 basicamente no voluntariado e na adesão consciente dos outros entes federativos, e o  
2991 grande problema esbarra nos estados que realmente não fazem muita conta disso, e  
2992 os municípios ainda mais. E o Governo Federal não tem tido capacidade de fazer com  
2993 que isso mudasse, porque fica com aquela história de respeitar o pacto federativo etc,  
2994 e não define estratégias, metodologias adequadas de chegar ao povo, que aí não é  
2995 ferir isso, mas não faz. Tem outro grande problema que é a sociedade não acredita  
2996 nos governos, e os governos não sabem lidar com a sociedade. A não ser assim:  
2997 “Venha para ajudar”. Mas, se você fica fazendo algumas ponderações que podem ir  
2998 de contraponto, você já não ajuda, você já é um prejuízo, então você fica de lado. Isso  
2999 ainda existe bastante, esse corporativismo de governo. Eu acho que isso é o maior  
3000 impedimento a que se realize uma tarefa dessa, é uma tarefa ainda mesmo que  
3001 estejamos avançando, gigantesca, e por no papel é uma coisa fácil, mas colocá-la na  
3002 prática é um desafio muito grande, mas eu parabenizo e nos colocamos à disposição  
3003 para estar junto.

3004

3005 **O Sr. Agadeilton Menezes (APCF – Perícia Oficial)** – Boa-tarde a todos,  
3006 conselheiros e conselheiras, parabenizo o palestrante e, da mesma forma, aqueles  
3007 que foram responsáveis pela construção dessa ideia, acho que uma ideia que está  
3008 sintonizada com o anseio da sociedade, e aí não chamo só de sociedade civil, mas  
3009 de toda a sociedade, em ver organizado, ou organizada a busca por uma maior  
3010 participação dentro das decisões políticas das três esferas governamentais. E dentro  
3011 dessa boa ideia, também queremos acrescentar essa outra boa idéia dentro desse  
3012 contexto e trazer para este Conselho, que é na minha visão um dos mecanismos de

3013 participação social da sociedade, para o debate, essa ideia. Claro que, pela surpresa  
3014 para mim, pessoalmente, por esse debate, por esse tema, vamos estar limitado na  
3015 constituição desse debate, porque muitas são as perguntas que podem ser suscitadas  
3016 a partir da ideia em construção. Mas, evidentemente, que podemos depois ser mais  
3017 fomentado com informações desse processo e aí, dentro dessas informações, poder  
3018 contribuir de forma mais eficaz. Mas aí, eu quero trazer de imediato, duas  
3019 provocações no bom sentido. A primeira que, de fato, é um grande desafio, para quem  
3020 quer que seja, por mais estrutura que tenha, conseguir construir uma agenda única,  
3021 eu acho que é desejável, mas muito difícil, uma agenda única para organizar a  
3022 participação social na esfera federal, já será um grande desafio, imagine na esfera  
3023 estatal. Não sei se a pretensão é essa, aí eu poderia até ser esclarecido. Se a ideia é  
3024 organizar essa participação social nas três esferas de governo, tentar sintonizar para  
3025 que também não haja sobreposição em relação aos estados e aos municípios, ou se a  
3026 preocupação inicial é só com a esfera federal, e aí sendo apenas a esfera federal, que  
3027 parece ser o caso, será um grande desafio. E aí eu interpretei como uma premissa  
3028 talvez dos diagnósticos anteriores, de que a realização de audiências públicas de  
3029 repente, no mesmo dia, elas possam suscitar, certamente suscita a limitação da  
3030 participação da sociedade civil, mas, de repente, dependendo do que se debate, você,  
3031 de fato, não deveria ter que ter toda a sociedade civil participando de uma audiência,  
3032 e sim aqueles que são os atores principais da sociedade envolvida nesse processo de  
3033 discussão da audiência pública. Para ser mais claro e explícito, eu diria que, por  
3034 exemplo, uma discussão sobre segurança pública, se for genérico pode até interessar  
3035 a toda a sociedade, mas uma discussão sobre aposentadoria especial dos servidores  
3036 da segurança pública, já fica muito mais restrito a um público específico. E aí,  
3037 audiências públicas que debatam temas que não são conflitantes, evidentemente,  
3038 dentro da minha lógica, não suscita limitação da participação social. Eu acho que para  
3039 melhorar a construção desse calendário, levar em consideração essas questões, eu  
3040 acho que é importante. E depois, que é o ponto que a mim particularmente mais  
3041 preocupa, é que haja, não vai ser fácil, mas é preciso que haja desde já uma definição  
3042 daquilo que esse planejamento, ou esse futuro plano entende por participação social.  
3043 Sabemos que a Constituição que nós chamamos de cidadã, ela felizmente viabilizou a  
3044 construção de vários mecanismos de participação social, conselhos de políticas  
3045 públicas é um deles, mas aí temos o talvez o que está mais em voga hoje que é o  
3046 orçamento participativo, que também é um importante mecanismo de participação  
3047 social e aí se soma a isso as conferências nacionais, se soma a isso as audiências  
3048 públicas e outras formas de participação social. É preciso que haja uma clara  
3049 definição do que é de fato participação social para que todas essas formas  
3050 constitucionalmente previstas estejam contempladas dentro desse processo. Eu  
3051 acredito que, e estou entendendo, que isso já está dentro do bojo deste trabalho e se  
3052 assim for, podemos até depois começar também a buscar somar a essas ideias já  
3053 concebidas outras formas de participação social. Então, mais uma vez parabéns e  
3054 espero no decorrer do processo, nós aqui do Conselho Nacional, todos os  
3055 conselheiros poderem contribuir de forma mais eficiente com esse debate.

3056  
3057 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3058 - Eu queria fazer uma pergunta para o Daniel. Primeiro, eu queria dizer que fico feliz  
3059 de saber que tem um sistema nacional de participação social. Pensar que tem um  
3060 sistema significa que, de alguma maneira, vamos ver isso colocado, pelo menos a  
3061 tentativa nos programas do Governo Federal, um item que é superimportante, que é a

3062 participação social. Aí eu queria te perguntar o seguinte: esse sistema, do ponto de  
3063 vista da aplicação, de como vai acontecer, vocês estão pensando em, do ponto de  
3064 vista dos projetos do Governo Federal, está cobrando, eu vi que você falou que alguns  
3065 projetos já estão incorporando essa questão desse sistema, mas como é que fica isso,  
3066 por exemplo, em nível dos estados e municípios? Existe alguma indicação de que os  
3067 programas estaduais e municipais que o Governo Federal apoia, isso vem a ser, por  
3068 exemplo, um pressuposto, uma exigência para aqueles projetos acontecerem no  
3069 estado, algum tipo de participação e controle social já que é o dinheiro que vem do  
3070 Governo Federal? Existe esse componente?

3071  
3072 **O SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS (Associação dos Militares Estaduais do**  
3073 **Brasil)** - Quero aproveitar o ensejo para cumprimentá-lo, Daniel, é sempre agradável  
3074 revermos aí a participação de companheiros que já estiveram conosco em outras  
3075 ocasiões e que trazem com a sua juventude já de início uma mensagem de  
3076 motivação, de desprendimento. Mas é sempre agradável porque vemos, Regina, a  
3077 motivação que há em determinados segmentos e nos quadros da administração  
3078 pública empenhados aí na implementação de políticas de importância do ponto de  
3079 vista social. E a mim particularmente agrada ver essa preocupação, tomar  
3080 conhecimento dela de maneira ampla como agora nós podemos ver, do  
3081 estabelecimento de uma política nacional de participação social. Até porque, Daniel,  
3082 nós não temos, nós brasileiros, como sociedade organizada, nós não temos essa  
3083 cultura de participação. Esse, me parece, é o ponto crucial para qualquer trabalho que  
3084 se pretenda realizar no país na expectativa de que possa efetivamente ocorrer  
3085 participação social no trato de temáticas de relevância para todos nós. Interessante  
3086 também que isso já esteja fundado de início, embora talvez, só no campo teórico  
3087 ainda, porque isso está em formulação, em andamento, em um sistema nacional de  
3088 participação social que vai mostrar as interfaces com os diferentes segmentos da  
3089 sociedade até mesmo no âmbito governamental, do qual, aliás, até nós como  
3090 membros do Conselho Nacional de Segurança Pública, estamos aqui inclusos como  
3091 elementos do sistema, já que os conselhos fazem parte dessa concepção sistêmica  
3092 da política nacional de participação. E também a existência e a preocupação com o  
3093 plano de ações para tentar tornar efetiva tanto quanto possível essa política pré-  
3094 concebida. Aí eu concordo em parte com a colocação do Marcos Dias, eu não pude  
3095 deixar de involuntariamente fazer uma manifestação e o Marcos percebeu lá e já me  
3096 entregou e daí eu preciso até justificar isso, porque, de fato, na minha concepção é  
3097 um contexto realmente muito difícil para se viabilizar, porque sabemos, conhecendo a  
3098 realidade do país, o quão distante fica às vezes, o estabelecimento no plano teórico,  
3099 do planejamento para a implementação de determinadas políticas e atitudes e o  
3100 quanto isso é difícil depois ao longo do tempo à medida que vai chegando nos  
3101 diferentes segmentos da sociedade, nas diferentes instâncias de exercício do  
3102 governo, e vai se modificando, vai sofrendo realmente dificuldades para  
3103 implementação. Mas eu torço para que dê certo, faço votos para que vocês possam  
3104 realizar lá um bom trabalho e para concluir, queria dizer ou perguntar para você, que  
3105 na minha percepção, ainda que considerados todos esses aspectos que eu acabo de  
3106 colocar e de me posicionar favorável desejando sucesso ao trabalho que vocês  
3107 realizam, mas eu quero crer que poucas ações efetivas vão poder se realizar em um  
3108 período curto de tempo. Nós sabemos que essas políticas demandam efetivamente,  
3109 médio e longo prazos. E aí, talvez, pelo menos possa se dizer o seguinte: alguns  
3110 objetivos serão atingidos, mas talvez, Daniel, aí é que eu peço a sua manifestação, a



3111 maior contribuição do plano e dessa iniciativa do Governo Federal esteja no fato de  
3112 que vai contribuir para que se construa no país, na nossa sociedade, efetivamente,  
3113 uma cultura de participação, por que nós realmente não a temos. Quero só trazer à  
3114 lembrança um comentário muito apropriado, pelo menos na minha visão, respeitadas  
3115 as posições diversas, de que ele fez uma crítica que eu considero construtiva a nós  
3116 como sociedade organizada. O Brasil é um país interessante, é um país que reúne  
3117 milhares de pessoas para fazer apologia à maconha, ao consumo da droga, e tem  
3118 uma dificuldade incrível de fazer essa mesma mobilização para ir contra a corrupção,  
3119 ir contra atitudes e comportamentos absolutamente perversos da administração  
3120 pública brasileira, nocivos à sociedade como um todo e nós não conseguimos fazer  
3121 isso por falta, repito, dessa cultura de participação. Então a indagação final, que para  
3122 concluir eu faria, Daniel, é que talvez, na minha distante visão, não estou  
3123 acompanhando isso de perto, a maior e melhor contribuição talvez desse trabalho  
3124 que vocês estão empenhados em bem realizar seja o de contribuir para que se  
3125 consolide, se desenvolva no país efetivamente uma cultura de participação. Era essa  
3126 a colocação.

3127  
3128 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
3129 **Organizações Populares)** – Boa-tarde, Daniel, eu sou Célia Rique, representante da  
3130 sociedade civil de uma organização que é gabinete de Assessoria Jurídica das  
3131 organizações populares – GAJOP. Bom, primeiro eu quero lhe dizer que eu tinha uma  
3132 enorme curiosidade para conhecer esse sistema, desde o momento em que nós  
3133 fomos comunicados por Suelen dessa possibilidade. Bom, a primeira coisa, como já  
3134 foi dito aqui, eu achei interessantíssimo que nós conheçamos realmente essa  
3135 iniciativa e que ela não é uma questão esporádica, ela se constitui numa política. Quer  
3136 dizer, vocês definem, afirmam e publicam esse grande compromisso social com a  
3137 nação, com a sociedade, então isso tem uma importância enorme no cenário político  
3138 nacional. Achei também muito interessante quando você traz os parâmetros de  
3139 definição dessa proposta muito pautada pelo princípio do direito humano à  
3140 participação. Aí eu só estou querendo lhe dar alguns lembretes, quer dizer, você traz,  
3141 evidentemente, a Constituição Federal, outras referências, mas eu acho que também  
3142 temos um grande marco que é Conferência de Viena, da qual o Brasil é signatário e  
3143 uma questão da maior importância: o PNDH3 pela primeira vez torna público o  
3144 reconhecimento de que a sociedade civil é protagonista da constituição desse plano.  
3145 Isso é um diferencial político fantástico para a sociedade civil. Então, nessa  
3146 perspectiva é que eu queria dizer, a sua proposta se define, se coloca muito com o  
3147 Governo Federal organizando a participação da sociedade civil, mas parece que tem  
3148 um enorme acúmulo na sociedade civil que é de lutas por essa participação, ela não é  
3149 doada, ela não é concessão, tem uma história de lutas, de várias frentes. Sobretudo  
3150 eu sou membro do MDH e membro da Abong, nós temos uma história de registro de  
3151 pressões, de debates a respeito de questões fundamentais, por exemplo, a luta pela  
3152 transparência dos investimentos públicos, que se já está tomando iniciativa no  
3153 Governo Federal, já tem resposta a respeito disso como fundo social, como agora a  
3154 nova Lei da Informação a respeito dos recursos públicos. Eu acho que isso está  
3155 significando uns avanços, mas eu senti falta desse papel exatamente do verso da  
3156 questão, é de como os atores sociais estão sendo parte dessa construção e de como  
3157 fundamentalmente nesse exercício, nessas pressões, se estabelecem exatamente os  
3158 conflitos, porque se não tivesse conflito não andava, não é tudo igual, quer dizer, o

3159 conflito é uma questão saudável, salutar no desenvolvimento, eu acho que para não  
3160 me alongar muito, eu acho que basta.

3161

3162 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3163 **Pública – presidente do Conselho)** - Obrigada, Célia. Eu só vou pedir, Tião, posso  
3164 pedir uma inversão de pauta? Porque é o seguinte: Os trabalhadores terão uma  
3165 reunião com o ministro, me parece que pela manhã houve uma decisão dos senhores  
3166 de levar um documento em mãos, esse documento está pronto. Eu acho que nós  
3167 deveríamos ler, aprovar e continuamos o debate, que assim dá tempo. Concordam  
3168 com isso? Já foi aprovado? Então, vamos fazer a leitura a este plenário e aí nós  
3169 continuamos aqui como Daniel e aí não prejudica os trabalhadores que querem levar  
3170 isso em mãos ao ministro. Pode ser assim? Eu só peço a alguém que faça a leitura.

3171

3172 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
3173 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
3174 **Militares)** - Esse texto foi revisto pelos nossos delegados e reflete o que nós  
3175 discutimos de manhã: “Decisão Colegiada número 01/2012 do Conasp. O Conselho  
3176 Nacional de Segurança Pública – Conasp reunido no Salão Negro do Ministério da  
3177 Justiça em 14 de junho de 2012, por ocasião da 17ª Reunião Ordinária, por  
3178 unanimidade de votos, em decisão colegiada, após ampla discussão temática,  
3179 entendeu que o Poder Executivo deve adotar a medida política de retirada de Projeto  
3180 de Lei Complementar 554/2010, em trâmite na Câmara dos deputados, de autoria e  
3181 competência privativa da Presidência da República, o qual trata da aposentadoria  
3182 diferenciada dos trabalhadores da área de segurança pública que desempenham  
3183 atividades de risco, por entender que a proposição se afigura inconveniente,  
3184 inoportuna, suprime direitos, gera insegurança institucional e torna inaplicável o  
3185 mandamento constitucional expresso no artigo 40, parágrafo 4 inciso II da Carta  
3186 Magna”

3187

3188 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais**  
3189 **Rodoviários Federais)** - O texto já traduz aquilo que nós votamos hoje de manhã, só  
3190 escapou a questão de que ele também contraria o que foi priorizado na sexta diretiz  
3191 da 1ª Conseg.

3192

3193 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3194 **Pública – presidente do Conselho)** - Eu não tenho apontamento algum sobre o  
3195 texto, eu só tenho a esclarecer o seguinte: Diversos conselheiros que aqui estão, são  
3196 testemunhas de que a própria Senasp reunida com a Secretaria de Assuntos  
3197 Legislativos, mais representantes das diretorias tanto da PF quanto da PRF, nós  
3198 temos feito gestão para que isso aconteça. Eu só gostaria de traduzir isso: Eu recebi e  
3199 confesso aos senhores que a minha agenda está cada vez mais complicada e às  
3200 vezes eu sequer consigo acompanhar o que vai ou não para votação, mas para isso,  
3201 é óbvio que nós temos assessoria. E recebi um telefonema do doutor Paulo de Tarso,  
3202 enquanto substituto do doutor Leandro que estava em férias, pedindo uma reunião  
3203 comigo imediatamente, mais a doutora Maria Alice, o Nóbrega estava presente, o  
3204 Kleber acompanhou isso mais distante, mas sabe disso que eu estou falando, e outros  
3205 que aqui estão, imediatamente nós fizemos uma reunião, chamamos os  
3206 representantes da SAL, e pedimos que fizessem gestão porque entendemos o que  
3207 isso vai ocasionar. Então, assim, enquanto Secretaria Nacional de Segurança Pública,

3208 fizemos gestão para exatamente esse encaminhamento que os senhores estão  
3209 colocando aqui. Então, eu acho de suma importância que os senhores, enquanto  
3210 trabalhadores entreguem isso não mão do Ministro realmente. Então, vai ser  
3211 acrescido depois de Carta Magna a 6ª diretriz da 1ª Conseg. Podemos então imprimir e  
3212 seguimos nos debates com a palavra o Conselheiro Tião, por gentileza.

3213  
3214 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Primeiro dizer que é um prazer  
3215 estar aqui com o Daniel, ao vê-lo me vem à memória boas lembranças das nossas  
3216 lutas iniciais para construir a conferência e o Conasp. Em segundo lugar, dizer que de  
3217 fato o que nós temos de democracia hoje foi, a Célia tem toda a razão, fruto de muita  
3218 luta, de muito sacrifício, de muita mobilização social, esse mérito a gente não pode  
3219 deixar de lembrar. Em terceiro lugar, eu queria dizer que ainda bem que a nossa  
3220 democracia, que o que nós entendemos como democracia começa a se alargar, os  
3221 parâmetros começam a se abrir. De fato, não é de hoje que nós sonhamos em dar um  
3222 passo adiante da chamada democracia representativa para a democracia direta, onde  
3223 a sociedade possa se manifestar diretamente. Acho que esse instrumento fabuloso,  
3224 fantástico, e que vem em muito boa hora do Governo Federal podia ser de alguma  
3225 forma testado, hoje nós temos uma base tecnológica fantástica através de vários  
3226 instrumentos, internet, que possibilitariam consultas imediatas. Então, tanto do ponto  
3227 de vista da provocação da sociedade sobre temas que para elas são caros como do  
3228 ponto de vista do governo que também pode e deve propor à sociedade sobre temas  
3229 que nos são caros e necessários, começarmos a testar essa vontade de participação  
3230 popular, através do voto direto via os instrumentos que nós temos de tecnologia, de  
3231 internet, para de fato saber qual é a opinião do povo, por exemplo, sobre temas,  
3232 independentemente das posições que nós temos aqui, eu acho que já é um grande  
3233 avanço do ponto de vista de liberdade de expressão, me interessa saber qual é a  
3234 opinião do povo, não quero saber se é a minha opinião ou não, por exemplo, quando  
3235 o coronel citou aqui a coisa da Marcha da Maconha, com todo respeito, acho que o  
3236 que mais nos interessa não é quem pensa, é a possibilidade da expressão de quem  
3237 pensa diferente de mim. Então, acho que essa é a nossa grande conquista. Segundo,  
3238 acho que nós temos muitos temas que hoje estão sendo aprovados e definidos para a  
3239 sociedade inteira pela nossa Suprema Corte, porque o Congresso Nacional não  
3240 consegue definir, não tem um espaço de maior deliberação, acaba caindo no  
3241 Supremo Tribunal Federal e ele determina as coisas que a sociedade como um todo  
3242 devia estar discutindo mais profundamente. Então, podíamos começar testando  
3243 alguns temas importantes para a sociedade brasileira através de instrumentos pela  
3244 internet.

3245  
3246 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças  
3247 Militares Estaduais. ANASPRA)** - Mais uma vez, boa-tarde a todos e a todas,  
3248 Avelino, parabéns, enquanto você apresentava, peço até desculpas, porque talvez  
3249 dado a minha incapacidade de assimilar todo um programa dessa magnitude, talvez  
3250 eu incorra até em algum equívoco, mas me senti contemplado e percebo que nós  
3251 estamos exercendo a partir desse desenho a participação da sociedade através do  
3252 que a gente chama de democracia participativa em que tira apenas dos poderes  
3253 constituídos que seria pela democracia representativa e nos permite participar da  
3254 construção. Eu tomei atenção especial para a questão do monitoramento, porque  
3255 essa é uma ferramenta que nos é muito cara, e digo com exemplo dentro da própria 1ª  
3256 Conseg, que a Câmara Técnica a qual nos pertencemos, que é acompanhamento dos

3257 princípios e diretrizes, teve dificuldade em obter de alguns órgãos, inclusive do  
3258 Governo Federal, ações de implementação daquelas diretrizes que sequer foram  
3259 respondidas. Isso está no relatório que foi apresentado ao conselho, talvez até por um  
3260 erro, ou outras razões, ou até mesmo por falta dessa intersectorialidade que existe  
3261 entre os órgãos de Estado, entre os ministérios. Essa questão da superposição, ela é  
3262 preocupante às vezes e nós encontramos não além da superposição,  
3263 posicionamentos contrários e controversos às vezes discutidos em diferentes  
3264 conselhos. Então, eu gostaria de compreender um pouco mais como se dará essa  
3265 fase de monitoramento. Por exemplo, o que os conselhos produzem? Através das  
3266 suas recomendações, dos seus pareceres, eles serão postos, eles serão abertos?  
3267 Porque, por exemplo, nós tivemos uma audiência pública que discutimos aqui a  
3268 questão do álcool e drogas, a questão do crack, por exemplo. Então, nós podemos  
3269 compreender que o conselho, por exemplo, de saúde tenha uma visão, que o  
3270 Conselho Nacional de Segurança Pública talvez tivesse uma outra visão  
3271 complementar, mas em alguns momentos talvez até antagônicos, como nós tivemos  
3272 questão da internação compulsória, ou não. Isso estará aberto? Que ferramenta nós  
3273 teremos acesso ao monitoramento dessas ações que são produzidas nas  
3274 Conferências, que são produzidas pelos conselhos que sequer temos acesso. Então,  
3275 dentro dessa perspectiva gostaria de ouvir um pouco como se dará essa questão do  
3276 monitoramento. Mais uma vez, parabéns pela apresentação. Obrigado.

3277

3278 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3279 **Pública – presidente do Conselho)** - Bom, vamos lá, passar as respostas? Eu tenho  
3280 também um informe, eu não sei o tempo que vão ficar todos aqui, mas eu amanhã  
3281 estarei fora de Brasília por determinação do ministro. E tem um questionamento sobre  
3282 uma fala minha na Hora do Brasil, o Marcio levantou sobre o lançamento em trinta  
3283 dias, no máximo do projeto-piloto do enfrentamento a homicídios e tudo o mais. Então  
3284 vamos lá, primeiro de tudo, não vai ser em trinta dias, vai ser em muito menos e não é  
3285 projeto-piloto. Então acho que cabe esclarecer. Quem falou foi o comunicador, e não  
3286 fui eu, ele citou o meu nome, de fato, nós fomos chamados, eu e o Ministro da Justiça  
3287 pela senhora Presidenta que nos determinou que na ação piloto fizéssemos alguma  
3288 coisa daquilo que estávamos pensando no plano de enfrentamento a homicídio, que  
3289 não tem nem nome ainda, que fizéssemos algumas ações piloto no estado de  
3290 Alagoas, porque todos conhecem o que é lá e o número de homicídios de lá, o que  
3291 está acontecendo lá. Então, nós vamos lançar lá no dia 26, não é nem daqui a trinta  
3292 dias, é no dia 26, nós vamos lançar uma série de ações lá, que estão sim, naquele  
3293 plano maior que não foi aprovado ainda, mas que seria um teste. Se este plenário  
3294 quiser ter conhecimento dessas ações que serão feitas em Alagoas, eu não tenho  
3295 qualquer problema de trazer para este plenário, mas fique ciente de que não é o  
3296 plano. São ações pensadas, adequadas para aquela situação que está sendo  
3297 passada em Alagoas e que por óbvio, se derem certo lá, serão reaplicadas em outro  
3298 estado se tivermos o mesmo cenário que se encontra lá em Alagoas agora. Uma  
3299 coisa ficou bem clara aqui na minha fala e na fala do ministro, que nós não teremos  
3300 um plano fechado, que nós teremos um diagnóstico de acordo com cada localidade.  
3301 Então é isso, se esse plenário houver por bem conhecer o que será feito no estado de  
3302 Alagoas, nós trazemos para cá, não tem problema. E outra coisa, que eu acho que até  
3303 aí é para se comemorar, nós tivemos a aprovação, já é lei, só falta a sanção da  
3304 Presidência, mas a aprovação pelo Congresso, do Sistema de Informação Nacional  
3305 sobre Segurança Pública, o Sinesp foi aprovado em tempo recorde até, seis meses

3306 dentro da Câmara, dentro do Congresso, seis meses para quem está lá dentro sabe o  
3307 que é isso, em tempo recorde e foi aprovado. Então, também já estaremos trazendo  
3308 aqui para esse plenário, se assim for, os próximos passos, porque a pactuação  
3309 política a gente venceu no Congresso, agora nós temos a pactuação política junto a  
3310 todos os estados, a pactuação metodológica que já está muito avançada, e a  
3311 pactuação técnica que também está avançada, e que o Serpro poderia fazer a  
3312 apresentação aos senhores se quiserem conhecer o que será isso na medida  
3313 tecnológica porque eu não tenho qualquer condição de falar porque nem sei o que é.  
3314 Eles já fizeram? O Rogério fez? Então é isso, já estamos implementando, isso  
3315 responde a várias recomendações da Conseg e daqui. A democracia é difícil, sabendo  
3316 que os conselhos não são vinculativos à Administração, eles são recomendações, são  
3317 oitivas da sociedade para elaboração da política, mas muita coisa está sendo  
3318 respondida também. Daniel, vamos lá? Gandra, você tem alguma ponderação ainda e  
3319 o Márcio?

3320  
3321 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
3322 **Civis – COBRAPOL)** - A ponderação era exatamente um esclarecimento da  
3323 secretária uma vez que já está dando esse esclarecimento também. Vai ter a Semana  
3324 da Segurança, na próxima semana, já foi elencado alguns projetos que vão ser  
3325 submetidos à votação?

3326  
3327 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3328 **Pública – presidente do Conselho)** - Já. Tanto o projeto do Sinesp como o projeto  
3329 que tipifica me parece, lavagem de dinheiro, já foram aprovados. Nós elencamos três  
3330 projetos prioritários no começo: Sinesp, o marco regulatório das Guardas Municipais e  
3331 a Lei-Geral da Polícia Civil. Recebemos agora e já é informe uma visita de  
3332 representantes da Polícia Militar querendo que nós no segundo semestre faça o  
3333 mesmo exercício que fizemos com as polícias civis para a Polícia Militar. Então, a  
3334 Senasp estará empenhada no segundo semestre para a Lei-Geral da Polícia Militar.  
3335 Então, do ponto de vista da Senasp o que entrou foram esses três projetos. Aí tem  
3336 encaminhado no âmbito do Plano Crack foi a lavagem de dinheiro, a tipificação de  
3337 organização criminosa que deve ser votado junto com a Lei-Geral da Polícia Civil e  
3338 Marco Regulatório e difusão vermelha como mandado, tem mais alguns. O que  
3339 pedimos só é que os trabalhadores não fiquem esperando só a Senasp que também  
3340 façam gestão lá no Congresso porque essa Lei-Geral da Polícia Judiciária é  
3341 importantíssima para nós, está há 23 anos lá, não chegava a consenso, chegou, tem  
3342 que passar. O Marco Regulatório das Guardas Municipais já caiu de maduro,  
3343 desculpe-me se assim eu posso traduzir, porque não é possível que alguém tenha  
3344 contestação que a Guarda Municipal trabalha no Brasil. Agora, deixar sem o Marco  
3345 Regulatório não dá nem para dizer: “Olha, precisa ter Ouvidoria na Guarda”. Ouvidoria  
3346 com base em quê? Na Lei-Geral do Servidor Público do município que a Guarda tem  
3347 atividade específica. Então, acho isso já caiu de maduro para termos essa aprovação.  
3348 Vai ser votado na semana que vem. Já levamos para a Casa Civil em regime de  
3349 urgência. Já tivemos várias reuniões lá. E depende também de gestão dos senhores,  
3350 vão lá pressionar porque precisa.

3351  
3352 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
3353 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**  
3354

3355 Primeiro agradecer pelo esclarecimento sobre o Plano de Redução de Homicídios que  
3356 passaria a ser Redução da Violência. E tão logo seja aprovado que ele venha para cá  
3357 porque ficamos esperando desde aquela reunião com a presença do ministro. E sobre  
3358 o Sinesp fiquei até muito feliz, muito interessa ao segmento que represento aqui a  
3359 implementação do Sinesp e que, de alguma forma, com a pactuação das unidades  
3360 federativas que eu acredito vai tanto valorizar o conselheiro e a conselheira, quanto  
3361 facilitar essa negociação do Governo Federal com o estado; envolver conselheiros e  
3362 conselheiras na pactuação com as unidades federativas.

3363

3364 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3365 **Pública – presidente do Conselho):**

3366

3367 Vai trazer uma transparência aos senhores dos dados, coisa que hoje ninguém tem,  
3368 abrindo o Sinesp, nós vamos conseguir visualizar a efetividade da implementação da  
3369 política, o diagnóstico, indicadores, tudo que carece. Para este conselho vai ser ótimo  
3370 também para dar base de elaboração de política.

3371

3372 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3373

3374 Bom, primeiro só parabenizar porque realmente sabemos como é difícil aprovar  
3375 alguma coisa no Congresso Nacional. Segundo, dizer eu acho que nos interessa  
3376 enquanto conselho, mesmo sendo ainda uma ação experimental em Alagoas, que a  
3377 gente possa começar tomar pé do que vai acontecer e queria sugerir também, dentro  
3378 do possível, Regina, que pudéssemos ter um representante de cada segmento  
3379 acompanhando esse projeto piloto. Se for possível, eu acho interessante até para o  
3380 conselho ter elementos depois discutir melhor.

3381

3382 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3383 **Pública – presidente do Conselho):**

3384

3385 Sem problema algum. Não vejo nenhum problema. Nós teremos o lançamento. Acho  
3386 que para o lançamento fica muito em cima, mas nós já marcamos, aí só articulando já  
3387 com este conselho, marcamos uma reunião de monitoramento da ação para agosto. É  
3388 a reunião do Gabinete de Gestão Integrada ampliada em Alagoas que vai monitorar o  
3389 plano. E acho que nós já poderíamos escolher na data de amanhã os três  
3390 representantes que iriam conosco para essa reunião em agosto. Eu já peço para ver a  
3391 data da reunião e acho que o conselho deveria, sim, acompanhar para que o conselho  
3392 opine se isso deve ser replicado no país ou não como ação. Então, o monitoramento  
3393 já foi marcado a primeira reunião, porque essa reunião ampliada vai ter o Judiciário, o  
3394 Ministério Público está acompanhando e a Defensoria Pública. Então, eu pediria já  
3395 fizessem a eleição dos três companheiros que acompanharão o projeto de Alagoas  
3396 porque dali para frente já vamos emitindo passagem reiterada e se tiver rotatividade  
3397 também, que pode acontecer, na primeira reunião vai um, na segunda vai outro. A  
3398 reunião de monitoramento é todo mês, pode ser pactuado aqui uma rotatividade, mas  
3399 deixar já isso com a Suelen para podermos emitir as passagens.

3400

3401 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**  
3402 **Criminais Federais – APCF):**

3403

3404 Minha ilustre presidente deste conselho, é só para termos uma noção do quão  
3405 importante é a sua presença entre nós. Acredito muito na sua competência em ajudar  
3406 este conselho a construir resultados concretos com a segurança pública deste país.  
3407

3408 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**  
3409 **Pública – presidente do Conselho):**

3410  
3411 Quando não estou aqui, fiquem cientes que não é porque não quero estar, por favor,  
3412 entendam isso. Eu tenho feito o máximo de condição para ficar aqui. Eu acabei, todos  
3413 sabem, podem entrar no SCDP, eu sairia daqui às 14h40 por determinação do  
3414 ministro para ir ao Rio de Janeiro, depois São Paulo. E eu pedi a ele se poderia  
3415 cancelar e ficar aqui, pelo menos, à tarde com os senhores. Então, dos 5 projetos  
3416 prioritários do Ministério da Justiça dado pela presidenta da República 4 são da  
3417 Senasp. E assim, da mesma forma, que vocês dizem que a minha participação aqui é  
3418 importante eu estou estourando a minha equipe de trabalhar. Também não é  
3419 problema deste conselho, é óbvio. Mas, estamos tentando dar respostas aos  
3420 senhores também, porque se eu for ficar só sentada aqui, 2 dias, e não dou resposta,  
3421 andamento à política também não funciona. Mas, quando não estou aqui saibam que  
3422 não é porque não quero. E todas as vezes que qualquer dos senhores como  
3423 conselheiros tem pedido para conversar comigo, os senhores sabem que a porta da  
3424 minha sala está aberta e temos tido contato direto. Então, eu peço desculpas pelas  
3425 ausências, mas às vezes elas são necessárias também.  
3426

3427 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**  
3428 **Criminais Federais – APCF) -** Então, vamos lá. Como a gente cobra, também temos  
3429 o dever de reconhecer quando avanços são apresentados e acho um avanço  
3430 fenomenal está sendo trazido aqui esse conceito, um *feedback* do que tem ocorrido  
3431 de forma concreta de ações da Senasp, de ações do Ministério da Justiça, de ações  
3432 do Governo, que estão sintonizadas e aliadas com aquilo que foi aprovado na 1ª  
3433 Conseg e que, de certa forma, já ecoou no conselho e já tomou de nós a atenção e  
3434 alguma manifestação deste plenário. E eu registro, aliando-me com a palavra acho  
3435 que do Tião, do interesse que temos, sim, de conhecer o que vai ser feito como  
3436 projeto-piloto no estado de Alagoas, foi inclusive uma boa escolha. Aquele estado é  
3437 um exemplo de como não funciona a segurança pública neste país. Espero que este  
3438 plano dê certo e queremos conhecer e, na medida do possível, contribuir com o  
3439 aprimoramento dele. Melhorar a segurança pública é um processo, não se constrói  
3440 com duas ou três cabeças e nem apenas com a atuação do Governo, como diz a  
3441 Constituição sabiamente que é responsabilidade do Governo e de toda sociedade. E  
3442 depois registrar também, e aí já está afeta à minha área de atuação profissional, a  
3443 aprovação do antigo projeto, hoje Lei, que alterou a chamada Lei de Lavagem de  
3444 Ativos, um avanço muito importante para os operadores do direito e da segurança  
3445 pública, quem investiga é a minha área de atuação. Eu sei muito bem dos inúmeros  
3446 trabalhos que já participei dentro da Polícia Federal, quão difícil era Conseguir  
3447 amarrar determinadas situações que a gente sabia danosa à sociedade e com toda  
3448 natureza de crime, mas que não havia amparo legal, principalmente, pela limitação  
3449 extensiva dos chamados crimes antecedentes para a prática do crime de lavagem.  
3450 Então, esse avanço é fundamental, importante. E aí eu parabeno todos que  
3451 contribuíram nesse processo. O Sistema Nacional de Informações Criminais, confesso  
3452 que conheço muito pouco, mas fico também bastante feliz por saber que foi aprovada

3453 a lei, vou procurar conhecê-la e, de certa forma, contribuir com estas seguintes do  
3454 processo. E não deixar passar e registrar, para nós, particularmente, parabenizar,  
3455 principalmente, a Presidência da República porque entendemos e respeitamos o  
3456 posicionamento que foi da Secretaria de Assuntos Legislativos daqui do ministério em  
3457 relação ao projeto de lei sancionado recentemente pela Presidente da República, de  
3458 forma muito corajosa, que cria a possibilidade de criação de banco de dados de  
3459 informações genéticas, o chamado Banco de Dados de DNA. Foi, de fato, uma atitude  
3460 muito corajosa, lamentavelmente ainda não foi discutido neste conselho, acho que é  
3461 um tema que requer no futuro até uma audiência pública até com outros conselhos, a  
3462 área de Direitos Humanos tem muito interesse nesse debate e aí não posso deixar de  
3463 registrar a felicidade para a perícia criminal especialmente pela sanção dessa lei que  
3464 criou o Banco de Dados DNA. Só quem atua na investigação criminal, é quem  
3465 conhece bem o significado desse avanço para o combate à criminalidade,  
3466 especialmente, a criminalidade que afeta as mulheres, vítimas de estupro e os crimes  
3467 violentos. Então, era isso, muito obrigado.

3468

3469 **O Sr. Daniel Avelino (Secretaria-Geral da Presidência da República):**

3470

3471 Continuando aqui a questão e reforçando que o que vocês estão fazendo é  
3472 participação social por isso tem a ver com a atuação da gente e com o que  
3473 conversamos hoje. Eu vou arriscar aqui algumas tentativas de respostas porque,  
3474 obviamente, respostas eu não vou ter para as colocações que vocês fizeram, mas  
3475 vamos lá, estamos aqui para isso. Primeiro lugar, Marcos, eu só poderia concordar  
3476 com tudo que você falou e acrescentando que eu não só torço pelo Conasp como sou  
3477 fã número um antes mesmo de ele existir na atual conformação. Vimos as dificuldades  
3478 que foram para podermos ter este conselho funcionando da maneira que ele está hoje  
3479 e são essas dificuldades que eu acho que também afetam à Política Nacional de  
3480 Participação Social. Temos, como o Sá Ribas já disse, uma dificuldade na  
3481 disseminação da cultura de participação social porque participar da política pública  
3482 não é fácil, exige esforço, sacrifício, tempo e não é todo mundo que está disposto a  
3483 fazer isso. Mas, uma das dificuldades mais importantes que a gente teve e que já era  
3484 mais ou menos previsível, mas que para nós não deixou de ser triste, foi o fato de  
3485 encontrarmos resistência dentro do próprio governo. Então, a participação social não  
3486 é um valor, não é um princípio que seja unânime, que seja homogêneo, que seja  
3487 hegemônico dentro do próprio governo. E é por isso que muitas de nossas ações que  
3488 a gente elencou aí são voltadas para estimular a participação social para dentro. Não  
3489 é porque a gente acha que o governo seja mais importante do que os outros espaços,  
3490 mas é porque a gente acha que conquistar esse espaço governamental é nossa  
3491 obrigação e talvez o nosso maior desafio. Então, temos esse conjunto de dificuldades.  
3492 Como o Conasp pode ajudar nessas dificuldades ou para usar suas palavras: “Como  
3493 é que se transforma limão numa limonada?”, ou pelo menos numa caipirinha, acho  
3494 que desce melhor (risos). Como é que a gente pode transformar essas dificuldades  
3495 em oportunidades? Bom, em primeiro lugar, o Conasp pode ajudar sendo o Conasp.  
3496 Sendo quem vocês são. Atuando como vocês atuam e fazendo o que vocês já fazem  
3497 e que fazem muito bem, diga-se de passagem. Outra forma, e aqui já estou  
3498 antecipando o convite que vai surgir mais adiante, nós vamos criar vários espaços ao  
3499 longo de 2012 para que possamos discutir esse tema especificamente, reuniões,  
3500 interconselhos, seminários, colóquios em que isso vai ser debatido, o convite vai  
3501 chegar aqui e espero que vocês possam participar pelo menos por meio de seus



3502 representantes e trazer essas discussões aqui para dentro. Mas, eu faço também um  
3503 desafio, que é uma forma um pouco mais difícil, mas que eu acho que pode render  
3504 melhores frutos e garantir ao Conasp um protagonismo ainda maior comparado, por  
3505 exemplo, aos outros conselhos, que é o seguinte: esse tema, participação social, não  
3506 é um tema novo e muito menos exclusivo da Presidência da República. Qualquer um  
3507 deve e pode discutir. Então, esse desafio que eu trago para vocês é tentar pautar aqui  
3508 nas reuniões o tema da participação social além do Conasp. Que às vezes no nosso  
3509 dia a dia, nas dificuldades de nossas agendas a gente acaba ficando muito centrado  
3510 nos temas que são específicos de nossa área. Então, há um risco muito grande do  
3511 Conasp acabar ficando absorvido com as discussões de segurança pública que não  
3512 são poucas e não são fáceis, mas a gente perde oportunidade de pensar para fora.  
3513 Então, o desafio que eu faço é: o Conasp se vê como um conselho? Se vê como um  
3514 instrumento de participação social e também pensar, propor, deliberar e por que não  
3515 decidir sobre participação social para o Governo Federal como um todo, para o Brasil  
3516 como um todo, transformar isso em decisões e quem sabe mandar para a gente, para  
3517 cumprimento, para discussão e crítica? Acho que isso não precisa de mais nada além  
3518 do poder crítico que vocês já têm. Então, seguindo, em relação ao comentário de  
3519 Geraldo, também concordo plenamente, foi como você colocou aí que eu já repeti  
3520 agora, o corporativismo governamental é uma dificuldade que a gente precisa superar,  
3521 a gente sabe que existe, mas nem por isso a gente precisa aceitar que assim seja,  
3522 então, esse desafio de discutir participação social dentro do governo permanece como  
3523 sendo um dos maiores desafios dessa participação social, mas já existem boas  
3524 iniciativas nesse sentido e são essas boas iniciativas que a gente entende que podem  
3525 ser boas catalisadoras desse processo. Por exemplo, o caso que você mencionou do  
3526 Depen é uma área que temos encontrado bons resultados e experiências bem  
3527 sucedidas de ampliação da participação social. Recentemente, em parceria com o  
3528 Depen estamos desenvolvendo algumas estratégias sobre participação social nas  
3529 alternativas penais, então na criação do Fórum de Alternativas Penais, na revisão da  
3530 composição da Comissão de Alternativas Penais que pode trazer bons resultados. Eu  
3531 acho que se todos os órgãos públicos tivessem essa preocupação de trazer a  
3532 participação social para dentro a gente já teria bons resultados sem de maneira  
3533 nenhuma de subestimar a dificuldade e o desafio desse problema. E em relação ao  
3534 comentário de Agadeilton o próprio comentário dele já é um exemplo das boas ideias  
3535 que ele mesmo estava mencionando. Eu acredito que as duas provocações que ele  
3536 fez são extremamente pertinentes e muito precisas. Considerando que estou falando  
3537 aqui para colegas, para pessoas que compartilham dos mesmos objetivos, já conheço  
3538 vários de vocês e sem disso, não tem motivo nenhum de deixarmos de colocar que  
3539 essa ideia da agenda única do calendário é um dos pontos mais difíceis que vamos  
3540 ter que enfrentar. E eu digo com a máxima sinceridade, daquelas ações que  
3541 elencamos ali é a que está mais mal implementada. É a que temos menos avanços e  
3542 que menos resultados para mostrar e por motivos muito simples a gente não  
3543 conseguiu ainda organizar um calendário único nem no nosso próprio ministério que é  
3544 a Secretaria-Geral da Presidência da República. Às vezes nem no nosso próprio setor  
3545 a gente consegue fazer uma compatibilização de agenda, então a pretensão de  
3546 fazermos isso para o Governo Federal já é algo muito ambicioso. Não temos a  
3547 pretensão por enquanto de estender isso para estados e municípios, permanece como  
3548 utopia. Mas, se Conseguirmos fazer uma conciliação de agendas no Governo Federal  
3549 para nós já vai ser uma vitória surpreendente. Infelizmente, não temos bons  
3550 resultados para mostrar nesse sentido. Um exemplo da importância disso, apesar da

3551 gente não estar avançado, precisa tentar bolar esse calendário único. Ontem nós  
3552 realizamos um colóquio interconselhos, em parceria com o Conselho Nacional de  
3553 Saúde e que a gente pôde contar com a presença do professor Boaventura de Souza  
3554 Santos, mandamos o convite aqui e infelizmente vocês não puderam ir porque  
3555 coincidiu com a reunião do Conasp. E longe de nós querer tirar os conselheiros da  
3556 reunião planejada do conselho. Mas, reparem, que se nós tivéssemos um  
3557 planejamento de agenda um pouquinho mais racional, a gente poderia ter marcado  
3558 esse colóquio para um espaço que não houvesse reunião de conselhos para garantir  
3559 a presença de vocês. Esse tipo de perda que queremos evitar. Em relação a sua  
3560 segunda preocupação, definição do que se entende por participação social também é  
3561 outro desafio, eu não sei como é que você Conseguiu essa precisão de identificar  
3562 justamente os pontos mais sensíveis que temos, mas o que passa por nós é a  
3563 seguinte consideração de que, primeiro, a participação social já está dada. Podemos  
3564 desenvolver, discutir mais do que isso, mas naqueles marcos normativos que  
3565 elencamos, mais naqueles que Célia muito bem acrescentou, a gente já consegue  
3566 dizer o que é participação social. Mas, do que isso, acho que a gente encaminharia  
3567 para um engessamento e é preciso sempre manter esses conceitos abertos para que  
3568 a gente possa no futuro incorporar as novas formas de participação social que a  
3569 dinâmica social forem surgindo. Mas, isso aí está muito aberto para discussão. Em  
3570 relação aos comentários de Eliana, da premiada Rede de Desenvolvimento da Maré,  
3571 a noção de sistema também não é uma noção simples, mas que desenvolvemos  
3572 depois de muito debate e também de alguns acordos e consensos. Para ter a ideia da  
3573 dificuldade de identificar o que é o Sistema Nacional de Participação Social nós  
3574 realizamos no ano passado no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania reuniões  
3575 interministeriais que chamamos de Sala de Situação, especificamente para este tema  
3576 participação social, no ano passado realizamos quatro reuniões de Sala de Situação e  
3577 neste ano realizamos uma. Dessas cinco reuniões, três delas foram apenas para  
3578 discutir o termo Sistema de Participação Social porque não havia consenso em torno  
3579 desse tema, muita gente achava o nome pesado, que engessaria, que acabaria  
3580 diminuindo a participação social e o acordo que fizemos foi de que é necessário um  
3581 Sistema Nacional de Participação Social desde que ele respeite aquelas  
3582 características que nós colocamos, seja um sistema que funcione em rede e não  
3583 hierarquizado e que não necessariamente precisa ser objeto de um projeto de lei ou  
3584 de um decreto, pode ser um sistema criado pela própria prática das ações  
3585 governamentais. Isso envolve para a gente um desafio no Governo Federal de  
3586 organizar e articular essas práticas, esses programas. Em relação a estados ou  
3587 municípios, não temos hoje essa pretensão de fazer esse grau de organização muito  
3588 em respeito ao Pacto Federativo, como foi colocado, mas também respeitando nossos  
3589 próprios limites. O que a gente imagina que vamos conseguir influenciar nos estados  
3590 e nos municípios é, em primeiro lugar, dando exemplo. Se Conseguirmos no Governo  
3591 Federal ter uma estratégia integrada de participação social, acreditamos que  
3592 naturalmente, porque os atores que vão ocupar esses espaços serão os mesmos, a  
3593 sociedade civil que vai dialogar com o Governo Federal tende a ser a mesma que vai  
3594 dialogar com estados e municípios, a gente acaba tendo também um incentivo para  
3595 que estados e municípios se organizem. Então, por enquanto, seria essa a limitação.  
3596 Estamos com foco no Governo Federal. Passamos agora para os comentários de Sá  
3597 Ribas sobre a Política Nacional de Participação Social e seu comentário foi muito  
3598 coerente com aquilo que discutimos internamente na Presidência da República. É  
3599 necessário indiscutivelmente desenvolver uma cultura de participação social, uma

3600 cultura democrática para que essas ideias, aqui não tem nenhum projeto fechado, são  
3601 apenas ideias que estamos compartilhando para que essas ideias deem certo. É por  
3602 esse motivo que como vocês devem ter observado no nosso plano de ação, a gente  
3603 não começa pelo ato normativo, como acontece normalmente em outros casos,  
3604 estabelece uma lei, um decreto e a partir daí é que vão se implementando as ações.  
3605 Pretendemos fazer o caminho inverso, seguir com ações que vão desenvolver a  
3606 prática da participação social, além daquilo que já existe, organizar e integrar essas  
3607 práticas, para depois bebendo dessa experiência e aí experiência é um termo  
3608 interessante, aproveitando essas experiências que a gente Conseguir desenvolver  
3609 nesse âmbito de articulação a gente consiga ver o que cabe num ato normativo de  
3610 política nacional se é que será necessário estabelecer esse ato normativo, ou se  
3611 nossa própria prática já vai dar conta de resolver esses problemas. É realmente um  
3612 contexto difícil como bem colocou, mas estamos para enfrentar esses desafios, se  
3613 fosse fácil não tinham chamado a gente. E o que poderia ser colocado também em  
3614 relação à parte final de sua fala de que poucas ações poderão ser realizadas é um  
3615 contraponto um pouquinho mais otimista. Aqui, nesse projeto que apresentei a vocês,  
3616 nós procuramos resumir aquelas ações que queremos criar, então é um conjunto de  
3617 inovações que achamos poderia fortalecer os espaços de participação social. Mas,  
3618 tem outro conjunto de ações muito menos inovador que já está sendo posto em  
3619 prática e que não é relacionado aí, isso já foi desenvolvido desde o ano passado,  
3620 desde os dois últimos mandatos presidenciais e que está mostrando bons resultados:  
3621 a expansão dos conselhos, a expansão do número de conferências, uma expansão  
3622 quantitativa e também uma expansão em diversidade, um incremento qualitativo  
3623 desses espaços com ampliação, por exemplo, da participação da sociedade civil  
3624 nesses espaços e participação social, o Conasp aqui é um bom exemplo disso, é só a  
3625 gente lembrar como era o desenho do Conasp antes de 2008 e como foi o desenho  
3626 do Conasp após a 1ª Conseg. Então, posso dizer, sem nenhum medo de estar  
3627 causando uma expectativa infundada ou uma ilusão simplória, de que muitas ações já  
3628 estão sendo feitas e bons resultados nós estamos tendo. O importante agora é  
3629 Conseguir manter e dar esse salto adiante que é o grande desafio que a gente ainda  
3630 enfrenta que é o da articulação dessas ações. Um exemplo dessas iniciativas que o  
3631 Conasp participou e participou muito bem, o Fórum Interconselhos que  
3632 desenvolvemos ano passado para participação social no PPA – Plano Plurianual. Foi  
3633 uma iniciativa que foi além daquela que existia nos PPAs anteriores e que  
3634 pretendemos seja permanente como Fórum Permanente de Monitoramento do PPA.  
3635 Mas essas questões de monitoramento tem a ver com a questão que o Helder colocou  
3636 e que vou responder na sequência. Em relação à Célia, em primeiro lugar, pode ter  
3637 certeza que depois de sua fala, a gente vai dar uma revisada no que colocamos aqui  
3638 para incorporar esses marcos normativos. Em uma reunião que fizemos na  
3639 Secretária-Geral com o nosso ministro, com o secretário executivo, eles já haviam  
3640 apontado o PNH3 como um marco de participação social no Brasil. Então, se eles  
3641 falaram isso, se você já repetiu isso, a gente não colocar ali como uma das nossas  
3642 referências seria muita falta de consideração. Eu só coloco que a gente não identificou  
3643 isso de início como um dos marcos básicos da participação social porque realmente  
3644 faltou espaço ali na cabecinha do boneco, só por isso, teria bastante coisa para  
3645 colocamos, Conferência de Viana. Bom, e uma resposta que eu poderia arriscar te dar  
3646 sobre por que esse projeto enfatiza tanto a questão do Governo Federal é aquele  
3647 comentário que já fiz para Marcos e Geraldo. Não é porque o Governo Federal seja  
3648 melhor, não é porque o Governo Federal seja o elemento organizador dessas políticas

3649 ou porque ele tenha mais condições, mais capacidades em relação à sociedade civil  
3650 de fazer isso, mas é justamente pelo contrário, porque no Governo Federal hoje é  
3651 onde nós identificamos as maiores fragilidades, os maiores dificuldades para fazer  
3652 com que essa prática de participação social se torne permanente. Então, nosso  
3653 objetivo ao enfatizar o Governo Federal é de que nós, primeiro, antes de falar de  
3654 participação social para a sociedade civil, antes de falar de participação social para os  
3655 governos estadual e municipal, temos obrigação de arrumar nossa casa e dar o  
3656 exemplo, de mostrar que aqui a gente consegue boas práticas e que funciona. A  
3657 partir daí, a gente por meio da indução e do fomento consegue fazer um diálogo mais  
3658 franco, mais horizontal com essas outras instâncias. Mas, ainda assim eu quero  
3659 chamar a atenção de que âmbito Governo Federal é uma das dimensões dessa ação,  
3660 ou a dimensão interfederativa e a dimensão governo/sociedade civil estão lá com a  
3661 mesma importância, com a mesma relevância também prevista. Sobre os comentários  
3662 de Tião, eu reforço isso que já estava apontando aqui para a Célia de que a  
3663 sociedade civil tem muito a ensinar para nós no âmbito governamental, vocês são  
3664 excelentes exemplos disso e que por esse motivo precisamos também aumentar  
3665 esses canais de diálogo e continuar discutindo esse tema para que esse diálogo  
3666 efetivamente aconteça numa via de mão dupla, não apenas eu trazendo aqui uma  
3667 informação de discussões anteriores, mas que eu possa também levar aquilo que a  
3668 gente traz daqui. E isso tem a ver com a discussão sobre democracia direta. Hoje, nós  
3669 temos consolidado no nosso sistema legal a democracia representativa, nós temos  
3670 alguns avanços no sentido de uma democracia participativa, como os conselhos, as  
3671 conferências e temos também alguns avanços no sentido de uma democracia direta,  
3672 mas esses dois últimos são tímidos para a expectativa que temos de envolvimento da  
3673 sociedade, e é preciso que precisamos estimular esse tipo de prática. É por isso  
3674 também que às vezes o Judiciário acaba sendo um canal comum e bastante utilizado  
3675 para que o cidadão consiga levar suas demandas para dentro das esferas estatais. Eu  
3676 cito só um exemplo para vocês perceberem essa dinâmica e a complexidade que é  
3677 esse tipo de prática: um cidadão que queira ver as suas propostas levadas adiante por  
3678 um governante pode se submeter a todos esses canais de democracia participativa  
3679 que já temos hoje, disputar espaço numa conferência nacional, disputar vagas no  
3680 conselho nacional, fazer propostas, se organizar em movimentos, se organizar em  
3681 entidades da sociedade civil, disputar consensos, buscar aliados, apresentar  
3682 propostas, brigar depois para o monitoramento para que essas propostas sejam  
3683 aceitas, pode ter todo esforço, toda essa prática política ou pode simplesmente  
3684 impetrar um mandado de segurança. E com esse mandado de segurança se ele  
3685 conseguir convencer uma única pessoa que o juiz ele consegue que aquilo seja  
3686 realizado. Então, em tese, pode ser um canal muito mais efetivo para conseguir  
3687 realmente implementar aquelas demandas de um cidadão. Qual é a diferença de um  
3688 canal e de outro? E por que todos vocês aqui não partem para a militância judicial?  
3689 Não partem para brigar no Judiciário ou no STF por exemplo para fazer com que  
3690 essas suas medidas sejam efetivadas pelo gestor público? Eu acredito que seja por  
3691 uma razão bastante simples: a partir do momento em que você se organiza em  
3692 sociedade, em movimentos e aí os espaços de democracia participativa são  
3693 essenciais, talvez até mais que os de democracia direta nesse processo, você  
3694 constrói consensos, você constrói mobilização social, você muda a sociedade no  
3695 processo de construção ao passo que uma demanda judicial ela pode ser  
3696 extremamente individualista, pouco representativa e pouco legítima em termos de  
3697 sociedade. Então, temos essa atenção. Os dois canais existem. Mas temos um

3698 controle mais direto, individual e individualista que pode ser exercido pelo cidadão e  
3699 nós temos esse controle mais coletivo, essa prática mais coletiva que também pode  
3700 ser exercida pelos cidadãos, e vamos ver qual dos dois caminhos ele optam. A nossa  
3701 linha que estamos buscando desenvolver no Departamento de Participação Social e  
3702 na Secretaria-Geral da Presidência da República com certeza é o caminho coletivo. A  
3703 gente entende que nessa briga coletiva ainda que lá na ponta a proposta não se torne  
3704 uma política pública efetiva, nós vamos ter ganhos em termos de cultura democrática,  
3705 em termos de educação para cidadania ativa e em termos de mobilização social que  
3706 nenhuma ação judicial seria capaz de Conseguir. Bom, e seguindo, em relação aos  
3707 comentários de Heder sobre as dificuldades da democracia participativa, eu acho que  
3708 tem esse caminho realmente que eu estou apontando. Dessas três formas que  
3709 normalmente a gente fala que está dentro do nosso imaginário e do nosso discurso –  
3710 democracia representativa, democracia participativa e democracia direta, sem a  
3711 menor sombra de dúvida, a democracia participativa é que dá mais trabalho para o  
3712 cidadão porque ele precisa se mobilizar para Conseguir fazer com que suas ideias  
3713 ganhem consenso e a partir entre na agenda pública. Mas, é justamente nela que  
3714 estamos apostando, é por meio dela que a imaginamos que vamos Conseguir fazer  
3715 uma sociedade melhor para o Brasil do ponto de vista cultural e do ponto de vista  
3716 também de democracia como pedagogia. Em relação às dúvidas sobre  
3717 monitoramento, também é uma questão sensível. É uma dificuldade grande que  
3718 temos de efetivar o monitoramento das demandas sociais. E demandas sociais, eu  
3719 estou traduzindo não apenas como aquelas demandas que são apresentadas  
3720 diretamente pelos movimentos sociais e organizações, as pautas nacionais, as  
3721 grandes mobilizações, os encontros dentro da agenda presidencial, mas também as  
3722 demandas sociais que surgem das conferências nacionais, dos conselhos e de  
3723 espaços mais institucionalizados. E até mesmo das ouvidorias também. Essas  
3724 demandas sociais são processadas dentro do estado e não necessariamente elas são  
3725 aceitas, ou seja, o estado também é um ator político e sendo um ator político ele  
3726 também tem a sua posição a defender, e não necessariamente ele precisa concordar  
3727 com aquilo que é apresentado, mas acredito que toda demanda merece pelo menos  
3728 uma resposta honesta. E essa ideia da resposta honesta às vezes é difícil da gente  
3729 Conseguir. Estamos estimulando dentro da Secretaria-Geral da Presidência da  
3730 República e a Maria Augusto, que acredito até que vocês já conheçam, dentro da área  
3731 de diálogos sociais é de que a gente consiga o instrumento formal, governamental de  
3732 monitoramento de todas essas pautas. Então, estamos tentando desenvolver isso no  
3733 âmbito da Secretaria-Geral da Presidência para que a gente possa informar para  
3734 quem questionar daquelas pautas o que foi efetivamente incorporado nas políticas  
3735 públicas, o que não foi e por que. Isso daí seria o escopo da nossa atividade de  
3736 monitoramento. Não é, apesar de ser difícil, uma tarefa impossível e não é uma tarefa  
3737 que vamos precisar reinventar a roda ou fazer uma reforma do Estado brasileiro para  
3738 Conseguir isso porque temos bons exemplos e boas práticas para mostrar em relação  
3739 a isso. Um exemplo é o próprio Fórum de Interconselhos do PPA que fizemos no ano  
3740 passado em que nós recebemos via contribuição dos conselhos dos movimentos  
3741 sociais e das entidades da sociedade civil um conjunto de recomendações para o  
3742 projeto de lei do PPA que saiu do Executivo que ultrapassava o número de 800  
3743 propostas. Sintetizadas, sistematizadas cerca de 600 propostas. Ainda é um número  
3744 bastante grande e muito maior do que muitas resoluções de conferências nacionais. O  
3745 que nós fizemos? Nós, Ministério do Planejamento e Secretaria-Geral da presidência  
3746 da República diante desse documento? Junto com os técnicos responsáveis por

3747 elaborar o desenho final do projeto de lei do PPA, analisamos uma por uma das  
3748 propostas apresentadas no Fórum Interconselhos, e a cada uma dessas propostas, a  
3749 gente identificou se havia incorporação ou não no projeto de lei, se a incorporação era  
3750 total ou parcial e no caso de não incorporação ou incorporação parcial a gente pôde  
3751 identificar os motivos dela não ter sido incorporada. O gestor daquela área informava  
3752 por que não aceitou, por que não incorporou. Ou seja, isso foi mais ou menos em  
3753 questão de uns três ou quatro meses. O fórum foi realizado em maio e em outubro  
3754 que foi o segundo Fórum Interconselhos nós já tínhamos uma resposta tabula  
3755 específica, item a item, para apresentar para os conselheiros participantes. Ou seja,  
3756 não foi nada de que nós precisemos criar uma estrutura ou criar um órgão específico  
3757 de monitoramento o que mostra que é possível fazer esse tipo de resposta. E mais  
3758 uma surpresa agradável que nós tivemos nesse processo: segundo esse  
3759 mapeamento do Ministério do Planejamento, segundo os dados do próprio Ministério  
3760 do Planejamento, mais de 90% propostas da sociedade civil foram incorporadas ao  
3761 projeto de lei, mais de 70% incorporadas integralmente, mostrando aos mais céticos,  
3762 aos menos otimistas que há, sim, muita convergência entre as demandas da  
3763 sociedade civil e agenda governamental. O que acontece que causa algumas tensões  
3764 é uma falha de comunicação, uma falta de diálogo e que os militantes da sociedade  
3765 civil não conhecem as ações que já estão sendo feitas e que contemplam aqueles  
3766 objetivos, assim como dos entes governamentais que não sabem o grau de aceitação  
3767 social daqueles projetos que estão tocando. A partir do momento que a gente coloca  
3768 para conversar, nós verificamos que a convergência é muita alta. Ou seja, ponto a  
3769 favor do monitoramento. Por isso, mais um motivo para fazermos bons  
3770 monitoramentos. E fechando esse ponto do monitoramento, eu queria também trazer  
3771 para vocês que, além dessas iniciativas que são formais, governamentais, de instituir  
3772 mecanismo de monitoramento, mecanismo de resposta periódica às demandas  
3773 formais dos conselhos, as resoluções de conferências, existe outro tipo de  
3774 monitoramento que, infelizmente, a gente usa com muita timidez, mas que pode ser  
3775 feita e até com maior efetividade que é o monitoramento autônomo da sociedade civil.  
3776 É a própria sociedade civil identificando de maneira precisa quais são os temas e  
3777 quais são as ações que lhe interessam, fazendo a busca por informações e com base  
3778 nessas informações que consegue levantar, elaborar uma avaliação crítica daquelas  
3779 ações governamentais. Para isso, não impede que seja feito e mais, para que o  
3780 monitoramento autônomo da sociedade civil seja realizado, algumas iniciativas  
3781 recentes colaboram para criar um campo de condições para que isso seja realmente  
3782 mais efetivo. O melhor exemplo talvez foi a sanção da Lei de Acesso à Informação. O  
3783 potencial informativo a Lei de Acesso à Informação ainda é muito subestimado e ainda  
3784 pouco utilizado, tanto pelo cidadão organizado em sociedade em movimentos, quanto  
3785 o cidadão organizado, cidadão atomizado. A partir do momento em que essas  
3786 entidades, esses movimentos começam a utilizar de maneira sistemática e  
3787 organizada, a demanda de informações que a Lei de Acesso à Informação lhes  
3788 garante, ele garante também o fluxo de informações constante do poder público para  
3789 seus técnicos e para seus grupos de avaliação, ou seja, são as condições básicas  
3790 para realizar um bom monitoramento. E era isso pelo que foi colocado. Mais uma vez  
3791 eu queria agradecer a atenção de vocês, a participação. Quero apresentar a Verônica,  
3792 nossa colega no Departamento de Participação Social também está colaborando em  
3793 todo esse plano e vai nos ajudar também a levar de volta para a Presidência da  
3794 República os comentários e as críticas de vocês. Eu permaneço aqui até o final da  
3795 reunião do Conasp e já me comprometo de antemão a enviar a vocês, via Suelen,

3796 esse link da apresentação da participação social, apesar desse link não ser muito  
3797 amigável, exceto na apresentação visual, me comprometo a mandar também a vocês  
3798 por e-mail os documentos que nós produzimos como este do Plano de Ações da  
3799 Política Nacional de Participação Social e também envolver o Conasp e a enviar a  
3800 vocês essas solicitações, esses convites para participarem dos espaços que nós  
3801 viermos a criar e a chamar de discussão mais coletiva e mais interconselhos sobre  
3802 esse tema e da mesma maneira me sinto bem à vontade, porque estamos aqui entre  
3803 amigos, de cobrar de vocês uma postura ativa, uma postura crítica, um protagonismo,  
3804 nesse tipo de debate para que a gente possa ver essas discussões que vocês travam  
3805 aqui cotidianamente, representada também no cenário nacional. Mais uma vez, é um  
3806 prazer muito grande, agradeço a todos pela acolhida e fico inteiramente à disposição  
3807 para conversar agora ou em outro momento sobre esses temas. Obrigado.

3808

3809 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

3810

3811 Nós gostaríamos de agradecer ao doutor Daniel Avelino, pedindo desculpas porque  
3812 muitos dos nossos companheiros tiveram que sair para uma audiência com o ministro,  
3813 foi assim de surpresa, mas queremos pedir desculpas e, ao mesmo tempo agradecer,  
3814 dizer que a nossa reunião Conseguiu superar a pauta, fomos além daquilo que foi  
3815 proposto e amanhã, na parte da manhã, a gente já vai tratar do tema Conseg. E  
3816 queria convidar doutor Daniel e a todos para um *coffee breack* e que estejamos aqui  
3817 amanhã às 9 horas. Obrigado. Sessão encerrada.

3818

3819

3820

15/06/2012

3821

Manhã

3822

3823 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Convidamos os  
3824 Conselheiros. Nós já estamos quase formando o quórum e nós poderíamos ir pelos  
3825 Informes e na hora que chegar o quórum nós colocamos o tema, que é a Conseg,  
3826 para a apreciação e aprovação. Então, vamos passar a palavra à dra. Suelen para  
3827 nós irmos invertendo a pauta, que não está sujeita à aprovação, para darmos  
3828 continuidade aos trabalhos.

3829

3830 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Anita,  
3831 coloca a pauta da reunião de hoje só para nós verificarmos o que ficou para o dia de  
3832 hoje. Esta foi a pauta aprovada ontem. O ponto 1, nós vencemos no dia de ontem  
3833 mesmo. Ponto 2, aposentadoria dos policiais também. Ponto 3, eleições do Conasp  
3834 também. Ponto 4, foi um dos que ficou para o dia de hoje. Ponto 5, o sistema de  
3835 participação popular, nós também vencemos no dia de ontem. Ontem, a devolutiva do  
3836 plano de enfretamento, a doutora Regina explicou aqui como é que está sendo a  
3837 discussão e se prontificou na questão do plano de Alagoas agora especificamente,  
3838 que está sendo discutido em Alagoas, que o Conasp acompanhe com três  
3839 representantes, um por segmento, durante as reuniões que são mensais, em sistema  
3840 de rodízio, não as mesmas pessoas. Nós já tiramos esses nomes de quem são essas  
3841 pessoas que vão acompanhar essas reuniões. Nós já podemos tirar para dois meses,  
3842 porque como a reunião do Conasp é de dois em dois meses, nós tiramos para dois  
3843 meses, na próxima reunião nós tiramos mais dois meses e assim vai. Então, acredito  
3844 que é isso. Aí tem a pauta, o esvaziamento do Conasp, para nós conversarmos aqui,

3845 informes e encaminhamentos gerais. O primeiro ponto de pauta agora seria a  
3846 validação do cronograma da 2ª Conseg, só que nós não temos quórum ainda. Então,  
3847 queria ver a sugestão.

3848  
3849 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós abrimos  
3850 para os informes e depois nós tiramos um tempinho para os segmentos fazerem a  
3851 escolha dos nomes, fazer um consenso, se for possível, e daí nós estabelecemos o  
3852 quórum e volta imediatamente para o item 4. Então, tem quórum, nós vamos lá já para  
3853 a validação do cronograma da 2ª Conseg. Eliana já pode...

3854  
3855  
3856 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3857 - Então, bom-dia para todo mundo. A ideia agora seria nós estarmos repassando, eu  
3858 acho que pela quarta ou quinta vez como ficou o projeto da 2ª Conferência. Acho que  
3859 na reunião anterior, foram feitas algumas sugestões e a Câmara Técnica se reuniu no  
3860 mês passado aqui em Brasília e nós incorporamos algumas das sugestões e outras  
3861 vamos apresentar como entendemos que ficou mais apropriado aqui na discussão  
3862 junto com o Ministério da Justiça. Então, a ideia é repassar rapidamente os pontos  
3863 que, de alguma maneira, foram sugeridos como polêmicos e nós vemos se há  
3864 acordo. Então, vamos lá. Bom, no projeto que nós temos, até então, nas nossas  
3865 mensagens, não tinha os antecedentes e as justificativas, era um item para concluir o  
3866 projeto. Então, isso foi um item elaborado nesse encontro aqui em Brasília de dois  
3867 dias. Não sei se nós precisamos ler esses antecedentes e a justificativa, na realidade  
3868 é: por que é necessário fazer a 2ª Conseg? Vocês acham que é necessário nós  
3869 lermos isso? Sim ou não? Isso não tem muita polêmica. Vamos lá. Bom, o lema da  
3870 segurança, por isso está em vermelho, ficou em dúvida isso, não ficou acertado que  
3871 seria. Nós chegamos a esse lema e nós queremos, enfim, bater o martelo hoje. Então,  
3872 queria, Segurança Pública: Direito e Responsabilidade de Todos. Vamos resolver logo  
3873 agora o nome, quem tem alguma questão? Já teve três nomes, uma era segurança  
3874 pública e direito humano fundamental, foi o primeiro. Aí Sem armas, sem drogas, sem  
3875 mortes, ficou muito vago. Então, vamos colocar os três, de segurança pública, direito  
3876 humano fundamental, esse eu lembro bem, que fui eu quem sugeriu, mas aí caiu na  
3877 outra reunião.

3878  
3879 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Há uma dúvida  
3880 muito grande, não sei se nós poderíamos pensar, vocês que são pensadores assim,  
3881 tem essa especialidade de ter ideias muito rápidas, porque Conselho exige essa  
3882 expertise. Nós, na audiência, só para ter uma ideia, termos outra 2ª Conferência se  
3883 não foram resolvidos os problemas, é desqualificar os espaços de diálogo para que  
3884 ele não ocorra até que as coisas se efetivem. Eu acho que se nós cairmos nessa  
3885 armadilha, muitas coisas não se efetivarão de imediato e nós perderemos o espaço.  
3886 Acho que temos que criar talvez um espaço permanente, alguma coisa para as  
3887 pessoas que dê ideia de continuidade.

3888  
3889 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3890 - Anita, abre um arquivo em *Word* ou abaixo do que nós colocamos, não sei se dá  
3891 para colocar, porque está no *Power point*. Colocar o primeiro, que foi segurança  
3892 pública, direito humano fundamental para nós. O outro foi esse, segurança pública:



3893 por um Brasil sem mortes, sem drogas e sem preconceito. E o primeiro é segurança  
3894 pública: direito humano fundamental. Vamos botar os três para votarmos no melhor?

3895  
3896 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3897 – Vamos pactuar que nós vamos olhar o problema e resolver logo, para nós podermos  
3898 liberar o projeto e captar o recurso aqui no Ministério? Então, vamos!

3899  
3900 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
3901 **Organizações Populares)** - Eu tinha impressão, Eliana, que na ocasião em que se  
3902 discutiu isso, a argumentação já tinha sido bastante fundamentada. Eu estou  
3903 lembrada que a questão do direito humano fundamental era uma defesa, porque era  
3904 uma grande oportunidade, quer dizer, direito humano, a segurança como um direito de  
3905 todos se exerce porque tem um elemento de referência maior, que é o direito humano  
3906 e fundamental e é bom que toda a sociedade saiba que ele existe por isso, por essa  
3907 grande referência.

3908  
3909  
3910 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3911 - - Teria alguém que gostaria de defender algum dos outros dois para nós podermos  
3912 escolher?

3913  
3914  
3915 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Inclusive eu  
3916 retiro o segundo, que foi sugestão nossa, que é ligado com relação à Copa do Mundo  
3917 e na época foi falado sobre isso.

3918  
3919 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)-**  
3920 Para nós podermos ser objetivo, tem alguém que gostaria de defender o segundo  
3921 lema ou o terceiro?

3922  
3923 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – O segundo  
3924 quem sugeriu já pede para tirar..

3925  
3926  
3927 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3928 - - É porque tinha sido aprovado o segundo, chegou à Comissão, nós ficamos lendo e  
3929 achamos que não estava legal. Já que o outro não tinha sido, que eu acho que era o  
3930 melhor mesmo, segurança pública: direito humano fundamental, criamos esse outro,  
3931 mas nós também, por nós, então,

3932  
3933 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Então, eu acho  
3934 que o primeiro tem um consenso aqui. Se tem consenso, nós passamos, para não  
3935 perder tempo. **Primeiro, consenso.**

3936  
3937 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3938 - - Então, ficou o lema da 2ª Conferência : "Segurança Pública: Direito Humano  
3939 Fundamental". Vamos seguir. Bom, depois do lema temos: a Comissão organizadora  
3940 é o Conasp, responsabilidade de todos nós, tendo a coordenação da Câmara Técnica  
3941 de Mobilização. Apoio logístico e financeiro do Ministério, da Secretaria Nacional de

3942 Segurança Pública. Não há questão com relação a isso. Isso aí está tudo igual, já foi  
3943 aprovado, que são as instâncias organizativas e as instâncias estaduais, que é  
3944 federal, estadual e municipal. O público também participante, por segmento, isso aí  
3945 também não tem desacordo, vamos lá. O objetivo também, desde o primeiro, isso foi  
3946 aprovado, tem alguma questão em relação ao objetivo geral? Eu vou ler só para  
3947 lembrar: “Aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de Segurança Pública com  
3948 participação ativa da sociedade civil, dos trabalhadores da área e dos gestores  
3949 públicos, visando garantir os possíveis avanços dos princípios e diretrizes já  
3950 pactuados na 1ª Conseg e efetivar o princípio da segurança como direito humano  
3951 fundamental de todos os brasileiros e brasileiras.

3952  
3953 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu sugeriria  
3954 *visando garantir os espaços de continuidade de diálogo* para podermos inserir essa  
3955 ideia de que não é só esse espaço que nós não queremos perder com a conferência.

3956  
3957 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3958 - - Qual é a sugestão no texto? Aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de  
3959 Segurança Pública, com participação ativa da sociedade civil, dos trabalhadores da  
3960 área, dos gestores públicos, visando garantir os espaços de diálogo e os possíveis  
3961 avanços, pode ser?

3962  
3963 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Porque nós  
3964 garantimos que há um espaço de diálogo. Tudo bem?

3965  
3966 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
3967 **Organizações Populares)** - A ideia de Almir é muito importante. Nós temos que  
3968 defender esse espaço, que é um espaço fundamental, um espaço público de  
3969 construção de aperfeiçoamento da segurança pública. Agora, enquanto objetivo geral,  
3970 eu acho que não é o caso porque objetivo geral é uma grande proposição. A questão  
3971 do espaço é uma questão mais localizada, circunstancial. Eu tenho a impressão,  
3972 Almir, que na descrição de antecedentes, eu acho que nós precisamos, aí sim, não dá  
3973 para ver o texto, Eliana, não sei se vocês contemplaram, uma atualização da atual  
3974 conjuntura política em relação a isso reafirmar da importância e da oportunidade de se  
3975 garantir esses espaços para construir. Agora, acho que não devia mexer no objetivo  
3976 geral não, porque ele é prospectivo, enquanto objetivo geral.

3977  
3978 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Porque a  
3979 garantia dos avanços nem sempre será possível, mas do espaço de diálogo, nós  
3980 precisamos garantir, mas nós encontrarmos, como Célia está dizendo, o lugar para  
3981 nós podermos ver isso aí.

3982  
3983 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3984 - Talvez nos espaços dos objetivos específicos.

3985  
3986 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia)** – Eu  
3987 iria falar justamente isso que ficou uma dissonância cognitiva, garantir os possíveis é  
3988 estranho. Então, a minha sugestão seria: *garantir os espaços de diálogo a fim de*  
3989 *promover avanços dos princípios e diretrizes* e etc., a fim de promover, até para fazer  
3990 uma conexão lógica entre os espaços de diálogo e os avanços.

3991  
3992 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
3993 - – Então eu vou reler, aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de Segurança  
3994 Pública com participação ativa da sociedade civil, dos trabalhadores da área e dos  
3995 gestores públicos, visando a garantir os espaços de diálogo além de aprofundar, a fim  
3996 de promover avanços dos princípios e diretrizes já pactuados na 1ª Conseg e efetivar  
3997 o princípio da segurança pública como direito humano fundamental de todos os  
3998 brasileiros e brasileiras.  
3999  
4000 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Acho que fica...  
4001 Há consenso aí?  
4002  
4003 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4004 - – Célia, você continua achando que deve...  
4005  
4006 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
4007 **Organizações Populares) -** Não quero ser polêmica não, mas deve ser só uma  
4008 busca ali de esclarecimento. Quer dizer, eu acho que o objetivo geral deve ser um  
4009 pouco mais enxuto porque ele é prospectivo, ele é geral, é o grande desejo da  
4010 sociedade. A questão de garantir os diálogos, nós temos muito como justificar até na  
4011 atual conjuntura política brasileira, para situar melhor. Eu tenho a impressão que a  
4012 afirmação, do meu ponto de vista, deve ser localizada naquele momento se vai fazer a  
4013 contextualização.  
4014  
4015 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Agora eu  
4016 pondero novamente que a maior dificuldade que nós vamos ter para a implementação  
4017 da 2ª Conferência é vencer o obstáculo e a rejeição de todos que colocaram, que foi o  
4018 que aconteceu com o resultado da primeira? Por que está fazendo a segunda? E  
4019 garantir aí agora é muito importante para quem vai trabalhar na justificativa com o  
4020 público, com um auditório lotado querendo e nós estamos garantindo esse espaço,  
4021 inclusive esse espaço aí de vocês estão... Volto a ponderar que essa questão, apesar  
4022 de não ser, é só uma palavra, mas garante uma dimensão de trabalho muito grande.  
4023  
4024 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Tem o consenso  
4025 mesmo com a ponderação, fica aprovado? **Aprovado.** Então vamos passando.  
4026  
4027 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4028 - - Bom, os objetivos específicos, talvez fosse o caso só de repassar, propiciar o  
4029 encontro, a troca de experiências e o debate político...  
4030  
4031 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4032 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Uma questão de ordem aqui. O decreto que criou o Conasp  
4033 pode propor a convocação. Eu queria saber o seguinte, se já foi a proposta ao Poder  
4034 Executivo da convocação da 2ª Conseg, formalmente?  
4035  
4036  
4037 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Esse projeto é  
4038 que está...  
4039

4040 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (Conselho Nacional do Ministério**  
4041 **Público)** –Esse projeto é outra coisa eu acho. Isso é o Regimento Interno, a dinâmica  
4042 da Presidência da República é isso. Então assim, nós precisamos ter uma decisão,  
4043 pelo menos para não ficar discutindo coisas aqui que o Executivo não sabe se vai  
4044 aceitar ou não vai aceitar, mas o fato é que nós não convocamos e o Conasp, pelo  
4045 decreto, não tem poder de convocação, diferentemente da Conferência de Saúde, que  
4046 o Conselho Nacional de Saúde tem o poder de convocar. Então assim, normalmente a  
4047 dinâmica, a Presidência da República faz a convocação e nessa convocação ela diz  
4048 assim, o Regimento Interno vai ser feito pelo Conselho tal e tudo mais, onde vão ser  
4049 definidas. Mas é preciso que saia daqui do Conasp se realmente querem fazer uma 2ª  
4050 Conseg, uma proposta aprovada e encaminhada formalmente ao Poder Executivo  
4051 para que ele diga: “Eu convoco a 2ª Conseg”.

4052  
4053 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Isso já foi  
4054 garantido, Marcos. O ministro garantiu com a palavra dele. Está registrado.

4055  
4056 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4057 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Está registrado, mas isso não é, veja bem, isso é algo  
4058 formal.

4059  
4060 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós estamos  
4061 dando uma proposta para o Executivo para que ele referende.

4062  
4063 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais**  
4064 **Rodoviários Federais)** - Não é referende. Entenda o seguinte, o decreto é muito  
4065 claro, Conasp propõe a convocação.

4066  
4067 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4068 - - Então, eu queria propor...

4069  
4070 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4071 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – O ministro veio aqui falou e tal, mas depende de  
4072 orçamento, previsão orçamentária, isso não é uma coisa simples.

4073  
4074 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Marcos, com  
4075 isso aqui, nós estamos propondo ao Executivo a 2ª Conferência , nós vamos propor  
4076 com esse projeto.

4077  
4078 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4079 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Então, tudo bem, vamos ver.

4080  
4081 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4082 - – Não, fechando o projeto hoje, tem que ver qual é esse documento formal para, a  
4083 partir de hoje, ser encaminhado. Segundo a Suelen, está procurando um documento  
4084 ali que isso já foi feito.

4085  
4086 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A aprovação  
4087 desse documento é a nossa proposta do Conselho.

4088

4089 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4090 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Tudo bem, vamos ver o que vai acontecer.

4091  
4092 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos  
4093 continuar.

4094  
4095 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4096 - Os objetivos específicos: propiciar o encontro, a troca de experiência entre o debate  
4097 político entre os segmentos da sociedade civil, trabalhadores, gestores públicos  
4098 atuantes no campo da segurança pública e do sistema penitenciário. Definir  
4099 prioridades para a Política Nacional da Segurança Pública a partir dos eixos  
4100 temáticos, escolhidos para a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Conferência Nacional de Segurança Pública, a fim  
4101 de subsidiar a formulação do Plano Nacional de Segurança Pública. Mobilizar  
4102 diferentes órgãos do Poder Público, a sociedade de modo geral, sobre a necessidade  
4103 de se efetivar o conceito de segurança pública como direito humano fundamental.  
4104 Fortalecer e qualificar a participação social no debate sobre as políticas de segurança  
4105 pública. Fomentar a criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Segurança  
4106 Pública. Construir a metodologia sobre as estratégias de implementação,  
4107 monitoramento e avaliação das resoluções da 2<sup>a</sup> Conferência Nacional de Segurança  
4108 Pública, de forma que os e as participantes possam deliberar recomendando as  
4109 definições para as políticas públicas a serem realizadas nos municípios e estados em  
4110 nível federal. Tudo bem? Alguma questão? Vamos lá. Metodologia. Pré-conferência,  
4111 audiências públicas, conferências estaduais, municipais e etapa nacional.

4112  
4113 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Aqui mudou e  
4114 nós queríamos ter um espaço de convencimento, de explicação anteriores.

4115  
4116 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4117 - Cadê os eixos que nós reformulamos? Chegaram para a Câmara Técnica os sete  
4118 eixos e aí nós, na verdade, reformulamos, tentamos enxugar os eixos, contemplando  
4119 todas as demandas que estavam nos sete eixos, tinham eixos que nós entendemos  
4120 que eles estavam repetidos.

4121  
4122 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós fizemos a  
4123 compatibilização de eixos e fomos encaixando. O incrível é que os sete sugeridos  
4124 foram contemplados nos quatro. Agora, primeiro eu vou pedir a permissão a Eliana  
4125 que está conduzindo que a ideia de nós colocarmos os quatro eixos como sugestão é  
4126 de que já tínhamos informações que nós não teríamos dinheiro suficiente para bancar  
4127 os sete, a estrutura. Com quatro, as coisas estão dentro e como conter nos quatro a  
4128 discussão dos sete? E foi possível aí, vocês vão perceber que houve, de certa forma,  
4129 a similaridade.

4130  
4131 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4132 - Estou esperando, porque dos sete viraram... Então, o antes e o depois, só para as  
4133 pessoas verem que não houve prejuízo. Onde é que estão os sete? Ela está tentando  
4134 juntar, botar em vermelho, como foi feito, o que era antes e qual é a proposta. Dos  
4135 sete ficaram quatro, não é isso? Esses são os sete, só para lembrar, eixo 1, gestão  
4136 democrática, financiamento da política pública de segurança. Eixo 2, sistema prisional,  
4137 acesso à justiça e direitos humanos. Eixo 3, política de segurança pública integrada e

4138 prevenção a violência e cultura de paz. Eixo 4, combate à discriminação. Eixo 5,  
4139 reforma do sistema de segurança pública. Eixo 6, valorização dos profissionais de  
4140 segurança pública e controle social. Eixo 7, política de enfrentamento ao crime  
4141 organizado e grupos de extermínio. Desses sete, nós tentamos integrar em quatro  
4142 eixos, o primeiro eixo na proposta nova é: o eixo 1 ficaria, reforma no sistema de  
4143 segurança pública e da política pública de segurança. Eixo 1, reforma no sistema de  
4144 segurança pública e da política pública de segurança com gestão democrática,  
4145 valorização dos profissionais, controle social e financiamento. Esse seria o eixo 1 se  
4146 nós formos olhar os outros sete eixos, nós vamos ver que tem várias coisas  
4147 contempladas aí. Eixo 2, reforma no sistema prisional, com garantia de acesso à  
4148 justiça e respeito aos direitos humanos. Também estão contemplados vários eixos dos  
4149 sete. Eixo 3, política de segurança pública integrada, prevenção à violência,  
4150 enfrentamento a todo tipo de discriminação e estabelecimento da cultura de paz. Eixo  
4151 4, política de repressão qualificada aos homicídios, ao tráfico de drogas, ao crime  
4152 organizado e grupos de extermínio. Vocês querem que leia os sete de novo?

4153  
4154 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4155 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4156 **Militares)** - Apesar de o primeiro eixo ter ficado muito grande, eu acho que não tem  
4157 problema ficar quatro eixos que de uma forma direta ou indireta, os sete estão  
4158 contemplados, eu acho que isso está claro aí. Mas mais do que juntar, Eliana e  
4159 membros da Comissão, conselheiros, para cada um dos sete itens nós colocamos  
4160 vários subitens. Eu acho que o esforço aí nós não estamos vendo como vocês  
4161 trabalharam os subitens de cada um dos temas porque na gestão têm vários  
4162 subtítulos, subitens que vai desenvolver. Eu acho que tem que ter o esforço da  
4163 Comissão de para cada item retomar, juntar os subitens senão nós perdemos o  
4164 conteúdo.

4165  
4166 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4167 - No projeto está, é que a apresentação está em *Power point*.

4168  
4169 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4170 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4171 **Militares)** – Já foi contemplado isso de não perder para cada um do que foi discutido  
4172 de subtemas ou subtítulos.

4173  
4174 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
4175 **Organizações Populares)** - Na última oportunidade que nós tivemos de discutir este  
4176 projeto, as colocações em termos dos eixos já tinham sido feitas, inclusive naquela  
4177 oportunidade nós tivemos a chance de amadurecer um pouco, Eliane, eu me lembro  
4178 que nós levávamos uma cópia e em cada organização, em cada entidade, cada  
4179 representação teve uma chance de se colocar a respeito de cada um desses eixos o  
4180 conteúdo que se dizia a respeito de cada um, inclusive como nós fizemos e  
4181 devolvemos para vocês até com uma justificativa do que era porque era importante  
4182 considerar. Os eixos são importantes e vocês estão considerando, porque precisamos  
4183 ver em termos de conjunto. Eles se complementam. Ele dá conta de uma visão  
4184 conceitual mais ampla etc do que é que a gente entende quanto visão de segurança.  
4185 Agora estou dizendo que, neste momento, eu não sei o que foi que aconteceu com  
4186 aquelas propostas que foram objeto de nossa análise...

4187  
4188 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4189 – Foram todas incorporadas.  
4190  
4191 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
4192 **Organizações Populares)** – Porque como não temos cópia, Eliane, pelo menos para  
4193 mim fica um pouco difícil de acompanhar e dar conta desse conjunto porque é uma  
4194 discussão de fundo, uma questão fundamental, é o próprio objeto da questão da  
4195 conferência, de forma que eu estou sentido certa dificuldade de acompanhar em  
4196 termos de discussão porque está projetado, mas fica um pouco difícil de acompanhar.  
4197  
4198 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A garantia que  
4199 os sete eixos que nós aprovamos aqui, que seriam sete eixos para trabalhar na  
4200 conferência e por não ter as condições financeiras para bancar, a sugestão de quatro  
4201 que é viável à realização, é que nesses quatro os sete temas estão dentro, e nós  
4202 apenas aprofundamos quando for fazer as cartilhas, tudo nós vamos aprofundar. Não  
4203 vamos perder nenhum.  
4204  
4205 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4206 - Aprovando isso aqui, nós vamos enviar. Deixa-me explicar para a Célia. Todas as  
4207 considerações que foram feitas, estão incorporadas, esses eixos, na verdade,  
4208 sintetizam esse conjunto de contribuições que vêm acontecendo já há algum tempo.  
4209 Depois, quando vocês receberem o projeto todo, aprovando aqui hoje, nós vamos  
4210 colocar todos os itens abaixo dos eixos, nós perdemos quase um dia inteiro porque  
4211 nós entendemos que o eixo é o conteúdo. Então, quando vocês forem olhar, vocês  
4212 vão ver que está tudo contemplado, quando nós colocarmos os subitens dos eixos. Na  
4213 realidade, nós não botamos porque era uma apresentação e nós já contemplamos  
4214 isso, tudo que foi contribuição trazida.  
4215  
4216 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) -**  
4217 O item 2, por gentileza.  
4218  
4219 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4220 - - O eixo 2, reforma do sistema prisional, com garantia de acesso à justiça e respeito  
4221 aos direitos humanos.  
4222  
4223 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) -**  
4224 Eu acho que caberia no item 2 ainda a questão da...  
4225  
4226 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4227 - Volta para a apresentação oficial, aquela outra. Só isso aí, pronto.  
4228  
4229 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) -**  
4230 Nós temos discutido essa questão da necessidade da retomada ou de algumas  
4231 questões que ficaram na 1<sup>a</sup> Conseg e da necessidade da 2<sup>a</sup> retomar algumas  
4232 questões. Acho, nesse sentido, importante que no eixo 2 nós voltemos a discutir  
4233 também a estruturação ou valorização da estruturação das carreiras profissionais,  
4234 haja vista que esse tem sido um problema... Eu quero insistir que nós coloquemos  
4235 específico no item do sistema prisional porque nós temos dificuldade, e vocês são

4236 testemunhas disso, sempre de, sem encaixar no item mais amplo da questão da  
4237 segurança pública. Haja vista que todas as carreiras da segurança pública já estão  
4238 estruturadas com encaminhamentos das leis gerais, é preciso que nós voltemos a  
4239 esse tema.

4240  
4241 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4242 - - Mas esse tema está no eixo 1, para todas as carreiras, senão nós teríamos que  
4243 trabalhar com todas as carreiras.

4244  
4245 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Neves, eu  
4246 acho que sabe o que pode resolver esse problema? É o nosso texto-base. No nosso  
4247 texto-base, por exemplo, nós colocamos também a questão das reformas e da  
4248 questão penitenciária, para que busque tudo no eixo 1, porque nós não podemos ter  
4249 dois eixos tratando de reformas, entendeu? Que nem nós estávamos conversando na  
4250 audiência pública, se é um sistema, é um sistema, tem que ser todo mundo junto  
4251 discutindo os problemas da segurança pública, se assim se enquadra e todo mundo  
4252 no mesmo eixo. Não tem como nós discutirmos, por exemplo, só dos agentes  
4253 penitenciários no eixo 2.

4254  
4255 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)**  
4256 – Perfeito. Mas, vamos ler lá, item 1, eixo 1, reforma do sistema da segurança pública  
4257 e da política pública. Eixo 2, Reforma do sistema prisional, nós estamos discutindo  
4258 reformas. O que eu quero dizer é que no eixo 2 tem aqui uma discussão específica e  
4259 notória, que é a necessidade de se discutir a estruturação das carreiras profissionais  
4260 dentro do sistema prisional. Essa discussão que eu gostaria de focar. Todas as  
4261 demais carreiras estão bem ou mal estruturadas, mas eu estou alertando aqui para a  
4262 ausência da estruturação das carreiras dentro do sistema prisional, coisa que não  
4263 existe. Vocês, só para ilustrar isso aí, vocês sabem que não existem sequer critério  
4264 para ser diretor de presídio, para administrar unidades prisionais. Já foi dito, e a  
4265 audiência pública levantou essa questão, que têm lugares onde a guarda municipal  
4266 trabalha como carcereiro e que a Polícia Militar trabalha como carcereiro. É no sentido  
4267 de levantar a necessidade da estruturação da carreira, pelo menos de abrir ao debate.  
4268 O que nós queremos como carreira para atender as pessoas apenadas.

4269  
4270 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4271 - - Neves, no eixo 2, reforma do sistema prisional é reforma do sistema prisional, com  
4272 garantia de acesso à justiça e respeito. Então, são os profissionais e também as  
4273 pessoas que estão presas. São as duas coisas, eu entendo isso.

4274  
4275 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Na  
4276 verdade, essa diminuição dos eixos, acho que fica bem melhor embora nós vejamos,  
4277 por exemplo, o eixo 1 tem vários pontos que isso às vezes, na discussão corre-se o  
4278 risco de alguns ficarem obsoletos, como aconteceu na outra conferência, mas isso é  
4279 natural... Mas com relação ao que o Neves está dizendo, acho que eles estão  
4280 contemplados tanto no primeiro como no segundo item, que é a reforma do sistema  
4281 de segurança, que é isso que querem que esteja na segurança pública e a reforma do  
4282 sistema prisional necessariamente passa pela análise da situação dos trabalhadores,  
4283 um dos pontos fundamentais. Eu acho que está bem contemplado.

4284



4285 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4286 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Como isso é uma proposta, eu não vejo razão de nós  
4287 ficarmos limitando a quatro eixos, por que não mantém os sete eixos?  
4288

4289 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4290 - – Não é uma proposta, é uma proposta para virar um...  
4291

4292 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4293 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - O que nós estamos decidindo aqui é uma proposta que vai  
4294 ser enviada ao Executivo, porque a convocação é um ato feito por Decreto  
4295 Presidencial, é a presidenta da República que vai fazer esse decreto, como ela faz  
4296 com todas as conferências. Se esta é uma proposta, por que nós estamos limitando a  
4297 quatro? Qual é a razão disso? Mas isso pode ser votado, o que eu proponho é que  
4298 seja votado se vai ser quatro ou sete.  
4299

4300 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos votar,  
4301 não tem problema. Com a palavra, o André.  
4302

4303 **O SR. ANDRE LUIZ DE JESUS RODRIGUES (Instituto de Estudos da Religião)-**  
4304 Eu não queria polemizar muito as coisas para caminhar legal, mas eu fiquei com um  
4305 estranhamento aqui em relação aos eixos 3 e 4, porque o 3 tem prevenção à violência  
4306 e o 4 vem repressão qualificada a algumas das principais formas de violência. Acho  
4307 difícil, complicado, separar essas coisas, não tenho uma proposta bem clara, mas  
4308 talvez prevenção deveria estar no 4 e tratar ao mesmo tempo de repressão qualificada  
4309 e prevenção...  
4310

4311 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4312 - São coisas distintas.  
4313

4314 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Na terceira, a  
4315 segurança prevenção a violência e enfrentamento de todo tipo de discriminação é um  
4316 tipo também de prevenção, estabelecimento da cultura de paz, está tudo correlato  
4317 com prevenção. Como o conselho sugeriu nos sete que nós não deixássemos de  
4318 contemplar a questão dos homicídios, redução que está sendo falada agora, ao tráfico  
4319 de drogas, ao crime organizado e ao grupo de extermínio, que não deveria deixar de  
4320 ser trabalhado, achamos que no 4 contemplaria toda essa dimensão, pelo volume de  
4321 discussão. Porque todas elas são correlatas.  
4322

4323 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4324 - – Eu só queria fazer uma aparte aqui antes de passar a palavra, que é o seguinte,  
4325 nós temos que pensar que isso aqui é uma proposta para pedagogicamente nós  
4326 materializarmos uma discussão numa conferência com muita gente ao mesmo tempo.  
4327 Então, se nós colocarmos, por exemplo, a proposta do André, a questão da prevenção  
4328 misturar com a questão da repressão que do ponto de vista de uma implementação de  
4329 política, não da lógica, elas têm que estar separadas, são discussões diferentes, se  
4330 pensar em projetos de prevenção e pensar em repressão ao crime qualificado, tem  
4331 uma discussão de inteligência, técnica da polícia, colocar junto, uma das duas  
4332 questões vão ficar prejudicadas, então, tem uma questão pedagógica do ponto de  
4333 vista do que é importante nós estarmos pautando na conferência.

4334  
4335 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Ok. Então, nós  
4336 podemos passar a palavra para o Conselheiro Sá Ribas.

4337  
4338 **O SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
4339 **Brasil)** - A consideração que eu queria fazer está relacionada com o fato de que foi  
4340 um exercício e tanto do Grupo de Trabalho para poder chegar a esse aspecto em  
4341 função das limitações que foram impostas que não são, não temos nada a ver com  
4342 isso, mas temos que nos adequar à realidade. E o trabalho foi feito de maneira a  
4343 haver uma aparente perda, não houve perda, na realidade, mas uma aparente perda  
4344 quantitativa, porque eram sete eixos, mas sem perda qualitativa de nenhuma natureza  
4345 porque todas as temáticas foram contempladas. Então, me parece que Conseguir isso  
4346 já foi uma coisa extremamente positiva em função do grupo que trabalhou essa  
4347 questão. Agora, os cuidados com os desdobramentos, esses é que me parecem que  
4348 são importantes e que, eventualmente, presidente Almir, podem suprir essas  
4349 dificuldades que nós estamos sentindo e anseios diferenciados. Por exemplo, é só  
4350 uma sugestão, não sei, Eliana, se seria eventualmente possível, mas a preocupação  
4351 que o Conselheiro Neves colocou, por exemplo, talvez pudesse ser um subitem  
4352 daquele eixo que fala da reforma do sistema penitenciário. Então, estaria  
4353 contemplado, sem dificuldade, acho que dá para conciliar dessa forma sim. Se nós  
4354 trabalharmos com esse contexto, acho que vai dar para contemplar todo mundo, com  
4355 calma, sem dificuldade. Se nós formos ver para frente, na sequência, porque o  
4356 detalhe é que os subitens, o detalhamento dos eixos está *a posteriori*. De repente  
4357 vamos dar sequência porque a maioria dos questionamentos...

4358  
4359 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4360 – Não está nesta apresentação, mas nos comprometemos a acabar essa  
4361 apresentação, eu vou lá colocar os subitens.

4362  
4363 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Serão  
4364 garantidos, todos.

4365  
4366 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4367 **Policiais Civis)** – Bom-dia a todos e todas. Desculpa o atraso, mas fizemos o maior  
4368 esforço para estarmos aqui, porque achamos até que os trabalhadores ontem foram  
4369 contemplados por todos e queremos aproveitar para agradecer a votação unânime  
4370 dos senhores todos dos segmentos e dizer que o ministro assinou já a recomendação.  
4371 Ele assinou recebendo. Depois nós vamos passar para a Secretaria para tomarem as  
4372 providências cabíveis quanto a essa documentação. Pois bem, quanto à nossa  
4373 intervenção, é justamente por entender e não se trata aqui de fala corporativa, não,  
4374 não é o sindicalista que está falando, é o conselheiro preocupado com a segurança  
4375 pública de todos nós brasileiros e brasileiras. Eu entendo que valorização dos  
4376 profissionais está agrupado nesse eixo 1, até em minúsculo, depois nós aproveitamos  
4377 para corrigir a valorização, que tem que ser com V bem grandão. É essa a nossa  
4378 observação, que essa valorização dos profissionais é tão importante para que  
4379 tenhamos um sistema de segurança pública eficaz que ela deveria ser o eixo zero, lá  
4380 de cima, no nosso entender, porém, nós entendemos que se ficar aglutinada da forma  
4381 como está, a relevância será diminuída. É claro que nós consideramos que todos  
4382 também têm, por exemplo, controle social e financiamento. Isso é uma coisa

4383 fundamental, que todos também têm a sua importância, porém, se a estrutura da  
4384 segurança pública vai mal, se as forças policiais vão capengando e nós ainda vamos  
4385 tratar de política de segurança pública, de gestão democrática e as estruturas dos  
4386 órgãos? Será que não é necessário nós atacarmos logo essas mazelas, que uma das  
4387 maiores mazelas para segurança pública é justamente a questão da estruturação das  
4388 forças policiais, a valorização desses profissionais, a falta de um plano de carreira  
4389 nacional, a falta de um plano de carreira para os agentes penitenciários, a questão da  
4390 desmilitarização da Polícia Militar, isso tudo passa pela valorização dos profissionais  
4391 da segurança pública e olha, que se nós apenas tratássemos dessa questão, ao meu  
4392 entender, nós iríamos contribuir para a segurança pública do Brasil e com isso, a  
4393 sociedade do nosso País iria ser a grande beneficiada.

4394  
4395 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Obrigado,  
4396 conselheiro Gandra. Tem mais alguém? O Neves está ainda querendo o retorno?

4397  
4398 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** -  
4399 Bom, vamos então melhorar a nossa proposição. O que eu quis dizer, e eu concordo  
4400 com o Gandra, quando você coloca valorização profissional dentro de um tema muito  
4401 grande, ele aparece muito pequeno mesmo e parece que não foi dada a devida  
4402 valorização ao tema. Em relação ao item 2, eu quero dizer que nós estamos propondo  
4403 aqui que se discuta a reforma de dois sistemas, um, porque é o sistema de segurança  
4404 pública, e outro, que é o de sistema prisional, já estamos admitindo que existam dois  
4405 sistemas, embora eles se interajam. De qualquer forma, acho importante que nós  
4406 detectemos e nós vimos dizendo insistentemente isso por muito tempo, da  
4407 necessidade de estruturação de carreira e quando fala estruturação de carreira, estou  
4408 falando inclusive de gestão dos sistemas prisionais, que é uma coisa que os senhores  
4409 da sociedade civil têm encontrado dificuldade para agir lá dentro porque é um sistema  
4410 fechado. Eu acho que nós podemos discutir esse modelo de gestão e esse modelo de  
4411 estruturação das carreiras também dos trabalhadores da base. Nesse sentido, se nós  
4412 entendemos que já está contemplado ali, qual seria o problema de escrever duas  
4413 linhas? Ao invés de reforma de sistema prisional com garantias de acesso a justiça,  
4414 reforma do sistema prisional com garantias de estruturação nas carreiras e depois daí  
4415 por diante. Veja, que se ponha no final do item, eu estou propondo que ele apareça,  
4416 porque nós estamos admitindo que existam dois sistemas. Senão nós deixaríamos  
4417 apenas a reforma no sistema de segurança entendendo que o sistema prisional já  
4418 está contemplado. Se nós destacamos dois sistemas, é porque nós aqui já  
4419 reconhecemos a dificuldade de compreender esses dois sistemas como sendo um  
4420 único. Acho que não há nenhum melindre de discutir sistema prisional dentro desse  
4421 conselho. Talvez nós tenhamos essa dificuldade, mas não há nenhum melindre. Nós  
4422 podemos discutir e se for para colocar um subtítulo, não haveria nenhum problema, ao  
4423 final do texto do eixo se coloque lá estruturação de carreira. Eu não vejo mal nisso.

4424  
4425 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu só queria  
4426 ponderar com o conselheiro Neves que você fez uma colocação que esse conselho  
4427 deveria considerar, pelo contrário, nós estamos o tempo todo dando um espaço a toda  
4428 categoria penitenciária no Brasil, federal e estadual, está sendo acolhido, acredito que  
4429 pode ter certeza que não tem nenhuma...

4430

4431 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4432 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4433 **Militares)** - Eu acho que nós temos que encaminhar para votação, só queria fazer  
4434 duas ponderações, uma do que o companheiro André falou, que o eixo 3 diz a ver  
4435 com política de prevenção que é da sociedade civil, municípios, é uma dimensão mais  
4436 *lato sensu* do conceito de segurança pública. O 4 é política de segurança pública  
4437 eminentemente do aparato repressivo. É só qualificar a atuação do aparato  
4438 repressivo. Os conceitos não são iguais, eu acho complicado misturar. Vocês sabem  
4439 que eu acho que o Gandra e os outros aqui ficam sempre batendo nessa questão  
4440 específica, mas eu tendo a achar que eles têm razão, quer dizer, se for por questão  
4441 efetivamente orçamentária, nós votamos e deixamos como está aí, se não for, eu  
4442 acho que o tema, ter um quinto tema valorização profissional e entrar aí o sistema  
4443 penitenciário, todo o sistema de segurança pública, um tema geral de valorização  
4444 profissional, a conferência dialoga melhor com os 700, 800 mil policiais que nós temos  
4445 no Brasil. Se colocou como eixo central na conferência, além de prevenção, atuar  
4446 contra o crime organizado e o grupo de extermínio, um debate controle social e  
4447 outros, você tem um eixo central para valorizar os 800 mil policiais que nós temos no  
4448 Brasil. Eu não acho ruim a proposta, eu queria dizer que concordo com o Gandra que  
4449 talvez nesse eixo 1, de todos os temas, o que fica mais secundarizado ali na junção  
4450 pode ser a valorização profissional. Então, a pergunta objetiva é o seguinte, mesa e  
4451 companheiros da Comissão, se houver um problema financeiro, estrutural, de que não  
4452 pode ter 5 eixos, eu retiro a minha questão, se não for isso, eu sugiro que nós  
4453 tenhamos um quinto eixo, valorização profissional.

4454  
4455 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Mais uma vez  
4456 eu gostaria de ponderar, nós já tivemos a sinalização, nós vamos ter dificuldade,  
4457 aprova com os 5 pode inviabilizar, pode, o 4 já está garantido. Então, foi o esforço,  
4458 mas vejam o seguinte. No primeiro, reforma de segurança pública e da política de  
4459 segurança pública com gestão democrática, na questão da gestão democrática está  
4460 incluso a discussão da valorização.

4461  
4462 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4463 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4464 **Militares)** - Não necessariamente, presidente, com todo respeito. Eu só queria  
4465 entender o seguinte, aí uma explicação mesmo, Eliana. O que tem a ver, aí pode ser  
4466 ignorância minha, sete eixos ou quatro com questão orçamentária? Porque para mim  
4467 isso é mérito.

4468  
4469 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4470 - - Porque cada eixo desse tem que ter um texto-base, vai ter que ser contratadas  
4471 pessoas para trabalhar. Eu pedi a Suelen...

4472  
4473 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4474 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4475 **Militares)** - Eu acho que o conteúdo quem tem que dar é o conselho, não precisa  
4476 contratar ninguém.

4477

4478 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4479 - - Mas a escrita, a sistematização, nós vamos dar os eixos e os subitens, isso está  
4480 contemplado, a questão da valorização.

4481  
4482 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Tem relatoria,  
4483 salas, estrutura. É essa questão, mais nessa questão de que...

4484  
4485 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4486 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4487 **Militares)** - Eu estou convencido, só queria lembrar o seguinte, eu acho que um dos  
4488 problemas que nós tivemos na 1<sup>a</sup> Conferência foi ter um texto- base que não relatava  
4489 a realidade do que aconteceu na conferência, era um texto genérico. A  
4490 responsabilidade pelo conteúdo dos quatro temas é do Conseg. Senão chama mais  
4491 um especialista que vai falar genericamente disso e é o texto que nós não  
4492 participamos.

4493  
4494 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4495 - - Por isso, Mariano, que os eixos têm que estar muito certinhos, muito objetivos e eu  
4496 estou pedindo à Suelen para botar os subitens. Dentro de cada subitem vai ter uma  
4497 discussão do conteúdo e a valorização dos profissionais.

4498  
4499 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4500 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4501 **Militares)** – Eu estou convencido, eu retiro a minha colocação de quinto eixo.

4502  
4503 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4504 - Pode ficar tranquilo que esse item é importante. Vamos tentar votar essa questão  
4505 que o Neves...

4506  
4507 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público):**  
4508 - Essa questão orçamentária é o seguinte, qual é o orçamento que nós temos  
4509 garantido? Quanto é que custa cada eixo? Aí nós vamos ter dados objetivos para  
4510 poder avaliar se o Executivo pode ou não dizer que não tem condições de fazer com  
4511 sete eixos.

4512  
4513 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Marcos, me dá  
4514 aí, porque eu estava anotando aqui.

4515  
4516 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4517 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Qual é o orçamento que nós temos garantido para a 2<sup>a</sup>  
4518 Conseg? Qual é o custo estimado por eixo? E daí com esses dados...

4519  
4520 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Acho que está  
4521 previsto no projeto, tem uma previsão. No final nós vamos ter isso aí.

4522  
4523 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Nós não  
4524 temos como saber dos números reais de como vai acontecer, porque nós precisamos  
4525 chegar ao ano da conferência.

4526

4527 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) -**  
4528 Esse Conselho está aceitando, está aceitando ser pautado pelo Executivo.  
4529 Basicamente é isso que está acontecendo.

4530  
4531 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP) –** Só quero  
4532 deixar bem claro que quando nós fizemos o exercício, eu estava junto e acompanhei,  
4533 em nenhum momento, nós deixamos nenhuma das discussões que estiveram aqui de  
4534 fora.

4535  
4536 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais**  
4537 **Rodoviários Federais) -** Suelen, eu não estou falando contigo, eu estou falando com  
4538 o conselho. Aceitar quatro ou sete, essa é uma questão estratégica, é um espaço de  
4539 diálogo. Cabe a esse conselho dizer nós precisamos ter sete espaços de diálogo, ou  
4540 seis ou cinco.

4541  
4542 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Sem dúvida,  
4543 Marcos, você tem razão. Nós estamos sugerindo, tudo isso é sugestão, estamos  
4544 tentando convencer a sugestão que enviamos, apenas isso. Não vai ser deixado de  
4545 votar, pelo contrário, pode deixar que vai ser garantido o contraditório. Marcos Dias,  
4546 tinha pedido, já foi contemplado. Quem mais pediu, Célia, está contemplada? Então,  
4547 Márcio Godoy.

4548  
4549 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC) -** Eu  
4550 gostaria aqui de apoiar aqui a proposta do Gandra e do Mariano, que recuou, mas eu  
4551 vejo que a importância desse item está separada. Então, o que é a minha proposta?  
4552 Que apresente mais um eixo com a valorização dos servidores da segurança, que  
4553 seja apreciado aqui pelo plenário e que lá na frente, que seja discutido com o governo,  
4554 mas que saia daqui com mais um eixo, porque esse é um eixo muito importante, os  
4555 trabalhadores vão estar em massa nessa discussão e eles vão verificar esse item,  
4556 então, eu apresento essa proposta como mais um item.

4557  
4558 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Ok. Nós vamos  
4559 ter que encaminhar para votação.

4560  
4561 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) -**  
4562 Só uma correção, e para facilitar também a votação, vamos pedir ali na minha  
4563 proposta, Eliana, já que nós podemos trabalhar com subtítulo, para recuar também,  
4564 uma prova de que as coisas aconteçam, da minha boa vontade, eu acho que nós  
4565 precisamos manter lá, mas ao invés de falar valorização, vamos focar preocupação na  
4566 estruturação da carreira, que essa é a ausência. Nós não podemos valorizar o que  
4567 não existe. Ao invés da palavra valorização, estruturação das carreiras, e daí nós  
4568 discutimos todo tipo de carreira dentro do sistema penal.

4569  
4570 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4571 **Policiais Cíveis) –** Conselheiro, me permite um aparte para tentar ver se nós nos  
4572 entrosamos. Eu acho que o grande problema dos senhores, agentes penitenciários,  
4573 colegas, é justamente essa separação do sistema de segurança pública porque vocês  
4574 estão inseridos no subsistema que se chama de sistema prisional. Acho que seria o  
4575 momento de nós ficarmos juntos agora para tratar das nossas carreiras, não a carreira

4576 do agente penitenciário porque não tem. Porque também não tem carreira na Polícia  
4577 Civil. Existem várias carreiras na Polícia Civil que não funcionam também. Então,  
4578 seria o momento oportuno de nós nos inserirmos conjuntamente. Agora, vai tratar de  
4579 um eixo do sistema prisional, ótimo. Está faltando que seja feita uma reforma, assim  
4580 como a da segurança pública, de forças policiais, que vão mal das pernas? É verdade,  
4581 todos os dois estão falidos. É necessário nós revermos isso? É, mas é preciso que o  
4582 Conasp diga isso também para o governo: “Governo, nós precisamos discutir isso”  
4583 para ver se o governo fala com nosso ministro Mantega para liberar um dinheiro para  
4584 segurança pública porque aí nós fortalecemos os nossos interlocutores, que são a  
4585 presidenta, que é secretária Nacional de Segurança Pública e o ministro da Justiça.  
4586 Eu acho que o caminho é esse. Se você concordar conosco dessa forma, ao invés de  
4587 você ficar se inserindo valorização da carreira, do sistema prisional, até porque não  
4588 tem nem nexos, reforma do sistema prisional e valorização da carreira, de que  
4589 carreira?

4590  
4591 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
4592 **Travestis e Transexuais)** – São só dois comentários, um é o seguinte, apesar de  
4593 fazer parte de outra Câmara Técnica, em duas oportunidades eu acompanhei o  
4594 trabalho desta Câmara Técnica que está apresentando esse projeto. E deixar o  
4595 registro que não existe menor possibilidade de, esta é uma palavra minha,  
4596 “acocoramento” do conselho para o Executivo, enfim, trabalhamos com diretrizes que  
4597 foram pautadas, mas não foi uma imposição do Executivo e nós não estamos, de  
4598 forma nenhuma, seguindo qualquer tipo de pressão do Executivo. Outro comentário  
4599 que segue a esse, é um complemento, é de que, gente, quantos grupos esse pleno  
4600 achar que devem ter, quantos eixos esse pleno achar, são quantos nós vamos  
4601 apresentar na proposta, não existe aqui uma imposição, uma força de barra e os  
4602 quatro aí tem um aspecto muito interessante que é o seguinte, pode não estar de  
4603 maneira explícita, mas já vimos que todos os temas estão dentro dos eixos e força a  
4604 participação dos três segmentos em todos eles para nós trabalharmos de uma forma  
4605 horizontal e todos esses eixos, todos esses quatro eixos são de interesse da  
4606 sociedade civil, dos gestores e dos trabalhadores, criando um eixo a mais, nós vamos  
4607 ter um eixo que não vai ter esse tipo de relação transversal, a gente não vai poder  
4608 discutir isso de forma séria.

4609  
4610 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4611 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4612 **Militares)** - Primeiro que cada proposta que faz para o eixo 2 fica muito mais restrito  
4613 as duas colocações, eu acho que não são boas para o eixo, porque não dá para nós  
4614 acharmos que uma conferência nacional vai ter como importância para o debate  
4615 nacional, com todo respeito que merece, a carreira e estrutura do sistema  
4616 penitenciário. Esse não é o foco nacional de debate do sistema, é o caos do sistema,  
4617 é que não recupera ninguém, é um debate mais amplo. Eu queria que o companheiro,  
4618 respeitando a importância, não se limitasse efetivamente a questão da carreira, mas  
4619 eu acho que a mesa tem que encaminhar, Almir, a minha sugestão de manter os  
4620 quatro temas e ampliar o quinto tema para valorização, só queria fazer uma sugestão  
4621 aí para o Gandra e o companheiro Márcio, não estruturação das carreiras, porque aí  
4622 se não estrutura, não é esse o tema que estava lá, é valorização dos profissionais do  
4623 sistema de segurança pública e prisional. Essa proposta eu acho que é mais ampla do  
4624 que estruturar carreira. A valorização passa pela carreira, mas tem outras questões

4625 relacionadas à valorização que não é só estruturar a carreira, acho que limita. A minha  
4626 sugestão no eixo 5 seja valorização dos profissionais do sistema de segurança e do  
4627 sistema prisional e não estruturação da carreira porque aí eu acho que limita muito o  
4628 debate que eu acho relevante, dialoga com 800 mil policiais e agentes penitenciários,  
4629 mas não vamos discutir o perfil de carreira, valorização é mais amplo.

4630

4631 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
4632 **Sindapef):** – Será que cabe? Fico contemplado, mas acrescento ainda que seja no  
4633 eixo 2.

4634

4635 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Não faz  
4636 diferença não, porque nós podíamos, inclusive, nós vamos passar a palavra a todo  
4637 mundo, não vamos ficar, nós não vamos decidir sem...

4638

4639 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
4640 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
4641 **Militares) –** Se forem cinco, a colocação do eixo 2 apresentado pelo José, sai, fica  
4642 exatamente como estava e essa questão já está contemplada lá. Não é José?

4643

4644 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Vamos ver aqui.  
4645 Desculpe. No eixo 1 tem reforma no sistema de Segurança Pública e lá no eixo 2 tem  
4646 reforma do sistema prisional. Será que não dá para substituir, contemplando a  
4647 valorização no eixo 2, ficando destacado e colocar reforma do sistema prisional junto  
4648 com o sistema, reforma do sistema de segurança e prisional? Junta demais? Então,  
4649 deixamos aí, não tem problema.

4650

4651 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
4652 **Militares Estaduais -- ANASPRA) –** Bom-dia a todos e a todas. Primeiramente, dizer  
4653 que isso, pela Câmara Temática era esperado, até porque essa pluralidade do  
4654 Conselho permite e obriga que esse debate, que esse diálogo exista. Mas, por outro  
4655 lado, é muito difícil uma Comissão, porque nós trabalhamos sob uma perspectiva, sob  
4656 uma lógica da Conferência, e nós vamos com a metodologia toda em cima daquilo  
4657 que já fora discutido anteriormente. Nós produzimos um trabalho, se debruça, se  
4658 desgasta e quando nós chegamos para um debate; e eu sou da área dos profissionais  
4659 e me senti contemplado, porque fazia parte. Porque se for por esta lógica, já imaginou  
4660 se nós tivermos que defender aqui que eu tenha que ter um tema voltado para os  
4661 praças que são o maior contingente de profissionais do País, é classista. Por que nós  
4662 trabalhamos os quatro eixos? Primeiro, foi muito bem dito pela Eliana, é que permite a  
4663 pluralidade, a capilaridade de todos os segmentos discutirem todos os eixos.  
4664 Evidentemente que se trabalhar em apartado a questão da valorização profissional,  
4665 você despreza, por exemplo, vamos pegar um exemplo crasso aqui, que eles não  
4666 estão aqui hoje: o índice de homicídio de jovens negros. E foi discutido isso e nós não  
4667 colocamos isso em apartado, e está dentro de todo um contexto da segurança que é  
4668 muito maior, como diz o conselheiro Mariano, é muito maior e a valorização está. O  
4669 que nós temos que nos preocupar é com a construção do texto-base se nele estiver  
4670 contemplado essa perspectiva. Não adianta eu inserir aqui um eixo, e se na  
4671 perspectiva da construção do texto-base ficar vazio. E ainda assim, se nós não  
4672 consensuarmos e até porque repito, friso, que a plenária é soberana para tudo; o que  
4673 a Câmara Técnica fez, se a Plenária tiver que derrubar, derruba; sem problema



4674 algum. Então, nós precisaríamos pensar inclusive; até comentei em *off* com a Eliana  
4675 aqui; que nós não pensamos isso na perspectiva da construção, é de que se o modelo  
4676 adotado pelo Conselho de Eleições é cruzado, é tripartite; se as eleições para  
4677 Nacional também respeita essa proporção 30/30, também para a composição dos  
4678 eixos base, para a composição dos eixos, devemos inserir um instrumento que  
4679 garanta minimamente a participação de todos os segmentos em todos os eixos.  
4680 Porque senão nós corremos prejudicados. Eu não tenho dúvidas, isso é por uma  
4681 questão muito óbvia e nós estamos em um Conselho Nacional, não estou em uma  
4682 reunião da ANASPRA. E no Conselho Nacional, eu tenho que ter todas as  
4683 perspectivas e elas perpassam necessariamente que o tema tem que interessar a  
4684 todos. Nós tivemos um diálogo com o professor Leonardo Avritzer, que é da  
4685 Universidade Federal, e que fez uma análise sobre a 1ª Conferência Nacional. Os  
4686 cientistas políticos; aqui eu não estou entrando em mérito; para os cientistas políticos  
4687 que fizeram a análise da 1ª Conferência Nacional é que o resultado foi meramente  
4688 corporativista. E, que a sociedade civil entrou meio que sem, não vou dizer debate  
4689 qualificado, não nessa perspectiva, mas porque o embate foi muito classista. Eu  
4690 defendo a valorização profissional, não abro mão dela, sou profissional da área da  
4691 segurança pública, me sinto contemplado, desde que no texto-base nós consigamos  
4692 trazer toda essa necessidade, porque não adianta, por um eixo a mais, um eixo a  
4693 menos e não contemplar dentro do texto-base, aquilo que é valorização profissional.  
4694 Por onde perpassa a valorização profissional? É salário? É condição salubre de  
4695 trabalho? É carga horária? São equipamentos? São apetrechos? Isso precisa ser  
4696 discutido. Então, eu continuo defendendo, evidentemente, a Plenária é soberana para  
4697 isso, que o contexto da valorização ele está e nós temos que trabalhar no texto-base e  
4698 não dentro de um eixo específico. Defendo também, caso não haja, não me recordo,  
4699 Eliana, que para composição de grupo nos eixos básico seja respeitada a  
4700 proporcionalidade 30/30 e 40; para que garanta, ou seja, que após a inscrição todos  
4701 contemplem dentro desse texto-base. Obrigado.

4702  
4703 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – OK.** Conselheiro  
4704 Marco. Célia, você tinha pedido antes? Então, Célia e depois o conselheiro Marco; ela  
4705 tinha pedido primeiro a palavra. Por gentileza.

4706  
4707 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4708 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Sugestão: Eixo um, depois de ‘controle social’ eu sugiro  
4709 ‘transparência’. E no eixo 4: Legislação Penal e Processual Penal, Sistema Judicial  
4710 Criminal.

4711  
4712 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Colocar em  
4713 vermelho, porque nós vamos ter que fazer o encaminhamento para a votação. Marco  
4714 saiu? O que foi que houve? Ele só fez colocar isso e sair? Tudo bem. Nós estamos  
4715 em discussão, então a palavra para a Célia. Conselheira Célia.

4716  
4717 **A SRª. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
4718 **Organizações Populares) -** Vejam, me parece que a discussão que está sendo  
4719 encaminhada, acho que ela dá evidência a duas questões básicas. Eu acho que a  
4720 equipe da Câmara Técnica trabalhou tentando enxugar os quatro eixos, porque nós  
4721 tivemos uma prática na 1ª de que os sete terminavam com o esvaziamento, com uma  
4722 série de problemas, questão operacional mesmo. Agora, em relação a isso que está

4723 se discutindo, a capacidade maior ou menor de sintetizar em cada eixo uma  
4724 problemática fundamental, me parece que isso é um esforço e uma tentativa; eles  
4725 nunca vão ser perfeitos. Depois tem uma coisa que eu ouvi nas discussões: o eixo é  
4726 apenas uma colocação, ele não é a resposta. A resposta e a problematização quem  
4727 vai fazer é a conferência e pode fazer das formas as mais diferentes. Fortaleza pode  
4728 produzir coisa com enfoque absolutamente diferente da Bahia e assim, por  
4729 Consequente. Agora, tem uma coisa que Márcio levantou que me parece que é  
4730 fundamental. Os eixos devem ser mobilizadores de uma discussão Estado e  
4731 sociedade civil. A conferência é um canal, um instrumento político e institucional para  
4732 viabilizar isso, garantindo a autonomia da sociedade civil etc. Eu fico com certo receio  
4733 das justificativas a respeito de um novo eixo que vai aglutinar policiais. Eu acho que  
4734 isso foge da perspectiva do que é uma conferência, ela tem que mobilizar os  
4735 diferentes. Tem que ser agregadora de interesses diferenciados, tanto da sociedade  
4736 civil, como do sistema de segurança. Agora, tem um detalhe que me parece que nós  
4737 deveríamos ter mais em conta em defesa desse projeto de conferência, que é  
4738 exatamente que todos nós temos de fazer desse espaço, dessa oportunidade, que é  
4739 alçar a segurança à condição de ser política e pública. A conferência é uma das  
4740 chances dos mecanismos para se ter a discussão de transformá-la em algo de caráter  
4741 público, que é a grande luta da sociedade civil.

4742  
4743 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** A conselheira  
4744 quer fazer um encaminhamento?

4745  
4746 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4747 - - Antes de passar a palavra, porque nós já Conseguimos colocar os subitens dentro  
4748 dos eixos. Eu queria apresentar isso para nós podermos ver se está contemplado,  
4749 enfim, se nós vamos continuar nessa discussão de que tem mais um eixo. Queria  
4750 apresentar, porque isso realmente faz uma diferença nessa discussão que nós  
4751 estamos fazendo e responde algumas ansiedades.

4752  
4753 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
4754 **Sindapef) -** O meu encaminhamento é a retirada, então, ouvindo os colegas, a  
4755 retirada da proposta do eixo 5.

4756  
4757 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4758 - Ótimo, graças a Deus. (risos) É porque foi um dia inteiro para chegar a esses quatro.

4759  
4760 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Marcos Costa,  
4761 concluiu naquele momento? OK. Obrigado.

4762  
4763 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4764 - Vamos ver os subitens, porque se estiver faltando nos subitens, nós incluímos.

4765  
4766 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Facilita inclusive  
4767 a percepção. A palavra vai ser dada à vocês, fiquem tranquilos. Então enquanto nós  
4768 estamos viabilizando, nós passamos a palavra ao conselheiro Nóbrega, que não teve  
4769 ainda a oportunidade de falar, e depois retornaremos aos conselheiros que já fizeram  
4770 o uso da palavra.

4771

4772

4773 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal)** – Bom-dia a  
4774 todos. Eu queria só solicitar que colocassem na tela os eixos temáticos novamente.  
4775 Só fazer uma contribuição aqui. Eu acho que, de certo modo, por vezes estamos nos  
4776 perdendo entre o que é a natureza do eixo e o produto que vai ser obtido após a  
4777 discussão do eixo. É indiferente você ter quatro ou sete eixos, contando que você  
4778 consiga trabalhar eles de modo eficiente. Eu vejo assim, com todo respeito às  
4779 colocações e vejo a importância também dos colegas aqui, mas, por exemplo,  
4780 valorização; transparência; carreira, eu acho que são produtos do eixo. Na verdade, o  
4781 eixo tem que ter uma diretriz e você Conseguir trabalhar dentro do eixo quais os  
4782 conseqüências dessa diretriz. E eu tenho certa preocupação de você deixar eixos na  
4783 pressa muito difusa, com temas diversos e depois você ter uma vinculação a esses  
4784 temas difusos. Quando na verdade a discussão deve passar pelo eixo e ter como  
4785 produto talvez maior transparência no sistema de segurança, a valorização desses  
4786 profissionais que estão em segurança. Por gentileza, só voltar ali a tela. A  
4787 estruturação de um sistema de segurança ou sistema penitenciário penal,  
4788 necessariamente também para a questão dos homicídios, tráfico de drogas, deve ser  
4789 um subitem a serem tratados no eixo. Mas o tema do eixo é realmente a legalização  
4790 penal e processual penal que tem que ser enfrentada em algum momento, se ela está  
4791 atendendo ao anseio da sociedade ou se ela não atende a esse anseio. Um dos  
4792 subitens desse eixo, ou um dos produtos desse eixo, seja uma política de redução de  
4793 homicídios, votar em um sentido ou no outro. Então, eu só queria pedir ao Conselho  
4794 para nós avançarmos, nós não nos atermos a problemas menores e podermos votar,  
4795 que seja quatro, cinco, seis ou sete eixos, que, com certeza, o produto deles, o  
4796 trabalho, é que vai ser o resultado final eficiente ou não que nós possamos produzir  
4797 aqui.

4798

4799 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu acredito que  
4800 nós já estamos quase aptos para nós darmos o nosso processo de votação. Geraldo  
4801 Wanderlei.

4802

4803 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bem,  
4804 na verdade, nós percebemos que nós sempre esbarramos aqui em coisa ligadas ao  
4805 corporativismo, ao interesse das categorias, como ficou bem patente na 1ª  
4806 Conferência, parece que nós avançamos pouco. Como a sociedade não entende  
4807 desse tema de segurança porque é um tema novo para a sociedade e ficou muito  
4808 perdida na 1ª Conferência, e sei que nessa Conferência ela não vai ficar tão perdida,  
4809 mas também não tanto, porque de lá para cá nós evoluímos, discutimos as coisas e  
4810 etc., foi muito pautado novidades na imprensa etc. Nós queremos inclusive que não  
4811 haja nem uma Conferência, porque os pleitos da 1ª não foram concretizados. Nas  
4812 Conferências de Assistência Social que eu participo muito, na de Direitos Humanos,  
4813 na tivemos na I Conferência de Direitos Humanos coisas que nós não conquistamos  
4814 ainda. Então, essa ansiedade... Ali só não coloca salário porque fica feio. Entendeu?  
4815 Para colocar o termo 'salário' porque fico muito feio, então fica de fora nessa questão  
4816 da valorização etc. porque ficaria meio explícito demais. Então, fica difícil construirmos  
4817 uma proposta aqui de Conferência. A II Conferência discutiu Segurança Pública de um  
4818 modo geral, os grandes gargalos da segurança desse País, se nós só nos voltamos,  
4819 só nos prendemos ali ao item que fala da questão profissional. Esse negócio é  
4820 mesquinho. Eu estava dizendo aqui à sociedade, que nós estamos aqui meio

4821 encolhidos. Você imagine, nós que temos um pouco de visão dessas coisas, imagine  
4822 a sociedade lá, quando for discutir isso, que o policial olha para ali e diz: “Você não  
4823 entende, participei de muitos eventos, você não entende de segurança”, aí a pessoa  
4824 fica bem quieta lá. Então, ele começa a fazer alarido; dizer que corre risco; que está  
4825 na morte; que morrem não sei quantos; que não sei o que. É um negócio sério. Eu  
4826 espero que nós tiremos daqui o melhor, sem essa preocupação, porque essa  
4827 preocupação também não vai; o que vai acontecer lá, vai acontecer. Eu não tenho  
4828 dúvidas que a II CONSEG ainda aprovará as coisas principais da categoria, ainda,  
4829 porque nós deveríamos estar fazendo a 5ª. Se estivéssemos fazendo a 5ª não estaria  
4830 assim.

4831  
4832 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – Obrigado.**  
4833 **Conselheiro José Neves.**

4834  
4835 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) -**  
4836 **Pessoal, eu quero fugir aqui do rótulo de corporativismo. É claro que as categorias**  
4837 **profissionais aqui representadas têm o compromisso com suas bases, da mesma**  
4838 **forma que tem aqueles que representam a sociedade civil aqui e aqueles que**  
4839 **representam os gestores. Isso me parece uma coisa natural. O fato de eu não**  
4840 **concordar com um daqueles itens, não significa que eu não queira que ele seja**  
4841 **discutido. O que nós estamos querendo aqui é que seja discutido, é só isso. Eu me**  
4842 **contemplo com a colocação do conselheiro Mariano quando cita o item 5; e até que**  
4843 **esse item 5 seja de alguma forma agregado no primeiro. Mas, para além da**  
4844 **experiência corporativista, nós estamos aqui representando um segmento de**  
4845 **trabalhadores e tentar trazer a experiência desses trabalhadores dessas áreas para**  
4846 **uma discussão nacional. Eu não tenho como discutir Guarda Municipal aqui. A minha**  
4847 **contribuição seria muito pequena. A minha contribuição maior que eu posso dar para**  
4848 **o estabelecimento de políticas amplas é sob o ponto de vista do sistema prisional,**  
4849 **onde eu trabalho, onde eu tenho as minhas experiências. Portanto, no item 2, quando**  
4850 **eu coloco essa preocupação, é porque sou testemunha de que para se reformar o**  
4851 **sistema prisional é preciso: garantia de acesso a justiça? Claro. É preciso de respeito**  
4852 **aos direitos humanos? Claro. Mas é preciso também que exista lá a existência de**  
4853 **carreiras, pessoal. Nós estamos passando por um processo de terceirização nos**  
4854 **presídios. Por que eu estou dizendo isso? E a carreira é só de Agente Penitenciário?**  
4855 **Não. Nós estamos tentando dar à sociedade a oportunidade de discutir, inclusive**  
4856 **Corregedorias, Ouvidorias, Defensorias Públicas independentes e autônomas, que**  
4857 **podem vir dentro desse tema. Essa contribuição que nós trabalhadores do sistema**  
4858 **prisional viemos trazer aqui para o Conselho. Se a questão específica do Agente**  
4859 **Penitenciário vai surgir no subitem, muito bem. Mas acho, portanto, que garantir**  
4860 **acesso à Justiça e garantir atenção aos direitos humanos sem garantir que se discuta**  
4861 **que tipo de servidor, que tipo de carreira nós queremos dentro desse sistema**  
4862 **prisional, que são os operadores do acesso à justiça e também de direitos humanos.**

4863  
4864 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – OK. Obrigado.**  
4865 **Eu só pediria... Vejam bem, nós está repetindo novamente as colocações, todas as**  
4866 **defesas. Então, pedir a palavra para reforçar a primeira defesa que fez, torna exíguo o**  
4867 **tempo nosso de decidir o que nós temos que decidir. Acho que nós já estamos bem**  
4868 **informados do desejo de todos. E a primeira colocação aqui que nós temos que fazer**  
4869 **é decidir, nós vamos passar para essa questão de decidir se a proposta da Câmara**

4870 Técnica, como foi apresentada, se deve ser alterada ou não. Então, essa é a primeira.  
4871 A proposta com os quatro eixos contemplando todos os temas, como foi defendido  
4872 aqui pelo Heder, pelo Marins e pela Eliana, que está representando a Câmara  
4873 Técnica, se deve ser alterado. Então eu acho que deve ser a primeira proposta. Há  
4874 consenso nisso? Há consenso? Então, nós vamos colocar...

4875  
4876 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4877 - - Até porque está com um problema técnico para transportar daqui para ali. Mas até  
4878 o final nós colocamos. Se tiver alguma coisa que faltou, nós voltamos. Entendeu?  
4879 Vamos votar assim, primeiro, se são quatro ou cinco eixos.

4880  
4881 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Estamos aptos  
4882 para a votação? Então vamos entrar em regime de votação se o texto que foi...

4883  
4884 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4885 – Tem quórum? A Célia não está aqui e nem o Pedro.

4886  
4887 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Tem quórum?  
4888 Vamos conferir o quórum. Então Kléber, para a Câmara de Votação (risos). Em  
4889 regime de votação. Se o texto apresentado pela Câmara Técnica deve ser alterado ou  
4890 não? Quem aprova o texto sugerido pela Câmara Técnica, faça o sinal de aprovação  
4891 com a mão levantada. **13.** Quem vota contrário, pela alteração? **2.** Abstenção? Está  
4892 certo, então, foram **aprovados os quatro eixos, sem alteração.** Valeu a discussão e  
4893 nós vamos contemplar nos subitens, sem dúvida.

4894  
4895 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4896 - - Os subitens estão lá? Vamos ler os subitens, porque se faltar alguma coisa, nós  
4897 complementamos. Então eixo 1, dos quatro.

4898  
4899 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Só  
4900 lembrar a todos que esses subitens foram discutidos aqui na reunião do Conasp, na  
4901 IV Reunião Extraordinária, aquela que aconteceu no mês de fevereiro, a primeira  
4902 reunião do ano, e que tudo o que está aí foi o que foi discutido naquele dia pelo Pleno.  
4903 Então, nenhum desses subitens pela Câmara Técnica, todos esses subitens foram  
4904 pensados pelo Pleno aqui.

4905  
4906 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4907 - - Depois dessa mudança para quatro eixos, se tiver alguma questão que faltou, nós  
4908 temos que incluir. Só ler os subitens para ver se faltou algum. Então eixo 1: reforma  
4909 no sistema de Segurança Pública e da política pública de segurança.

4910  
4911 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4912 **Policiais Civis)** - Só uma questão de esclarecimento sobre a votação anterior, nós  
4913 estava votando somente o primeiro ou tudo?

4914  
4915 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Foi a sugestão,  
4916 tudo. Todos os quatro.

4917

4918 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4919 **Policiais Civis)** – Então, eu fui prejudicado, porque eu pensei que nós estaríamos  
4920 votando apenas o primeiro, que nós estávamos alterando o primeiro.

4921  
4922 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Matéria vencida,  
4923 Gandra.

4924  
4925 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4926 **Policiais Civis)** - É questão de esclarecimento, quero que a mesa me esclareça, é  
4927 isso mesmo? Está bem. A democracia prevalece.

4928  
4929 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4930 - - (Leitura do Eixo 1). Bom, eixo 1: reforma no sistema de segurança pública e da  
4931 política pública de segurança com gestão democrática, valorização dos profissionais,  
4932 controle social e financiamento. Subitem: compartilhamento da gestão de informação  
4933 envolvendo a produção, o processamento e a utilização pelos Órgãos da Segurança  
4934 Pública nas três Esferas Federativas. Democratização e publicidade dos dados da  
4935 Segurança Pública para a sociedade. Financiamento da Segurança Pública a partir de  
4936 um paradigma que considere uma perspectiva preventiva e que priorize a efetiva  
4937 implementação dos princípios e diretrizes da 2<sup>a</sup> Conseg. Gestão participativa e  
4938 compartilhada do sistema de segurança pública. Fomento à criação de Conselhos  
4939 Estaduais e Municipais. Modelos das instituições, política integrada: instituição,  
4940 perícias de natureza criminal, efetivar o sistema único de segurança pública com  
4941 estabelecimento de marco legal, fomentar o Sistema Nacional de Conselhos de  
4942 Segurança Pública. Política Nacional de Segurança Pública: Corregedorias  
4943 autônomas e independentes, como elementos de combate à corrupção do sistema.  
4944 Atuação da Força Nacional de Segurança Pública; atuação das Forças Armadas na  
4945 garantia da Lei e da ordem. Controle externo e social das instituições de segurança  
4946 pública: formação dos operadores da segurança pública e sua relação com o cidadão;  
4947 qualidade de vida do operador e da operadora de Segurança Pública, considerando a  
4948 saúde mental, drogadição e deficiência adquirida no exercício do trabalho. Combate  
4949 às práticas discriminatórias institucionalizadas, tais como: racismo, homofobia,  
4950 machismo e outros. Políticas de controle de violência institucional. Controle social das  
4951 forças policiais. Incentivo à criação de Ouvidorias Policiais. Aqui poderíamos colocar  
4952 essa questão das carreiras, que não está. Certo? Qual era a proposta que havia sido  
4953 feita? Estruturação das carreiras... O que era? Valorização. Valorização das carreiras  
4954 policiais. Coloca ai como subitem, por favor, do item 1. Estruturação e valorização dos  
4955 profissionais dos sistemas de Segurança Pública e Prisional. Pedro pediu para falar.  
4956 Tem mais algum subitem que não está contemplado, para nós colocarmos aqui? Isso  
4957 é eixo 1. Pedro.

4958  
4959  
4960 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** - Então,  
4961 eu acho que nós precisamos produzir um esforço para que os nossos eixos não se  
4962 pareçam com o resultado da Conferência. Nesse sentido, eu acho que nós podíamos  
4963 evitar os verbos no infinitivo. Ali onde está 'efetivar', nós poderíamos trocar por  
4964 'efetivação'. Ou eu estou enganado? Acho que tinha que ser efetivação do sistema,  
4965 porque senão parece que já é o resultado da Conferência.

4966

4967 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
4968 - Vou corrigir isso depois. Tem algum subitem, Gandra, para o pessoal colocar aqui?

4969  
4970 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4971 **Policiais Civis)** - Eliana, não é sobre isso não o que eu queria falar. Eu queria ainda  
4972 fazer só uma, se me permite a mesa, fazer uma consignação, em um momento  
4973 oportuno da votação que nós tivemos há pouco. Está certo? Só que seja feita a  
4974 consignação dessa votação, até para que nós possamos nos justificar, porque isso foi  
4975 reivindicação de debates com a nossa entidade.

4976  
4977 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Gandra, terá o  
4978 espaço de registro, mas é matéria vencida. O espaço de registro pode ter certeza que  
4979 está garantido.

4980  
4981 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
4982 **Policiais Civis)** - Não é registro, é a consignação. OK? Mas depois, depois nós  
4983 vamos consignar.

4984  
4985 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4986 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Só um minuto aqui, o que o Gandra está falando está no  
4987 Regimento Interno, é o Artigo 41 que fala o seguinte: “É a identificação nominal dos  
4988 votos”, quem votou. É bom fazer agora. Quem votou? É isso o que se quer e está no  
4989 Regimento Interno.

4990  
4991 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós não  
4992 estamos mais aqui, nós podemos ver isso, Marco. Por que tem que ser abrigado  
4993 agora? Por que agora?

4994  
4995 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
4996 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Porque o seguinte, você sabe quem foi que votou,  
4997 nominalmente?

4998  
4999 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Mas teve gente  
5000 que já saiu, Marco.

5001  
5002 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5003 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Então, no retorno da sessão, vamos levantar quem votou  
5004 favorável, nominalmente.

5005  
5006 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5007 - - Mas tudo bem. Vamos fazer, está aqui todo mundo. Benedito.

5008  
5009 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Os 13 que  
5010 votaram a favor. Nóbrega. Levantem a mão os 13. Márcio também que estava.

5011  
5012 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Quer que  
5013 vá falando o nome das pessoas? Então, Ana Paula, Nóbrega, Célia...

5014

5015 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Marcos Dias,  
5016 por favor. Só confirmando a votação.

5017  
5018 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** –  
5019 Humberto, André Luís, Geraldo Wanderlei, Héder, Eliana, Almir, Márcio Marins,  
5020 Benedito Mariano, Sá Ribas, Pfeifer, Márcio Godoy e Marcos Dias. Votos contra?  
5021 Foram dois: Gandra e José Neves.

5022  
5023 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Abstenção?  
5024 Nenhuma. Obrigado.

5025  
5026 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Só quero  
5027 lembrar o seguinte, para que nós façamos quando tivermos interesse, já peçam na  
5028 sequência para nós não termos esse problema de ter gente que saiu, voltou.

5029  
5030 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5031 - - Dentro do eixo 1, tem mais alguma questão, Gandra, José Neves? Vocês querem  
5032 colocar mais alguma questão, porque é a hora de colocar para contemplar no texto-  
5033 base, para contemplar na organização dos grupos de temática de discussão.  
5034 Entendeu? O eixo 1 que vai discutir a valorização. Se não tem é porque vocês não  
5035 estavam prestando atenção.

5036  
5037 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos tocar por  
5038 conta do horário que nós precisamos aprovar os instrumentos do item 1. Vamos. Do  
5039 eixo 2.

5040  
5041 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5042 - - Do eixo 2: reforma do sistema prisional com garantia de acesso à Justiça e respeito  
5043 aos direitos humanos. Políticas públicas e mudanças no paradigma do  
5044 encarceramento. Sistema prisional, direitos humanos e acesso a Justiça. Valorização  
5045 da carreira, aí tem que botar, do operador do sistema prisional, completa isso então.

5046  
5047 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – É só colocar,  
5048 Neves, pode dar a sugestão de crescer.

5049  
5050 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)**  
5051 – Então, agora chegamos onde nós precisávamos. Eu gostaria que fosse consignada  
5052 a questão da estruturação das carreiras.

5053  
5054 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5055 - - Está aí: a estruturação e valorização da carreira dos profissionais do sistema  
5056 prisional. Tira ‘operadores’, e coloca dos profissionais do sistema prisional.

5057  
5058 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Está  
5059 contemplado? OK.

5060  
5061 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5062 - - O eixo 3. Tem mais alguma coisa?

5063



5064 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5065 **Policiais Civis)** - O nosso já passou? Já perdemos o momento? O nosso é a  
5066 discussão da carreira única da polícia.

5067  
5068 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5069 - - Está lá já. Não? Então, coloca aí. Diz como é que você quer. Embaixo do 1, Anita,  
5070 o último ai depois. Fala Gandra.

5071  
5072 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5073 **Policiais Civis)** - Carreira única é ingresso na base e tem carreira como tem na  
5074 Polícia Rodoviária Federal. Instituição da carreira única da Polícia Judiciária. Para  
5075 todas as polícias.

5076  
5077 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5078 - - Para os profissionais de segurança pública. Vamos para o eixo 3. Eixo 3: política de  
5079 segurança pública integrada; prevenção a violência; enfrentamento de todo o tipo de  
5080 discriminação, estabelecimento da cultura de paz. O município como cogestor da  
5081 política integrada de segurança pública. Vamos descer. Gestão compartilhada entre  
5082 União, estados e municípios. Isso aí é aí? Está certo, desculpa. Redução dos efeitos  
5083 sociais da violência armada. Violência armada, controle de armas de fogo e munições.  
5084 Estatuto do Desarmamento. Enfrentamento das questões relacionadas ao contexto  
5085 das drogas. Mortes violentas no Brasil; crimes violentos, letais, intencionais e mortes  
5086 no trânsito. Política de respeito à liberdade religiosa. Política de enfrentamento de  
5087 violência contra a mulher. Política de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Violência e  
5088 discriminação étnico-raciais, intergeracional, de gêneros, de identidade de gênero e  
5089 orientação sexual. População de rua, povos e comunidades tradicionais. Mídia, grupos  
5090 discriminados e segurança pública. Extermínio da juventude negra; combate ao racismo  
5091 institucional. Tem uma coisa repetida aí, fala aí Márcio?

5092  
5093 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5094 **Travestis e Transexuais)** – Não, só que já tem ali um item específico de  
5095 enfrentamento da ‘violência contra a mulher’ e embaixo ‘identidade de gênero e  
5096 orientação sexual’, já está tudo junto.

5097  
5098 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5099 - - Tudo bem. Tem mais alguma coisa?

5100  
5101 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Essa  
5102 diversificação de pontos e subitens, quer dizer, é muito item. Isso vai virar um texto. Já  
5103 está dizendo ai o que vai ser produzido lá. Quer dizer, é tanto item...

5104  
5105 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Que vai se  
5106 tornar o próprio texto. Não tem problema.

5107  
5108 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5109 - - A ideia é essa mesmo, mas tem que contemplar todo mundo.

5110  
5111 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Se for  
5112 escrever sobre cada item um pouco, esse texto vai virar um texto muito extenso.

5113  
5114 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5115 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5116 **Militares)** – O texto-base de cada tema tem que ir direta ou indiretamente fazer  
5117 referência a esses subitens. Eu acho que isso ajuda a contextualizar o texto-base de  
5118 cada item. Acho que prejudica.

5119  
5120 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5121 **Travestis e Transexuais)** – É uma forma de garantir também que não se perca, que  
5122 não fique invisível, no debate.

5123  
5124 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A dificuldade vai  
5125 fazer a síntese disso. Então é o grupo que vai ter essa dificuldade.

5126  
5127 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5128 - Podemos ir ao item 4? Política de repressão qualificada aos homicídios, ao tráfico de  
5129 drogas, ao crime organizado e grupos de extermínio. Experiências de polícias de  
5130 proximidade: milícias e grupos de extermínio; grupo especial de combate ao crime  
5131 organizado; lavagem de dinheiro; política de fronteira; política de enfrentamento das  
5132 drogas; combate ao tráfico de drogas. Acho que está repetido, não é? 'Combate', tira  
5133 esse daí. Política de enfrentamento, tira o termo 'combate'. Depois tem política de  
5134 crimes contra a administração pública, corrupção. Sistema judicial, criminal e crime  
5135 organizado. Política de enfrentamento da corrupção do Setor Público, está repetido.  
5136 Combate ao contrabando e à pirataria; combate ao crime organizado e política de  
5137 enfrentamento aos grupos de extermínio; está repetido isso aí, não está? Não? Tem  
5138 política de enfrentamento à corrupção no Setor Público e tem política de crimes contra  
5139 a administração pública e corrupção. Não é melhor tirar o primeiro, não? Então vamos  
5140 tirar esse daí: política de enfrentamento da corrupção no Setor Público, tirar esse daí.  
5141 Desce mais um pouco. Não tem extermínio lá em cima já não? Não? Mas eu acho que  
5142 já tem no subitem, sobe um pouco só.

5143  
5144 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5145 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Não existe política de crimes, existe política de  
5146 enfrentamento. Sistema Judicial Criminal, Legislação Penal e Legislação Processual  
5147 Penal e o crime organizado está lá abaixo já, poderia tirar dali.

5148  
5149 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5150 - - Anita, volta ao primeiro item para nós darmos uma olhada. Volta um por um, Anita.  
5151 Volta para o primeiro. Experiência de polícia de proximidade. Tudo bem?

5152  
5153 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5154 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5155 **Militares)** – A dois eu sugiro: política de enfrentamento às milícias e aos grupos de  
5156 extermínio, para não ficar solto.

5157  
5158 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5159 - - Depois, grupo especial de combate ao crime organizado. Deve ser criação de  
5160 grupo especial, é isso? Criação de grupo especial de combate ao crime organizado.

5161 Política de enfrentamento à lavagem de dinheiro, é isso? Polícia de fronteira? Política  
5162 no sentido de definir uma política. Política de controle das fronteiras.

5163  
5164 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP) –** Nóbrega,  
5165 nos ajuda. O que nós colocamos nesse das fronteiras? Política de fronteira, como nós  
5166 colocamos?

5167  
5168 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) -** Poderia só  
5169 colocar área de fronteira. Se é um subitem e não um item. Área de fronteira.

5170  
5171 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5172 - - O que você quer com isso? Você quer definir uma política de área de fronteira?

5173  
5174 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) -** Pode ser.  
5175 Isso.

5176  
5177 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5178 - - Definição de política de área de fronteira.

5179  
5180 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) -** Isso.  
5181 Definição de políticas de enfrentamento à criminalidade na área de fronteira, já que é  
5182 um subitem.

5183  
5184 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5185 - Vamos lá. Política de enfrentamento ao tráfico de drogas. Vamos seguir. Política de  
5186 enfrentamento a crimes contra a administração pública. Tira esse 'corrupção dois  
5187 pontos', não é pessoal? Pode deixar até 'corrupção', mas sem os dois pontos. Tira os  
5188 parênteses, por favor.

5189  
5190 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) -** Poderia só  
5191 fazer um adendo na proposta anterior e colocar área de fronteira e Amazônia legal? É  
5192 tão ou mais importante que a Lei de Fronteira. É mais importante que a Lei de  
5193 Fronteira, bem mais.

5194  
5195 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5196 - - Vamos lá? Sistema Judicial Criminal. Marcos, você tinha dado uma contribuição  
5197 nesse sentido. Como é? Legislação Penal

5198  
5199 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5200 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** E Processual Penal.

5201  
5202 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5203 - Mas é o que, definição, um verbo?

5204  
5205 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5206 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Esse é o tema que vai ser discutido,

5207

5208 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5209 - - Tema judicial criminal, legislação penal e processual penal. É isso? Tira o 'crime  
5210 organizado'.

5211  
5212 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5213 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Agora, no caso do crime organizado, era bom dizer assim:  
5214 crime organizado nacional e transnacional.

5215  
5216 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5217 - - Tira isso daí e vamos subir para complementar o 'crime organizado'. Lá em cima  
5218 tem crime organizado.

5219  
5220 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5221 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - E quando falar de crime organizado colocar 'nacional e  
5222 transnacional'.

5223  
5224 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5225 - - Nacional e transnacional. Vamos descer. Combate ao contrabando e à pirataria.  
5226 Combate ao crime organizado e política de enfrentamento aos grupos de extermínio,  
5227 já está lá em cima. Tem sim, tem razão. Política de enfrentamento das milícias; é só  
5228 tirar o último, Anita. Bom, pessoal, se tiver ainda...

5229  
5230 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5231 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - No caso da lavagem de dinheiro e outros crimes do  
5232 "colarinho branco", porque aí abarca tudo.

5233  
5234 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5235 - - Então, outros crimes de colarinho branco. Do lado, onde você estava, Anita.  
5236 Política de enfrentamento à lavagem de dinheiro...

5237  
5238 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal)** - Só uma  
5239 colocação: crime organizado não se resume a grupos de extermínio e milícias. Tem  
5240 uma atuação bem mais ampla. Inclusive até dentro do próprio Estado.

5241  
5242 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5243 - - Mas tem um...

5244  
5245 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal)** - Mas é  
5246 criação de um grupo especial de combate. Nós vamos fazer um grupo aqui para  
5247 combater crime organizado?

5248  
5249 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5250 - - Aqui não.

5251  
5252 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5253 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5254 **Militares)** – Tirar a 'criação de grupo' para 'política de enfrentamento'. Política de  
5255 enfrentamento ao crime organizado nacional e transnacional.

5256

5257 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5258 - - O que faltou, pessoal?  
5259  
5260 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5261 **Travestis e Transexuais) –** O complemento do Marcos ali na lavagem de dinheiro. “E  
5262 aos demais crimes do colarinho branco”.  
5263  
5264 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5265 - - Anita, lavagem de dinheiro. Essa expressão tem que ser entre aspas, inclusive  
5266 ‘lavagem’, porque ‘lavagem’ é de roupa.  
5267  
5268 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5269 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Eu estava vendo aqui o seguinte: acho que não se falou em  
5270 homicídios, não é? Está em cima, tem que falar.  
5271  
5272 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5273 - - Como? Sugere, pode sugerir.  
5274  
5275 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5276 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Política de enfrentamento aos crimes violentos, letais e  
5277 intencionais, você vê ali.  
5278  
5279 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5280 - - Está no eixo 1, mas nós podemos repetir aqui, isso não tem problema repetir.  
5281  
5282 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5283 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** É porque o título tem assim: repressão aos crimes  
5284 homicídios. Tem que falar de homicídios embaixo do título.  
5285  
5286 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5287 - - Com certeza. Vamos colocar lá em abaixo agora. Fala, Marcos, a sua sugestão.  
5288  
5289 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5290 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** Aos crimes de homicídio. Vamos colocar política de  
5291 enfrentamento aos crimes de homicídio e demais crimes, porque então abarcam os  
5292 outros. Entendeu? Porque fala também de homicídio.  
5293  
5294 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5295 **da Presidência da República) -** Mas se você for colocar homicídios, você também  
5296 tem que colocar os crimes de ódio que estão naquele item lá em cima e não estão  
5297 aqui. Eu acho que o homicídio ficou genérico, e como foi bem retratado aqui, tem uma  
5298 questão séria da população negra, tem a questão da homofobia, tem a questão da  
5299 violência contra a mulher, que são homicídios e tratam...  
5300  
5301 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5302 **MINISTÉRIO PÚBLICO) -** É porque o tema só tem homicídios. Era para ter sido  
5303 votado antes, como fechou só com homicídios...  
5304

5305 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5306 **da Presidência da República)** - Não, mas você pode acrescentar ali e qualificar o  
5307 homicídio também. Pode colocar no subitem.

5308  
5309 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5310 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Nós não votamos que não iríamos alterar os eixos  
5311 temáticos? Esse eixo temático fala só de homicídios. Entendeu? Vá lá para cima e  
5312 veja o título que está.

5313  
5314 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5315 - - Qualificar aos homicídios, ao tráfico de drogas, ao crime organizado e aos grupos  
5316 de extermínio. O que ela está falando, que eu estou entendendo, Ana, é qualificar o  
5317 homicídio.

5318  
5319 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5320 **da Presidência da República)** - Também, colocar como subitem, deixando alerta  
5321 para esse tipo de homicídios praticados contra essas populações.

5322  
5323 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5324 - - Então vamos lá. Como é que fica, Ana? Sugere um texto para... Política de  
5325 enfrentamento a homicídios e demais crimes violentos letais e intencionais e mortos  
5326 no trânsito. Contempla, não?

5327  
5328 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5329 **da Presidência da República)** - Acho que seria ideal qualificar, vocês tem alguma  
5330 sugestão? Pegar aquela redação lá de cima e trazer para nós tentarmos mudar. Eu ia  
5331 colocar outra coisa, se vocês me permitem também. Política de enfrentamento a  
5332 crimes contra administração pública e corrupção, mas nós não estamos falando do  
5333 fortalecimento dos mecanismos de controle interno, que são as Corregedorias e  
5334 ressaltar aqui a necessidade... Está no 1, não é? Então, aqui vai ficar no genérico  
5335 mesmo.

5336  
5337 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5338 - - É porque tem a ver com sistema. Entendeu? Dentro do sistema de Segurança  
5339 Pública. Pessoal, tudo bem? Podemos seguir viagem? Podemos? Salva isso tudo,  
5340 Anita, pelo amor de Deus. Tira o eixo 5 daí, Anita. Pessoal, a tabela de como vai ficar  
5341 a participação por Estado, o Heder vai explicar isso.

5342  
5343 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5344 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Bom, o detalhe é o seguinte, só para retomar, nós,  
5345 dentro daquela concepção de 1.500 participantes na Etapa Nacional, e dada a  
5346 primeira apresentação que nós fazíamos uma proporcionalidade entre o número de  
5347 eleitores e a discrepância era muito grande, entre o menor estado e o maior estado de  
5348 São Paulo, com a composição que estava prevista. Diante desse quadro, salvo  
5349 engano, na reunião de fevereiro estabeleceu-se isso, até por orientação e sugestão à  
5350 época do então vice-presidente, coronel Augusto, de que houvesse um  
5351 distanciamento mínimo e máximo entre um, o que menor contemplasse e o que maior  
5352 contemplasse os segmentos da sociedade civil, trabalhadores e gestores. E dado a  
5353 nossa formação, dado ao número de trabalhadores, que é a partir dele que você tem a

5354 proporcionalidade de 30/30 e 40, nós tivemos um pequeno problema e em relação aos  
5355 trabalhadores; em relação à sociedade civil não tem problema nenhum, porque o  
5356 estado que menos trará representantes, por exemplo, vamos olhar aqui, primeiro,  
5357 Roraima, só um exemplo, porque ele está ali já, a matemática já está dividida. Nós  
5358 teremos 14 representantes da sociedade civil, 12 trabalhadores e 12 gestores. Os  
5359 trabalhadores é que são os balizadores, porque contemplam toda a categoria de  
5360 trabalhador; diferentemente de Conselho que aqui não contempla a todos, divide  
5361 cadeira. Na divisão dos trabalhadores, contemplam todos os trabalhadores. O que  
5362 ocorre? Se o número é mínimo de 12, para que haja uma paridade, você só poderia  
5363 ter múltiplos de 12 - 12, 24, 36 - para respeitar a proporção. O que corre, por exemplo,  
5364 com o estado de Goiás? Nós temos ali 14 trabalhadores, 14 gestores. O que nós  
5365 vamos fazer com essas duas vagas, porque se são somente 12 trabalhadores. No  
5366 final o que ocorre? Sobram 50 vagas, por que quem vai trazer um número maior de  
5367 trabalhadores, se são somente 12? Tem 14 vagas, mas os trabalhadores que estão  
5368 contemplados para vir à Nacional são 12. Então, você já tem a divisão. Tem lá no  
5369 mínimo um praça, um oficial, um agente, naquela definição. Mas as vagas geradas em  
5370 razão da matemática, geraram 14. Isso aconteceu com a sociedade civil, não tem  
5371 problema nenhum, porque eles são eleitos independentes ao segmento a que  
5372 pertencam, mas os trabalhadores, não. Nós vamos ter ali 14 trabalhadores. Quem  
5373 serão os dois trabalhadores mais? Isso é um problema para a Plenária decidir. A  
5374 sugestão que nós passamos à época, e então se for consensuado entre a Plenária, é  
5375 que essas 50 vagas que sobram, fossem destinadas às entidades que aqui estão, ou  
5376 como observadores, ou como partícipes, porque vão sobrar 50 vagas, e nós não  
5377 sabemos o que fazer delas. Inclusive, nas 50 vagas dividiu 50/8 ainda vai dar uma  
5378 dízima ainda. O que nós não podemos é perder essas pessoas, porque senão a  
5379 proporcionalidade não fica respeitada. Então, nós temos um número de trabalhadores  
5380 que estão, entre aspas, quem serão? Por exemplo, eu tenho 12, vai vir mais um  
5381 praça? Vai vir mais um agente da Polícia Civil? Vai vir um delegado? Vai vir um  
5382 oficial? A ideia é que essas vagas que estejam sobrando que elas sejam  
5383 disponibilizadas para as entidades que aqui estão representadas no Conselho, porque  
5384 a representação por si só já denota que todos os trabalhadores estão aqui  
5385 representados. Então, essa é que é a proposta, porque está sobrando número de  
5386 vagas, salvo engano 50 vagas dos trabalhadores e também do gestor. O gestor fica  
5387 fácil definir quem vem. Agora, nos trabalhadores fica isso. Então essa é a que está  
5388 colocada. Porque a sociedade civil você não tem problema, ela tem o número cheio,  
5389 não tem problema nenhum. O que vamos fazer com essas vagas que estão  
5390 sobrando? Para que nós fizéssemos uma proporção de chegar as 1.500 vagas. E  
5391 então eu vou falar: não foi um exercício fácil chegar a esse número que está aí não.  
5392 Vou dizer com toda a sinceridade: quem quiser apresentar qualquer outra proposta,  
5393 esteja à vontade, mas eu não tenho cabeça para isso mais não.

5394  
5395 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**  
5396 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Bom, a primeira questão é a seguinte, eu vou ratificar o que  
5397 eu já disse, nós está trabalhando com o que o Governo disse, só patrocina 1.500;  
5398 não acho que 1.500 sejam suficientes. Vamos ver qual foi a média das outras  
5399 conferências do Conama, da Saúde, de Assistência Social. Então, uma coisa é ver a  
5400 média, dizer, tudo bem que vamos chegar a 3 mil, 4 mil, 5 mil, mas esse número  
5401 1.500, acho que nós não temos que aceitar trabalhar com 1.500. Outra coisa, e essa é  
5402 uma decisão mais complicada, mas que era importante ser travada aqui. Os

5403 conselhos de Controle Social são caracterizados por uma participação de 50% da  
5404 sociedade civil. O Conasp é um pouco diferente: sociedade civil porque o controle  
5405 social é justamente o Fórum de Participação da Sociedade Civil na Política Pública.  
5406 Então, aqui nós temos gestores e temos trabalhadores que são também agentes  
5407 públicos. Então, a minha lógica era a seguinte, você define a quantidade de gestores,  
5408 define a quantidade de trabalhadores, e 50%, e a soma desses dois é reservada para  
5409 a sociedade civil. Eu acho que isso era importante ser estabelecido para a próxima  
5410 Conseg. Essa é uma discussão de fundo e estabelecer. Em relação aos  
5411 trabalhadores, o que eu acho que nós temos que avançar, inclusive na reformulação  
5412 desse Conselho é saber o seguinte, quais são os profissionais que são reconhecidos  
5413 pelo Conasp como profissionais da área de segurança pública? São esses? Então  
5414 todos esses têm que ter representação no Conasp. E, levando isso para a Conseg,  
5415 todas essas categorias teriam direitos de mandar pelo menos um ou dois por estado.  
5416 São discussões de fundo e complicadas.

5417  
5418 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5419 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Marcos, só para responder talvez, esse dado,  
5420 esses números que nós chegamos a 1.500, ele já foi objeto de uma reunião; não sei  
5421 se a de fevereiro; que nós apresentamos os trabalhos das outras conferências e essa  
5422 é a conferência de eleitos, e ainda assim terão aqueles possíveis convidados. Então,  
5423 nós trouxemos esses dados; eu não os tenho aqui agora; salvo engano a maior  
5424 conferência que tinha; não tenho certeza, corro um grande risco; parece que era a da  
5425 Saúde, com 2 mil pessoas entre os eleitos. E nós apresentamos dados. Então, eu  
5426 quero entender e compreender que quando nós fizemos esse exercício de chegar a  
5427 esse número, foi em razão daquela discussão que houve, porque senão, me perdoem  
5428 a franqueza, eu perdi tempo em razão daquilo que foi deliberado naquela reunião.  
5429 Então nós apresentamos; isso eu me recordo muito bem; trouxemos aqui quais as  
5430 conferências do Conama, da Saúde e etc., e então se convencionou, se pactuou  
5431 nesse número. Então se tiver que mudar também, é essa Plenária que vai mudar o  
5432 método, a forma, a quantidade, isso é que vai mudar. Nós só trabalhamos com esse  
5433 número; tem que deixar claro que a Câmara Técnica só trabalhou com este número  
5434 porque foi um número convencionado na penúltima reunião, que foi onde discutimos  
5435 isso. Então, fica aqui para encaminhamento à mesa, o que for, se vai ser esse o  
5436 número que vai ser pactuado, porque senão nós...

5437  
5438 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Já vamos  
5439 vencendo isso com a sugestão que possa surgir para nós já decidirmos.

5440  
5441 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5442 **Policiais Civis)** - Não, a minha observação era só sobre exatamente esse número de  
5443 vagas para os trabalhadores, levando em consideração que isso pode causar um  
5444 transtorno enorme nos Estados.

5445  
5446 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5447 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Você me dá um aparte? Anita, faz o favor, aquele  
5448 quadro que individualiza os profissionais que estão contemplados, porque a hora que  
5449 eu mostro o quadro acho que fica mais fácil agora, aquele que tem os agentes,  
5450 policiais civis, militares, praças, sabe aquele... Porque inclusive, Gandra, na  
5451 conferência passada a ouvidoria entrou contra o trabalhador, nessa reunião que



5452 chegamos a esse número nós o excluímos da condição de trabalhador, vocês se  
5453 recordam disso? Então, ou seja, para que nós trabalhássemos os números partiu da  
5454 premissa daqueles trabalhadores que estão lá contemplados na Conferência passada.  
5455 Inclusive na conferência passada nós tivemos lá os ouvidores que ocuparam uma  
5456 vaga, entre aspas, de trabalhador e nessa não, nessa, eles saíram da condição de  
5457 trabalhador e estão na condição de gestores.

5458  
5459 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5460 **Policiais Civis)** - Mas as vagas que eram dos trabalhadores continuam sendo vagas.

5461  
5462 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5463 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Estão garantidos, os dois estão garantidos, não  
5464 tem ninguém de fora. Daí lá...

5465  
5466 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5467 **Policiais Civis)** - As vagas dos... Olha só o que ocorreu, acho que foi alguma coisa...  
5468 algum equívoco. Eles saíram e as vagas ficaram porque lá nos gestores já tinha vaga,  
5469 não foi isso que aconteceu? Lembra o que aconteceu? Que eles estavam inseridos no  
5470 segmento de trabalhadores e que, portanto, era uma cadeira lá e eles participaram  
5471 como segmento de trabalhadores, na 1ª Conseg . Só que foi feita a correção, mas não  
5472 ocupou as vagas dos trabalhadores.

5473  
5474 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5475 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Não, mas não tem trabalhador porque se tiver  
5476 algum trabalhador que não esteja contemplado, essa matemática muda. É isso que  
5477 temos que achar a tabela que se... Todos os trabalhadores, lá naquela tabela da  
5478 conferência passada você vai encontrar lá: praça PM, praça BM, oficial PM, oficial BM,  
5479 daí você vai encontrar agente, etc., delegado, e vai... Esse número de trabalhadores é  
5480 12. Então, não houve prejuízo, a vaga que tinha de 13 é porque os ouvidores  
5481 incluíam-se como trabalhadores, então como eles foram remanejados para gestores,  
5482 quem vai encaminhar é o gestor, se vai encaminhar um ouvidor ou outro, daí é outra  
5483 história, mas os trabalhadores... Não é que abriu mão de uma vaga, entendeu? Não  
5484 abriu mão de uma vaga. Então, nós não perdemos, o grande problema está  
5485 exatamente nisso, se temos 12 trabalhadores, e pela matemática pura que nós  
5486 fizemos ali, esse número... Tem estado que pela representação, pela  
5487 proporcionalidade terá direito a 14 vagas, o estado tem direito a 14 vagas para  
5488 trabalhadores. A pergunta é: o que nós vamos fazer com essas duas vagas? Porque  
5489 se todos os trabalhadores já estão atendidos? Ou terei que... Onde é múltiplo de 12  
5490 não tem problema, vem 2 por estado, onde é múltiplo de 12, 24, 36, não tem problema  
5491 porque vão vir 3 de cada segmento, 3 praças, 3... Agora, quando você não tem que  
5492 contempla o múltiplo de 12 é que vão sobrar essas 50 vagas, e pergunta é: o que  
5493 vamos fazer com essas 50 vagas? A sugestão que eu tenho... A minha sugestão,  
5494 Almir, é que essas vagas que pertençam aos trabalhadores sejam disponibilizadas  
5495 para os representantes do Conasp, os representantes dos trabalhadores, e nós, entre  
5496 nós aqui, os trabalhadores, vamos dividir: "Olha, eu preciso de mais duas para a  
5497 Anaspra, eu quero uma vaga para a Cobrapol", você está entendendo, Gandra?  
5498 Porque essas 50 vagas nós não tiraríamos.

5499

5500 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu acho que  
5501 ficaria... Não poderia ampliar para todo o CONASP?

5502  
5503 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5504 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Não, porque aí você quebra a proporcionalidade  
5505 Almir, porque é trabalhador que está ficando de fora.

5506  
5507 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu sei, porque a  
5508 função não é decidir, vai ser observador...

5509  
5510 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5511 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Não Almir, você gera o desequilíbrio, não dá para  
5512 jogar para nenhum outro, porque gera o desequilíbrio, não tem jeito.

5513  
5514 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Está bem,  
5515 tranquilo. Vamos sugerir.

5516  
5517 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5518 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - A sugestão que eu vejo é distribuir essas 50  
5519 vagas para o Conasp. O que eu vou discutir? Eu vou discutir com o Coronel Sá Ribas,  
5520 olha... Ele vai indicar pela AMEBRASIL, outro indica pela Feneme, eu indico pela  
5521 Anaspra, enquanto trabalhadores.

5522  
5523 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A proposta  
5524 será...

5525  
5526 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5527 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Então os guardas estão também.

5528  
5529 **O SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
5530 **Brasil)** - O que está em questão é pura e simplesmente o seguinte: a preocupação  
5531 que o Heder coloca é que essas vagas que sobraram, sobraram por uma questão  
5532 matemática, tão somente. Se os números fossem múltiplos de 12 não haveria essa  
5533 preocupação. Segundo ponto: essas vagas que sobraram são do segmento dos  
5534 trabalhadores, não se pode confundir isso, não dá para abrir genericamente porque na  
5535 prática, ele observou ali, vai se quebrar a questão de proporcionalidade. As vagas, as  
5536 50 que estão sobrando, são somente do segmento dos trabalhadores. Daí a sugestão  
5537 que tem a sua coerência, na impossibilidade de se definir isso por essa questão  
5538 matemática, que as entidades que estão aqui representadas do segmento dos  
5539 trabalhadores e que são, em tese, as titulares dessas vagas, que elas façam daí, por  
5540 consenso, a indicação para que não haja desequilíbrio nessa proporcionalidade. A  
5541 sugestão feita pelo Heder e pela equipe que trabalhou me parece muito coerente e  
5542 que torna as coisas mais fáceis de serem resolvidas, além de representar uma  
5543 valorização para as entidades que estão aqui representadas, e que podem conversar  
5544 tranquilamente para buscar uma solução. Acho válida.

5545  
5546 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5547 **Militares Estaduais - ANASPRA)** - Deixa-me completar só um aparte? O que precisa  
5548 ficar claro é que nós trabalhadores temos 9 vagas aqui, mas só temos 8, então tem

5549 que garantir a guarda que possa ser indicado pelo Joel Malta ou pelo Benedito  
5550 Mariano, porque nós, enquanto trabalhadores, somos 9, mas só temos 8 cadeiras  
5551 ocupadas porque a guarda não concorreu. Então, dentro desse critério de justiça  
5552 essas duas vagas são da guarda e aí alguém indica, mas na condição de trabalhador.  
5553 Obrigado.

5554  
5555 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Estamos  
5556 prontos para o consenso com relação a essa questão? Há consenso? Está  
5557 estabelecido? Marcos, é porque eu não ouvi...

5558  
5559 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5560 - - Marcos levantou?

5561  
5562 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5563 **CNMP)** - Eu não entendi a questão do consenso, qual é o consenso em relação ao  
5564 quê? Porque, assim...

5565  
5566 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5567 - - À distribuição das 50 vagas que o Éder falou que sobrou do segmento profissional

5568  
5569 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5570 **CNMP)** - Pois é, mas o que eu tenho falado é o seguinte: não há necessidade de se  
5571 atrelar a 1500, você podia ter 1570, 1575, 1600, não tem essa necessidade. Então.  
5572 fica se fazendo uma ginástica, de repente pode ser... Além do mais tem essa  
5573 discussão que eu queria saber se vai ser pautada ou não, se vai ser discutida ou não  
5574 pela Plenária, se vai ser mantida essa proporcionalidade ou se você vai reservar 50%  
5575 da Conferência para a sociedade civil. Então, precisa se discutir isso. Define-se o  
5576 número ideal de trabalhadores e gestores, definido esse número, se foi 750, se for  
5577 esse o número, 750 vagas para a sociedade civil. Se for 800, 800 para a sociedade  
5578 civil, se for 900, 900 para a sociedade civil. Essa é uma discussão, agora, está perto  
5579 do almoço, não sei se é o caso de fazer agora.

5580  
5581 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5582 - - Você está fazendo uma proposta...

5583  
5584 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Tem que fazer  
5585 uma proposta, Marcos, porque nós não temos tempo, temos que aprovar...

5586  
5587 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5588 **CNMP)** - Isso é uma proposta, está claro desde o início. Daí, Almir, eu vou falar o  
5589 seguinte, vou fazer uma crítica, a forma como está sendo conduzidas as votações não  
5590 estou achando boa não, sabe por quê? Vamos pegar o Congresso Nacional, chega  
5591 um projeto, milhares de emendas, chega lá o presidente do Senado ou da Câmara e  
5592 diz: “Quem concorda com isso daqui?”, e, “de rodo”, abarca as emendas quando, na  
5593 realidade, você tem que ir pelas emendas, você tem que ir rejeitando as emendas  
5594 para chegar ao outro projeto, porque a tendência das pessoas... A forma como você  
5595 conduz isso, tem que ser feito.

5596

5597 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós vamos ser  
5598 um pouco mais lentos. Tranquilo, pode ficar tranquilo, nós corrigimos isso. Vamos  
5599 fazer o seguinte...

5600  
5601 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5602 - - Vamos votar a proposta do Márcio, a Ana pediu para falar.

5603  
5604 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5605 **da Presidência da República)** - Eu gostaria de entender um pouco mais essa  
5606 questão das 50 vagas porque... Eles vão ser observadores?

5607  
5608 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5609 - - Não, é dentro do segmento que vota.

5610  
5611 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5612 **da Presidência da República)** - Dentro do segmento que vota então? E  
5613 discricionariamente as entidades que estão aqui vão escolher os representantes?

5614  
5615 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – É, porque são  
5616 deles.

5617  
5618 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5619 **da Presidência da República)** - Não, a questão não é deles, é questão de todo  
5620 mundo.

5621  
5622 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Não, é porque  
5623 na tabela foi sobrando no segmento dos trabalhadores.

5624  
5625 **A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Secretaria de Direitos Humanos**  
5626 **da Presidência da República)** - Eu entendi, mas merece críticas essa proposta de  
5627 discricionariamente o grupo que está aqui decidir pelos trabalhadores que vão atender  
5628 porque as conferências têm que ser realmente nos estados. Eu realmente não tenho  
5629 uma solução para isso, mas o Conasp decidir isso é muito discricionário, é minha  
5630 opinião.

5631  
5632 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Anita, vamos  
5633 colocar as propostas para podermos dar uma sequência. A proposta do Marcos, a  
5634 proposta da nossa Conselheira.

5635  
5636 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5637 **CNMP)** - Veja bem, eu falei aqui para a sociedade civil, a sociedade civil ouviu, se a  
5638 sociedade civil não quer defender a ampliação dos espaços da sociedade civil na  
5639 conferência, eu não vou ficar aqui defendendo não.

5640  
5641 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5642 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Eu defendo.

5643  
5644 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5645 **CNMP)** - Então, assim, é preciso fazermos esse debate, está perto do almoço, esse é

5646 um debate relevante que podemos pular esse ponto para depois, entendeu? Porque  
5647 esse é um debate relevante.

5648  
5649 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos debater  
5650 agora? Não precisa, já foi colocado... Já tem...

5651  
5652 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5653 **CNMP)** - Esse é um debate que, inclusive, tem que conversar porque esse é um  
5654 debate que reposiciona a sociedade civil como... Veja bem, não se pode posicionar a  
5655 sociedade civil ainda nesse Conasp porque é fruto de um decreto, e esse decreto  
5656 amarra, mas na conferência nós podemos sim reposicionar a sociedade civil.

5657  
5658 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Sim, apresenta  
5659 as propostas.

5660  
5661 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5662 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Nós não estamos falando de  
5663 composição de Conselho, estamos falando de... Na Conferência.

5664  
5665 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5666 **CNMP)** – Almir, entenda o seguinte: se é da sociedade civil, talvez você não entenda  
5667 que isso seja relevante, porque se entender que é relevante isso tem que ser feito não  
5668 agora, porque está todo mundo perto do almoço, isso é uma coisa que tem que ser  
5669 conversado inclusive entre vocês, conversado com os trabalhadores, com os gestores  
5670 porque esse é um reposicionamento estratégico dos mais relevantes e um indicativo  
5671 do que esse Conasp vai ser no futuro.

5672  
5673 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Bom, como não  
5674 tem ninguém para discutir, é isso que o Marcos está dizendo... Tem? Então vamos  
5675 para a discussão. Com a palavra Márcio Marins, Célia.

5676  
5677 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
5678 **Travestis e Transexuais)** – Eu concordo com o conselheiro Marcos Costa pelo  
5679 seguinte: as conferências... Nós não estamos falando da composição do Conselho,  
5680 que tem o decreto, como ele já falou, mas as conferências, assim como o conselho,  
5681 são espaços para construção de políticas e, além de tudo, também para fazermos  
5682 controle social, não é só em Conselho que fazemos controle social, nas conferências  
5683 nós acabamos por fazer também. E, muito simplesmente, não entendo que os  
5684 trabalhadores tenham que ser vistos como da sociedade civil, trabalhadores são  
5685 trabalhadores, eles estão ligados aos gestores de certa forma, sabemos que aqui,  
5686 nesse espaço aqui até dialogamos de uma forma diferente, mas nos espaços de  
5687 conferência... passei por isso na municipal, na estadual, nacional e nas livres, existe  
5688 uma pressão de gestores com trabalhadores e a correlação de forças fica desigual.  
5689 Fica simplesmente 60% de um lado e 40% do outro, não fica 50%-50%. Então eu  
5690 defendo que a proporcionalidade tem que ser 50% para a sociedade civil na  
5691 Conferência.

5692

5693 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Uma proposta.  
5694 Célia com a palavra... Não? Concorda com... Gandra, depois Geraldo... Gandra  
5695 primeiro, depois Geraldo e depois Neves.

5696  
5697 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5698 **Policiais Civis)** - Acho que a participação da sociedade civil é fundamental, acho até  
5699 que deve ser aumentado sim, o número de participação da sociedade civil, até porque  
5700 os trabalhadores também fazem parte dela. Nossos familiares são sociedade civil, nós  
5701 sofremos o que a sociedade civil sofre no dia a dia e no município, no bairro. Então, a  
5702 proposta do Marcos é pertinente, sim, e devemos discutir, creio eu, até em aumentar a  
5703 participação da sociedade civil. E essa questão de trabalhador e sociedade civil, isso  
5704 daí, pessoal, acho que existiu, até porque uma forma, pela primeira vez, que nos foi  
5705 garantido, e esse mérito nós não podemos tirar do governo Lula, nós não podemos  
5706 tirar que abriu para nós, segmento dos trabalhadores, participar desse processo que  
5707 nunca nos foi garantido até então, certo, conselheiro Neves? E a proposta é que  
5708 aumentemos o número de participantes, de votantes da sociedade civil. É essa a  
5709 proposta.

5710  
5711 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Obrigado  
5712 Gandra. Geraldo.

5713  
5714 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Olha,  
5715 realmente eu me sinto muito feliz com essa colocação porque, realmente, a  
5716 participação da sociedade civil, nesse momento, é muito importante. Nós estamos  
5717 dizendo em todos os lugares que o aparelho de segurança, de justiça, não dá conta  
5718 da questão da violência, da criminalidade sem a sociedade estar junto. Então,  
5719 aumentar a participação da sociedade civil na conferência, além de ser, na verdade,  
5720 um ato, assim, de muito bom senso do conselho, vai também qualificar mais cidadãos,  
5721 mais pessoas para estar junto nessa tarefa de construir um novo modelo de  
5722 segurança pública e uma nova política de segurança pública com mais participação.  
5723 Eu fico muito feliz com isso, eu aprovo totalmente essa ideia.

5724  
5725 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Ok. Conselheiro  
5726 Heder que fazer um esclarecimento antes do nosso Conselheiro.

5727  
5728 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
5729 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Gandra, por favor, primeiramente eu também não  
5730 sou contrário ao aumento, só quero dizer da minha indignação pessoal pelo  
5731 desrespeito com meu comprometimento, com meu envolvimento, porque essa é a  
5732 quarta vez que apresentamos essa tabela e eu vou dizer com toda a tranquilidade, eu  
5733 não produzo mais. Concordo, aprovo, mas que apresente um voluntário para fazer  
5734 porque essa é a quarta discussão que eu apresento tabelas, faço, e agora que chega  
5735 isso depois eu cheguei a esses números, vocês não têm noção como foi para traduzir  
5736 isso. Sinto-me desrespeitado entendendo toda a legitimidade que se tivesse sido isso  
5737 na primeira, na segunda ou na terceira, não estaríamos aqui agora. Eu defendo  
5738 também o aumento, seja o que for, isso é tranquilo para mim, o que eu estou indo  
5739 agora é de mérito porque nós tivemos essa oportunidade, me deixaram trabalhar,  
5740 quebrar a cabeça voluntariamente e chegar agora e mudar. Não tem problema  
5741 nenhum, só gostaria que aparecesse aqui agora um voluntário para produzir a tabela,

5742 sem problema nenhum. Só isso, concordo também, acho que tem que gerar um  
5743 equilíbrio, aumentar o número, mas nós viemos discutindo isso há quanto tempo? Eu  
5744 sento, faço e o que apresento... É um direito de recusar, mas se tivesse feito isso no  
5745 passado, há 3 reuniões passadas, eu não teria chegado a essa questão que estamos.  
5746 Tranquilo, concordo, não me oponho, muito pelo contrário, só estou me abstendo de  
5747 trabalhar a tabela. Muito obrigado.

5748  
5749 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Nós vamos  
5750 ceder palavra... Geraldo, você pode baixar já? Está bem. Conselheiro Neves, e depois  
5751 do Conselheiro Neves nós vamos para o encaminhamento.

5752  
5753 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** -  
5754 Comungo da indignação do Conselheiro Heder porque, realmente, fazer um trabalho  
5755 dessa natureza... Enfim. Agora, eu também apoio qualquer aumento de vagas para  
5756 que a sociedade civil possa vir participar mais, mas há uma meia verdade nisso, em  
5757 achar que os trabalhadores se agregam aos gestores contra a sociedade civil. Vocês  
5758 bem sabem que as principais discussões nós tivemos apoio na sociedade civil. Se  
5759 essas vagas que serão aumentadas saírem do quantitativo reservado para os  
5760 trabalhadores, eu me posiciono radicalmente contra, porque nós estamos falando aqui  
5761 de vagas que ficaram, por uma questão de proporção, destinadas aos trabalhadores.

5762  
5763 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – O Conselheiro  
5764 Marcos Costa quer explicar ao Neves.

5765  
5766 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5767 **CNMP)** - Neves, só para explicar esse ponto, essa proposta. A minha proposta é a  
5768 seguinte: os trabalhadores e os gestores definem-se o número ideal de trabalhadores  
5769 e gestores que devem estar na Conseg, definido esse número, 50% vai para a  
5770 sociedade civil. Então, se chegarmos à conclusão de que tem que ter 400... Que o  
5771 número ideal é 400 trabalhadores representados aqui, e 400 gestores, 400 mais 400 é  
5772 800, sociedade civil 800. Então, a proposta não é para diminuir, a equação se  
5773 estabelece assim: qual é o número ideal de representantes de trabalhadores que  
5774 devem estar representados na Conseg?

5775  
5776 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** -  
5777 Perfeito. Então, assim, nesse sentido de ampliar as vagas concordamos com essa  
5778 discussão do Marcos, mas se mantido o número que foi encaminhado agora, acredito  
5779 que deve ficar nos 30-30-40.

5780  
5781 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5782 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5783 **Militares)** – Eu não estou entendendo direito esse debate aqui porque a proporção do  
5784 Conasp, 40-30-30 já dá a maioria para a sociedade civil. Eu participei das  
5785 conferências municipais, fiz uma regional, grande parte da Sociedade Civil que foi  
5786 votar eram membros de Conseg, e tem mais vinculação ou com gestor ou com  
5787 trabalhador, gente da sociedade civil. Essa regra aqui de garantir 50% e vai diminuir,  
5788 nós temos reproduzir... Fazer toda a tabela porque se tem 50% da sociedade civil, ou  
5789 é 20% de gestores e 30% de trabalhadores, ou 25-25, refaz toda a regra colocada.  
5790 Então, eu não entendi qual é a diferença, qual é o argumento para ter 50% da

5791 sociedade civil e na questão prática após a conferência vai ser mantido 40-30-30.  
5792 Então vamos fazer uma sugestão de rever o decreto e a composição no conselho  
5793 depois. Não vai impedir de alguns temas que foram colocados mais classistas ou mais  
5794 vinculados às categorias serem levados na conferência. A minha sugestão é manter  
5795 os 40-30-30 até porque muitas vezes tem setores dos trabalhadores e de gestores  
5796 que, de forma direta ou indireta, nesse debate de conferência municipal e estadual  
5797 acaba também estando pela sociedade civil. Eu acho que nós estamos criando uma  
5798 sensação de representação que nesse setor de segurança pública não existe. Os  
5799 representantes que saíram do grande ABC, por exemplo, da sociedade civil, todos  
5800 eles eram de Conseg, e os conselhos de segurança pública, na sua maioria, é linha  
5801 de transmissão de comando da Polícia Civil, da Polícia Militar. Quando fala em  
5802 sociedade civil não temos que só pensar nas nossas organizações não-  
5803 governamentais, Conselho de Segurança Pública é sociedade civil, e às vezes são  
5804 eles que estão mais atentos de participar do processo de construção da conferência.  
5805 Então, a minha sugestão é manter a proporcionalidade.

5806  
5807 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5808 **CNMP)** - Mariano, conceitualmente os conselhos de controle social é a participação  
5809 da sociedade civil na agenda do estado, basicamente é isso. E a questão não é de  
5810 alinhamento automático entre trabalhadores e gestores, mas trabalhadores e gestores  
5811 são agentes do estado. O fato de serem trabalhadores e que estejam associados nas  
5812 respectivas associações não tira os tira a qualidade de ser agente do estado, daí que  
5813 você tem 50% de agente de estado. Historicamente, esse conselho copiou o Conselho  
5814 Nacional de Saúde, tanto que ele estabeleceu a mesma tripartição: gestores,  
5815 trabalhadores e sociedade civil. O Conselho Nacional de Saúde: 50% de  
5816 representante de entidades dos movimentos sociais de usuários do SUS. Porque o  
5817 conceito de controle social é isso, é onde a sociedade estará em pé de igualdade com  
5818 aqueles agentes que tenham relacionamento com o Poder Público, seja na condição  
5819 de gestores, seja na condição de profissionais que atuam para o estado. Mariano  
5820 sabe muito bem disso porque ele é um dos remanescentes e eu, salvo engano, mas  
5821 tenho quase certeza, daquele grande estudo que o governo Lula fez em 2002, 600  
5822 páginas, e isso tudo estava lá dito, tudo isso estava lá dito. Então, assim, nós  
5823 precisamos, e a conferência é um momento de afirmação histórica. Se talvez seja a  
5824 maior contribuição que esta composição do Conasp fará na sua história, esta talvez  
5825 seja a única e maior contribuição que nós faremos.

5826  
5827 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
5828 **Periciais do Brasil)** - Eu entendo que o Plenário é soberano, respeita a democracia,  
5829 mas tem que haver também respeito ao trabalho. Foi feita, essa é a quarta reunião, foi  
5830 distribuído por todos os Conselheiros, dado prazo para sugestões, a Câmara Técnica  
5831 se reuniu para consolidar as sugestões dadas e as trouxe hoje para pequenos ajustes.  
5832 Agora, essa modificação altera completamente, quer dizer, é um trabalho e aí eu me  
5833 apoio ao companheiro Heder, eu acho que foram dados prazos para que fossem  
5834 dadas sugestões grandes, para hoje eram pequenos ajustes, e está se modificando  
5835 completamente aquilo que já foi feito. Acho que foi dado prazo, foi cumprido, eu acho  
5836 que realmente considero um desrespeito ao trabalho feito pela Câmara Técnica  
5837 porque os prazos foram dados para sugestões. Se não for aprovado hoje, na próxima  
5838 reunião virão novas ideias e novamente não vamos chegar a canto nenhum.

5839



5840 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos  
5841 encaminhar hoje, temos maturidade para isso, sem dúvida. Conselheiro Marcos Dias,  
5842 inclusive temos maturidade para adiar e tudo, mas...

5843  
5844 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais  
5845 Rodoviários Federais)** - Eu estou contemplado na fala do conselheiro Humberto  
5846 Pontes.

5847  
5848 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Ok. Então nós  
5849 vamos fazer o encaminhamento, não tem como ser feito. Primeiro encaminhamento é  
5850 se há concordância com a proposta apresentada pelo conselheiro Heder. Todo o  
5851 trabalho que foi feito, se deve ser modificado ou não.

5852  
5853 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –  
5854 CNMP)** - Almir, você está fazendo a mesma coisa.

5855  
5856 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – E eu devo fazer  
5857 o quê?

5858  
5859 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –  
5860 CNMP)** - Eu fiz uma proposta. Submeter a minha proposta... Não porque você está  
5861 dizendo assim: “Não vamos alterar ou vamos alterar?”, é diferente a dinâmica,  
5862 entendeu? A proposta que está... Tem uma proposta ali.

5863  
5864 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5865 - - Nós temos que primeiro votar as mudanças propostas.

5866  
5867 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de  
5868 Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros  
5869 Militares)** – Eu acho que a mesa está encaminhando correto, Marcos. Não é que não  
5870 tenha proposta. Todo trabalho de votação primeiro você defende o texto original, a  
5871 proposta original é da Câmara Temática. Então, vai se manter a proposta da Câmara  
5872 Temática ou não? Se resolvemos não manter, pode ser 50, 60, 70, mas o  
5873 encaminhamento correto é fazer a defesa do texto original, a mesa está corretíssima  
5874 no encaminhamento. Isso em tudo. Aqui precisamos ver o seguinte: se nós queremos  
5875 produzir um debate para contribuir para a conferência ou criar um tensionamento para  
5876 a conferência. Questionar a votação para primeiro... Como é que você vai primeiro  
5877 votar uma proposta se o colegiado não definiu se vai manter a proposta original vindo  
5878 da Comissão? Aí é que é inverter a ordem e você está equivocado no sentido de rever  
5879 a posição da Mesa. Vota sempre o texto original. Concedo um aparte.

5880  
5881 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças  
5882 Militares Estaduais. ANASPRA)** - Eu só quero deixar claro que eu não sou nada  
5883 contrário ao aumento de vagas, não sou. O que eu sou contrário e que me coloquei é  
5884 que eu não trabalho mais nessa tabela, só isso, não sou contrário à alteração. Porque  
5885 senão fica parecendo que o Heder é contrário, o que eu estou dizendo é que precisa...  
5886 Só para concluir: o que precisa der de fato consensuado é o que nós queremos,  
5887 porque muda tudo. Então eu não sou contrário à alteração. Se for esse o  
5888 entendimento da maioria, pactuo com ele, o que eu estou dizendo é porque se for

5889 isso, eu trabalho uma tabela e na outra já não é mais, eu não aguento mais trabalhar  
5890 tabela. É só esse ponto, obrigado pelo aparte.

5891  
5892 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5893 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5894 **Militares)** – Só dizer que não é uma votação simples, se nós vamos rever a  
5895 composição nós temos que refazer toda a tabela e definir, depois disso, qual é a  
5896 representação dos trabalhadores e dos gestores porque não tem que ficar genérico.  
5897 “Ah, vocês... Dos 400 vocês ‘se viram’”, não é esse o debate que está colocado. A  
5898 primeira colocação que o nobre conselheiro Marcos colocou é que 50% da sociedade  
5899 civil... Tem 800, os 400 “se viram”, trabalhadores e gestores. Aqui não é “se vira nos  
5900 5” não. Qual é a justificativa para não ter, do ponto de vista de valorização da 2ª  
5901 Conferência, de não manter a porcentagem de 40-30-30? Tem que ter uma  
5902 justificativa política para valorizar a Conferência, senão votamos aqui e daqui a 2  
5903 meses nós entendemos que a votação foi equivocada e vamos discutir de novo.

5904  
5905 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
5906 **Policiais Civis)** - Eu acho, então, se formos aprovar a proposta do nobre conselheiro  
5907 Mariano, isso tudo que estávamos fazendo aqui nesse tempo todo vai para o  
5908 “beleléu”. Para que fazer isso? Vamos então decidir, traz a proposta, pessoal, vamos  
5909 alterar a proposta? Daí votou, mas daí já se abriu proposta, quer dizer, eu me sinto  
5910 prejudicado porque eu não pude estar presente no momento de manter as propostas,  
5911 eu não pude fazer. Eu estou achando que eu vindo para essa reunião poderia ao  
5912 menos contribuir e até propor, sim, que se altere a proposta, mas não vamos então  
5913 discutir porque eu me considero voto vencido, mas no início “a proposta é essa,  
5914 Conselho, nós podemos alterar ou não? Não”, então não pode se alterar, já passou o  
5915 momento. É isso que tem que acontecer, se me disserem: “Gandra, já passou o  
5916 momento de você fazer alteração”, mas me parece que o Pleno aqui, pelo Regimento  
5917 Interno, nós podemos fazer qualquer alteração, inclusive propor melhorias, quem sabe  
5918 não estamos propondo melhorias? Agora, sobre a questão que o conselheiro Mariano,  
5919 a questão que ele levanta, eu tenho um argumento fortíssimo que entendo, por que  
5920 aumentar para a sociedade civil? Porque limpamos mais, colocamos mais legitimidade  
5921 no processo, até porque os trabalhadores, como nós já tivemos experiências. Como  
5922 que funciona no estado? Os trabalhadores mesmo não vão, sabe quem veio? A  
5923 maioria foram funções gratificadas que eram trabalhadores e que tinham um  
5924 compromisso com a sua chefia, e a chefia então diz: “Você vai votar isso e isso aqui”,  
5925 então compromete o resultado final e mister da conferência que é escutar a todos nós,  
5926 e nós, enquanto segmento de trabalhadores, acabamos não sendo escutados 100%.  
5927 Foi preciso um trabalho, todo mundo correndo para tentarmos fazer uma política para  
5928 poder tentar Conseguir. Quem teve mais oportunidade disso foram os próprios peritos,  
5929 se organizaram e tiveram lá a sua diretriz bem mais votada. Outro exemplo desse foi a  
5930 PEC da polícia penitenciária, diferentemente das demais. Daí se torna, presidente,  
5931 olha o argumento, me permita fazer essa defesa. O argumento, esse que eu estou  
5932 trazendo aqui para os nobres conselheiros, é tão importante porque se nós queremos  
5933 o resultado de uma conferência, que é a 2ª de segurança pública, que esse resultado  
5934 não seja contaminado como foi contaminado no passado, inclusive, fazendo a *mea*  
5935 *culpa*, nós trabalhadores, eu acho que nós devemos pensar antes de aprovar se  
5936 vamos alterar ou não.

5937

5938 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5939 - - Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento.

5940  
5941 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
5942 **CNMP)** - Questão de ordem. Eu queria que a Mesa lesse o art. 43 do Regimento  
5943 Interno. Ok. Então vou ler: “Na impossibilidade de obtenção de consenso nas reuniões  
5944 o presidente identificará as propostas sugeridas na Plenária. II - Permitirá a realização  
5945 das defesas na forma regimental. III – Declarará aberto o regime de votação para os  
5946 Conselheiros no exercício da titularidade”. Cada Conselheiro tem um direito, trazer  
5947 para essa Plenária uma proposta, qualquer que seja a proposta, e ele tem o direito de  
5948 ver essa proposta votada, porque votar tem... Votar um texto ninguém vai alterar,  
5949 ninguém sabe nem qual foi a proposta dos conselheiros. Então esse é um direito  
5950 inafastável dos conselheiros, apresentar uma proposta, apresentada essa proposta  
5951 ela tem que ser necessariamente votada. Desde logo já digo o seguinte, desde logo já  
5952 peço a votação nominal.

5953  
5954 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Ok. Vamos fazer  
5955 o encaminhamento. Conselheiro Mariano... Vamos colocar as propostas... Já estão aí  
5956 as propostas e vamos votá-las.

5957  
5958 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
5959 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
5960 **Militares)** – Eu mantenho a posição de que em qualquer votação a proposta primeira  
5961 a ser votada é se mantém o texto original. Pode depois fazer a votação da segunda,  
5962 da terceira, da quarta, da quinta, não está impedindo de votação, isso aqui é questão  
5963 de metodologia de votação. A primeira proposta que o Plenário tem que se manifestar  
5964 é se mantém 40- 30-30, depois vota a segunda, a terceira, a quinta, a sexta. Pela  
5965 colocação do conselheiro parece que há um impedimento de votar proposta, pode  
5966 votar 200 propostas, mas aqui nós estamos estabelecendo qual é a prioridade da  
5967 votação. Historicamente em qualquer Plenária, em qualquer Colegiado, se vota  
5968 primeiro o texto original.

5969  
5970 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5971 - - Posso fazer um encaminhamento? Eu queria propor que fizéssemos a votação  
5972 colocando a proposta original como primeira proposta, mas votássemos as duas ou  
5973 três propostas que tem. É 30-30-40, é a tabela. Tem que fazer outra tabela, só decide  
5974 que vai aumentar e depois é feita a tabela. São duas propostas que tem, na verdade.  
5975 Tem mais alguma proposta? Então, a primeira proposta é... Contempla? Então vamos  
5976 fazer isso, é 30-30, que é a proposta original, e a segunda proposta é aumentar 50%.

5977  
5978 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
5979 **Periciais do Brasil)** - Só a título de esclarecimento, caso não se mantenha a primeira,  
5980 nós não podemos dar continuidade à votação do fechamento do edital. Então, tem  
5981 que ficar para a próxima reunião porque aí foi uma questão que o Mariano colocou e  
5982 não pode ficar: “Vocês decidem o que vai ficar, o resto dos trabalhadores e gestores”,  
5983 vai ter que parar, vamos ter que conversar para ver. São 10% dos gestores e 40% dos  
5984 trabalhadores? São 45% para os gestores e 5% para os trabalhadores? Então, fica  
5985 suspensa a continuidade desse trabalho, a Câmara Técnica vai ter que se reunir  
5986 novamente, receber mais sugestões e cesse por aqui a continuidade do processo da

5987 Conseg em função de sugestões para que a Câmara possa se reunir novamente em  
5988 outra data para dar continuidade porque não poderemos aqui, não há legitimidade  
5989 para os que ficam e discutir uma coisa que é nova.

5990  
5991 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
5992 - - Olha só, a proposta é para definir exatamente o percentual, vamos definir o  
5993 percentual.

5994  
5995 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
5996 **Periciais do Brasil)** - Mas não foi colocado não, o que foi colocado pelo Conselheiro  
5997 Marcos... 50% para a sociedade civil e o restante para os demais. Foi essa proposta  
5998 que foi colocada.

5999  
6000 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6001 - - Por favor, formula a sua proposta completa Marcos, porque temos prazo para  
6002 convocar Conseg, temos que convocar um ano antes, temos que decidir hoje isso.

6003  
6004 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6005 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - É só complementar 25-25.

6006  
6007 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
6008 **CNMP)** - Eu já disse isso.

6009  
6010 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Então coloca a  
6011 proposta: 50% para a Sociedade Civil, 25% para gestores e trabalhadores.

6012  
6013 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
6014 **CNMP)** - E só uma coisa, veja bem, esse negócio de prazo e tudo mais, lembrem-se o  
6015 seguinte: ainda não houve convocação, não tem calendário coisa nenhuma não, vai  
6016 ter ainda.

6017  
6018 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
6019 **Periciais do Brasil)** - Mas tem proposto, se concluirmos esse vão estar propostas as  
6020 datas, todo o calendário.

6021  
6022 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**  
6023 **CNMP)** - Vai ocorrer o seguinte: se o Governo não quiser... Se a Presidente da  
6024 República não quiser convocar, ela não vai convocar.

6025  
6026 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Acho que  
6027 estamos indo para um debate que não tem relação com isso aqui. Vamos fazer a  
6028 leitura... O quórum está feito.

6029  
6030 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
6031 **Periciais do Brasil)** - Tem quantos com direito a voto?

6032  
6033 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – 17. Gente...  
6034 Voto nominal. Por gentileza, vamos dar uma olhada no que está na tela, se estamos  
6035 em consenso com isso aí.

6036  
6037  
6038  
6039  
6040  
6041  
6042  
6043  
6044  
6045  
6046  
6047  
6048  
6049  
6050  
6051  
6052  
6053  
6054  
6055  
6056  
6057  
6058  
6059  
6060  
6061  
6062  
6063  
6064  
6065  
6066  
6067  
6068  
6069  
6070  
6071  
6072  
6073  
6074  
6075  
6076  
6077  
6078  
6079  
6080  
6081  
6082  
6083

**A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
- - Proposta 1: manter a proporcionalidade para a Conseg de 30-30-40. Essa tabela que o Heder fez, da Câmara Técnica.

**O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos esclarecer primeiro mantendo a tabela feita... Esquece a tabela.

**A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
- - A proporcionalidade 30-30-40. E a segunda proposta é aumentar 50%, ao invés de 40%, da sociedade civil, aumentar 10% e distribuir os outros 50%, 25% para trabalhadores e 25% para gestores.

**O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** - Questão de esclarecimento. Pareceu-me que a proposta do Marcos, a segunda, está condicionada à possibilidade de aumentarmos o número de vagas para todos os segmentos. Acho que isso que precisávamos deixar claro lá.

**A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
- - Mas é claro. Vai Humberto.

**O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** - Eu queria sugerir à mesa que fosse suspensa a reunião da manhã para que os gestores e trabalhadores possam conversar durante o almoço para que possamos discutir essa questão das vagas que estão sendo colocadas pelo companheiro Marcos. A minha sugestão é de suspensão da Assembléia para que possamos retornar à tarde, após as discussões e mobilizações.

**O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Há consenso? Então. vamos para o almoço...

**A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
- Eu quero perguntar se todos estarão aqui depois do almoço, 14 horas, porque senão não vamos almoçar.

**O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Voltamos a esse tema às 14 horas. Gente, a interrupção agora não pode ser um jogo porque isso é falta de ética, a sugestão é de interrupção, mas para que às 14 horas nós estejamos com quórum. Quem é que não retorna?

**A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
- - A Ana também não volta. Então temos que votar agora.

**O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** - Eu acredito o seguinte: poderíamos interromper, talvez por uns 5 minutos, alguma coisa, talvez fosse tempo hábil para já fazermos essa consulta. Porque eu acredito, se não for possível, em 5 minutos, chegarmos a um consenso, daí suspende.

6084 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Ok. Está  
6085 consenso 5 minutos?

6086  
6087 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6088 - São 5 minutos apenas.

6089  
6090 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vamos parar 5  
6091 minutos e voltamos... Nóbrega, Marcos Dias... Porque vai ser nominal... Vamos para a  
6092 votação. Em regime de votação. Marcos Nóbrega, por gentileza, doutora Suelen. Em  
6093 regime de votação. A proposta nº. 1, quem aprova? Eu não estou vendo, não tem  
6094 como eu ler.

6095  
6096 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6097 - Manter 30-30-40, proposta 1.

6098  
6099 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A proposta 1 é  
6100 manter 30-30-40. Quem aprova essa proposta levanta a mão como aprovação.

6101  
6102 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Vamos lá,  
6103 10. Fiquem com a mão assim porque eu tenho que colocar os nomes. Nóbrega, José  
6104 Neves, Marcos Leôncio, Humberto, Heder, Benedito Mariano, Sá Ribas, Pfeifer,  
6105 Marcos Dias e Márcio Godoy.

6106  
6107 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – 10 votos. Quem  
6108 aprova a segunda proposta levante a mão como aprovação.

6109  
6110 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Ana,  
6111 Geraldo Wanderlei, Célia Rique, André, Pedro, Eliana, Almir, Márcio Marins e Gandra.

6112  
6113 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – 9 votos.

6114  
6115 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
6116 **Periciais do Brasil)** - Eu quero só dizer o seguinte: o presidente é voto de minerva,  
6117 eu acho que ele não pode votar. O presidente pode votar também?

6118  
6119 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Eu sou o vice.

6120  
6121 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
6122 **Periciais do Brasil)** - Mas ele é o presidente em exercício.

6123  
6124 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6125 - Gente, mas a primeira proposta ganhou.

6126  
6127 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Desqualifica o  
6128 meu voto, mas está tudo bem. *(Risos!)*

6129  
6130 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – Por favor,  
6131 quem votou na segunda proposta levanta a mão novamente, só para nós contarmos.

6132

6133 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – 9.**  
6134  
6135 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6136 **- Cadê os 10 agora? Vamos aos 10.**  
6137  
6138 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – Nóbrega,**  
6139 **Neves, Leôncio, Humberto, Heder, Mariano, Sá Ribas, Pfeifer, Marcos Dias e Marcos**  
6140 **Godoy.**  
6141  
6142 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6143 **- O Leôncio não estava na hora que a Suelen contou, por exemplo...**  
6144  
6145 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – Estava. 10 a 9.**  
6146  
6147 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6148 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) - Conselheiro não pediu votação,**  
6149 **pediu contagem dos conselheiros e conselheiras presentes.**  
6150  
6151 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP) – Tem 19**  
6152  
6153 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP) – 19.**  
6154  
6155 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6156 **- Volta lá para o projeto, Anita, para ver o que vem depois, por favor.**  
6157  
6158 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) – O próximo, essa**  
6159 **já foi vencida já. Gente, foi maravilhoso o debate e tudo...**  
6160  
6161 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6162 **- Seguir o slide, Anita, só para ver se tem mais alguma questão. Os resultados**  
6163 **esperados já tinham sido... Vai lá rápido, segue... Os produtos, tudo bem. O**  
6164 **cronograma... Olha só, o cronograma precisávamos ter uma questão aqui antes do**  
6165 **almoço porque tem uma proposta de instalar a CON, agora em agosto, chamando a**  
6166 **Conferência, só que de junho a agosto a ideia era que fizéssemos, em cada estado**  
6167 **que tem conselheiro, uma consulta pública mobilizando para a 2<sup>a</sup> Conseg. Então**  
6168 **teríamos... Junho não dá mais tempo, obviamente, mas julho e agosto, e em cada**  
6169 **estado que tem conselheiro fizemos um levantamento, temos esse levantamento, o**  
6170 **Conselheiro seria o coordenador dessa consulta pública local. Fizemos uma proposta**  
6171 **do que seria essa consulta, mas queríamos a aprovação disso porque já seria um item**  
6172 **da mobilização. Então, o conselheiro articular a Secretaria de Estado, os grupos**  
6173 **organizados da sociedade civil, dos trabalhadores, ter essa tarefa no mês de julho**  
6174 **para fazer.**  
6175  
6176 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
6177 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
6178 **Militares) – Não é mais na pré-conferência a seleção dos eixos, esses já estão**  
6179 **selecionados. Isso era naquele debate de 7 virar 4, isso já está definido, precisa**  
6180 **alterar aí, não é mais seleção de eixos.**  
6181

6182 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – É porque  
6183 usamos o mesmo slide, então é só apagar na frente.

6184  
6185 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6186 - - Essa questão da consulta tendo, no estado, o conselheiro como coordenador, todo  
6187 mundo acha uma coisa interessante? Brasília, o Gandra vai ter que se reunir com o  
6188 pessoal da sociedade civil de Brasília, um exemplo, todos os segmentos dos  
6189 conselheiros seriam os coordenadores daquele.

6190  
6191 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A ideia, Eliana,  
6192 é pedir que os conselheiros se manifestem se querem coordenar o processo da  
6193 audiência pública no seu estado.

6194  
6195 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6196 - - Lembrem-se que a 2<sup>a</sup> Conseg é responsabilidade do Conasp.

6197  
6198 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Há consenso?  
6199 Pois não, Gandra.

6200  
6201 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
6202 **Policiais Civis)** - Há consenso.

6203  
6204 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6205 - Vamos organizar essa tabela. Cada um já tem que anotar e agendar que tem que  
6206 fazer entre julho e agosto isso.

6207  
6208 **A SR<sup>a</sup>. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
6209 **Organizações Populares)** - O quê? A proposta fala exatamente de fazer o que no  
6210 estado?

6211  
6212 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6213 - Temos uma proposta para apresentar. Quero que abra a proposta.

6214  
6215 **A SR<sup>a</sup>. SUELEN DA SILVA SALES (Secretaria-Executiva do CONASP)** – A  
6216 proposta está em outro documento Word.

6217  
6218 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6219 - Isso é muito importante porque vai ser o primeiro processo de mobilização do estado  
6220 para a 2<sup>a</sup> Conseg. Então, consulta pública aos estados para mobilização da 2<sup>a</sup>  
6221 Conferência Nacional de Segurança Pública. Quem propõe isso é o Pleno, o objetivo  
6222 é apresentar devolutiva da 1<sup>a</sup> Conseg, que temos um material que foi levantado, um  
6223 relatório sobre tudo que foi levantado na 1<sup>a</sup>, vamos devolver, o que avançou, o que  
6224 não avançou, enfim, fazer essa discussão lá no estado. Iniciar o processo de  
6225 mobilização nos estados para a 2<sup>a</sup> Conseg, apresentar o projeto preliminar da 2<sup>a</sup>  
6226 Conseg elaborado pelo pleno. Esse projeto que apresentamos nós vamos apresentar.  
6227 Validar os 4 eixos propostos no projeto preliminar para a 2<sup>a</sup> Conseg. Na verdade, não  
6228 seria nem validar, mas apresentar que definimos, se tem alguma contribuição ainda  
6229 seria o momento. Qualificar a discussão em torno das temáticas priorizadas para a 2<sup>a</sup>  
6230 Conseg e legitimar o processo de organização da 2<sup>a</sup> Conseg pelo Pleno do Conasp.



6231 Realização: julho a setembro de 2012; responsáveis pela consulta por estados:  
6232 Conselheiros oriundos dos estados, no caso do Conasp, nós temos 16 estados  
6233 contemplados e poderíamos decidir quem estaria disposto a contribuir nos estados  
6234 que não têm; participantes da consulta: sociedade civil, gestores de segurança pública  
6235 e trabalhadores. Tem a proposta metodológica de apresentar a devolutiva; a proposta  
6236 geral da 2ª Conseg; propor ao grupo a discussão sobre a importância da Conferência  
6237 e como pode ser feita a mobilização no estado em torno dos eixos priorizados para a  
6238 2ª Conseg. Então, o próprio estado discutir como vai estar se mobilizando e discutindo  
6239 aqueles eixos no seu estado. Esse momento pode ser feito pequenos grupos  
6240 finalizando em uma Plenária que reunirá o conjunto das proposições; apresentar os  
6241 eixos propostos no projeto da 2ª Conseg, sugerindo a formação de grupos com  
6242 representantes dos 3 segmentos; refletir sobre os eixos e validá-los. Colocamos as  
6243 providências: articular os diferentes órgãos do governo do estado e município que  
6244 trabalham com o tema da segurança pública, os conselhos de segurança, no caso dos  
6245 estados que possuem diferentes organizações da sociedade civil, distintas,  
6246 instituições de classe das polícias Militar, Civil e Federal, guardas municipais e  
6247 sistema penitenciário atuante no estado; definir data e local acessível aos  
6248 participantes em parceria com gestores locais e/ou outras instâncias; divulgar nos  
6249 meios de comunicação local, rádio, jornal televisão e outros, e nas redes sociais;  
6250 registrar o evento, ata, sistematização das definições do encontro, lista de presença e  
6251 outros. Isso que teríamos, como conselheiros, providenciar no estado. Recursos  
6252 necessários: passagens e diárias para o acompanhamento das consultas públicas;  
6253 elaboração de um roteiro; elaboração de um instrumento para ser preenchido durante  
6254 as consultas para que facilite a consolidação de resultados e auxilie na elaboração do  
6255 texto base. Na verdade, a ideia nossa é que vá já estar colocando a questão da 2ª  
6256 Conseg nos estados, ao mesmo tempo é uma oportunidade de estarmos tendo  
6257 subsídios dos grupos daquele estado para elaboração também do texto base, de  
6258 acordo com os eixos temáticos.

6259  
6260 **A SRª. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
6261 **Organizações Populares)** - Primeira coisa: eu não estarei aqui à tarde, por isso que  
6262 eu quero me manifestar desde já. Claro, este instrumento, esta consulta pública é uma  
6263 coisa importantíssima, acho que os conselheiros devem assumir, só uma questão  
6264 operacional: o período que vamos ter que fazer isso, em Pernambuco só tem eu de  
6265 conselheira do Conasp, de forma que outros estados podem reunir mais de um para  
6266 dividir a tarefa. Depois essa proposta é uma “senhora proposta”, ela não poderia ser  
6267 diferente, mas ela é muito grande, quer dizer, é uma proposta de vulto para ser  
6268 exercida. Eu estou dizendo que desde já deixo meu apoio, meu compromisso, mas eu  
6269 queria que fosse por esse coletivo e também consideradas as possibilidades reais,  
6270 operacionais, eu sou simplesmente de uma entidade, já estávamos na entidade com a  
6271 programação de fazer uma discussão a respeito desse tipo para remobilizar a  
6272 sociedade que foi inteiramente desmobilizada após a 1ª Conseg, de forma que já  
6273 estávamos pensando em fazer isso. Bom, agora eu acho que é uma tarefa muito  
6274 grande para um único conselheiro e uma entidade da sociedade civil que tem poucos  
6275 recursos, poucas possibilidades.

6276  
6277 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Vai ter estado  
6278 que não tem nenhum e vamos ter que construir as possibilidades, dentro de 16  
6279 estados que terão. Claro que nós vamos ajudar, não tem como fazer uma coisa

6280 sozinha, a Secretaria Executiva, a Mesa Diretora, a Presidência, todo esse processo  
6281 vai ajudar a realização da audiência, não vai deixar só o conselheiro.

6282  
6283 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6284 - A Câmara Temática de mobilização vai ajudar, mas essa proposta resolvemos trazê-  
6285 la porque a responsabilidade da Conseg não é somente nossa, acho que é um  
6286 excelente exercício para o conselheiro estar no seu estado fazendo uma devolutiva,  
6287 inclusive, do seu trabalho no Conasp. Nos casos dos estados em que não tem nós  
6288 vamos nos dividir para ir, e vamos pedir ajuda daqueles que quiserem também, que  
6289 não são da Câmara. E, no caso de Pernambuco, eu acho que é isso aí, se manifestar  
6290 para podermos nos organizar e contribuir. Agora, a tarefa é já mapear quem vamos  
6291 chamar naquele estado, acho que quem é do estado é fundamental

6292  
6293 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
6294 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
6295 **Militares) –** Uma questão de ordem. Até que horas nós vamos?

6296  
6297 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Vamos só  
6298 encaminhar. É a última coisa, precisamos só fechar isso aqui, só faltava isso aqui. A  
6299 preocupação da falta de apoio não terá, então, essa preocupação de Célia, nenhum  
6300 Conselheiro vai fazer a coisa sozinho porque nós vamos apoiar. E nos estados que  
6301 não temos Conselheiro nós vamos juntar forças para poder realizar lá. Então, vamos  
6302 encaminhar, acredito que fomos entendidos.

6303  
6304 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6305 - Julho e agosto, até início de setembro pode. Há consenso em relação a fazer isso?  
6306 Há consenso?

6307  
6308 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
6309 **Policiais Civis) -** Só queria fazer uma observação sobre as datas: o calendário da  
6310 Copa das Confederações é de 15 a 30 de junho.

6311  
6312 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6313 - Isso aqui é agora, mês que vem Gandra, isso é preparando a 2<sup>a</sup> Conseg. Se há  
6314 consenso, eu queria propor o seguinte, que cada conselheiro mandasse para nós, até  
6315 o final de junho, início de julho, a data que está priorizando fazer sua consulta.

6316  
6317 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
6318 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
6319 **Militares) –** E encaminhar via e-mail essa questão, e que vem aquela ata com 70  
6320 páginas e isso que é interessante está lá no meio, isso é um encaminhamento que  
6321 tem que ser separado da ata para fazermos encaminhamento.

6322  
6323 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6324 - - Volta para o cronograma só para fecharmos aqui uma coisa, para vocês saberem  
6325 quando estamos propondo a 2<sup>a</sup> Conseg, só para fechar isso.

6326  
6327 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) –** Mas só  
6328 para colocar: realmente eu acho que precisamos nos debruçar um pouco mais sobre

6329 isso aí, é um negócio que precisa ser mais mastigado um pouco, senão esse monte  
6330 de coisas de como é que vamos fazer. Se vamos trazer o povo do estado todo, se é  
6331 só na capital...

6332  
6333 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6334 - Você pode pensar como você quer fazer.

6335  
6336 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Como você quer  
6337 fazer. Eu acho que vamos combinando, não precisa...

6338  
6339 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6340 - Nós vamos mandar isso. Só queríamos aprovar essa ideia. Para fechar para  
6341 almoçarmos. O cronograma ali, eu quero terminar o cronograma porque tem janeiro e  
6342 fevereiro de 2013 a instalação das comissões organizadoras; março, abril e maio a  
6343 etapa municipal, eletiva e preparatória; junho e julho as etapas estaduais; agosto de  
6344 2013 seria a Conferência, a proposta é que a Conferência seja em agosto de 2013.

6345  
6346 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de**  
6347 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**  
6348 **Militares) –** Eliana, eu queria fazer uma observação, pode ser redundante: outubro e  
6349 novembro de 2012, elaboração e aprovação do texto-base, eu acho que nós não  
6350 definimos aqui de que forma esse Conasp vai trabalhar o texto-base. A minha  
6351 sugestão é que nos dividimos aqui por interesse dos 4 eixos e já saímos com uma  
6352 definição de quais os conselheiros vão ser responsáveis pelos textos-base, porque  
6353 senão fica... Não adianta ter o calendário e não sabe de quem é a responsabilidade.  
6354 Por exemplo, eu acho que a nossa Câmara de Prevenção pode trabalhar com outros  
6355 conselheiros, se quiserem, a proposta 3, o eixo 3. Acho que precisa ter uma definição  
6356 aqui.

6357  
6358 **A SR<sup>a</sup>. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6359 - Então, Mariano, esse calendário sendo aprovado, iríamos fazer uma sugestão... A  
6360 Câmara Técnica ia fazer uma sugestão, ia mandar antes da nossa próxima reunião,  
6361 uma sugestão para que vocês confirmassem: “Ah, achamos que esse eixo aqui, os  
6362 conselheiros tais poderiam ficar responsáveis, vocês concordam? Sim ou não?”.  
6363 Vamos trabalhar por e-mail a partir de agora.

6364  
6365 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil) –** Então  
6366 aprovamos? Está aprovado o calendário? Consenso? **Aprovado.** Tem uma proposta  
6367 bem rápida de que a mobilização que vai ser feita pela Câmara Técnica, como foi  
6368 aprovada, e pelo Plenário do Conasp, no mês de julho vai ter o encontro em Porto  
6369 Alegre, que é o Fórum de Segurança Pública. Então, é um Fórum em que é muito  
6370 importante para a mobilização porque estará muita gente lá e já os contatos de  
6371 mobilização podem ser realizados. A ideia é de que a Câmara de Mobilização, como  
6372 foi sugerido, possa estar em Porto Alegre com mais acrescido de cada segmento uma  
6373 pessoa para ajudar nessa mobilização.

6374  
6375 **O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores**  
6376 **Policiais Civis) -** E a Câmara Técnica de Segurança Pública também.

6377

6378 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – A ideia é a  
6379 seguinte: não tem passagem, inclusive vai ficar sujeito, é uma sugestão. A aprovação  
6380 seria Câmara Técnica de Mobilização, como não tem passagem para todo o  
6381 Conselho, a ideia é que contemple cada segmento com um representante que seria  
6382 escolhido entre nós aqui.

6383  
6384 **A SRª. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**  
6385 **Organizações Populares)** - Eu tenho uma questão. Primeira coisa: eu vou voltar a  
6386 meu estado e a primeira coisa que vamos fazer é conversar com nossos aliados,  
6387 conversar com o pessoal do Conselho de Direitos Humanos, com o pessoal das  
6388 ONGs, primeira coisa. Agora, eu preciso ter esse projeto, vão me perguntar. Eu quero  
6389 saber também em que tempo, porque os prazos estão muito apertados, não é  
6390 pequeno não. As resoluções desta reunião aqui vocês também mandam em síntese  
6391 antes de chegar a ata, não é? Eu acho que precisa ter um compromisso.

6392  
6393 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC)** -  
6394 Célia, nós também temos obrigação, com representantes de categoria, também ajudar  
6395 nessa mobilização lá na consulta, por exemplo, os peritos no seu estado lá, vamos  
6396 provocá-los e cada um, outro segmento, provoque também para que haja essa  
6397 mobilização nessa consulta.

6398  
6399 **A SRª. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**  
6400 - Tem que procurar todos os segmentos.

6401  
6402 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Rede Desarma Brasil)** – Gente, vamos  
6403 aprovar... Precisamos aprovar a ideia que a Câmara Técnica de Mobilização ir ao  
6404 Fórum junto com um representante de cada segmento, precisamos aprovar para  
6405 poder... E não está garantido porque o Ministério vai verificar o número de passagem  
6406 que pode fazer isso e aprovar, mas precisamos aprovar aqui para poder ele tomar a  
6407 iniciativa. Quem aprova? Está consenso ou precisa discutir? O que vocês acham?  
6408 Então, estamos **aprovados**. Vamos ao almoço, 14 horas aqui para nós finalizarmos  
6409 os nossos trabalhos.

6410  
6411 **15/06/2012**  
6412 **Tarde**

6413  
6414 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** -  
6415 Convidamos para estar aqui conosco o Instituto São Paulo contra a Violência, o  
6416 Belitani, que foi o nosso conselheiro por muitos anos, colaborador, a sua presença  
6417 aqui nos honra hoje a tarde, desde s manhã ele já está conosco. Vamos conversar um  
6418 pouco sobre essa pauta, mesmo esvaziamento? Vamos falar sobre isso porque  
6419 precisamos ter quórum para decidir as pessoas que irão tanto para o fórum como para  
6420 Maceió.

6421  
6422 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6423 **Segurança Pública)** - Na verdade, é como a Secretaria Executiva tem atuado nessa  
6424 questão. Vamos colocar no telão a planilha das faltas que enviamos a todos os  
6425 conselheiros. Primeiro uma explicação. Não necessariamente o nome da pessoa que  
6426 está lá como titular ou suplente foi a pessoa responsável por essa falta. Então, eu

6427 recebi muito e-mail das pessoas. Porque, na verdade, eu coloquei como titular e  
6428 suplente o titular e suplente atual. O que interessa para nós é a presença da  
6429 instituição e não da pessoa em si. Aí está a composição atual do Conasp e as  
6430 ausências não necessariamente são dela. Todas as entidades que nós percebemos  
6431 que estavam tendo problema em participar com três ausências consecutivas, a própria  
6432 Secretaria Executiva já entrou em contato e pediu substituição de nomes. E temos  
6433 feito isso desde o ano passado quando nós percebemos. Eu vou dar um exemplo,  
6434 uma que a Nalba foi indicada, eles estavam com problemas de participação que a  
6435 pessoa não Conseguia vir, é a Fend, eles compartilham indicação, eles estavam com  
6436 problema no primeiro ano, não Conseguiram se acertar e até hoje, porque quando os  
6437 conselheiros são indicados a primeira coisa que a Secretaria Executiva faz é entrar  
6438 em contato e já pede a ficha de inscrição para fazer passagem, essas coisas. Temos  
6439 até hoje entidades em que o suplente não indicou, a gente entra em contato e não  
6440 temos retorno. Temos procurado inclusive conversar com o titular e já aviso que  
6441 preciso dos contatos do suplente dele para fazer a passagem para ele. O Márcio  
6442 Marins a partir da próxima reunião estará ausente durante um tempo. Até na parte do  
6443 próprio Governo Federal. Nós temos ali quatro faltas consecutivas, do próprio  
6444 Ministério da Justiça. Isso daí foi quando foi indicada uma pessoa que saiu do  
6445 ministério. Essa é a doutora Maria Augusta que foi indicada como titular. Vocês devem  
6446 lembrar, hoje é titular nossa pela Secretaria-Geral da Presidência da República, ela  
6447 saiu do ministério, indicaram outra pessoa que saiu também e aí a demora na  
6448 indicação. Depois veio o doutor Rossini que tem participado com a gente, Conseguir  
6449 dar uma contribuição. Mas, em todas as entidades, temos feito esse procedimento.  
6450 Pelo Regimento Interno é isso que temos que fazer, informar a instituição e pedir uma  
6451 justificativa do porquê da ausência por esse tempo. Eu gostaria de saber se tem  
6452 alguma outra proposta, acho que o pleno pode tirar alguma outra decisão além dessa.  
6453 O MNDH não. Com o MNDH até para explicar. É outra questão também que às vezes  
6454 temos dificuldade até a ausência deles acaba se dando como foi nesse caso que todo  
6455 mundo recebeu o e-mail da Cíntia informando da impossibilidade de comparecer, até  
6456 por um problema de emissão de passagem e tudo. Mas é outra coisa que vou mandar  
6457 agora, quando eu for fazer a convocação eu já vou enviar. Todos nós sabemos que  
6458 para emitir a passagem não pode ter prestação de contas em atraso. No caso dela, a  
6459 prestação de contas estava em atraso e ela só Conseguiu resolver o problema, não  
6460 era nem com o ministério, era com outro ministério, um ou dois dias antes do dia de  
6461 viajar. Foi quando Conseguimos começar o processo dela. Quando o ministério emitiu  
6462 a passagem, foi emitida para o dia 12 mesmo e nós não Conseguimos contato com  
6463 ela para informar que a passagem dela estava emitida para ela vir no período da  
6464 noite. Ela acabou não vindo, mas teve a passagem emitida, mas não Conseguimos  
6465 contato para avisá-la. Temos tentado o máximo possível para que esse número de  
6466 falta não aconteça, é claro. Eu, inclusive, conversei com a Cíntia sobre a possibilidade  
6467 até de trazermos o suplente dela porque ele é de Brasília, vai participar mais porque o  
6468 CNMDH está com muita falta. Mas, aí ele estava na Cúpula dos Povos. E como temos  
6469 algumas organizações que estão bem envolvidas nesse evento que começou hoje no  
6470 Rio de Janeiro e que não Conseguiram participar.

6471  
6472 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC) -**  
6473 Realmente, todos sabemos que essas burocracias existem mesmo para organizar as  
6474 coisas, mas, por exemplo, eu fiquei 5 anos no Fórum Nacional de Ouvidores, 4 anos  
6475 no Comitê Nacional de Combate à Tortura, eu nunca faltei. Aqui, tenho 2 anos e tenho

6476 duas faltas. Uma falta foi que não Conseguiram comprar a passagem a tempo, eu iria  
6477 perder metade da reunião, eu desisti, e outra, na verdade, meu filho foi operado, eu  
6478 me envolvi e acabou passando o prazo. Então, eu sugeri à Suelen que no último dia,  
6479 com a maioria dos conselheiros já confirmados, que ela faça um contato com aqueles  
6480 que faltam. Eu tenho duas faltas e estou muito insatisfeito, vou até colocar no plenário  
6481 para abonar essas duas faltas.

6482  
6483 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6484 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Só para dizer, Geraldo, que a  
6485 Secretaria Executiva tem feito isso. Eu posso afirmar isso e a Cíntia já me disse que,  
6486 sistematicamente, todos os meses ela liga para consultar todas as pessoas que  
6487 receberam o e-mail, mas que não confirmaram.

6488  
6489 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6490 **Segurança Pública)** - É um procedimento que nós, até para que não haja falta, por  
6491 exemplo, como as faltas do conselheiro Geraldo que não foi indisponibilidade dele,  
6492 nada disso. No último dia, eu tenho mandado uma lista por e-mail das pessoas que já  
6493 confirmaram. É para você saber se você confirmou ou não porque como fica um prazo  
6494 longo a pessoa pode se esquecer que confirmou. Então, eu tenho mandado essa lista  
6495 e tenho também ligado. Por quê? Porque preciso falar com o suplente. Eu tenho tido  
6496 dificuldade com algumas pessoas do conselho em falar com eles pelo celular.

6497  
6498 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
6499 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - É preciso lembrar que nós tiramos um calendário  
6500 de reuniões. Ele está pronto desde fevereiro. Então, as datas das reuniões ordinárias,  
6501 das audiências estão postas. E eu sou testemunha pela mesa diretora de que às  
6502 vezes a gente chega, fica ligando para conselheiro, com todo respeito, quem justificou  
6503 está justificado. Agora, também ficar carregando na mão, tem um calendário  
6504 programático estabelecido pelo plenário e todos já sabem quando serão as reuniões e  
6505 se poderão vir ou não. Então, nós ficamos aqui tentando ocupar espaço de outros e o  
6506 próprio espaço não está se fazendo presente. Inclusive vou procurar no regimento o  
6507 que lá está estabelecido nesse sentido. Salvo engano são 3 reuniões consecutivas e 5  
6508 alternadas sem justificativa, não tem dúvida, não dá. Temos um processo eleitoral  
6509 daqui a 15 dias, já há 3 reuniões consecutivas que nas sextas não existe quórum.  
6510 Sinto muito, é aplicar o regimento. Não aplicou regimento em outros casos aí?  
6511 Conselheiro não teve que devolver diária porque não se fez presente? O meu  
6512 encaminhamento é que se não houve justificativa, aplica-se o regimento, foi elaborado  
6513 por todos que estão aqui. Obrigado.

6514  
6515 **O Sr. Coronel Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares**  
6516 **Estaduais do Brasil - AMEBRASIL)** - Eu ia exatamente fazer uma observação nesse  
6517 sentido porque nós já temos essas definições pré-estabelecidas. É só uma questão de  
6518 cumpri-las. Sobre o aspecto de faltas que eventualmente ocorrem, no caso eu deixei  
6519 de vir em duas reuniões, em uma delas o suplente pôde estar presente, o Bridi, na  
6520 prática não houve propriamente falta porque a representação estava aqui, só uma,  
6521 portanto, em função de que o Bridi tinha já começado o curso de pós-graduação em  
6522 Florianópolis e daí não pôde mais vir, foi a reunião anterior, e esta que estou aqui em  
6523 função da impossibilidade dele. Eu quero dizer que não vejo como problemática  
6524 quando existem razões adequadas, até para que se abone eventualmente a falta, e aí

6525 usando as palavras do meu colega Geraldo, não vejo problema, uma vez justificada,  
6526 que se abonem as faltas. Bom, eu queria aproveitar o momento, os senhores, para  
6527 trazer a informação que, por ocasião da última reunião lá do Simpósio Brasileiro de  
6528 Segurança Pública, o SIBRASEG, que a AMEBRASIL promoveu em Foz do Iguaçu,  
6529 houve também uma Assembleia-Geral para cumprir disposições estatutárias com  
6530 relação a eleições. Então, o processo sucessório da AMEBRASIL foi desencadeado  
6531 formalmente lá durante essa assembleia e eu estou deixando a presidência da  
6532 AMEBRASIL, o oficial eleito é o coronel César Braz Ladeira de Minas Gerais. Eu  
6533 queria aproveitar, presidente, em função dessa informação, que, naturalmente,  
6534 passando formalmente a presidência neste mês agora de julho, eu devo também  
6535 deixar o Conasp em função de que a investidura da presidência assegura a ele a  
6536 participação aqui. Vou fazer as comunicações formais, mas quero aproveitar este  
6537 momento para me despedir do pessoal do Conasp e agradecer de coração as  
6538 oportunidades de compartilhamento, de convivência saudável, muito fraterna, muito  
6539 positiva que contribuiu e muito para a gente, de certa maneira, também crescer como  
6540 pessoa, não só como profissional. Muito obrigado pela gentileza de todos vocês pela  
6541 afetuosidade. Muito obrigado.

6542  
6543 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC) -**  
6544 Com relação ao esvaziamento, eu vejo em dois momentos. Este primeiro momento de  
6545 que se está falando é dos conselheiros. Essa situação precisa ser trabalhada, mas a  
6546 grande responsabilidade é de cada instituição que está participando que tem que ter o  
6547 compromisso porque como já existe um calendário anual definido, existe o interesse  
6548 da categoria, da pessoa de participar, desta vez era para ser o Agadeilton o titular, ele  
6549 desmarcou de última hora e me convocou. Eu logo me coloquei à disposição e vim  
6550 participar. Então, eu vejo que o comprometimento tem que vir da instituição, da  
6551 entidade, do representante. Mas a minha maior preocupação do esvaziamento é com  
6552 as ações deste conselho que, de repente, pode estar desmotivando alguns colegas a  
6553 participar. E foi isso que o Agadeilton ontem apresentou e foi isso que o fez redigir  
6554 aquele e-mail, eu até pedi permissão para assinar embaixo o texto que ele fez em  
6555 virtude das ações do conselho, mas não propriamente dos conselheiros, mas em  
6556 virtude das ações do governo junto a este conselho. O exemplo foi a primeira  
6557 audiência pública que tratou sobre a perícia e ali ficou definido naquela recomendação  
6558 a formação de um grupo de trabalho. E até ontem não tinha essa definição, não tinha  
6559 um encaminhamento concreto. E paralelo a isso, estava sendo feitas outras ações do  
6560 governo que atingia esse assunto, autonomia da perícia, que é a Lei Geral da Polícia  
6561 Civil, que não somos contra, mas atingia a questão da autonomia da perícia. E aí  
6562 ficamos preocupados porque a secretária Regina, presidente deste Conselho,  
6563 conduzindo ao mesmo tempo outro trabalho pelo Governo Federal com esse projeto  
6564 de lei. Essas ações paralelas do governo com relação à segurança pública nos  
6565 preocuparam: qual que é o papel real do Conasp? Sendo que lá ficou deliberada uma  
6566 recomendação e, ao mesmo tempo, está sendo feito outro encaminhamento? Mas,  
6567 para a nossa felicidade, ela fez uma consulta aos estados e foi confirmado o que foi  
6568 deliberado aqui no pleno, que é a autonomia dos órgãos policiais. Em virtude disso ela  
6569 recuou e retirou do projeto de lei o que tratava sobre perícia. Só que também existia a  
6570 ação necessária que é a criação do Grupo de Trabalho. E ontem na reunião com o  
6571 ministro, que fomos tratar a questão da aposentaria especial, nós, no final da reunião  
6572 reforçamos: “E a questão do grupo de trabalho?”. Cobramos dele. Ele pediu para  
6573 conversar com o Marcelo, lá da Senasp. Fomos em seguida falar com ele. Enfim, o

6574 que a gente percebe e preocupa também, é que essas ações têm que estar alinhadas  
6575 entre o Conasp e o governo para poder efetivá-las lá na frente. Essa preocupação do  
6576 Agadeilson e minha também, porque como aconteceu com a autonomia da perícia,  
6577 com outras audiências públicas, com outras ações e não deram continuidade e essa  
6578 continuidade não depende só da gente. Nós vamos cobrar e tudo, mas têm que estar  
6579 alinhadas, e esse é o papel da Conasp. E para finalizar, sr. Presidente, essa  
6580 preocupação, eu vejo, apesar de pouco tempo neste conselho, que esse é um dos  
6581 motivos até que desmotiva, desacredita alguns colegas conselheiros. E temos que  
6582 nos preocupar porque está vindo a 2ª Conseg e vamos ter que levar adiante, ou seja,  
6583 a 2ª Conseg explicar também o porquê de muitas ações da 1ª Conseg não foram  
6584 realizadas.

6585  
6586 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**  
6587 **Periciais do Brasil)** - Com relação ao esvaziamento, queria até parabenizar a  
6588 Secretaria Executiva e a mesa diretora. Os conselheiros que se propõem a vir têm  
6589 que vir para cumprir o seu horário. Então, eu acho que essa medida de ninguém  
6590 retornar antes das 19 horas, com raríssimas exceções em função dos que têm voo só  
6591 à tarde, então, quem vem para cá, se não puder ficar os 2 dias, que não seja emitida a  
6592 passagem ao conselheiro titular que não pode ficar os 2 dias e que ele mande seu  
6593 suplente. Agora, o que não podemos é o conselheiro que só pode vir um dia e vai  
6594 embora. No outro dia, não dá continuidade. Então, a minha sugestão, primeiro  
6595 parabenizar o que foi feito com relação à lista distribuída, e que mantenha, presidente  
6596 e Suelen, essa postura de os que vierem venham para cumprir o calendário inteiro da  
6597 reunião do conselho e que não abra exceção de retornar mais cedo. Porque estamos  
6598 naquela situação: “Quem vem sexta à tarde para saber se vai dar quórum ou não?”.  
6599 Outra colocação que eu faço é a questão das diárias. Por exemplo, eu até o momento  
6600 não recebi, já estou indo embora hoje e não recebi ainda o comunicado do depósito  
6601 de minhas diárias. É outro ponto que a gente vem batendo desde que iniciamos a  
6602 questão das diárias. Alguns conselheiros, eu tive conhecimento, já receberam, outros  
6603 não. Eu, por exemplo, às 15 horas já terminando a reunião, e não recebi ainda o  
6604 depósito das minhas diárias. Obrigado.

6605  
6606 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
6607 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Boa-tarde a todos e a todas. Eu não poderia deixar  
6608 de fazer um registro, após a fala do coronel e conselheiro Sá Ribas, porque se nós  
6609 tivéssemos que contextualizar toda essa diferença cultural que há no sistema policial  
6610 e bombeiro militar, nós ficaríamos aqui a tarde toda. Mas, eu tenho que dizer, e não  
6611 posso deixar de fazer o registro, coronel, em que pese alguns pontos não  
6612 convergentes, eu posso dizer que neste espaço de debate, de diálogo, os praças  
6613 foram muito respeitados, principalmente, pela FENEME, pelo AMEBRASIL e pelo  
6614 próprio CNCG. E a gente espera que num futuro próximo esse mesmo respeito que  
6615 nós tivemos, com posicionamentos firmes, acho que teremos outros tantos, mas não  
6616 faltou o respeito e isso temos que enaltecer nas pessoas que aqui fizeram e,  
6617 principalmente, na sua pessoa. E aí a gente que vive um modelo militarizado, inclusive  
6618 chamar um coronel de você é razão de prisão administrativa disciplinar e aqui isso  
6619 nunca nos foi tolhido de forma alguma, sempre fomos entendidos aqui enquanto  
6620 conselheiros. Fica o registro da Anaspra porque para nós é um fato histórico, o senhor  
6621 melhor do que ninguém sabe disso, sentarem-se praças e oficiais e dialogar no  
6622 mesmo nível, na mesma condição, dividindo voto. A gente traz aqui o histórico da



6623 composição do fórum em que os praças oficiais dividiram cadeira, eu posso até estar  
6624 equivocado, mas eu não tenho registro de embate porque existiu uma lógica que se  
6625 ambos não concordassem perderiam o voto, então, esse amadurecimento começou lá  
6626 atrás, perpassa agora e, indubitavelmente, passou pelas pessoas que aqui estiveram.  
6627 Então, fica o registro da Anaspra, os nossos respeitos. E falar do coronel César  
6628 Ladeira também é mais um mineiro, lembrando que, provavelmente, teremos outra  
6629 mineira que é de cota de Janganga porque Marcos Rezende me parece que é  
6630 também candidato, então, vamos ter aqui uma tríade mineira, não vai faltar queijo e  
6631 cachaça, mas eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, coronel, do respeito que  
6632 a Anaspra teve no tratamento, indiferentemente do tema ter sido denso, espinhoso,  
6633 convergente ou não. Fica aqui para registro que, neste primeiro ano de conselho, o  
6634 tratamento entre os praças e oficiais foi o mais respeitoso possível. Muito obrigado e  
6635 foi um prazer tê-lo aqui. Enquanto conselheiro esperamos continuar nessa luta que  
6636 não termina por aqui. Muito obrigado.

6637  
6638 **O Sr. Pedro Gastalho Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** - Bom, foi falado  
6639 há pouco sobre a questão das diárias. Eu queria trazer aqui uma questão que acho  
6640 importante para ser encaminhada à Secretária Executiva. O fato de que nós todos  
6641 aqui desempenhamos a mesma função, somos todos conselheiros do Conasp, mas  
6642 os servidores federais, aqueles que têm um código SIAP, eles têm como diárias um  
6643 valor muito menor dos que os outros. Na minha opinião, isso é inadmissível porque  
6644 eu, por exemplo, pago o preço por ser professor numa universidade federal e, por  
6645 isso, minha diária é muito menor. Mas, neste momento, eu não sou um professor,  
6646 neste momento eu sou um conselheiro como qualquer outro. Então, todos aqueles  
6647 que são conselheiros que, por acaso, também são servidores federais, eles têm esse  
6648 problema de ter a diária muito menor. Acho que isso é um problema que precisa ser  
6649 encaminhado. Na última reunião, a nossa presidente do Conasp mencionou o fato de  
6650 que nós aqui somos comparados a uma determinada função, então por isso temos  
6651 esse valor de diária, mas isso não é verdade para todos os conselheiros. Entendo que  
6652 essa não é apenas uma discussão de desigualdade monetária, porque a desigualdade  
6653 monetária produz também outras desigualdades e reflete certa relação e condição que  
6654 o servidor federal tem nesse lugar. Então, eu queria marcar isso e pedir providências.  
6655 Acho que precisamos de fato ser tratados de maneira igual por exercer o mesmo  
6656 cargo aqui.

6657  
6658 **O Sr. André Argenta (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais – SINDAPEF)** - Bom, eu queria fazer uma fala que tivesse um caráter um pouco mais  
6659 reflexivo já que o tema é esvaziamento, eu queria que não perdêssemos de vista a  
6660 questão do esvaziamento político também. Não é só a ausência ou presença das  
6661 pessoas. Isso tudo tem que ser discutido, tem que ser tratado, isso é bom, mas o  
6662 mandato do Conasp desta gestão já caminhando para a reta final, falta a gente buscar  
6663 resposta para a pergunta “em que momento, como, quando o Conasp interfere na  
6664 formulação nas políticas públicas de segurança no Brasil?”. Tivemos diversos  
6665 momentos aqui de bater pé, de tentar fazer com que a política passasse por aqui, que  
6666 a gente se debruçasse sobre os programas, que a gente os discutisse e tal. Como é a  
6667 realidade de todos os conselhos, passamos muito tempo discutindo assuntos de  
6668 alcova, sem nenhuma pejoração, gastamos muito tempo discutindo como é que  
6669 funcionamos, quem é composto de quem, que senta onde, e sobra pouco tempo para  
6670 discutir a política mesmo, para tocar em temas, para falar de coisas e tal. E ainda é  
6671

6672 um pouco indefinido onde, qual lugar, no fluxo de elaboração das políticas públicas de  
6673 segurança no Brasil, o Conasp ocupa. Acho que é importante que tenhamos no  
6674 horizonte a necessidade de construção desse lugar. Que a gente conquista um  
6675 espaço de que no momento da elaboração das políticas tal momento, em tal hora o  
6676 Conasp tem que estar lá para ser ouvido, para discutir, para debater. Isso foi feito sim,  
6677 em diversos momentos aqui, mas que merece ainda preocupação, aprofundamento,  
6678 que a gente se debruce ainda sobre isso. Não é fácil fazer isso, ainda estamos  
6679 passando por muito amadurecimento, faz parte. Eu não sou um daqueles impacientes  
6680 com a democracia, eu acho que qualquer passinho, qualquer conquista é muito e tem  
6681 que ser, porque senão a gente fica naquele discurso: “Ah, a gente é ineficaz, a gente  
6682 não funciona e tal, dá aquela depressão, aquela preguiça e coisa não vai”. A gente  
6683 ganhou sim espaço, a gente fez coisas, mas acho que temos que pensar não no que  
6684 vamos ainda fazer, mas nos legados. Então, em termos de elaboração das pautas, de  
6685 criação de espaços para discussão, acho que temos de não perder de vista o nosso  
6686 dever de casa, quer dizer, promover os processos eleitorais, pensar na construção da  
6687 2ª Conferência e tal, mas temos também de pensar no espaço de interferência do  
6688 sistema político. Dizer que o Conasp tem que ter um lugar de escuta, de intervenção,  
6689 quando os programas, quando os orçamentos, quando as políticas são elaboradas,  
6690 elas deveriam passar por aqui. Isso ainda não tem institucionalidade, também não tem  
6691 ainda espaço. Mas, volto a dizer, não é uma lamentação, é mais uma provocação. Faz  
6692 parte do nosso amadurecimento continuarmos refletindo sobre isso.

6693  
6694 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Acho que  
6695 podemos já encaminhar com a posição dos conselheiros Mariano e Márcio, a gente já  
6696 podia fazer o encaminhamento da plenária, estamos com quórum bem apertadinho  
6697 para podermos tomar decisão.

6698  
6699 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6700 **Municipais de Segurança Pública)** - Eu entendo que essa pauta tem muito pouco  
6701 para deliberação. É mais uma pauta de reflexão, como o André colocou. O  
6702 esvaziamento tratado com base nessa tabela, acho importante a gente dialogar,  
6703 vamos ter eleições com os trabalhadores e a sociedade civil e eles vão brigar para ser  
6704 ter assento aqui para que não só em razão do regimento, mas que garanta a  
6705 presença, a disputa para estar no conselho tem que ter a participação nele. Não ser  
6706 uma camisa de força, mas ter sempre essa reflexão. Até sugiro que a cada reunião  
6707 tenhamos essa tabela circulando. Isso acaba provocando os conselheiros: “Faltei  
6708 aqui, justifiquei ou não”, então, esse é debate. Eu não acredito que o conselho tenha  
6709 uma crise em razão da não participação das pessoas. Eu vou à linha da leitura que o  
6710 André fez, nós não temos aqui o ufanismo acreditar que este conselho e todas as  
6711 recomendações sejam aceitas pelo governo. O governo aceita ou não as  
6712 recomendações, sejam elas pontuais envolvendo a perícia, envolvendo a Polícia  
6713 Federal, ou envolvendo um debate mais geral como esse que nós discutimos hoje da  
6714 aposentadoria, nós tiramos uma posição, encaminhamos para o governo, se vai tirar  
6715 ou não o projeto, isso é outro debate. Cabe ao conselho se manifestar. E acho que  
6716 estamos numa fase da institucionalização do conselho enquanto órgão tripartite. Essa  
6717 é a fase que está. O conselho está longe de interferir em políticas públicas na área de  
6718 segurança. Isso não quer dizer que se está longe está esvaziado. Ele está longe  
6719 porque o momento desse conselho, e a 2ª Conferência vai ser o segundo passo. É ele  
6720 se institucionalizar minimamente enquanto órgão tripartite de representação. Este

6721 conselho existiu durante 30 anos, a gente não sabia que existia, só tinha o nome. Não  
6722 sabia nem quem fazia parte. Então, minimamente a sociedade civil sabe que existe  
6723 este conselho porque tem representação, os trabalhadores e assim diante. Eu acho  
6724 que o nosso esforço aqui é de, dentro do possível, pegar os grandes temas e fazer  
6725 recomendação a cada encontro nosso relevante relacionado à segurança, se o  
6726 governo acata ou não isso é outro debate. Acho que foi um avanço aquele debate que  
6727 fizemos sobre a política do crack, emendas ao projeto do governo, isso qualificou  
6728 também o nosso debate aqui. Este conselho vai ter aqui como função principal dar o  
6729 norte de conteúdo, de mérito da 2ª Conferência, que não tivemos isso na 1ª. A 1ª nós  
6730 recebemos o texto pronto, levei bronca por dizer que o texto era genérico e era  
6731 genérico. Vários temas foram colocados clandestinamente na assembleia e nem foi  
6732 discutido nos fóruns das conferências municipal e estadual porque não estava dado a  
6733 colocar. Então, os temas que nós aprovamos aqui como eixos são temas de extrema  
6734 relevância para as questões de segurança pública. E este Conasp vai debater com a  
6735 sociedade, grupo de extermínio, reformas das polícias, sistema prisional é uma  
6736 conferência com a cara deste conselho, esse é o maior legado da nossa gestão. E o  
6737 desafio nosso é produzir um texto base que aprofunde as questões de consenso, as  
6738 questões conflitantes que levem o grande debate de segurança pública para a  
6739 assembleia. As mudanças amplas da polícia vão acontecer em razão das diretrizes da  
6740 Senasp? Não tenho nenhuma esperança que aconteça, mas isso é registro. Quer  
6741 dizer, não é mais uma ONG falando em reforma, é o conselho formal que o Governo  
6742 seguindo ou não, registrou a necessidade de reformas das polícias, de  
6743 desmilitarização, de rediscutir o inquérito policial, ou seja, a 2ª Conferência é o espaço  
6744 para consolidação deste conselho e o espaço para ele mostrar à sociedade que está  
6745 debatendo os grandes temas de segurança pública, o resto é consequência. Quer  
6746 dizer, eu acredito que vamos ter capacidade de interferir em políticas públicas só a  
6747 partir da 4ª ou 5ª Conferência. O que não impede de a cada 2 meses nós possamos  
6748 recomendar ao governo, fazer críticas, mas acreditar que é processual isso, é só  
6749 reforçando o que o André disse.

6750

6751

6752 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Eu queria que a gente  
6753 fosse um pouco mais sucinto para darmos encaminhamento.

6754

6755 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais  
6756 Civis – COBRAPOL)** - Eu queria saber a respeito das tabelas porque eu estava  
6757 querendo saber a respeito das ausências da nossa entidade e algumas justificativas  
6758 que nós tivemos é que a ausência da presidenta do conselho, a secretária Regina Miki  
6759 também se justifica em razão de reuniões que tivemos de ausentar neste dia. Eu não  
6760 sei se chegou até ao conselho que nós estávamos reunidos de 9 horas até 0 hora do  
6761 outro dia. Isso deveria ter sido esclarecido porque lá nós dissemos: “Secretária, nós  
6762 temos lá reunião hoje”.

6763

6764 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Não, mas não foi por  
6765 isso. Mesmo com esse sacrifício todo, vocês compareceram.

6766

6767 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de  
6768 Segurança Pública)** - Está na ata essa questão. O que aconteceu foi o seguinte: a  
6769 Simone não veio, ela passou o dia com vocês, o Pfeifer estava aqui para dar quórum.

6770 Então, o pessoal mandou o suplente. No dia seguinte, a reunião foi de um dia, numa  
6771 quinta-feira, quando foi no dia seguinte, por exemplo, o Kléber estava também, eles  
6772 vieram para poder dar quórum, o Pfeifer ficou dois dias com a gente para ajudar a  
6773 votar. Então, na verdade, a única instituição que não mandou nem suplente e acabou  
6774 não vindo no segundo dia também foi a sua, por isso que foi dada ausência.

6775  
6776 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6777 **Civis – COBRAPOL)** - Quer dizer que eu teria que ter encaminhado o suplente  
6778 imediatamente porque na confirmação eu não sabia que teria de ser encaminhado o  
6779 suplente?

6780  
6781 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6782 **Segurança Pública)** - Sim.

6783  
6784 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6785 **Civis – COBRAPOL)** - E agora o suplente mora aqui, não tem despesa nenhuma ao  
6786 erário, então ele vai estar aqui todo tempo.

6787  
6788 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6789 **Segurança Pública)** - Quando o senhor tiver outra atividade, pede para o suplente vir.  
6790 O Pfeifer ficou com a gente os dois dias porque a Simone passou o dia lá com vocês e  
6791 não teve prejuízo para o conselho a ausência dela.

6792  
6793 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6794 **Civis – COBRAPOL)** - Sim, ela talvez soubesse da reunião antes de nós. Nós  
6795 soubemos à tarde do outro dia, era impossível convocar o suplente. Mas, nós vamos  
6796 verificar, às vezes alguém não estando aqui quando passa a lista, ele vai levar  
6797 ausência. Então, eu vou cruzar isso com as atas. Eu não tenho certeza e nem tenho  
6798 como agora aqui saber se a gente participou dessas quatro, significa que nós  
6799 participamos só 50% das atividades do Conasp pela lista, que eu presumo esteja  
6800 correta. Porém, as justificativas não são consignadas, ou todas aquelas justificativas  
6801 são consignadas como presença?

6802  
6803 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6804 **Segurança Pública)** - O que acontece: nosso regimento interno determina que se  
6805 estiver ausente em 50% da reunião é ausência reunião o dia inteiro. Então, por  
6806 exemplo, se algum conselheiro não vier na parte da manhã, ele terá ausência o dia  
6807 inteiro. Até então vínhamos trabalhando dessa forma, mas de uma maneira mais  
6808 tranquila. Aqui, possivelmente Gandra, pode ser que você veio num dia de manhã. A  
6809 gente sabe da sua presença, mas pode ter sido por pouco tempo. Vem, fica um turno,  
6810 vai embora, aí é ausência.

6811  
6812 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6813 **Civis – COBRAPOL)** - Mas isso estando no regimento não posso fazer mais nada?  
6814 Se está no regimento, por mais que tenha algumas propostas na ata vai ter que levar  
6815 ausência, é isso?

6816  
6817 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6818 **Segurança Pública)** - É justificar, por exemplo, o senhor pode encaminhar uma

6819 justificativa ao plenário dizendo que não veio porque tinha uma atividade assim e tal.  
6820 Por exemplo, a justificativa da quinta-feira da última reunião. O senhor estava em  
6821 reunião o dia inteiro, foi dito isso aqui, então não deixou de ser avisado, mas não  
6822 deixou de ser uma justificativa. A justificativa não retira a falta, ela justifica a falta, mas  
6823 não abona.

6824  
6825 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6826 **Civis – COBRAPOL** - Ok. Eu sugiro que seja colocado nesse quadro, como proposta,  
6827 mais uma coluna falando sobre as justificativas, justificativa aceita, justificativa  
6828 negada, ausência injustificada.

6829  
6830 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
6831 **Federais – FENAPRF)** - Eu penso que nós já levamos tanto tempo em nossas  
6832 reuniões reclamando do governo mais apoio, mais reconhecimento que acho coerente  
6833 essa cobrança, mas ela não chega a lugar nenhum e as coisas como estão, estão  
6834 confortáveis para o governo porque o país vende essa imagem que está bem na  
6835 questão da participação social. Ontem nós ouvimos isso do Daniel Avelino, existem  
6836 conselhos, existem conselhos paritários, a sociedade civil está representada, isso é  
6837 bom para o estado das coisas. Para o conselho crescer em autonomia, relevância e  
6838 reconhecimento, acredito que nós precisamos nos mobilizar mais com as nossas  
6839 bases, construir pautas comuns entre os segmentos, promover reuniões entre um  
6840 encontro ou outro deste colegiado. Ontem nós tivemos uma experiência muito positiva  
6841 nisso que o segmento dos trabalhadores já começou a construir uma pauta comum,  
6842 até agradecemos a todos os conselheiros que entenderam a questão da urgência da  
6843 aposentadoria especial e, de forma inédita, uma decisão que foi aprovada na parte da  
6844 manhã, à tarde já estava na mão do ministro de Estado da Justiça. Eu acho que uma  
6845 ação como essa faz o Conasp crescer em relevância e reconhecimento. Acho que  
6846 precisamos fazer a nossa parte. Com relação a esse quadro, acho que basta uma  
6847 legenda, justificado ou não justificado ao invés de outra coluna.

6848  
6849 **O Sr. Nilson Edegar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**  
6850 **Identificação – FENAPPI)** - A sugestão que eu apresentaria aqui é diante dessa  
6851 reclamação de esvaziamento, muitas vezes física por falta de quórum, se as  
6852 entidades do Distrito Federal tivessem suplentes ficaria fácil. Esse caso citado  
6853 anteriormente da ausência da Simone, que rapidamente eu pude vir sem prejuízo para  
6854 o Conasp, foi devido eu morar aqui em Brasília. Agora, o Gandra também, o Divinato  
6855 que é aqui no Distrito Federal. Então, dentro das possibilidades e dentro logicamente  
6856 da representatividade de cada categoria se pudesse ser mais próximo daqui para  
6857 facilitar essa questão de quórum.

6858  
6859 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC)** -  
6860 Peço desculpas de estar retomando, eu me esqueci de um ponto levantado, isso aqui  
6861 é para reflexão e é o momento da gente externar. Aqui eu estou conhecendo e  
6862 aprendendo o trabalho do Conasp. Então, como o Marcos Dias disse que já foi  
6863 debatido várias vezes isso sobre a questão do governo e tal, eu não participei em  
6864 outro momento, mas eu sinto essa ausência. Ontem, por exemplo, pela primeira vez  
6865 eu vi uma participação da presidente, a Regina, eu não quero aqui Almir, de forma  
6866 alguma, desmerecer seu trabalho, está sendo muito bem conduzido, mas existe um  
6867 peso, uma diferença dela na condução de uma reunião. Agora, ela argumentou o

6868 motivo, agora a Conasp tem que ser uma prioridade do governo e por um momento  
6869 tem que estar na agenda dela essa participação. Então, eu coloco essa minha fala,  
6870 meu pensamento, a importância dela estar aqui e que o governo, de repente, não  
6871 depende dela, mas do ministro, do governo ou da própria presidente, para que ela  
6872 possa dedicar um período desta reunião da Conasp efetivamente aqui com a gente.  
6873 Já que existe uma programação aí até o final do ano. Esta é a minha fala, Almir, e é  
6874 como eu disse, não estou querendo desqualificar, Suelen, o trabalho de vocês, mas é  
6875 importante a presença da secretária Regina Miki nesta reunião pelo cargo que ela  
6876 exerce.

6877  
6878 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6879 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Uma proposta de  
6880 encaminhamento. Eu acredito que devemos seguir o regimento, que no Título II,  
6881 Capítulo I, Artigo 36, diz o seguinte: “Mediante três ausências consecutivas ou cinco  
6882 ausências alternadas, a Secretaria Executiva do Conasp comunicará a entidade,  
6883 fórum, rede ou movimento social a necessidade de apresentação de uma justificativa  
6884 de ausência à plenária”. Regimentalmente é só o que temos de fazer. Aqui não existe  
6885 afastamento, substituição ou qualquer coisa parecida. Mas acho que para além da  
6886 Secretaria Executiva, deve ser uma decisão daqui da plenária. Tem que sair assinada,  
6887 isso aqui é uma decisão coletiva da plenária, mandar um comunicado à entidade, mas  
6888 temos que lembrar que apesar de entidade ou não ver como gestores também,  
6889 porque só o SDH tem 5 ou 6, o próprio MJ tem 4 ou 5 faltas consecutivas. E sair daqui  
6890 desse coletivo um comunicado para rede ou para instituição ou para entidade  
6891 solicitando justificativas e o porquê das faltas.

6892  
6893 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Olha, temos uma  
6894 condição técnica para podermos decidir com relação a três assuntos, se o Nóbrega  
6895 sair agora ficaremos sem quórum. Então, precisamos aproveitar a oportunidade de  
6896 estarmos aqui com quórum. A primeira decisão é sobre o encaminhamento do  
6897 regimento interno com relação a ausência e falta. Cumprir o regimento, aprovar isso.  
6898 E depois disso aí a aprovação do Grupo de Trabalho para Maceió, e aí precisa os  
6899 gestores, trabalhadores e sociedade civil em questão de minutos escolherem e o de  
6900 Porto Alegre.

6901  
6902 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
6903 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Proposta para a questão da ausência dos  
6904 conselheiros. Como se trata de uma matéria do plenário, que a plenária, não a  
6905 Secretária Executiva, não a Secretaria Executiva, já está? Não vou perder tempo,  
6906 desculpe.

6907  
6908 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Quem está de acordo  
6909 em seguir o regimento uma decisão de plenária para que a Secretaria Executiva  
6910 possa fazer as informações com relação à ausência em nome da plenária? É  
6911 consenso? **APROVADO.**

6912  
6913 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6914 **Segurança Pública)** - Eu vou colocar nesse documento também para todos terem  
6915 ciência, acho importante mandarmos não só para os que têm falta, e vamos explicar  
6916 que ele tem falta, mas a quem não tem também solicitar que eles permanecem em

6917 período integral. Então, fizemos o maior esforço para que todas as passagens fossem  
6918 emitidas para após as 19 horas para que nossa reunião pudesse avançar pelo menos  
6919 até 5h30, no entanto, tivemos dois conselheiros que alteraram os voos. E aí alteraram  
6920 por conta própria. Isso acaba dificultando para nós a relação porque a gente faz o  
6921 maior esforço para que a reunião aconteça.

6922  
6923 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6924 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Vale ressaltar, a Suelen falou  
6925 agora só de conselheiros e conselheiras que são de fora, que dependem de bilhete  
6926 aéreo. De Brasília nós temos 8 representantes no conselho, e nós só tivemos dois  
6927 aqui durante esses dias.

6928  
6929 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Então, vamos fazer o  
6930 seguinte, vamos separar, dois ou três minutos, os segmentos para fazerem a escolha  
6931 das duas pessoas que irão para Maceió e para Porto Alegre. Na questão de Maceió a  
6932 gente já escolhe 2 meses, são duas pessoas. Vamos explicar isso direito.

6933  
6934 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
6935 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Ontem quando nós pedimos uma  
6936 devolutiva do Plano de Enfrentamento da Redução de Violência, a secretária disse  
6937 que o plano não está aprovado, mas que algumas ações do plano já vão ser  
6938 implementadas como projeto piloto em Alagoas e convidou o Conasp para fazer parte  
6939 do Comitê de Monitoramento. Uma vez por mês terá reunião e ela deixou em aberto  
6940 para que tivesse indicação de um representante de cada segmento e que fossem  
6941 alternado, que não fossem as mesmas pessoas.

6942  
6943 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Então, vamos fazer as  
6944 nossas reuniõezinhas, bem rápidas, 3 minutos. Vamos lá, pessoal, para Maceió os  
6945 representantes da sociedade civil foram escolhidos o conselheiro Pedro na primeira  
6946 reunião e na segunda reunião o conselheiro Geraldo Wanderley. E para o Fórum de  
6947 Segurança Pública, acompanhando a Câmara Técnica da representação da  
6948 Sociedade Civil, o conselheiro Tião Santos. Agora dos gestores.

6949  
6950 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6951 **Municipais de Segurança Pública)** - Dos gestores para a primeira reunião de  
6952 Maceió, conselheiro Humberto Pontes, na segunda o conselheiro Malta, e para o  
6953 Fórum, como ele já vai estar numa mesa lá, o conselheiro Malta também.

6954  
6955 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
6956 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Dos trabalhadores. Pela ordem, para a reunião de  
6957 Maceió, o Gandra, como primeira opção da primeira reunião, na segunda reunião em  
6958 Maceió o Márcio Godoy. E acompanhando a Câmara Técnica para o Fórum Brasileira  
6959 de Segurança Pública o conselheiro José Neves, que é o mais próximo, que é lá do  
6960 Paraná.

6961  
6962 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Aprovação  
6963 dos nomes pelo plenário: é consenso? Tem algo contra? Tem alguma indicação?  
6964 **APROVADO.** Nós terminamos nosso trabalho de aprovação, vamos agora para os  
6965 informes e o nosso encerramento. Estamos agora nos informes.

6966  
6967 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6968 **Civis – COBRAPOL)** - Presidente, questão de ordem. Nós encaminhamos uma  
6969 proposta em relação à criação de uma tabela que vai circulada...  
6970  
6971 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Foi  
6972 aprovada.  
6973  
6974 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6975 **Civis – COBRAPOL)** - Muito bom então. Nessa tabela estão todas as cadeiras do  
6976 Conasp? Ou tem alguma cadeira que não está lá consignada?  
6977  
6978 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Estão  
6979 todas.  
6980  
6981 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6982 **Segurança Pública)** - Inclusive a cadeira de convidados, estão todas  
6983  
6984 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
6985 **Civis – COBRAPOL)**- Só não está a presidenta, podemos incluir também, porque ela  
6986 vai justificar toda vez, quando ela não puder, eu acho até uma questão de justiça para  
6987 com ela.  
6988  
6989 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
6990 **Segurança Pública)** - Sim, pode ser também. Só para retomar, nós vamos mandar  
6991 um documento em nome do pleno do Conasp informando das faltas, pedindo uma  
6992 justificativa das faltas. E aí essas justificativas chegando, a gente coloca na tabela e  
6993 traz na próxima reunião.  
6994  
6995 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Ok. Então,  
6996 nós iniciamos agora os informes. Eliana Costa.  
6997  
6998 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)** - O  
6999 informe é o seguinte: no dia 9 de julho vai se realizar na URFJ (Universidade Federal  
7000 do Rio de Janeiro) o Seminário Nacional sobre os Conselhos Estaduais de Segurança  
7001 Pública e Direitos Humanos. Foi feita uma pesquisa que a UFRJ, num setor que eu e  
7002 Pedro trabalhamos, sobre todos os conselhos estaduais de segurança pública e  
7003 direitos humanos. Então, nesse seminário virão pessoas dos estados e a ideia é  
7004 apresentar o resultado dessa pesquisa. Foi uma pesquisa que a gente participou de  
7005 um edital aqui da Senasp. Eu queria convidar oficialmente os conselheiros que  
7006 puderem ir e não sei se há possibilidade, o próprio Conasp vai ser convidado a falar  
7007 da experiência do Conasp, mas eu queria ver o maior número de conselheiro possível  
7008 participando desse evento no Rio de Janeiro.  
7009  
7010 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
7011 **Militares Estaduais. ANASPRA)** - Eliana, há prazo para inscrição? Como é que  
7012 funciona?  
7013



7014 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Eu  
7015 vou mandar para vocês. É no dia 9 de julho, o dia inteiro.

7016  
7017 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
7018 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Bom, conselheiros e conselheiras  
7019 presentes, é só para comunicar que a partir da próxima reunião eu não estarei mais  
7020 presente com vocês. Tenho um pleito legislativo municipal, sou candidato a vereador  
7021 em Curitiba e em respeito à Emenda 64 que obedece ao TSE, a  
7022 desincompatibilização, eu já me afastei das diretorias da organização que eu  
7023 represento, sendo que de representação de conselho eu poderia ficar até o início do  
7024 período eleitoral, 8 de julho. Agradecer a paciência, o companheirismo de todos e  
7025 todas, eu creio que ninguém chegou aqui para aprender muita coisa porque eu  
7026 acredito que nós temos um conselho muito qualificado. Quem chegou aqui já chegou  
7027 porque tem alguma *expertise* nesse tema. Mas, a gente sempre aprende mais,  
7028 inclusive a respeitar, eu mesmo me despir de alguns preconceitos que eu tinha para a  
7029 Polícia Militar, a gente vai aprendendo com a convivência e eu tenho que falar, não  
7030 tenho por que esconder, eu era cheio de preconceito com a Polícia Militar e fui me  
7031 despidendo de alguns deles aqui com a convivência, dentro deste conselho. Só tenho a  
7032 agradecer. E é um afastamento temporário. Eu prefiro que seja definitivo, porque quer  
7033 dizer que foi eleito. Mas, se eu não for eleito é um afastamento temporário, até a  
7034 penúltima e última reunião ainda posso voltar com vocês. Tem mais um informe: não  
7035 esqueçam o aniversário da Cíntia, ela vem nos aturando com essas confusões de  
7036 passagem nos últimos meses. Cíntia, feliz aniversário. Obrigado pela atenção.

7037  
7038 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
7039 **Municipais de Segurança Pública)** - Boa sorte, Márcio, na campanha. É o segundo  
7040 conselheiro candidato aqui, o Marcos Rezende também é. Vão se eleger os dois. Eu  
7041 queria dar o informe aqui e fazê-lo também em nome do Malta. Nós fazemos parte do  
7042 GT criado na Senasp para estabelecer o marco regulatório das guardas civis e houve  
7043 uma situação que antecipou esse debate, o deputado Arnaldo Faria de Sá tinha um  
7044 projeto sobre o marco regulatório, que na nossa avaliação era ruim, e o deputado  
7045 Francischini foi o relator do projeto e tomou a iniciativa de procurar a Secretaria  
7046 Nacional de Segurança Pública para apresentar o substitutivo junto com o que já  
7047 havia de reflexão aqui na Senasp. Então, nós já tínhamos um texto preliminar, 99% do  
7048 que nós tínhamos desse texto construído no Grupo de Trabalho de regulamentação  
7049 foi para o substitutivo desse deputado, ele já foi aprovado na Comissão de Segurança  
7050 e está indo agora para a Comissão de Constituição e Justiça. É um avanço porque  
7051 coloca objetivamente as guardas dentro do sistema de segurança pública como órgão  
7052 complementar da Polícia Civil e Militar, mas com total subordinação ao poder público  
7053 municipal. Estabelecendo claramente quais são as atribuições para não conflitar com  
7054 a Polícia Civil, nem com a Polícia Militar. De modo que eu queria, além de fazer  
7055 registro, sugerir que a próxima pauta a gente possa apresentar uma moção de apoio a  
7056 esse projeto que tramita no Congresso Nacional, vou trazer cópia dele para que o  
7057 conselheiro, evidentemente tenha conhecimento, mas é uma questão que nós  
7058 estamos trabalhando há pelo menos 20 anos e este projeto que tira as guardas  
7059 municipais do Brasil dessa insegurança institucional que é instituição de fato, mas não  
7060 de direito. Acho que é do PSDB ou do Democratas o deputado. Achamos importante  
7061 que o substitutivo fosse um deputado da oposição que isso possibilita maior trâmite no

7062 Congresso e uma recomendação daqui do Senasp de apoio a esse substitutivo vai  
7063 ajudar bastante lá na Câmara.

7064

7065 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**  
7066 **Brasil)** - Eu queria cumprimentar a conselheira Eliana pela iniciativa a respeito do  
7067 evento lá no Rio de Janeiro ao qual eu desejo todo sucesso e a sua disposição de  
7068 convidar todos os conselheiros, o Ministério da Justiça e a Senasp, que é o que eu  
7069 acho correto, quando se trata de eventos que têm essa dimensão e a relação deles  
7070 com o nosso trabalho aqui no Conasp. Só que eu acho e é isso que gostaria de fazer  
7071 o registro que também tem que haver uma recíproca nesse sentido. E aí a gente fica  
7072 um pouco constrangido quando a gente faz isso tudo da forma como a Eliana  
7073 descreveu e nós fizemos isso recentemente por ocasião do Sibraseg e acabamos não  
7074 tendo nenhum retorno, nem do Ministério da Justiça e nem da Senasp, quer dizer, a  
7075 expectativa que a gente tem é que pelo menos o ministério, a Senasp, até por  
7076 consideração a nossa condição de conselheiro, nesses casos ao menos que nos dê  
7077 uma resposta, ainda que negativa, ainda que o ministro não possa participar, ainda  
7078 que a secretária não possa ir, mas pelo menos dê uma satisfação aos conselheiros  
7079 quando for iniciativa dos membros do Conasp. Infelizmente aconteceu isso conosco,  
7080 eu espero e torço que isso não aconteça com a Eliana porque é o mínimo que a gente  
7081 espera em termos de consideração elementar aos membros do conselho como um  
7082 todo. É só o registro porque ontem tivemos a oportunidade de conversar com o  
7083 ministro a esse respeito, o ministro polidamente pediu escusas, tudo bem, mas que é  
7084 uma coisa constrangedora é. A gente gostaria de receber pelo menos um comunicado  
7085 do ministério: "Olha, o ministro não pode ir por isso e tal, agradeço o convite" e assim  
7086 por diante, até por uma questão de consideração, repito, para os conselheiros do  
7087 Conasp. Muito obrigado.

7088

7089 **O Sr. Nilton Ademar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papioscopia e**  
7090 **Identificação – FENAPPI)** - Apesar da pouca convivência, Márcio Marins, eu desejo a  
7091 você, primeiro que eu aprendi também alguma explanação durante suas exposições  
7092 aqui na primeira reunião que participei. Desejo a você sucesso na sua carreira  
7093 política.

7094

7095 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviárias**  
7096 **Federais - FENAPRF)** - Espero que sua despedida, Márcio Marins, não seja  
7097 permanente, seja apenas uma retirada estratégica. Dizer que esse espaço é um  
7098 espaço para derrubada de mitos, medos e preconceitos, dizer que sou sensível á  
7099 causa AGLBT e que me sinto à vontade de debater com você abertamente questões  
7100 que dizem interesse direto à segurança pública, mas sem nenhuma restrição ao seu  
7101 posicionamento, ao grupo que você defende e que sempre terá o nosso apoio.

7102

7103 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**  
7104 **Militares Estaduais – ANASPRA)** - Eu acho que o Marcos foi bem feliz, este  
7105 conselho é, de fato, um espaço que tem que nos permitir isso, essa franqueza, o  
7106 diálogo. Acho que franqueza, lealdade não podem faltar por parte de nós aqui,  
7107 enquanto conselheiros e representantes de segmentos. E da mesma sorte e,  
7108 infelizmente, até porque os dados demonstram isso, e não só as polícias militares,  
7109 mas as forças de segurança pública têm, sim, ao longo de sua história sido opressora  
7110 quanto a movimentos sociais, contra as minorias. Então, que bom que você sai com

7111 essa imagem de que as instituições não são aquilo que às vezes apresentam ser até  
7112 porque eu digo sempre eu não sou alienígena, eu também tenho família e errar ou  
7113 acertar às vezes se dá em razão da pessoa e não da instituição que tem que estar  
7114 acima de tudo isso. Inclusive quando a gente propõe reformular o sistema perpassa  
7115 não única e exclusivamente do modelo, até porque a instituição, seja ela qual for, ela  
7116 é composta por homens e mulheres que erram e acertam. Então, estigmatizar,  
7117 independentemente do foco a que se pertença, ontem o coronel Sá Ribas fez um  
7118 pequeno comentário, que eu também faço coro dele, não no sentido pejorativo, não  
7119 no sentido de não admitir, mas a sociedade brasileira admite hoje e aí isso é um  
7120 exemplo, é a marcha da maconha, é a liberdade de expressão, mas condena qualquer  
7121 ação policial sem conhecer a estrutura, sem conhecer o homem, sem conhecer o  
7122 sistema. E aí condena absolutamente por tudo, generaliza tudo, não foca. E a sua  
7123 convivência nos permitiu hoje, não tenha dúvida nenhuma que eu sou um defensor da  
7124 sua causa, por ter conhecido por dentro todas as dificuldades pelas quais vocês  
7125 passam, por ter tido a oportunidade de conviver com quem defende aquilo que  
7126 acredita e naquilo que é a razão de vida. Então, hoje o meu posicionamento, e levo  
7127 isso aos meus pares, e sei que nem todos admitirão da mesma sorte que eu, mas não  
7128 tenha dúvida que hoje o movimento, não só o segmento ao qual você pertence, mas  
7129 todos os outros, dos direitos humanos, outro dia eu comentava exatamente isso, como  
7130 é difícil você dar força de segurança pública usando o seu termo *despir-se* de sua  
7131 condição de profissional de segurança pública e encarar isso como parte da  
7132 sociedade. Não é fácil. Não é fácil quando você é polícia a vida inteira lutando contra  
7133 o crime e se depara com uma proposta de Código Penal que estabelece limites para  
7134 que a pessoa consuma drogas. Então, o que a gente tem que, enquanto policiais,  
7135 enquanto profissionais de segurança pública, é entender que a sociedade está  
7136 mudando e eu tenho que mudar junto com ela. Então, fica os nossos respeitos a você  
7137 e a todos os outros que aqui se encontram. E para nós foi um prazer incomensurável  
7138 ter podido conviver com você esse tempo todo e desejo toda sorte na sua campanha  
7139 política e que, independentemente do sucesso ou não, não tenha dúvida de que você  
7140 tem hoje uma ressonância e todo respeito, principalmente da Anaspra porque eu falo  
7141 em nome da Anaspra. Boa sorte e obrigado.

7142  
7143 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC)** - Eu  
7144 quero desejar sucesso nessa empreitada que não é fácil. A política muitas vezes é  
7145 bonita no papel, mas quando você participa vê muitas coisas, mas tem que ser  
7146 mudado e para isso tem que ter pessoas de vontade, pessoas de bem, que encaram  
7147 isso para poder mudar a política brasileira. E eu tiro o chapéu por essas pessoas que  
7148 têm essa vontade e a coragem de enfrentar. Esse processo de eleição, esses três  
7149 meses, serão três meses puxados para você, mas tenho certeza que com a sua  
7150 capacidade você vai fazer uma boa campanha, mostrar a sua proposta e se Deus  
7151 quiser ser eleito. Sendo eleito, trabalhar, plantar uma semente para que mude essa  
7152 política brasileira. Porque essa política hoje nos prejudica muito da forma em que se  
7153 encontra. Então, eu desejo sucesso e estamos à disposição para ajudar e contribuir  
7154 indiretamente dando apoio, mas que você tenha sucesso nesse novo pleito.

7155  
7156 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos  
7157 Periciais do Brasil)** - Presidente, eu queria fazer aqui três falas rápidas, breves.  
7158 Inicialmente, me dirigir ao conselheiro Sá Ribas para dizer que o pouco tempo que eu  
7159 tenho de Conasp, aprendi admirá-lo pelo seu posicionamento, pela sua sinceridade,

7160 dizer que fará falta, mas estamos aqui passageiros. Nós tínhamos que ter a filosofia  
7161 de que não temos cadeira cativa e a demonstração de renovação da AME onde outro  
7162 companheiro virá aqui dar continuidade aos trabalhos que o nobre conselheiro teve  
7163 durante o tempo que esteve aqui nesta Casa. Desejar sucesso na sua nova  
7164 empreitada que, com certeza, irá assumir novas funções e desejamos desde já  
7165 sucesso, paz e fraternidade. No segundo momento, dirigir ao nosso conselheiro  
7166 Márcio, primeiro parabenizá-lo pela sigla, PSB. Partido que nós admiramos e que  
7167 fazemos parte no nosso estado, o Partido Socialista Brasileiro. Então, a sua felicidade  
7168 começa pela escolha do partido, na minha análise, que você hoje irá disputar uma  
7169 vaga lá na Câmara Municipal. Dizer já como certa sua eleição, pois você levará sua  
7170 experiência frente à entidade, sua experiência neste conselho e de tantas outras  
7171 passagens que você deva ter na seu dia a dia. Mas iremos rogar ao Supremo  
7172 Arquiteto do Universo que possa iluminar os eleitores para que você possa estar lá  
7173 representando a entidade que o representa e o povo do município o qual você mora  
7174 hoje. Então, desejo sucesso, não estar na sua posse que será meio difícil, mas poder  
7175 acompanhar os seus passos à frente da Câmara Municipal. A terceira fala, meu  
7176 presidente, é dizer que o estado da Paraíba apesar de ser pequenino é ingerido, como  
7177 a gente fala. A Secretaria de Segurança do meu estado por meio da Polícia Científica,  
7178 estará agora em agosto, conselheiras e conselheiros, assinando um termo de  
7179 cooperação com a Universidade de Granada na Espanha num programa chamado  
7180 DNA Pró-Kids, é um projeto iniciado em 2004, hoje presente em 15 países e no Brasil  
7181 em termos de instituto de perícia oficial é o pioneiro no Brasil. No Brasil é segundo  
7182 Termo de Acordo, o primeiro em São Paulo, não me recordo bem o nome da entidade,  
7183 é uma ONG chamada Me Ache, não sei, no Brasil seremos o segundo. Esse  
7184 programa DNA Pró-Kids é um programa para localizar e identificar jovens  
7185 adolescentes, vítimas do tráfico, pessoas que são levados do seio de sua família e na  
7186 sua maioria mulheres, que são levadas para o trabalho escravo ou para exploração  
7187 sexual. Esse projeto visa fazermos um banco de dados de mães que têm seus filhos  
7188 desaparecidos, eles vão através de uma rede do Ministério Público, Polícia Civil,  
7189 Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, ONGs, conselhos tutelares, então eles se  
7190 apresentam, é autorizado material genético e colocado no banco de dados  
7191 internacional e tem efeito a busca para que possamos localizar essas crianças  
7192 desaparecidas. De 2004 a 2012, 44 casos positivos foram detectados por esse  
7193 sistema no mundo. No Brasil ainda não temos nenhum caso desse positivo visto que é  
7194 muito recente. Estaremos agora em agosto assinando esse termo de cooperação,  
7195 estará vindo o seu fundador, professor doutor Lorenzo, que é da área de genética  
7196 forense, para quem é da área sabe que é um nome de grande referência, uma  
7197 autoridade na área. Então, eu queria trazer essa informação a este conselho. Muito  
7198 obrigado.

7199  
7200 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** - Eu  
7201 gostaria de manifestar de certo modo pesar por estar perdendo 2 colegas que deram  
7202 grande contribuição aqui, o Sá Ribas sempre com esse jeito manso, elegante e  
7203 simples, sempre com as posições na hora certa. E o Márcio bastante dedicado a tudo,  
7204 preocupado com as coisas, envolvido com as causas da segurança, sobretudo na  
7205 defesa bastante intransigente do segmento dele, não só que sabemos que é em todo  
7206 canto, apesar de saber que nós vamos ter a substituição, evidentemente vocês vão  
7207 procurar ter substitutos à altura, mas nós sabemos que construímos uma convivência  
7208 e isso vai fazer falta. Desejo que você seja muito bem sucedido lá no novo pleito,

7209 estou vendo que está emocionado, mas também eu queria, isso na verdade não é um  
7210 informe, mas uma preocupação que eu até deveria ter levantado antes da reunião,  
7211 mas eu não tive um retorno, por isso não pude fazê-lo. Mas, o corregedor-geral de  
7212 Polícia do meu estado, o Felipe, foi exonerado pelo governo estadual, e tudo indica  
7213 que essa exoneração foi em função de umas denúncias fortes que aconteceram lá  
7214 contra a cúpula da Polícia Civil etc, e ele estaria apurando e, por isso, possivelmente,  
7215 eu não Consegui falar com ele nesses dias, se eu tivesse Conseguido eu tinha  
7216 colocado aqui no pleno para trabalharmos alguma moção, uma coisa assim. Mas, é  
7217 uma pena que ainda estejamos nessa situação. Também dois jovens ciganos de 22  
7218 anos foram mortos pela polícia essa semana lá no Rio Grande do Norte, na verdade,  
7219 eles foram executados, vinham 4 jovens ciganos, vinham em duas motos, um era  
7220 menor de idade, a polícia abordou uma das motos, mandaram os meninos se deitar e  
7221 os executaram. Quer dizer, isso é uma coisa muito grave. Está sendo apurado e eu  
7222 estou envolvido, fui indicado pelo Conselho dos Direitos Humanos para acompanhar o  
7223 caso, já fui lá duas vezes, estou construindo a questão da investigação, inclusive  
7224 estou deixando uma denúncia aqui na Secretaria de Direitos Humanos. E a outra  
7225 coisa, é uma coisa boa, o nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos que fazia  
7226 dois anos que estava desativado, agora reativou e realizamos nossa primeira reunião  
7227 com bastante sucesso, estamos animados que conselho vai retomar as suas  
7228 atividades e vai tentar fazer agora a diferença. E também o Mecanismo de  
7229 Monitoramento Nacional, aquele mecanismo da ONU, do Subcomitê contra a Tortura  
7230 da ONU faz 5 anos que a gente luta junto ao Governo Federal para aprovação, a  
7231 Paula disse que foi aprovado e agora vai para a sanção da presidente e isso é  
7232 realmente um grande ganho que vamos ter porque teremos esses mecanismos que  
7233 não precisa pedir permissão ao estado para ir fazer visitas e inspeções a qualquer  
7234 momento. Obrigado.

7235  
7236 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
7237 **SINDAPEF)** - Bom, Sá Ribas, valeu pelo tempo que esteve por aqui, ninguém é  
7238 insubstituível, mas será difícil encontrar um coronel com uma fala tão mansa e com  
7239 tamanha gentileza. Fazer essa interlocução, como o próprio Helder relatou ali,  
7240 realmente não é uma tarefa fácil. Mas a gente se vê lá no Paraná. O Márcio Marins  
7241 também agora carioca, um carioca mais paranaense que existe também deixa um  
7242 vácuo para a gente, lá no Paraná, sobretudo agora que vamos construir uma proposta  
7243 que foi feita aqui para a gente construir a divulgação da próxima Conseg ...

7244  
7245 **O Sr. Marcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**  
7246 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Continuo parceiro lá.

7247  
7248 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**  
7249 **SINDAPEF)** - Pois é. Bacana. Agora, do Márcio Marins é uma coisa interessante  
7250 porque nossa relação se inicia lá na Conseg estadual e viemos aqui, nós fizemos uma  
7251 interação tão importante que no primeiro dia, com muita desconfiança, evidentemente,  
7252 na nossa categoria, com todos os preconceitos de uma categoria predominantemente  
7253 composta por homens e da proposta que vinha trazendo o segmento que  
7254 representava ali o Márcio Marins, mas que no segundo ou terceiro dia ninguém sabia  
7255 se todos os agentes eram gays ou se todos os gays eram agentes penitenciários. De  
7256 forma que essa interação se valeu aqui também, se fez presente aqui, e com certeza

7257 a luta maior pela regulamentação da profissão dos agentes penitenciários se deve  
7258 muito a vocês desse segmento, a você, Márcio, que liderou aquele movimento.

7259  
7260 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
7261 **Federais – FENAPRF)** - Questão de justiça também me despedir do coronel Sá  
7262 Ribas, prestar continência, mas espero que seja um até breve também. E dizer que  
7263 você abrilhantou esse conselho, enriquecemos muito aqui com você. Você traz para  
7264 este conselho relevância, reconhecimento e deixar aqui o nosso muito obrigado.

7265  
7266 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**  
7267 **Civis – COBRAPOL)** - Eu faço as vozes dos que me antecederam as minhas,  
7268 saudando os conselheiros que aprendemos a conviver com ambos, conselheiro Sá  
7269 Ribas e Márcio Marins, que, de forma respeitosa, sempre nos tratou com a deferência  
7270 devida aos conselheiros, muito mais ainda com a simpatia e amizade que  
7271 caracterizam a ambos. Eu não posso mais do que apenas reverberar todas as falas,  
7272 muitas delas mais própria do que poderia tecê-las aqui. Mas as faço de coração,  
7273 ambos fazem parte não só das amizades institucionais das nossas entidades, mas  
7274 queiramos ou não, aqui os criamos vínculos como pessoas, não somos entidades só  
7275 aqui, somos pessoas e como pessoas vocês recebam e meu fraterno abraço. O e-mail  
7276 pessoal está com os senhores, qualquer coisa que a gente possa ajudar, a gente  
7277 certamente fará com muito prazer. Obrigado pela presença de vocês e por incluí-los  
7278 no rol dos meus amigos.

7279  
7280 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
7281 **Federais – FENAPRF)** - Não é para estender não, mas é só para relatar que a nossa  
7282 audiência com o ministro foi bastante positiva porque na nossa mobilização  
7283 estávamos prevendo várias ações de manifestação no Rio de Janeiro. E entre as  
7284 ações uma breve paralisação da Ponte Rio-Niterói, panfletagem nos aeroportos na  
7285 chegada das comitivas internacionais, e uma manifestação também no Rio-Centro,  
7286 entre outras ações. E somos convencidos pelo ministro de que seria, neste momento,  
7287 importante preservar a imagem do país perante a comunidade internacional e  
7288 convencidos também de que apesar de a manifestação ser pacífica, legal, talvez  
7289 algumas ações fossem intempestivas. Por isso, recuamos dessas ações também  
7290 mediante o compromisso e o reconhecimento do ministro de que a aposentadoria  
7291 especial é um pleito justo dos trabalhadores da segurança pública e também com o  
7292 compromisso dele de nos ajudar a sensibilizar outros ministérios, uma vez que ele  
7293 declarou que o Ministério da Justiça é sensível a este pleito. Então, concluímos já uma  
7294 nota que eu vou encaminhar a todos os conselheiros, vamos protocolar no Gabinete  
7295 do Ministro dizendo que nós não desistimos do movimento, mas algumas ações nós  
7296 não vamos realizar e essa mobilização continua. No Rio de Janeiro era apenas um ato  
7297 inicial de lançamento dessa mobilização.

7298  
7299 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**  
7300 **Segurança Pública)** - Bom, na verdade é só um informe sobre uma questão que o  
7301 conselheiro Pedro Paulo fez aqui, nós já temos parecer da Consultoria Jurídica do  
7302 ministério com relação a essa questão. Já foi muito levantada e discutida aqui. A  
7303 questão é que as diárias dele são diferentes dos demais conselheiros. O problema é  
7304 que todo mundo que é vinculado à Administração Pública Federal tem seu CPF nesse  
7305 sistema que se chama SIAP. E toda vez que no SCDP a gente coloca o CPF da

7306 pessoa, automaticamente ele a entende como servidor e traz seu cadastro e aí a  
7307 diária já é estabelecida, não tem como mexer. Então, foi essa a informação que eles  
7308 deram, eu posso passar o parecer, até para acompanhar, mas nada impede também  
7309 que a gente faça outra solicitação. Acho que, inclusive, de repente, pode ser uma  
7310 demanda deste próprio conselho para a Presidência da República para que seja  
7311 analisada nos outros conselhos também, que acredito ter o mesmo problema. Imagino  
7312 um conselho, por exemplo, de educação. Quantos professores não têm? Porque  
7313 professor é a profissão mais autônoma que consegue dar aula, que consegue  
7314 trabalhar em organizações sociais e tudo com mais mobilidade. Então, com isso,  
7315 imagino os problemas que eles têm lá com relação a isso. Acho que não é um  
7316 problema só do Conselho Nacional de Segurança Pública. Brigar sozinho por isso, de  
7317 repente, é melhor a gente ver mais gente que está com o mesmo problema para  
7318 tentarmos fazer essa discussão. Era mais ou menos isso e agradecer também ao  
7319 conselheiro Sá Ribas e ao Márcio. Dizer que agora o Márcio está saindo da mesa  
7320 diretora, a Eliana assume, é bom a gente deixar também isso registrado, pela  
7321 sociedade civil a Eliana que está agora na mesa diretora. Foi um prazer, Sá Ribas. É  
7322 muito importante para a gente do governo ver que a gente consegue essa  
7323 proximidade entre os coronéis e os praças. Eu sempre achei isso admirável porque  
7324 quem é acostumado a trabalhar com os coronéis sabe muito bem como acaba a  
7325 recepção. Estava até conversado com o Heder. E o Márcio que temos até uma  
7326 proximidade maior, até pelo mesa diretora, sentirei muito sua falta, mas ligarei muito  
7327 para saber como estão os preparativos da campanha.

7328  
7329 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Eu  
7330 gostaria como Rede Desarma Brasil fazer um registro da nossa percepção do que é  
7331 esse espaço Conasp. Para vocês terem ideia, desde 2007 até hoje nós não faltamos a  
7332 nenhuma reunião. Desde aqueles fóruns com provisórios, o eleito e nós estamos aqui.  
7333 Mas dizer que desde 2007 que eu vejo uma boa vontade e aí quero registrar como  
7334 Rede Desarma Brasil, como parte da sociedade civil da qual represento, o Grande  
7335 Oriente do Brasil tem 2.600 lojas neste país e reconhece que o ministério tem feito  
7336 todo esforço para aquilo que antes não funcionava e de algum modo esse espaço  
7337 funcione. Isso não quer dizer que não tenha as dificuldades naturais que foram  
7338 registradas e que essas dificuldades para mim eu percebo como um estímulo ao  
7339 processo de estarmos sendo instigados para que ele exista. Isso não foi crítica sem  
7340 nenhum propósito, mas foi para a própria sobrevivência e vivência do Conasp. Eu  
7341 quero parabenizar a administração anterior, o Ballestreli, Luís Paulo, o ministro era  
7342 Tarso Genro e agora também o ministro José Eduardo Cardozo e a nossa secretária.  
7343 Quero também registrar de fundo o Grande Oriente e a Rede Desarma Brasil a  
7344 satisfação de estarmos com as dificuldades aqui, mas em processo. Agradecer  
7345 também e reconhecer o espaço Conseg que a gente conseguiu criar um espaço  
7346 neste país para falar dessas questões. E o espaço Conasp. O Conasp vai se  
7347 consolidar, um dia chegará a ser uma lei, como é o Conselho Nacional da Saúde,  
7348 estamos construindo para essa possibilidade. Então, quero também parabenizar a  
7349 Secretaria Executiva, um número pequeno, e eu tive uma surpresa hoje, são detalhes,  
7350 eu coloquei aqui num papelzinho para fazer o meu *check in* e quando fui dar a Greg  
7351 ele disse que já estava pronto. Imediato e sem pedir. Então, começamos a ver que  
7352 existe dificuldade, mas existe o outro lado também que precisa ser reconhecido.  
7353 Então, parabéns à equipe, parabéns à Suelen, parabéns à equipe da Secretaria  
7354 Executiva, e como eu gosto de desenvolver muito, eu me sinto muito rico porque sou

7355 filho de Deus, eu me sinto filho da luz e construo a minha diversidade, a minha  
7356 diversidade é construída o tempo todo, conviver com o diferente e a saída de Márcio e  
7357 a saída de Sá Ribas para mim é como se estivéssemos perdendo um pouco desse  
7358 acúmulo de experiência que conseguimos. Claro que não vamos perder porque os  
7359 laços não serão desfeitos. E estávamos comentando que chegou, não sei se é uma  
7360 coisa boa, não levem para o lado negativo, mas já ouvi dizendo: “Sá Ribas nem  
7361 parece coronel”, como se coronel fosse uma coisa, pelo contrário, precisamos  
7362 reconhecer no policial, e temos uma relação muito grande. Eu aprendi muito e quero  
7363 dizer aqui, Marcos Costa, que um dos momentos mais construtivos da aproximação  
7364 entre sociedade/gestores/trabalhadores foi um curso que participamos que ficamos  
7365 uma semana num hotel, acho que o Gandra participou disso, foi um curso feito por  
7366 uma pessoa lá da Colômbia, não me lembro do nome do curso, era sobre cidadania.  
7367 Quando terminou o curso, nós nos aproximamos. Então, eu só tive ganhos. Lembro-  
7368 me o dia que Marcos chegou ao Conasp nessa dimensão, a gente estava na correria  
7369 na Conseg e aí tinha uma pessoa que não conhecíamos ainda, no meio de nós, era o  
7370 Marcos lá meio calado e tal, mas já estava interagindo. Não esqueço os detalhes de  
7371 aproximação das pessoas, vejo isso como uma riqueza enorme. São luzes que vêm a  
7372 acrescentar e que eu considero porque tenho aprendido muito com a vida e continuo  
7373 como aprendiz. Também registrar os 190 anos de aniversário, estamos comemorando  
7374 190 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil. Não é todo dia que encontramos  
7375 uma instituição que tem 190 anos funcionando desde a sua fundação. É algo que  
7376 gostaria de registrar. E dizer que nós do conselho estamos de parabéns, essa plenária  
7377 que aprovou a pauta toda, apesar de todos os debates, nós aprovamos tudo. E  
7378 estamos indo para casa com a certeza de que cumprimos nossa missão. Muito  
7379 obrigado e está encerrada nossa reunião (encerramento feito com os parabéns pra  
7380 você à Cíntia e ao Greg – aniversário dia 22).  
7381